



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO ESPÍRITO SANTO

VICTOR SILVA SALAROLI DO NASCIMENTO

**O GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DO  
ENSINO PRIMÁRIO NO ESPÍRITO SANTO NAS DÉCADAS DE 1930 A 1950**

VITÓRIA  
2023



Centro de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação

VICTOR SIVA SALAROLI DO NASCIMENTO

**O GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO NO CONTEXTO DA EXPANSÃO  
DO ENSINO PRIMÁRIO NO ESPÍRITO SANTO NAS DÉCADAS DE 1930 A 1950**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração Docência, Currículo e Processos Culturais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosianny Campos Berto.

VITÓRIA

2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

S586 g Silva Salaroli do Nascimento, Victor, 1989-  
O Grupo Escolar Henrique Coutinho no Contexto da Expansão do Ensino Primário no Espírito Santo nas Décadas de 1930 a 1950 / Victor Silva Salaroli do Nascimento. - .  
226 f. : il.

Orientadora: Rosianny Campos Berto.  
Dissertação (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Grupo Escolar Henrique Coutinho. 2. Escolarização. 3. Espírito Santo. 4. História da Educação. 5. História das Instituições Escolares. 6. Grupos Escolares. I. Campos Berto, Rosianny. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37

---



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



# VICTOR SILVA SALAROLI DO NASCIMENTO

## O GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO ESPÍRITO SANTO NAS DÉCADAS DE 1930 A 1950

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Aprovada em 10 de agosto de 2023.

### COMISSÃO EXAMINADORA

**Professora Doutora Rosianny Campos Berto**

Universidade Federal do Espírito Santo

**Professora Doutora Regina Helena Silva Simões**

Universidade Federal do Espírito Santo

**Professor Doutor Luciano Mendes de Faria Filho**

Universidade Federal de Minas Gerais



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
ROSIANNY CAMPOS BERTO - SIAPE 2615738  
Departamento de Ginástica - DG/CEFD  
Em 16/08/2023 às 20:46

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/771702?tipoArquivo=O>



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
REGINA HELENA SILVA SIMOES - SIAPE 295674  
Departamento de Educação, Política e Sociedade - DEPS/CE  
Em 17/08/2023 às 19:51

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/772669?tipoArquivo=O>



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
WAGNER DOS SANTOS - SIAPE 2374772  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/CE  
Em 28/08/2023 às 17:58

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/780986?tipoArquivo=O>

## AGRADECIMENTOS

Neste momento especial em que concluo minha dissertação de mestrado, é com imensa gratidão que expresso meus agradecimentos a todos que contribuíram de forma significativa para esta jornada de conhecimento e aprendizado.

Primeiramente, agradeço de todo coração à minha família: meu pai, minha mãe e minha irmã. Vocês foram minha base sólida, meu porto seguro em todas as etapas desta caminhada. O apoio incondicional, as palavras de incentivo e o amor que sempre me cercaram foram fundamentais para superar os desafios e seguir em frente.

À minha querida avó, devo um agradecimento especial. Além de todo carinho e cuidado dedicado a mim, sua contribuição para esta pesquisa foi inestimável. Sua sabedoria, histórias e lembranças foram uma valiosa fonte histórica, permitindo-me mergulhar nas raízes do passado e compreender melhor nosso contexto cultural.

A minha amada esposa, amiga e companheira, Maryana, devo uma gratidão profunda. Seu apoio incansável e compreensão nos momentos mais difíceis foram essenciais para não desistir e manter-me focado em meus objetivos. Sua presença trouxe luz e motivação, e sou grato por tê-la ao meu lado nesta jornada.

Agradeço, igualmente, à minha orientadora, Rosianny Campos Berto, pela sua paciência, dedicação e profissionalismo. Suas orientações sábias foram essenciais para moldar o desenvolvimento desta pesquisa. O comprometimento e a disponibilidade em auxiliar-me, mesmo diante das limitações de um orientando, foram fundamentais para o sucesso deste trabalho.

Também quero expressar minha gratidão à professora Regina Helena Silva Simões pelas valiosas contribuições compartilhadas ao longo das reuniões do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe). Seu conhecimento enriquecedor sobre a história da educação no Brasil foi fundamental para ampliar minha visão e aprofundar meu olhar sobre o tema.

Aos meus colegas de Nucaphe, que enriqueceram esta jornada com seus diálogos, conselhos e dicas, meu muito obrigado. As trocas de experiências e a colaboração mútua foram

enriquecedoras e fizeram toda a diferença no desenvolvimento deste trabalho.

Não posso deixar de mencionar o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes), por meio da bolsa de estudos concedida. Sem esse suporte, dificilmente conseguiria chegar ao final desta pesquisa, e sou profundamente grato por essa oportunidade.

Gostaria também de dedicar um agradecimento especial ao professor Luciano Mendes de Faria Filho, cuja generosidade em participar tanto da banca de qualificação quanto da banca de defesa da minha pesquisa foi inestimável. Seus conselhos perspicazes e apontamentos criteriosos durante a qualificação do projeto de pesquisa foram de grande valia para a conclusão deste estudo com sucesso.

Não posso deixar de expressar minha sincera gratidão ao professor Mario Gomes de Souza, diretor do CEEFMTI Henrique Coutinho. Sua prestatividade em abrir as portas da instituição para que eu pudesse acessar os documentos do arquivo escolar foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. A forma atenciosa com que me tratou ao longo de toda a pesquisa foi um verdadeiro incentivo para continuar e aprimorar o estudo.

É com profunda gratidão que agradeço o escritor Roberto Carlos Scardino Justo Marcondi, cujo extenso conhecimento da história de Iúna e do Grupo Escolar Henrique Coutinho foi uma verdadeira fonte de inspiração. Sua prontidão em sanar minhas dúvidas, bem como suas preciosas indicações de fontes históricas, livros e documentos, foram de extrema importância para a conclusão deste estudo. Ademais, suas informações sobre a professora Terpsichore foram essenciais e enriqueceram significativamente o conteúdo abordado.

Por fim, dedico esta pesquisa ao meu filho, Benjamim, que veio ao mundo ao longo deste percurso. Sua presença trouxe ainda mais significado e motivação para concluir este trabalho. Que esta dissertação seja um legado para ele, inspirando-o a perseguir seus sonhos com dedicação e amor pelo conhecimento.

A todos vocês, meu mais sincero agradecimento por fazerem parte desta conquista. Cada contribuição foi valiosa e fez toda a diferença. Esta jornada não teria sido possível sem o apoio de cada um de vocês. Que este momento de gratidão seja também um momento de celebração por tudo o que conquistamos juntos. Muito obrigado!

## RESUMO

A pesquisa objetiva compreender os processos de constituição do Grupo Escolar Henrique Coutinho, localizado no município de Iúna, sul do estado do Espírito Santo, entre os anos 1930 e 1950, focalizando as relações de força que envolveram sua criação e institucionalização, no âmbito de políticas de expansão do ensino primário no Estado. Para isso, toma como fontes: documentos do arquivo escolar da instituição, imprensa da época, mensagens e relatórios governamentais e fotografias, analisadas a partir da micro-história italiana por meio do paradigma indiciário (GINZBURG, 1989), considerando diferentes escalas de observação, em busca das relações entre o local e o nacional. Nesse sentido, realiza três movimentos que compreendem: a) o exame dos fatores que influenciaram a criação da instituição: conjuntura política, demandas socioeconômicas da região, participação de sujeitos locais e aspirações educacionais do período; b) a análise de aspectos administrativos da escola, em busca de compreender sua estrutura organizacional e financeira e suas relações com os órgãos públicos e com a comunidade local; e c) a análise das questões curriculares e das práticas pedagógicas desenvolvidas na instituição, considerando, também, a formação dos profissionais que nela atuavam. Conclui que o Grupo Escolar Henrique Coutinho se constitui no contexto de expansão dos grupos escolares no estado do Espírito Santo na relação com a campanha de nacionalização do ensino no Brasil. Essa escola teve lugar em um prédio considerado imponente para a localidade, ainda que insuficiente para o atendimento das necessidades dos estudantes e peculiar em relação aos modelos em circulação. Destaca-se, ainda, que o corpo profissional da escola era constituído por maioria de professoras normalistas, cujas práticas pedagógicas eram permeadas por um forte caráter cívico e religioso. Por fim, compreende-se que a análise indiciária e a variação de escalas de observação, possibilitou a compreensão dos processos da constituição histórica dessa instituição, elucidando as redes relacionais que possibilitaram sua criação, organização administrativa e pedagógica, ampliando o conhecimento sobre a história educacional local em diálogo com processos mais amplos.

Palavras-chave: Grupo Escolar Henrique Coutinho; Escolarização; Espírito Santo; História da Educação; História das Instituições Escolar.



## ABSTRACT

The research aims to comprehend the processes of the establishment of the Henrique Coutinho School Group, located in the municipality of Iúna, in the southern region of the state of Espírito Santo, between the years 1930 and 1950, focusing on the power relations that surrounded its inception and institutionalization, within the scope of policies aimed at expanding primary education in the state. To achieve this, it relies on the following sources: documents from the institution's school archive, period press, governmental messages and reports, and photographs, which are analyzed through the Italian microhistory using the evidence paradigm approach (GINZBURG, 1989). This analysis considers various levels of observation in the quest for the connections between the local and the national contexts. In this sense, it undertakes three distinct movements, encompassing: a) an examination of the factors that influenced the institution's creation, including the political context, socio-economic demands of the region, involvement of local agents, and educational aspirations of the period; b) the analysis of administrative aspects of the school to comprehend its organizational and financial structure and its relationships with public entities and the local community; c) the analysis of curricular matters and pedagogical practices developed within the institution, also considering the professional training of those who worked there. The research concludes that the Henrique Coutinho School Group was established within the context of the expansion of school groups in the state of Espírito Santo, in connection with the campaign for the nationalization of education in Brazil. This school was housed in a building considered imposing for the locality, albeit inadequate to meet the students needs and linked to models in circulation. Furthermore, it is noteworthy that the school's professional staff predominantly comprised female teachers normal school graduates, whose pedagogical practices were imbued with a strong civic and religious character. Lastly, it is understood that the evidence analysis and the variation in levels of observation enabled the comprehension of the historical constitution processes of this institution, elucidating the relational networks that facilitated its establishment, administrative and pedagogical organization, thus expanding knowledge about the local educational history in dialogue with broader processes.

Keywords: Henrique Coutinho School Group; Schooling; Espírito Santo; History of Education; History of Educational Institutions.

E como aquele que ofegando vara  
o mar bravio e, da praia atingida,  
volta-se à onda perigosa, e a encara,  
minha mente, nem bem de lá fugida,  
voltou-se a reminar o horrendo passo  
que pessoa alguma já deixou com vida.

A Divina Comédia, Canto I  
Dante Alighieri

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Arquivo Escolar do Grupo Escolar Henrique Coutinho (Julho de 2021).....	60
Figura 2 – Mapa político do município de Iúna.....	85
Figura 3 – Crianças e Carros de boi em Rio Pardo (década de 1930).....	87
Figura 4 – Pronunciamento da Cruzada Nacional de Educação (1941).....	91
Figura 5 – Professoras do Grupo Escolar Henrique Coutinho (1945).....	98
Figura 6 – Imagem área da zona central do município de Iúna (2022).....	104
Figura 7 – Fotografia Panorâmica do Grupo Escolar Henrique Coutinho (1941).....	108
Figura 8 – Fila da Merenda do Grupo Escolar Henrique Coutinho (1945).....	117
Figura 9 – Desfile de 7 de setembro de 1958.....	136
Figura 10 – Observação sobre o desfile de 7 de setembro de 1956.....	137
Figura 11 – Observação sobre a comemoração do dia do “Grande soldado Caxias”.....	138
Figura 12 – Ordem para execução do Hino da Independência.....	139
Figura 13 – Ordem para execução do Hino Espírito-santense.....	139
Figura 14 – Ordem para a inclusão do Ensino Religioso.....	141
Figura 15 – Missa realizada na porta do Grupo Escolar Henrique Coutinho.....	142
Figura 16 – Atestado de Exercício (Fevereiro de 1947).....	144
Figura 15 – Boletim de resultado final do Grupo Escolar Henrique Coutinho (1945).....	152
Figura 16 – Atestado de Exercício de 1º de novembro de 1954.....	153

## LISTA DE SIGLAS

APEES	–	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Asphe	–	Revista História da Educação
BDTD	–	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CEEFMTI	–	Centro Estadual de Ensino Fundamental e Médio em Tempo Integral
LOEP	–	Lei Orgânica do Ensino Primário
Nucaphe	–	Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação
RBHE	–	Revista Brasileira de História da Educação
riUfes	–	Repositório da Universidade Federal do Espírito Santo
Scielo	–	Scientific Electronic Library Online
SEDU	–	Secretaria de Estado da Educação

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1 DA LITERATURA SOBRE OS GRUPOS ESCOLARES ÀS FONTES E AO MÉTODO</b> .....	32
1.1 ESTUDOS SOBRE OS GRUPOS ESCOLARES NO ESPÍRITO SANTO.....	33
1.1.1 Pesquisas Sobre Grupos Escolares na Região Sudeste.....	35
1.1.2 Pesquisas Sobre Grupos Escolares no Espírito Santo.....	40
1.2 INTERLOCUÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	51
1.2.1 Percurso em Busca das Fontes.....	60
<b>2 O GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (1930-1941)</b> .....	71
2.1 O INÍCIO DO GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO (1938-1939).....	72
2.1.1 O Grupo Escolar de Rio Pardo e a construção do prédio escolar.....	78
2.2 A EXPANSÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO ESPÍRITO SANTO.....	81
2.2.1 O contexto rio-pardense no período da implantação do Grupo Escolar Henrique Coutinho.....	84
2.2.2 Planejamento e construção de um grupo escolar no município de Rio Pardo (1937-1940).....	89
2.2.3 A participação da professora Terpsichore na construção do prédio do Grupo Escolar de Rio Pardo (1939-1940).....	95
2.2.4 Construção e Inauguração – o prédio do Grupo Escolar Henrique Coutinho (1940-1941).....	97
2.2.5 O Grupo Escolar Henrique Coutinho no espaço urbano – localização e arquitetura.....	102
<b>3 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA DO GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO (1946-1960)</b> .....	111
3.1 ALUNOS E ALUNAS DO GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO.....	112

3.2 ASPECTOS ADMINISTRATIVOS DO GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO.....	119
3.3 FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR.....	128
<b>4 ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DO GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO.....</b>	<b>134</b>
4.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO.....	135
4.2 FORMAÇÃO DOS DOCENTES QUE ATUARAM NO GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO NAS DÉCADAS DE 1940 E 1950.....	143
4.3 MÉTODOS DE ENSINO DO GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO (DÉCADA DE 1950).....	156
4.4 APROVEITAMENTO ACADÊMICO DOS ALUNOS DO GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO (DÉCADAS DE 1940 E 1950).....	162
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>166</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>172</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>190</b>
<b>APÊNDICE A – Fontes do Arquivo Escolar.....</b>	<b>191</b>
<b>APÊNDICE B – Arquivos Consultados.....</b>	<b>197</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>198</b>
<b>ANEXO A – Atas pedagógicas do Grupo Escolar Henrique Coutinho (1960).....</b>	<b>199</b>
<b>ANEXO B – Atestado de exercício mensal.....</b>	<b>202</b>
<b>ANEXO C – Quadro demonstrativo do movimento mensal.....</b>	<b>205</b>
<b>ANEXO D – Termos de abertura do ponto.....</b>	<b>207</b>
<b>ANEXO E – Convênio de Estatísticas Educacionais de 1931.....</b>	<b>216</b>
<b>ANEXO F – Boletins de Resultado Final.....</b>	<b>218</b>
<b>ANEXO G – Balancete Financeiro Geral e da Caixa Escolar.....</b>	<b>220</b>

<b>ANEXO H</b> – Orçamento para a construção da cozinha do Grupo Escolar Henrique Coutinho.....	221
<b>ANEXO I</b> – Informações sobre o prédio do Grupo Escolar Henrique Coutinho.....	222
<b>ANEXO J</b> – Discurso de Roberto Carlos Scardino Justo Marcondi.....	223
<b>ANEXO K</b> – Abaixo-assinado encabeçado pelo presidente da câmara municipal, seguido pelos demais vereadores, prefeito e outros cidadãos do município solicitando uma escola mista para o distrito de Sant'anna.....	225
<b>ANEXO L</b> – Esboço da planta do edifício do Grupo Escolar Henrique Coutinho.....	226

## INTRODUÇÃO

A pesquisa centra-se em compreender os processos de constituição do Grupo Escolar Henrique Coutinho, localizado no município de Iúna, sul do Estado do Espírito Santo, na relação com a expansão da escolarização primária, focalizando o período entre as décadas de 1930 e 1950, do “breve século XX”.<sup>1</sup> Em busca de evitar demarcações temporais fixas, esse recorte diz respeito ao período de criação e institucionalização do Grupo Escolar Henrique Coutinho, no âmbito das políticas de expansão do ensino primário no Estado do Espírito Santo e, especialmente, da região Sul. A pesquisa trilhou a jornada investigativa traquejando a escala de observação para o que acontecia e o que se produzia social e culturalmente naquele espaço, como Marc Bloch, Carlo Ginzburg e Giovanni Levi sugerem que façamos. Tratava-se de um caso até hoje desconhecido para os historiadores da educação, mas que pode colaborar para lançar luz sobre questões mais amplas, da educação capixaba e brasileira.

Segundo Bloch (2001), só é possível compreender o passado se o pesquisador for até ele com um problema de pesquisa, este provocado pelas carências de orientação no presente e formulado por meio de objetivos e questões que integram os interesses do estudo. Dessa forma, presente e passado se relacionam de tal modo que suas ligações, no que se refere ao exercício do trabalho de historiador, são de significado dúplice: “[...] o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2001, p. 75).

Partindo de uma metáfora, o ofício do historiador se compara aqui ao do garoto que sobe “[...] com o rolimã até o pico da rua, para (re)descer, sem medo, de olhos abertos, desembarcando no presente uma segunda vez” (REIS, 2012, p. 27-28). Em outras palavras, o pesquisador precisa ter a percepção histórica de seu contexto, para, a partir dele, questionar e compreender o passado. Logo, seguimos a ideia de que a história escrita pelo historiador da educação começa-se a se fazer “às avessas” (BLOCH, 2001).

---

<sup>1</sup> O “breve século XX”, expressão consagrada por Hobsbawm, não começa em 1901 e nem termina no ano 2000. Para o historiador, ele começaria, de fato, em 1914, na eclosão da Grande Guerra e terminaria em 1991, com a queda da URSS. Hobsbawm descreve esse século como o mais terrível, um período de guerras e massacres. Ao mesmo tempo, todavia, trata-se de um período de intenso processo de urbanização, de vertiginoso crescimento demográfico (especialmente nos países subdesenvolvidos, fonte de inúmeros cataclismos) e de rápida expansão do ensino institucionalizado (HOBSBAWM, 1995).



Desde a sua constituição como campo de pesquisa, a partir da segunda metade do século XX, a história das instituições escolares e educacionais ocupa um lugar relevante na história da educação brasileira (SOUZA, 2019). A consolidação da pós-graduação, que resultou em uma maior institucionalização da pesquisa acadêmica, pode ser apontada como uma das razões para isso, bem como incentivos favoráveis desencadeados por uma espécie de “crise paradigmática”, promovendo a diversidade epistemológica e o pluralismo temático, privilegiando a pesquisa de temas singulares (SANFELICE, 2008). Nesse processo, está inserida a história dos grupos escolares, que ganha espaço na historiografia da educação a partir dos anos 1990 (SOUZA; FARIA FILHO, 2006).

Resulta desse movimento, a confluência de duas temáticas ou eixos de pesquisa para as quais se direcionaram os pesquisadores do campo da História da Educação: de um lado, os estudos sobre os processos de implantação dos grupos escolares; de outro lado, o interesse pela cultura escolar como abordagem analítica (SOUZA; FARIA FILHO, 2006). Segundo Souza (2019), essa confluência significou, nas últimas décadas, a conformação de novas questões de pesquisa, novas temáticas e novos conceitos, configurando-se outras possibilidades de encarar o passado da educação brasileira.

Souza (2019) aponta, por conseguinte, para as pesquisas envolvendo a arquitetura dos grupos escolares, a organização dos tempos, das disciplinas e dos métodos de ensino, a formação docente, as políticas educacionais, os sujeitos, os rituais, os cotidianos, as relações de força que condicionam o espaço escolar, entre outras possibilidades de pesquisa. Não à toa, todo esse esforço tem gerado distintas perspectivas para o entendimento sobre a história dos grupos escolares no Brasil e seu significado social.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Neste final de primeiro quarto de século XXI, associações, órgãos e grupos de pesquisadores, comprometidos com estudos na área educacional, buscam, em investigações a respeito dos grupos escolares, contribuir com a história da escolarização no Brasil (SOUZA, 2019). No âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo temos o Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe), que atualmente desenvolve algumas iniciativas nesse sentido (SIMÕES; BERTO; SALIM, 2021).

Forjada nesse contexto de expansão dos estudos sobre os grupos escolares, a oportunidade de desenvolver esta pesquisa surgiu durante os primeiros dias do curso de Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo.<sup>3</sup> Aprofundou-se, ainda, em dois movimentos complementares: pelos diálogos, seminários e trocas de experiências proporcionadas pelas reuniões do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe/UFES), do qual faço parte, sobretudo por conta das discussões acerca das questões teórico-metodológicas relativas à micro-história italiana. Também, a origem dessa escolha está ligada às constantes conversas e diálogos com a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosianny Campo Berto, orientadora deste trabalho.<sup>4</sup>

A opção por essa temática de pesquisa foi, de certa forma, simples para mim, não apenas pela importância que a história dos grupos escolares vem ganhando e nem por ser eu um professor de História apaixonado pelo estado do Espírito Santo. Na verdade, a minha trajetória de vida está atrelada diretamente ao objeto de pesquisa proposto neste projeto.

Nasci e cresci na cidade de Iúna,<sup>5</sup> parte capixaba da região do Caparaó, e fui aluno do Centro Estadual de Ensino Fundamental e Médio em Tempo Integral Henrique Coutinho, onde cursei da pré-escola ao ensino médio. Além disso, sou filho e neto de ex-alunas da instituição. Minha avó esteve matriculada na primeira turma da escola, em 1941, e foi professora da mesma instituição, quando ainda se chamava Grupo Escolar Henrique Coutinho. Três gerações educadas no “mesmo” banco escolar.

---

<sup>3</sup> Integrando a linha de pesquisa Docência, Currículo e Processos Culturais. Mais informações podem ser encontradas na página do Programa de Pós-graduação em Educação da UFES. Disponível em: [www.educacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGE](http://www.educacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGE). Acesso em: 28 mai. 2022.

<sup>4</sup> O Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe/UFES) é liderado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Helena Silva Simões. Tem como principal proposta o desenvolvimento de investigações que tenham como tema a História da Educação no Espírito Santo. Desde 2011, vem divulgando pesquisas historiográficas produzidas localmente, por meio da publicação em livros e periódicos e da apresentação de trabalhos nos principais eventos nacionais e internacionais da área (SIMÕES; BERTO; SALIM, 2021). Mais informações podem ser encontradas na página do grupo de pesquisa. Disponível em: [www.dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/752697](http://www.dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/752697). Acesso em: 27 mai. 2022.

<sup>5</sup> Pelo decreto-lei estadual nº 15.177, de 31 de dezembro de 1943, assinado pelo interventor Jones dos Santos Neves, o município de Rio Pardo passou a denominar-se Iúna e os distritos de Cachoeira a denominar-se Irupi, o distrito de Rosário a denominar-se Ibatiba e o distrito Santana a denominar-se Pequiá (ESPÍRITO SANTO, 1944). Ademais, “Iúna” é um termo oriundo da língua Tupi, significando “rio preto”, através da junção dos termos “y” – água, rio – e “um” – preto (NAVARRO, 2004). É uma tradução para o tupi do antigo nome do município: “Rio Pardo”, “águas pardas”. Mais informações sobre o assunto podem ser encontradas no site da Prefeitura Municipal de Iúna, na página: [www.es.gov.br/noticia/2017/10/iuna-completa-127-anos-de-emancipacao](http://www.es.gov.br/noticia/2017/10/iuna-completa-127-anos-de-emancipacao). Acesso em: 22 jun. 2022.

Até julho de 2021, contudo, não enxergava nessa instituição educacional a figura do “grupo escolar” que mais à frente apresentarei, muito menos sabia das questões históricas por detrás da sua constituição. Na minha percepção, até aquela data, esta instituição havia sido apenas o “HC”, a “minha escola”, espaço onde conheci os meus amigos, aprendi a ler, a escrever e fui tetracampeão dos jogos estudantis de futsal. Talvez, de forma complementar, este sentimento de pertencimento seja também geográfico, pois a escola está a 36 metros da minha residência, local em que moro desde que nasci.

Além disso, se a minha saudade dos tempos de escola está nos jogos de futsal na quadra da instituição, para minha avó, essa primeira aluna do Grupo Escolar Henrique Coutinho, por outro lado, o momento de maior alegria era o 7 de setembro, os desfiles, as festas, a confraternização entre o grupo escolar e a comunidade rio-pardense. Suponho que, no caso dela, a escola representasse também uma libertação das dificuldades impostas a uma típica criança brasileira, negra, pobre, com pais analfabetos e cercada pela miséria social do interior de um Estado periférico, como era o caso do Espírito Santo em meados do século XX. Não obstante, sinto-me orgulhoso em poder entender, a partir do desenvolvimento deste estudo, o que ela sempre quis dizer por “grupo”, até porque suas memórias e documentos pessoais ajudaram a compor o *corpus* documental desta pesquisa.

Sobre o último ponto, dezenas de fotografias relacionadas ao Grupo Escolar Henrique Coutinho foram encontradas com ex-alunos ou seus parentes próximos. Uma delas, de 1945, foi localizada na casa da minha avó. Isso me lembrou as palavras de Bloch (2001), quando diz que a pluralidade dos vestígios históricos é praticamente ilimitada: envolve essencialmente tudo que o homem fabrica, diz ou escreve. Como pontua o autor, “[...] os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses”, na verdade

[...] sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações (BLOCH, 2001, p. 83).

No movimento de delimitação do tema, a saber, a constituição histórica do Grupo Escolar Henrique Coutinho e sua relação com os processos de escolarização no Espírito Santo, em expansão, fui em busca de informações e estudos para aprofundar minhas reflexões. Em um primeiro momento, contatei o atual diretor do Centro Estadual de Ensino Fundamental e Médio em Tempo Integral Henrique Coutinho, o professor Mario Gomes de Souza, para ter acesso ao arquivo da escola, que foi organizado em duas salas protegidas de intervenções externas. Porém, a preservação remete-se ao momento de organização dos arquivos, ou seja, os muitos documentos que se perderam até esse instante permanecem sem paradeiro conhecido.

De qualquer forma, ao buscar as primeiras informações sobre a constituição do Grupo Escolar Henrique Coutinho no seu arquivo escolar, deparei-me com documentos que remontavam aos primeiros anos da década de 1940: anotações, atestados de exercício, fichas de rendimento escolar, quadros demonstrativos de movimento mensal, registros diversos, termos de abertura do ponto, originais das atas de reuniões pedagógicas, boletins escolares e fotografias sobre os primeiros anos de funcionamento da instituição. Essas fontes diversas são uma boa representação da especificidade do recorte educacional dentro do campo da História, sua natureza multifacetada, que exige compreender a existência simultânea de múltiplos domínios de conhecimento em complexas relações estabelecidas em termos políticos, administrativos, econômicos, sociais e culturais (FARIA FILHO, 1997).

Apesar da considerável lacuna dos documentos armazenados no arquivo escolar da instituição, após uma observação superficial desses vestígios do passado (BLOCH, 2001), e ainda após conversas informais com alguns ex-alunos, foi-me possível observar alguns indícios (GINZBURG, 1989) sobre o processo de escolarização posto em circulação através do Grupo Escolar Henrique Coutinho naquele momento. Entre eles estavam, principalmente: noções sobre patriotismo, civismo, religiosidade católica, ordem, uso dos métodos sintético e tradicional pelos professores, até uma suposta ausência de aulas de Educação Física na década de 1940, disciplina que possuía enorme relevância.<sup>6</sup> Todo esse conjunto de elementos me levou a questionar se essas seriam as variantes que relacionariam o processo de constituição do Grupo Escolar Henrique Coutinho à escolarização difundida na sociedade capixaba, em meados do século XX.

No decorrer de um levantamento bibliográfico inicial, o meu interesse em desenvolver este estudo também se deu em função das escassas pesquisas encontradas sobre os grupos escolares no Espírito Santo, em especial na região sul do Estado e em recortes temporais aproximados do Grupo Escolar Henrique Coutinho, construído entre os anos de 1939 e 1941.<sup>7</sup>

Vale aqui um destaque, porém, aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Nucaphe. Mesmo não englobando o caso sul-capixaba, de forma direta, foram, ainda assim, de grande ajuda para a constituição do tema de pesquisa.<sup>8</sup> Cito apenas alguns desses estudos: Locatelli (2012), Alencar (2016), Lauff (2018) e Novaes (2020). Além desses, de forma indireta, Falcão (2010) trata da escolarização no município de Iúna e no Grupo Escolar Henrique Coutinho na década de 1950. Outros estudos importantes para os interesses desta investigação foram produzidos por Rosa (2008), Lima (2013) e Novaes (2013). Essas oito pesquisas citadas formam o âmbito da revisão de literatura desta dissertação.

---

<sup>6</sup> Nessas conversas preliminares, todos os ex-alunos que estudaram no Grupo Escolar Henrique Coutinho entre os anos de 1942 e 1947, com quem tive oportunidade de conversar, relataram que não tiveram aulas de Educação Física durante todo o Ensino Primário. Essa questão me levantou uma enorme curiosidade, devido à importância que a disciplina possuía naquele contexto (BERTO, 2008; LAUFF, 2007). Encontrei alguns sinais, em jornais da época, sobre essa ausência de professores de Educação Física em Iúna que corroboram com a versão da “falta” de aulas de Educação Física.

<sup>7</sup> Essa realidade já havia sido constatada por Simões, Franco e Salim (2009).

<sup>8</sup> Segundo Simões, Berto e Salim (2021), os trabalhos desenvolvidos no Nucaphe tendem a englobar três eixos de pesquisa: a formação e a prática de professores, as instituições escolares e a educação de grupos sociais historicamente dela excluída. Existe ainda a prevalência de pesquisas com recortes temporais localizados no início do século XX.

Refletir sobre essa literatura, na relação com os documentos, possibilitou-me compreender melhor o objeto de pesquisa ao construir os objetivos de estudo e os questionamentos que guiarão o processo de análise das fontes.

Antes de começarem a ser implementados no Brasil, os grupos escolares já haviam se firmado em outros países, ainda nas duas últimas décadas do século XIX, como Espanha, França, Reino Unido e Estados Unidos (SOUZA, 1998).<sup>9</sup> No final do mesmo século, a expansão do ensino primário era um fenômeno consolidado em muitos desses países (FELGUEIRAS; SILVA, 2006). Os republicanos em São Paulo voltaram então os seus olhos para essas realidades, principalmente à experiência estadunidense, e observaram com admiração a composição do sistema educacional nacional e o “progresso” da educação naquelas experiências (SOUZA, 1998).

No final do século XIX e no início do século XX, as bases das escolas públicas modernas foram estabelecidas em toda a América Latina (CARVALHO, 2016). No bojo desse processo, os primeiros grupos escolares implantados formaram o alicerce para a consolidação do sistema de ensino público almejado (SOUZA, 1998). Desse modo, essa nova forma escolar é entendida como um modelo específico de escola, que rompe com o entendimento escolar que vigorava até então – a escola isolada – e passa a ser encarada como exemplo de escola primária formal pública, a “escola de verdade”, mais eficiente, mais legítima (VIDAL, 2006).

---

<sup>9</sup> As escolas graduadas, como ficaram conhecidas na Espanha – mas que em Portugal assim como na Alemanha ou na Bélgica receberam o nome de escolas centrais – não tiveram a expressão e o significado que tiveram em outros países, como nos Estados Unidos da América e no Brasil, apesar da primeira escola nesses moldes, de que se tem informação, ter surgido em Lisboa em 1869 (SOUZA, 1998; FELGUEIRAS; SILVA, 2006). No Brasil, a terminologia grupo escolar se relaciona ao fato dessa instituição escolar se constituir da reunião de escolas isoladas e/ou reunidas em um único prédio escolar (SAVIANI, 2011).

No Brasil, os grupos escolares aparecem na última década do século XIX, atrelados às Escolas Modelo e às Escolas Normais,<sup>10</sup> oferecendo novos paradigmas pedagógicos e novas formas de gerenciamento do espaço escolar, bem como a vanguarda dos métodos de ensino (SOUZA, 1998). Quando esse processo teve início, em 1893, ano em que começaram a ser implementadas as medidas adotadas nas reformas paulistas de 1892, os grupos escolares se espalharam por todo o estado de São Paulo, chegando a 101 unidades em 1910, 77 delas no interior e outras 24 unidades na capital (SOUZA, 1998).<sup>11</sup> Foi a partir da implementação em São Paulo que o modelo se irradiou pelos demais Estados.

[...] surgidos no corpo das leis desde 1893, em São Paulo e no Rio de Janeiro, regulamentados e instalados a partir de 1894 no estado de São Paulo, os Grupos Escolares emergiram ao longo das duas primeiras décadas republicanas nos estados do Rio de Janeiro (1897); Maranhão e Paraná (1903); Minas Gerais (1906); Bahia (1908), Rio Grande do Norte, **Espírito Santo** e Santa Catarina (1908); Mato Grosso (1910); Sergipe (1911); Paraíba (1916); e Piauí (1922); e somente foram extintos em 1971, com a promulgação da Lei 5.692. Acolheram, ao menos, duas gerações de brasileiros em seus bancos e foram responsáveis pela inserção de uma significativa parcela da população nacional no universo dos saberes formalizados (VIDAL, 2006, p. 3, grifo nosso).

Como lembra Faria Filho (2000), a implantação desse modelo de escolarização significou não apenas uma nova forma de organizar a educação escolar. Havia também, assinala o autor, uma estratégia de ação fundamental no campo da educação institucionalizada por parte do poder estatal, modelando práticas, legitimando competências, propondo metodologias e, finalmente, impondo pedagogias e práticas aos profissionais da educação. Na sua análise, essa política educacional forjou uma nova forma de ensino, graduada, em vez da antiga forma de escola isolada, considerada “pardieiros arcaicos” pelos reformadores republicanos.

Segundo Vidal (2006), os grupos escolares constituíram-se como “escolas graduadas”, pois aglutinavam em um único prédio escolar as antigas “escolas isoladas”, organizando o trabalho dos professores em torno de “séries escolares” que passavam a corresponder ao ano civil e eram finalizadas pela aprovação ou reprovação em exame final. Ademais, a educação sequencial e seriada

<sup>10</sup> A Escola Modelo funcionava como centro de propagação de conteúdos, teorias e práticas pedagógicas que deveriam ser implementadas nos grupos escolares (SIMÕES; SALIM, 2012). No caso da Escola Normal, era a instituição responsável por formar professores entre a segunda metade do século XIX e boa parte do século XX, considerado um local de circulação de conhecimento e construção da cultura escolar, proporcionando mudanças na educação, na ordem social e política (SIMÕES; SCHWARTZ; FRANCO, 2017).

<sup>11</sup> Segundo Saviani (2011), apesar da abrangência na totalidade da instrução pública, a reforma promulgada em 1892 teve em seu âmago a educação primária. Além disso, a grande inovação consistiu na implantação dos grupos escolares, desenvolvidos para aglutinar em um só prédio escolar de quatro a dez escolas isoladas.

[...] substituía as classes de alunos em diferentes níveis de aprendizagem, sob a autoridade única do professor, e era regulado pela introdução da figura do diretor, oferecendo organicidade e homogeneidade à escolarização e produzindo uma nova hierarquia funcional pública. As matrículas restringiam-se ao início do ano letivo e a frequência se apresentava como obrigatória, em geral, para crianças de 7 a 12 anos de idade, o que concorria para estabelecer uma idade da escola primária coincidente a uma determinada idade de infância (VIDAL, 2006, p. 3).

Embora as reformas de São Paulo não tenham conseguido consolidar e estabelecer a unidade ideal do sistema educacional do Estado, as ideias que guiaram essas reformas tiveram um grande impacto nas políticas educacionais de vários Estados brasileiros no século XX (SOUZA, 1998). Simões e Salim (2012) afirmam que, inspirados na experiência paulista, entretanto, a implantação dos grupos escolares no Estado do Espírito Santo ocorreu somente a partir de 1908, e, ainda assim, o novo modelo institucional de escolarização não conseguiu atingir o mesmo padrão alcançado pelos paulistas.

Marco do processo de implantação dos grupos escolares no Estado, a Reforma Gomes Cardim de 1908 teria priorizado, em consonância com o governo de Jerônimo de Souza Monteiro, a fiscalização e a punição na destinação das atividades docentes, por um lado;<sup>12</sup> e, por outro lado, a qualificação profissional dos professores que atuariam nos grupos escolares construídos a partir daquele ano (NOVAES, 2020). Alicerçado nos postulados da escola moderna, representada pelo grupo escolar, o professor paulista Carlos Alberto Gomes Cardim – especialmente contratado pelo governo do Estado para modernizar a instrução pública espírito-santense –, organizou entre os anos 1908 e 1909, nos municípios de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, respectivamente, os primeiros grupos escolares capixabas (LOCATELLI, 2012).

---

<sup>12</sup> Um caso exemplar da rigidez característica da Reforma Cardim é apresentado por Bezerra (2019). Em sua dissertação de mestrado, a pesquisadora destaca o caso da professora Joanna Passos, que exercia o magistério na localidade de Regência, no Espírito Santo. A professora sofreu um processo de demissão no ano de 1909, por “má conduta”, embora tivesse recorrido às acusações utilizando artifícios legais que comprovavam sua inocência.



Tal como se pode constatar pelas cidades acima elencadas, os primeiros grupos escolares capixabas foram implantados nos centros urbanos de maior porte do Estado (HEES; FRANCO, 2003). Nas cidades pequenas e médias (a grande maioria na época), continuaram funcionando as escolas isoladas e reunidas, com modelos multisseriado e monodocente. O fato de, nos primeiros 30 anos do século XX, no Espírito Santo, terem sido formados grupos escolares na forma de destacadas escolas urbanas sugere que o ideal de civilização republicana por meio de grupos escolares não chegou efetivamente ao Espírito Santo (LOCATELLI, 2012).

Ao longo da Primeira República (1889-1930), os grupos escolares enfrentaram diversas dificuldades no Estado do Espírito Santo devido à insuficiência de recursos, como más condições físicas, falta de manutenção das edificações, falta de provimentos materiais, formação inadequada de docentes e funcionários, baixos salários, além de dificuldades para os professores absorverem os novos métodos de ensino (FERREIRA, 2000; SIMÕES; SALIM, 2012). Entretanto, assim como Souza (1998) o fez para o caso paulista, Locatelli (2012) aponta que, no Espírito Santo, mesmo diante de todas essas questões, que dificultavam o acesso e a permanência da população na escola, há indícios de que tenha ocorrido, nesse período, pelo menos uma modesta aproximação das populações mais pobres em relação ao ensino formal.

Apesar dos objetivos dos reformadores, o processo de construção de um modelo republicano de educação no Espírito Santo, principalmente nas cidades do interior, como é o caso do município de Iúna, baseava-se nas condições de políticas locais e na sua estreita relação com a população (LOCATELLI, 2012). Dessa forma, explorando a noção bastante difundida de que essas escolas, vistas como palácios da propaganda republicana, “[...] simbolizavam projetos de mudança para a instrução pública, pode-se argumentar que no contexto capixaba o palácio era de vidro” (SIMÕES; SALIM, 2012, p. 100). Ainda em 1926, à vista disso, o Estado do Espírito Santo somava apenas três Grupos Escolares e uma Escola Modelo: duas instituições na Capital, Escola Modelo e Grupo Escolar Gomes Cardim; um em Cachoeiro de Itapemirim, Bernardino Monteiro, e o outro em Muqui, Dr. Fernando de Souza Monteiro (LOCATELLI, 2012).

De modo geral, conforme descrito por Faria Filho (2000), as políticas das primeiras décadas do século XX levaram à construção de prédios escolares que, ainda hoje, exibem beleza arquitetônica, verdadeiros “palácios”. Entretanto, a partir da década de 1930, para satisfazer o enorme crescimento populacional e a novas demandas profissionais de uma sociedade industrializada, modificou-se o programa de construção dos grupos escolares para responder à urgência de escolarização, sem perder suas principais características relacionadas ao tempo e ao espaço: racionalização e modernização (SOUZA, 2010).

No ano de 1936, por exemplo, segundo dados oficiais arrolados por Ferreira (2000), o Estado do Espírito Santo já operava com 25 Grupos Escolares distribuídos em vários municípios capixabas. Pode-se observar, por esse panorama, um aumento considerável dos grupos escolares em um período de seis anos, quatro em 1930 para 25 em 1936. Em 1939, o Espírito Santo já contava com 52 Grupos Escolares em todo o Estado (FERREIRA, 2000).

Souza e Faria Filho (2006) argumentam que, de um jeito ou de outro, as pesquisas relacionadas aos grupos escolares demonstram que, muito embora implantados durante a primeira experiência republicana no Brasil, a irradiação efetiva dessa modalidade de escolarização aconteceu a partir da década de 1930.

Essa expansão acarretou de muitas maneiras a deterioração das condições de atendimento do ensino primário. **Os grupos escolares deixaram de representar o moderno em educação pública e se tornaram precárias escolas primárias** (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p. 139, grifo nosso).

A partir dos anos 1930, desse modo, existiu preocupação das autoridades em disseminar o já não tão novo modelo escolar republicano pelo território capixaba. Em conformidade com Souza e Faria Filho (2006), o exame desse processo de expansão dos grupos escolares no Estado é importante, assim como o estudo sobre as rupturas e as permanências internas do espaço escolar, ocorridas entre os anos de 1930 e 1970, pois “Somente dessa maneira poder-se-á balizar melhor as representações instituídas no início do século XX acerca dos grupos escolares como símbolo de modernização educacional” (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p. 36). Segundo os pesquisadores, esse período teve expressivo predomínio escolanovista, o que provocou a reconfiguração dos objetivos do ensino primário e uma reordenação da própria instituição escolar no Brasil.

Para institucionalizar a nova ordem imposta pela Revolução de 1930, buscou-se transformar o sistema político e consolidar um amplo programa de reformas sociais, administrativas e políticas no país (FAUSTO, 1997). Schwarcz e Starling (2015) indicam que o projeto varguista de tomada do poder era não só ambicioso, mas centralizador, reformista e autoritário. A agenda incluía quase todas as questões levantadas pela Aliança Liberal entre os anos de 1929 e 1930, entre elas a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a efetiva centralização das políticas educacionais no país.<sup>13</sup>

À frente deste ministério, os mineiros Francisco Campos (1931-1934) e Gustavo Capanema (1934-1945) implementaram duas importantes reformas educacionais, buscando conciliar diferentes projetos educativos, oriundos de forças políticas e sociais diversas – igreja, exército, burguesia, elite agrária e intelectuais (CARVALHO, 2016). Tudo isso em consonância com o princípio central do Estado varguista, que apregoava a indispensabilidade de construção de um sistema de escolarização formal que formasse almas cidadãs, à luz daquilo que a modernidade percebeu como identidade nacional (ALVES, 2010) – um grupo de indivíduos que vivem um mesmo espaço, território; têm tradições e histórias comuns, falam a mesma língua e que, sob a batuta do Estado, anseiam pela defesa, a unidade nacional e territorial, a ordem como princípio civilizatório e o progresso (HOBSBAWM, 1995).

O principal objetivo, calcado no nacionalismo/desenvolvimentismo/unidade nacional, era estabelecer um corte radical entre o velho Brasil desunido, referência à “República Velha”, e um novo Brasil que teria nascido com a chamada “Revolução de 1930” (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Em outras palavras, acreditava-se em um projeto de integração nacional e de reconstrução de uma nova ordem política, econômica e social que não deveria ser dilacerada por disputas partidárias e regionais, mas por uma coesão e união nacional em prol da entrada do Brasil nos tempos modernos (FAUSTO, 1997).

Nesse sentido, a escolarização passou a ser vista como estrutura fundamental no processo de afirmação da nacionalidade brasileira (ALVES, 2010). Com vistas à formação patriótica dos cidadãos brasileiros, colocou-se como conteúdo transversal de ensino nos grupos escolares a Instrução Moral e Cívica, divulgadora de conteúdos que deveriam enfatizar as tradições de um passado homogêneo e os feitos gloriosos de figuras históricas famosas em sua luta pela

---

<sup>13</sup> A Aliança Liberal foi uma aliança política no Brasil efetuada no início de agosto de 1929 por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com intuito de apoiar a candidatura de Getúlio Vargas (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

defesa do território e da unidade nacional (CARNEIRO, 2017). Estes conteúdos não deveriam se limitar a uma determinada disciplina, mas permear todos os aspectos do processo educativo e incluir um estudo dos deveres do ser humano como cidadão em relação ao Estado e à sociedade (ALVES, 2010).

A partir deste governo, os princípios da etnicidade e do nacionalismo passaram a receber mais atenção como proposta estatal, reconhecendo sua importância política na educação escolar como relevante estrutura social no desenvolvimento do Estado-Nação (CARNEIRO, 2017). Dessa forma, o grupo escolar é visto como uma instituição que forma uma cultura nacionalista que permanecerá nas agendas discursivas dos principais partidos, classes e grupos sociais voltados para a realização do Estado em suas diversas instâncias de governo (DIAS, 2019). Assim, reconhecendo a pertinência e o poder da estrutura escolar para a construção de uma nova identidade nacional brasileira, o Estado varguista busca replicar sua ideologia nacionalista no processo de expansão quantitativa das escolas, mantendo a forma “grupo escolar” como um espaço educativo com particularidades próprias (ALVES, 2010).

Expandir o número de grupos escolares no Estado, no entanto, ao que parece, não queria dizer padronizar todo o ensino ou mesmo dar alguma garantia de qualidade aos modelos educacionais já existentes (NOVAES, 2013). Foram as escolas isoladas, até boa parte do século XX, que formaram a maioria das instituições escolares do estado do Espírito Santo. Para se ter uma ideia da importância dessas escolas, basta lembrar que no ano de 1947, por exemplo, funcionou, em todo o Estado, um total de 1155 instituições escolares, distribuídas em 1074 escolas isoladas, 63 grupos escolares, 13 escolas agrupadas, entre outras formas de escolarização (FALCÃO, 2010).<sup>14</sup>

Além disso, como diz Lauff (2018, p. 200), sobre o movimento escolanovista e sua propagação em território capixaba após a Revolução de 1930: “[...] na antessala do Estado Novo, a reforma da *Escola Activa* parece ter sido uma fotografia retirada da parede”. Ou melhor, apesar de adotadas aqui e acolá, as diretrizes escolanovistas não eram explicitamente defendidas nas políticas educacionais capixabas do período. Para a autora, a despeito da manutenção de alguns princípios escolanovistas instituídos pela Reforma alvitada por Atilio

---

<sup>14</sup> O termo “escola isolada” remete ao formato de organização do ensino primário público do Brasil durante o século XIX e que prevaleceu no país mesmo após o processo de implantação dos grupos escolares. As escolas isoladas eram formadas por um ou mais grupos de educandos, ao encargo de um(a) docente. Não havia obrigação quanto a seriação do ensino ou divisão de turmas por idade. Em parte dos casos, o espaço escolar era constituído na casa do próprio docente (NOVAES, 2020).

Vivacqua no final da década de 1920,<sup>15</sup> a partir dos anos 1930 a formação dos professores foi baseada em princípios como o da praticidade e da agilidade, com considerável esvaziamento teórico (LAUFF, 2018).

De qualquer forma, a sociedade brasileira encontrava-se cada vez mais urbanizada e politizada, e já em meados da década de 1940 reivindicava uma demanda por educação pública. Segundo Saviani (2011), as classes populares começaram a considerar o caminho da educação como um meio para alcançar a ascensão social. Além disso,

[...] com a retomada do regime político baseado no voto, as aspirações populares de melhoria de vida mediante a passagem pela educação escolar encontram, no agente político em busca de eleitores, um defensor intransigente da necessidade de criação de mais escolas. A ação do político forçou decisivamente a ampliação dos gastos públicos na rede de escolas (BEISIEGEL, 2004, p. 395).

Essa maior importância, que passou a ser dada à educação como instrumento de ascensão social, estava em consonância com a expansão de um desenho estratificado de sociedade que começava a se desprender de seus traços estamentais e a abraçar particularidades mais próximas às de uma sociedade de classes (BEISIEGEL, 2004). Em consequência disso, as classes populares identificam no Estado e suas políticas públicas as possibilidades de atendimento de suas aspirações: “[...] o agente político aparece como o mediador entre as reivindicações educacionais dos habitantes e a atuação do Poder Público na área do ensino” (BEISIEGEL, 2004, p. 397).

Nesse momento, “[...] sob o impacto da extraordinária difusão internacional da chamada pedagogia da educação nova [...] as concepções de escola e de educação vão sendo gradativamente reconfiguradas” (CARVALHO, 2016, p. 241). Tecidas com os velhos ideais do progresso e customizadas nos moldes do nacionalismo e da religiosidade, novas possibilidades de educação escolanovista eram colocadas em jogo no final da década de 1940 (SAVIANI, 2011). Mais uma vez, como ocorrera durante a Primeira República (1889-1930) e o primeiro governo Vargas (1930-1945), os grupos escolares seriam mais uma vez representados como importantes meios de escolarização formal da população (BARACHO, 2016).

<sup>15</sup> Segundo Berto (2013, p. 240), “[...] a reforma educacional proposta [por Atilio Vivacqua] para o Espírito Santo pode ser compreendida num emaranhado que envolve tanto sentimentos de brasilidade, como anseios nacionalistas – os quais tendiam a facilitar as adesões dos segmentos sociais mais amplos à proposta –, bem como princípios científicos em busca da adaptação dessas orientações à realidade local”.

A noção de escolarização é aqui observada, a partir de Souza e Faria Filho (2006), como forma de conhecer e compreender, por meio de narrativas e documentos, processos, normas, valores e comportamentos que permeiam a institucionalização da escola em determinado espaço e época. Para os autores, é preciso observar de modo mais detido para os processos de escolarização das crianças, observando de perto a duração do tempo de escola e seu significado social, a oscilação da frequência escolar, a origem socioeconômica dos alunos. Particularmente, no estudo das condições socioeconômicas dos alunos, é necessário

[...] considerar dados de livros de matrícula que possibilitem uma caracterização mais precisa e empírica do que a pressuposição apressada segundo a qual os grupos teriam servido inicialmente às camadas médias e às elites, uma vez que alguns estudos têm demonstrado a presença de grupos sociais heterogêneos e uma grande presença de crianças de camadas populares. Além disso, é preciso levar em conta outros dados de caracterização, por exemplo, gênero, raça, nacionalidade (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p. 38).

Enfim, até mesmo nas lembranças daquelas pessoas que não puderam frequentar os grupos escolares, estes permanecem como modelo de escola de qualidade, não sendo raro localizar, ainda hoje, aqueles que se referem à Escola Fundamental de 1ª à 5ª séries como “grupos escolares” (SOUZA, 1998). Além disso, a cultura escolar tecida neste formato de escola, mesmo quase meio século após seu desaparecimento, ainda é observável nas escolas atuais, tanto em termos de graduação e ensino simultâneo, como em termos de horários e racionalização do trabalho nas escolas, ou, até mesmo, em outras práticas escolares mais sutis, como recompensas morais e punições (VIDAL, 2006).

Essa perspectiva de análise possibilita o entendimento dos processos de escolarização, atrelados aos processos culturais estabelecidos por sujeitos que, em meio às relações de força, atuavam e faziam do Grupo Escolar Henrique Coutinho, em meados do século XX, um horizonte de possibilidades latentes. Dessarte, torna-se imprescindível

[...] desnaturalizar o lugar que a própria historiografia construiu para a instituição escolar em nossa formação social, mostrando-a como um vir a ser contínuo e **em constante diálogo com outras instituições e estruturas sociais**. Os defensores da escola e de sua importância no processo de civilização do povo tiveram de, lentamente, apropriar, remodelar, ou recusar tempos, espaços, conhecimentos, sensibilidades e valores próprios de tradicionais instituições de educação. Mas não apenas isso: a escola teve também de inventar, de produzir o seu lugar próprio, e o fez, também, em íntimo diálogo com outras esferas e instituições da vida social (FARIA FILHO, 2016, p. 136, grifo nosso).

Em consequência disso, ao investigar o passado do Grupo Escolar Henrique Coutinho, procurei aproximar-me intensivamente dos aspectos que dizem respeito à escola, as relações de força envolvidas na sua criação, suas possíveis relações com o modelo de educação em circulação naquele período e sua organização pedagógica ao longo dos primeiros anos de funcionamento. Ao olhar para essas dimensões, acredito ser possível compreender de que forma o Grupo Escolar Henrique Coutinho se posicionou diante do desafio de colaborar para que sociedade tão afastada da “capital” se identificasse e fosse identificada como parte da “nação”.

É nesse contexto de expansão da escolarização primária formal no Estado do Espírito Santo, entre as décadas de 1930 e 1950, que esta investigação se propôs a analisar o processo de constituição do Grupo Escolar Henrique Coutinho. Para isto, lancei mão dos seguintes questionamentos:

- a) Que relações de força locais (econômicas, políticas, religiosas, dentre outras) interferiram na criação dessa escola?
- b) No campo das práticas pedagógicas, como o Grupo Escolar Henrique Coutinho se organizava?
- c) Que relações o Grupo Escolar Henrique Coutinho estabelecia com modelos educacionais em circulação no Espírito Santo e no Brasil?

Em busca de responder a essas questões, este texto se organiza em quatro movimentos, quais sejam: no primeiro capítulo, intitulado “Da literatura sobre os grupos escolares às fontes e ao método”, é apresentada uma revisão de literatura que abrange pesquisas sobre grupos escolares na região Sudeste e no Espírito Santo. Além disso, são discutidas as interlocuções teórico-metodológicas, incluindo o percurso em busca das fontes e o processo de análise das mesmas.

O segundo capítulo, “O Grupo Escolar Henrique Coutinho no contexto da expansão dos grupos escolares no Estado do Espírito Santo (1930-1941)”, concentra-se no período de criação da escola. Ele aborda o início do Grupo Escolar Henrique Coutinho, ocorrido entre 1938 e 1939, e discute a ampliação dos grupos escolares no Espírito Santo de 1930 a 1941. A construção e inauguração do prédio do Grupo Escolar Henrique Coutinho, que ocorreu de 1940 a 1941, também são exploradas neste capítulo.

No terceiro capítulo, “Organização administrativa do Grupo Escolar Henrique Coutinho (1946-1960)”, são tratados temas relacionados à administração da escola nesse período. São abordados os aspectos administrativos da instituição, incluindo a gestão de alunos e alunas, bem como o financiamento paralelo que influenciou diretamente no funcionamento da escola.

Já o quarto capítulo, “Organização pedagógica do Grupo Escolar Henrique Coutinho (1946-1960)”, foca nas práticas pedagógicas adotadas na escola durante as décadas de 1940 e 1950. São explorados os aspectos curriculares, a formação dos docentes que atuaram no Grupo Escolar Henrique Coutinho e os métodos de ensino utilizados. Além disso, é investigado o aproveitamento acadêmico dos alunos ao longo dessas décadas.

Ao seguir essa estruturação dos capítulos, espero responder às questões de pesquisa que nortearam este estudo, oferecendo uma compreensão mais abrangente das relações de força locais, da organização pedagógica e administrativa do Grupo Escolar Henrique Coutinho, e das influências de modelos educacionais em circulação no Espírito Santo e no Brasil.



## **1 DA LITERATURA SOBRE OS GRUPOS ESCOLARES ÀS FONTES E AO MÉTODO**

Este capítulo desempenha um papel crucial na pesquisa, pois proporciona uma revisão abrangente da literatura existente e estabelece as bases teórico-metodológicas que sustentam o estudo sobre o Grupo Escolar Henrique Coutinho. Para isso, serão abordados dois tópicos principais: os estudos sobre os grupos escolares na região Sudeste e no Espírito Santo e as interlocuções teórico-metodológicas adotadas.

Na primeira parte, serão apresentadas as pesquisas realizadas tanto na região Sudeste quanto especificamente no Espírito Santo, visando compreender o que já foi produzido sobre os grupos escolares nesse contexto. A busca por publicações revelou que o número de estudos focados exclusivamente nos grupos escolares do Espírito Santo é limitado, especialmente considerando recortes temporais a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas. Portanto, além de selecionar estudos que abordam diretamente os grupos escolares no estado, também foi necessário incluir pesquisas com enfoque mais amplo sobre os grupos escolares no Brasil, especificamente na região Sudeste. O critério de filtragem adotado foi a consideração de trabalhos publicados a partir de 2010, a fim de atualizar o panorama de pesquisa.

Na segunda parte, serão exploradas as interlocuções teórico-metodológicas que guiam esta dissertação. No percurso em busca das fontes, destaca-se a importância das fontes provenientes do arquivo escolar, reconhecendo sua centralidade para a pesquisa. Essas fontes, como registros administrativos, relatórios escolares e documentos oficiais, fornecem elementos essenciais para compreender a constituição dos grupos escolares no Espírito Santo. Quanto ao processo de análise das fontes, adotou-se a abordagem da micro-história italiana, com destaque para o paradigma indiciário. Esse paradigma permite a análise minuciosa dos vestígios presentes nas fontes, revelando pistas e inferências que contribuem para a compreensão dos eventos históricos. Além disso, serão consideradas diferentes escalas de observação, permitindo uma análise tanto macro quanto micro do Grupo Escolar Henrique Coutinho na relação com o contexto mais amplo do período.

A revisão de literatura e a interlocução teórico-metodológica desenvolvidas neste capítulo constituem um embasamento sólido para a pesquisa, fornecendo um panorama abrangente dos estudos sobre grupos escolares no Espírito Santo e estabelecendo as bases conceituais e metodológicas para a análise das fontes do arquivo escolar. Essa abordagem permitirá uma compreensão aprofundada da constituição e funcionamento do grupo escolar de Iúna no contexto de produção específico da localidade, contribuindo para o avanço do conhecimento na área.

### 1.1 ESTUDOS SOBRE OS GRUPOS ESCOLARES NO ESPÍRITO SANTO

De modo a compreender o que já se havia produzido sobre os grupos escolares no Espírito Santo, realizamos buscas em diferentes categorias de publicações, sobre a temática da constituição dos grupos escolares no Estado do Espírito Santo em meados do século XX. Tendo em vista a especificidade do objeto de estudo, tomamos como ponto de partida, baseando-me em Franco, Salim e Simões (2009), a hipótese de que não deveria ser grande o número de publicações sobre os grupos escolares no Estado, principalmente com recortes situados a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e/ou após este período.

Sobre a produção acadêmica, observa-se que o processo de criação dos grupos escolares capixabas, dentre outras possibilidades de recortes e objetos de pesquisa, insere-se nos debates realizados pelos pesquisadores supracitados quando indicam, particularmente, as limitações da pesquisa histórica sobre a educação no Espírito Santo. Isso pode ser observado ao se analisar a quantidade de trabalhos realizados sobre os grupos escolares no Estado, sobretudo com recortes a partir dos anos 1930 (FRANCO; SALIM; SIMÕES, 2009). Essa realidade, levou-nos a dar menos prioridade ao recorte temporal, num primeiro momento, e privilegiar a análise de conteúdo das publicações, de forma a identificar contribuições importantes para ajudar a elucidar o problema de pesquisa. Como lembra Bloch (2001), sempre existirão recortes aproximados percorridos por pesquisadores anteriores que merecerão ser levados em conta para um posicionamento diante do problema.

A investigação foi baseada em uma revisão de literatura ancorada em teses e dissertações disponibilizadas pelas plataformas Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Repositório da Universidade Federal do Espírito Santo (riUfes). Do mesmo modo, lançamos mão de buscas em revistas da área da História da Educação como os *Cadernos de*

*História da Educação* da Universidade Federal de Uberlândia, os *Cadernos de Pesquisa em Educação* da Universidade Federal do Espírito Santo e o indexador *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*. Além disso, realizamos buscas nos bancos de dados da *Revista Brasileira de História da Educação (RBHE)*, *Revista HISTEDBR On-line* e *Revista História da Educação/Asphe*, mas não localizamos nenhum trabalho que estivesse em paralelo com os interesses desta pesquisa. Por fim, alguns trabalhos foram localizados através da consulta às referências bibliográficas dos trabalhos selecionados. Utilizamos, como descritores de busca, os termos “grupo escolar”, “grupos escolares”, “escola graduada” e “escolas graduadas”.

Primeiramente, elegemos estudos que privilegiassem os grupos escolares no Espírito Santo como foco de análise, desconsiderando aqueles que os abordavam apenas de maneira tangencial. Esse movimento demonstrou, todavia, que no caso capixaba, devido ao baixo número de trabalhos localizados, não seria possível empreender uma revisão de literatura somente com estudos desse tipo. Conseqüentemente, já nesta primeira etapa, ficou evidente que os trabalhos que tratassem dos grupos escolares no Brasil, mais precisamente na região Sudeste, também deveriam compor a literatura selecionada. Neste caso, sobre os trabalhos com recortes espaciais fora do Espírito Santo, a fim de limitar o número de estudos, estabelecemos como critério de filtragem os trabalhos publicados a partir do ano de 2010.

Localizamos dez estudos que tratam de alguma forma dos grupos escolares no Espírito Santo: Ferreira (2000), Novaes (2013; 2020), Locatelli (2012), Lima (2013) e Simões e Salim (2012). Destes, apenas Novaes (2013) trabalha com recorte temporal a partir do ano de 1930.<sup>16</sup> Dentre os trabalhos que tratam tangencialmente aspectos concernentes à constituição dos grupos escolares no Espírito Santo, encontram-se os de autoria de Rosa (2008), Falcão (2010), Alencar (2016) e Lauff (2018). Já entre os trabalhos que tratam da constituição dos grupos escolares na região Sudeste como foco de investigação, encontram-se os de autoria de Souza (2010), Lima (2010), Alves (2010), Baracho (2016), Dias (2019) e Giraldes (2018).

---

<sup>16</sup> O estudo de Novaes (2013) é uma exceção nesta revisão de bibliografia. Apesar do critério de privilegiar artigos, dissertações e teses, a monografia de Novaes se mostrou importante para a compreensão do imaginário em torno dos grupos escolares capixabas, ao longo dos anos 1930 e início dos 1940. Trata-se de um trabalho que trouxe respostas para indagações que não encontraram diálogo em outra pesquisa até o momento. A monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso em Pedagogia da Universidade Federal do Espírito Santo.

Abordagens diversas já foram apresentadas para o estudo sobre a constituição dos grupos escolares no Brasil e sua relação com os processos de escolarização entre os anos de 1930 e 1950. De qualquer forma, assim como foi apontado por Souza e Faria Filho (2006) e ratificado por Souza (2019), a História Cultural continua predominante nos estudos sobre o tema. Quanto ao uso das fontes, também há variações, uma minoria não utiliza documentos oficiais, optando por relatos orais e fontes impressas como revistas e jornais, enquanto outros estudos tornam o contexto de análise mais amplo ao optarem também por documentação armazenada em arquivos públicos, escolares e até mesmo pessoais (principalmente fotografias).

Após a leitura integral dos trabalhos, realizamos um último recorte, tomando como critério a relação entre as discussões apresentadas nos estudos e as questões propostas para esta pesquisa. É nesse diapasão, inclusive, que as informações recortadas foram sistematizadas na apresentação a seguir. De modo geral, buscamos compreender nessas pesquisas os processos de constituição dos grupos escolares na região Sudeste, privilegiando o caso capixaba, nos diálogos possíveis com as propostas de ensino e modelos escolares por eles representados em meados do século XX.

### **1.1.1 Pesquisas Sobre Grupos Escolares na Região Sudeste**

Como indica o Quadro 1, o estudo sobre os processos de constituição dos grupos escolares na relação com os modelos de escolarização, com recortes a partir dos anos 1930, é uma possibilidade de pesquisa pouco explorada. Tendo como critério temporal o ano de 2010, apenas seis estudos foram localizados: um no Estado de São Paulo e cinco em Minas Gerais. Ademais não foram localizados estudos no Estado do Rio de Janeiro. De qualquer forma, a prevalência de pesquisas sobre os grupos escolares em Minas Gerais, dentro do recorte acima destacado, relaciona-se com a quantidade de grupos escolares implantados nessa região: se São Paulo foi o principal foco de irradiação desse modelo de instituição escolar durante a Primeira República, Minas Gerais tomou a dianteira nesse processo a partir do primeiro governo varguista (MARCÍLIO, 2005; ARAUJO, 2019).

Quadro 1 – Pesquisas sobre grupos escolares na região Sudeste

AUTOR	TÍTULO	ANO	UNIVERSIDADE/ REVISTA	TIPO*
SOUZA	Grupo Escolar de Ibiá, MG (1932 a 1946): uma expressão estadual	2010	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	D
LIMA	História do Grupo Escolar Coronel Carneiro, Uberlândia-MG (1946-1971)	2010	Cadernos de História da Educação	A
ALVES	A Reconstrução da Identidade Nacional na Era Vargas: práticas e rituais cívicos e nacionalistas impressos na cultura do Grupo Escolar José Rangel / Juiz de Fora-MG (1930-1945)	2010	Universidade Federal do Rio de Janeiro	T
BARACHO	Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek: modernização na arquitetura e nas concepções educacionais em Diamantina, 1951-1961	2016	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	D
DIAS	Trilhas e rastros da educação primária: história do Grupo Escolar Coronel José Teófilo Carneiro, Uberlândia-MG, 1940-1970	2019	Universidade Federal de Uberlândia	D
GIRALDES	A constituição da escolarização do município de Orlandia/SP de 1914 a 1946: um estudo por meio de aspectos da história do Grupo Escolar “Coronel Francisco Orlando”	2018	Universidade Estadual Paulista (USP)	D

\*D: dissertação; T: tese; A: artigo.

Na dissertação de Souza (2010) a constituição do Grupo Escolar de Ibiá, entre os anos de 1932 e 1946, no Estado de Minas Gerais, é articulada com diferentes escalas de observação: o foco se alterna entre os processos políticos, econômicos e socioculturais em nível nacional, regional e local. Na visão da autora, os grupos escolares emergiam como um dos momentos de produção de um mundo novo, urbano e moderno, que se almeja construir desde o início do século XX. Assim, os grupos escolares buscaram atender às expectativas desse novo cenário urbano e moderno, que tem como princípios nacionais o disciplinamento, a ordem e o progresso.

O estudo indica que as relações existentes no contexto nacional e regional influenciaram e/ou determinaram grande parte do movimento do Grupo Escolar de Ibiá nesse período. Souza (2010) compreende que as práticas em circulação naquela instituição escolar correspondiam às expectativas daquele momento histórico, sendo estas concebidas de acordo com as necessidades do Estado-nação. Dessa forma, os tempos e os espaços escolares materializaram, tanto quanto outros dispositivos, a gradual passagem da escola para uma dinâmica educacional muito mais racionalizada e controlada pelo Estado.

Baracho (2016) apresenta em sua dissertação o processo que engloba a concepção, edificação, inauguração e os primeiros movimentos do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, também no Estado de Minas Gerais, entre os anos de 1951 e 1961. Esse processo de constituição do terceiro grupo escolar em Diamantina se insere em um recorte no qual o poder público e a sociedade civil se sensibilizam, à volta de um largo debate sociopolítico e acadêmico, em torno da modernização e do desenvolvimento nacional via escolarização formal.

Semelhante à Souza (2010), a autora aponta para o entendimento das representações elaboradas sobre a realidade do Brasil no período que abarca a sua pesquisa: um tempo de intensas mudanças e transições (BARACHO, 2016). Por isso mesmo, políticos, religiosos e intelectuais vislumbravam concessões e apoios para construir o grupo escolar na cidade, com o propósito de alavancar o desenvolvimento socioeconômico, o progresso aspirado e o horizonte político de determinados grupos. Na sua análise, esse momento pode ser caracterizado como um período de modernização, voltado para a industrialização e a urbanização no Brasil.

Em artigo publicado no periódico *Cadernos de História da Educação*, da Universidade Federal de Uberlândia, Lima (2010) expõe os principais aspectos que caracterizaram o Grupo Escolar Coronel José Teófilo Carneiro, instalado em Uberlândia-MG, no recorte que perpassa tanto o período da primeira experiência democrática da história do Brasil (1946-1964) quanto o período que corresponde a primeira metade da última ditadura brasileira (1964-1985), compreendido entre os anos de 1946 e 1971. Nesse contexto, a inauguração do grupo escolar sobreveio em um tempo de rápidas transformações sócio-urbanas. Implícitos a estas mutações na paisagem urbana, localizar-se-iam retóricas nacionalistas, em certo sentido ufanistas, das quais o tema principal incidia no que se refere a escola.

A autora pontua, no mesmo diapasão de Souza (2010) e Baracho (2016), que a inauguração do Grupo Coronel José Teófilo Carneiro aconteceu em um tempo de rápidas mudanças sócio-urbanas (LIMA, 2010). Na sua análise, ainda que faltassem os recursos necessários para a integral operacionalização do grupo escolar, era necessário atribuir importância às suas práticas, porque era também uma das formas de mostrar que o poder público estava investindo nas questões de educação, principalmente aquelas relacionadas com a alfabetização da população.

Giraldes (2018) apresenta em sua dissertação os aspectos históricos especificamente do Grupo Escolar Coronel Francisco Orlando, no estado de São Paulo, entre os anos de 1914 e 1946. A historiadora guia sua análise através dos aspectos intrínsecos ao processo de escolarização na região, num recorte temporal que vai da crise da proposta republicana da escolarização à promulgação da Lei Orgânica do Ensino Primário de 1946 (LOEP). Na sua visão, a gênese do processo de periferização do primeiro grupo escolar de Orlândia ocorreu como condição da especificidade da região, isto é, da história do processo irregular e combinado propriamente da sociedade de classe.

As mudanças ocorridas no espaço urbano da cidade, naquele contexto, estariam associadas à afirmação da localidade na almejada modernização da infraestrutura do espaço citadino, a qual representava o foco despendido à nova cultura das relações sociais a partir da implementação do sistema republicano no Brasil (GIRALDES, 2018). Dessarte, as possibilidades de instalação do Grupo Escolar Coronel Francisco Orlando, ainda em meados do primeiro quarto do século XX, relacionar-se-iam à retórica dos agentes políticos no que concerne ao reconhecimento das emergentes necessidades espaciais do meio urbano, sobretudo à mobilização de acomodações políticas na administração pública que colocaram em circulação os passos iniciais do processo de constituição do grupo escolar em terra cafeeira.

Alves (2010) investiga em sua tese o projeto de reconstrução da identidade nacional brasileira na Era Vargas (1930-1945), esquadrihando os seus redimensionamentos na cultura escolar pública mineira. Inserindo-se em uma realidade de afirmação dos Estados Nacionais, entre os anos de 1930 e 1945, o Grupo Escolar José Rangel, localizado no município de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais, teria se apropriado e modificado, em seus aspectos político e pedagógico, a proposta estatal de reconstrução da identidade nacional brasileira almejada por Getúlio Vargas. Nesse quadro, a partir da instituição de novas consagrações, feriados e rituais que divulgavam os “supostos” heróis da pátria, os símbolos nacionalistas e as intervenções do poder público no cotidiano dos grupos escolares, o anunciado governo “[...] se apropriou da escola pública mineira para fazer valer seus espetáculos de propaganda e exaltação nacionalista” (ALVES, 2010, p. 133).

Isso teria ocorrido, segundo Alves (2010), à medida que a organização pedagógica do grupo escolar acentuava o caráter autoritário do governo, o qual objetivou colocar o sistema educacional a serviço da proposta de implantação e legitimação de sua política autoritária e nacionalista. A elaboração dessa política para o campo da educação, entre os anos de 1930 e 1945 e seus vários redimensionamentos nos grupos escolares de Minas Gerais, indicam a conjuntura de intensa influência em que foram arquitetadas, seu meio de produção e, sobretudo, “[...] o contexto da prática em que foram interpretadas” (ALVES, 2010, p. 134). Assim, o Grupo Escolar José Rangel constituiu-se como ambiente institucional de reinterpretação das políticas educacionais nacionalistas do primeiro governo varguista (1930-1945).

Além do recorte temporal proposto por Alves (2010), Dias (2017) analisa em sua dissertação os sujeitos e as práticas do Grupo Escolar Osório de Moraes, município de Coromandel/MG, entre os anos de 1932 e 1971. Seu estudo possibilita compreender a história do Grupo Escolar Osório de Moraes nas suas particularidades, posto que os sujeitos ali inseridos e suas práticas deixaram marcas, não só, propriamente, para a história do grupo escolar, como também para o município, que se apresentava como uma localidade promissora, devido às riquezas do seu subsolo (DIAS, 2017).

O município de Coromandel, situado na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e na microrregião de Patrocínio, teria sido favorecido com a instalação de um grupo escolar em razão de mobilizações políticas locais com o governo estadual de Minas Gerais (DIAS, 2017). Isso representou, assevera Dias (2017, p. 74), uma formidável marcha na direção do desenvolvimento da educação do município; afinal, “[...] foi a primeira instituição criada nos moldes estruturais-organizacionais que concebemos hoje, com salas de aulas, secretarias, pátios”. Implantada num espaço urbano, amplo e central, o grupo escolar atraiu a atenção dos cidadãos daquele tempo, por ser algo imponente e diferente do que – até então – era conhecido. A constituição dessa instituição escolar teria sido, nesse sentido, uma oportunidade de crescimento para o município recém-emancipado (DIAS, 2010).



De modo geral, os trabalhos selecionados sobre os grupos escolares na região Sudeste estão inseridos nas possibilidades destacadas por Souza (2019). Dito de outra forma, esses estudos demonstram que a relação do grupo escolar com outros setores da sociedade é um ganho importante de compreensão. Do mesmo modo, destacam-se algumas tendências inovadoras; entre elas: a proposta de se apreender o processo que relaciona a constituição dos grupos escolares às especificidades de determinadas localidades (SOUZA, 2010; BARACHO 2016), as questões do cotidiano escolar e sua relação com as demandas mais gerais da sociedade (LIMA, 2010; GIRALDES, 2018), a problemática envolvendo a reconstrução da identidade nacional durante o primeiro período varguista (ALVES, 2010) e, ainda, a relação – nem sempre coerente e harmônica – entre os ideários republicanos e os preceitos do escolanovismo durante o primeiro regime varguista (1930-1945) e a partir do fim desse período (DIAS, 2017).

Como acentuaram Souza e Faria Filho (2006), e recentemente Souza (2019), essas novas investigações em história da educação redimensionam o próprio lugar do grupo escolar na história das instituições escolares de ensino primário, tendo-se em vista as singularidades regionais da expansão do ensino público no Brasil ao longo do século XX.

### **1.1.2 Pesquisas Sobre Grupos Escolares no Espírito Santo**

Como se pode constatar no Quadro 2, poucos estudos tomam a questão dos grupos escolares no Espírito Santo com recortes temporais a partir dos anos 1930 (ROSA, 2008; FALCÃO, 2010; NOVAES, 2013; LAUFF, 2018) e outros dois estudos tecem apenas breves comentários sobre a situação desse modelo de instituição escolar no Estado nesse período (FERREIRA, 2000; SIMÕES; SALIM, 2012). Em todo caso, a maioria dos trabalhos que toma os grupos escolares como foco principal de investigação localiza seus recortes temporais no período que compreende a Primeira República no Brasil (LOCATELLI, 2012; SIMÕES; SALIM, 2012; LIMA, 2013; ALENCAR, 2016; NOVAES, 2020).

Quadro 2 – Pesquisas sobre grupos escolares no Espírito Santo

AUTOR	TÍTULO	ANO	UNIVERSIDADE/ REVISTA	TIPO*
FERREIRA	História dos Grupos Escolares no Espírito Santo	2000	Congresso Brasileiro de História da Educação	A
ROSA	Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no governo Vargas 1930-1945: o caso do Espírito Santo	2008	Universidade Federal do Espírito Santo	D
FALCÃO	História do Ensino da Leitura no Espírito Santo (1946 – 1960)	2010	Universidade Federal do Espírito Santo	T
SIMÕES; SALIM	A organização de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: um estudo sobre a Reforma Gomes Cardim (1908 – 1909)	2012	Cadernos de História da Educação	A
LOCATELLI	Espaços e Tempos de Grupos Escolares Capixabas na Cena Republicana do Início do Século XX: arquitetura, memórias e história	2012	Universidade Federal do Espírito Santo	T
LIMA	Práticas de escolarização da educação física no Espírito Santo: o Grupo Escolar Bernardino Monteiro (1908 a 1925)	2013	Universidade Federal do Espírito Santo	D
NOVAES	Os Grupos Escolares no Espírito Santo: “Imagens” em Circulação na Revista Vida Capichaba (1930 – 1943)	2013	Universidade Federal do Espírito Santo	M
ALENCAR	Escolarização no Norte do Espírito Santo início do Século XX: das escolas isoladas aos grupos escolares	2016	Universidade Federal do Espírito Santo	D
LAUFF	Diretrizes Para Formação de Professores Espírito-santenses na Antessala da Ditadura do Estado Novo (1930 – 1937)	2018	Universidade Federal do Espírito Santo	T
NOVAES	A Emergência do Grupos Escolares e a Produção, pela diferenciação, das “Escolas Isoladas” no Espírito Santo (1908 – 1916)	2020	Universidade Federal do Espírito Santo	D

\*M: monografia; D: dissertação; T: tese; A: artigo.

Novaes (2020) analisa, em sua dissertação, a emergência dos grupos escolares no Espírito Santo nas duas primeiras décadas do século XX (1908-1916), na sua relação, pela diferenciação, com as escolas isoladas. A autora pontua o fato de que é com o surgimento dos grupos escolares que a escola unitária – também chamada escola de primeiras letras ou elementar durante o século XIX – passa a ser designada “escola isolada”. Em consequência, a designação “escola isolada” teria produzido novas formas de representação social para um antigo padrão; isto é, em oposição ao grupo escolar, posto como “[...] símbolo maior da pedagogia moderna e do ideário republicano” (NOVAES, 2020, p. 146).

Com a implementação na cidade de Vitória do Grupo Escolar Gomes Cardim, em 1908, como primeiro grupo escolar no Estado do Espírito Santo, construído meses após a implementação da Escola Modelo na mesma cidade como resultado da reforma Gomes Cardim, o entusiasmo dos agentes políticos teria se alargado e assim se instaurou um decreto estadual estabelecendo a extinção das escolas isoladas da Capital (NOVAES, 2020). Evidenciou-se, dessa forma, argumenta Novaes (2020, p. 146), “[...] a força simbólica do grupo escolar e, ao mesmo tempo, o modo como a reforma educacional em curso pautava-se em uma tentativa de transplantação de um modelo escolar à revelia do que a realidade capixaba apresentava”. Na contramão do que ocorreu em outros estados brasileiros, principalmente em São Paulo e Minas Gerais, a origem da “escola isolada” na legislação capixaba processou-se em contraponto à implementação da Escola Modelo e não depois da real implantação dos grupos escolares capixabas, “[...] sinalizando o caráter imediatista e prescritivo da Reforma Cardim” (NOVAES, 2020, p. 49).

Em artigo publicado nos *Cadernos de Pesquisa em Educação* da Universidade Federal do Espírito Santo, Simões e Salim (2012) analisam a reforma da instrução pública empreendida pelo paulista Carlos Alberto Gomes Cardim (1865-1932), como elemento fundamental da proposta de governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912) para o Estado do Espírito Santo. O âmago desse programa de governo, todavia, seria a dita “modernização” do Estado, que ocorreria não somente por meio de transformações no campo da educação, propriamente, mas também via “[...] projetos de urbanização e de investimentos no setor produtivo” (SIMÕES; SALIM, 2012, p. 93). Entretanto, alertam as autoras, alguns fatores decisivos contribuíram para que os grupos escolares não ocupassem plenamente, no caso capixaba, a “[...] centralidade do lugar a eles atribuídos no modelo paulista” (SIMÕES; SALIM, 2012, p. 105).

A proposta de reformar a educação capixaba, a partir de 1908, mostrou-se limitada e, nesse sentido, foi incapaz de colocar abaixo os privilégios localmente estabelecidos (SALIM; SIMÕES, 2012). Essa realidade pode ser constatada, por exemplo, na limitação gerada pelo contraste entre, de um lado, o caráter altamente seletivo dos grupos escolares construídos a partir de 1908, como também pelo reduzido investimento financeiro na instrução pública capixaba; e, de outro lado, os discursos oficiais dos agentes políticos e midiáticos que, desconexos com a realidade, propagandeavam um suposto “[...] potencial da educação como base para o desenvolvimento nacional” (SIMÕES; SALIM, 2012, p. 93). Não à toa, as autoras sustentam que, assim como ocorreu em diferentes regiões do Brasil, a efetiva disseminação de grupos escolares pelo Espírito Santo – ainda que limitada em relação às escolas isoladas – só se ampliaria a partir da década de 1930.

Das 25 instituições desse tipo existentes no estado em 1936, passou-se a 52 em 1939 e a 69 em 1940. Observa-se, entretanto, que essa significativa expansão foi acompanhada pelo crescimento das escolas isoladas que passaram de 127 providas em 1908 para 829 na década de 1940, enquanto os grupos passaram de três em 1926 para 69 em 1940 (SALIM; SIMÕES, 2012, p. 106).

Lima (2013), em sua dissertação, estuda o modo como, nas duas últimas décadas da Primeira República, ocorreu a constituição do Grupo Escolar Bernardino Monteiro, localizado no município de Cachoeiro de Itapemirim, e o lugar da Educação Física, que dava os primeiros passos como disciplina na escolarização capixaba no primeiro quarto do século XX. Durante o período abarcado por sua pesquisa, os grupos escolares nasciam no Espírito Santo – pelo menos na boca dos agentes políticos e no imaginário popular – como uma via para se alcançar a modernidade da época, tendo como princípios: “[...] civilização, progresso, igualdade, democracia e laicidade” (LIMA, 2013, p. 136). Esses discursos tinham em seu cerne, segundo a autora, “[...] a intencionalidade de formar o cidadão republicano, com a conformação do sentimento pátrio, o amor e o respeito pelo País”, assim como a comunicação àqueles que assistiam aos desfiles, paradas militares ou outras atividades postas em prática no grupo escolar e socializadas com a comunidade (LIMA, 2013, p. 113).

Apesar das limitações impostas aos grupos escolares naquele tempo, como demonstram Salim e Simões (2012), o Grupo Escolar Bernardino Monteiro, na perspectiva defendida por Lima (2013), embora não atendesse a todas as crianças do município, representou um avanço no campo educacional e, com particularidade, na escolarização das crianças que por aquele espaço circulavam. Na mesma medida, o referido grupo escolar teria contribuído ainda com o

processo de urbanização do município e o imaginário social dos cidadãos cachoeirenses, que viam na educação institucionalizada, isto é, nos grupos escolares, uma possibilidade de ascensão social e de pertencimento à nação, neste caso principalmente pelas manifestações praticadas em seu espaço nos dias de festa (LIMA, 2013).

Outra pesquisa é a dissertação de Alencar (2016), cujo objeto foi analisar a expansão do ensino primário no norte do Estado do Espírito Santo entre os anos de 1908 e 1930. A autora aborda os desdobramentos dos discursos republicanos sobre a educação, em circulação nesse período, na relação com o processo de expansão da escolarização primária no norte espírito-santense. Contribui, também, para a compreensão dos grupos escolares em sua realidade concreta frágil, pois certas realidades somente existiam no discurso político.

A autora conjectura que, esse “descaso” no que se refere a construção de grupos escolares na região norte do Estado, durante a Primeira República (a partir de 1908, com a Reforma Gomes Cardim), poderia ser premeditado pelas autoridades estaduais, pois se investisse nessas áreas com estradas de ferro e urbanização, por exemplo, as riquezas e a prosperidade daquela zona estariam em maior evidência, podendo acirrar a disputa pelas terras com o estado da Bahia. Além disso, ainda que o Estado do Espírito Santo não perdesse o território para o estado da Bahia, caso investisse na região, isso acabaria por facilitar a comunicação dos baianos com a região norte do Espírito Santo, o que significaria facilitar ainda a saída de mercadorias, como o café, a mandioca e a madeira, o que poderia representar em certa concorrência aos latifundiários do sul capixaba – região em que estavam de fato os investimentos da elite política da época (ALENCAR, 2016).

Por isso, a investigação despendida por Alencar (2016), possibilita a compreensão dos discursos republicanos que marcavam a instituição do grupo escolar como padrão de escola que se queria para a República recém-instaurada. Além disso, ao considerar as aproximações e os distanciamentos entre os municípios de Colatina e São Mateus, indica que o processo de expansão do ensino primário apresentado na região Norte do Espírito Santo, revela singularidades tanto com relação ao Estado como na comparação com diferentes realidades dentro daquela região.

A tese produzida por Locatelli (2012), por sua vez, analisa a constituição histórica dos projetos arquitetônicos para os grupos escolares capixabas em seu processo de criação e implementação no Estado. A autora insere essas instituições escolares na articulação com as

ideias republicanas, como também, com outros ideários pedagógicos que circulavam no cenário brasileiro no início do século XX. Na visão da autora, as transformações dos espaços urbanos das cidades, entre elas a implantação de grupos escolares, estiveram relacionadas às afirmações das localidades na pretendida “modernização” da sociedade, “[...] o que simbolizava a atenção dada à nova ciência das relações sociais na instauração do regime republicano” (LOCATELLI, 2012, p. 200).

Corroborando as ideias de Simões e Salim (2012), sobre a seletividade dos primeiros grupos escolares no Espírito Santo, Locatelli (2012) aponta que, naquele período, a busca pelo destaque das cidades nessa nova lógica de racionalização dos espaços públicos – e dentre esses avanços a instalação dos grupos escolares – foi admissível em certas localidades

[...] por suas práticas históricas de mobilização política acerca da implantação da República; pelo prestígio econômico de suas economias voltadas para a produção cafeeira; e, associada a esta última, pelos interesses próprios de grupos sociais que asseguravam vantagens nas decisões locais por meio de práticas políticas coronelistas (LOCATELLI, 2012, p. 200).

Na interpretação da autora, ao se interrogar a localização dos grupos escolares no Estado do Espírito Santo e a arquitetura dessas instituições construídas em espaços urbanos, no recorte temporal entre os anos de 1908 a 1930, observa-se que sua implantação nos municípios capixabas estava relacionada principalmente a uma política mais direcionada para um certo modo de compreender a urgência dessa implantação em localidades específicas, “[...] do que para as orientações preconizadas no governo sobre a pretendida formação do cidadão republicano, associada as da reforma da instrução pública empreendida no período” (LOCATELLI, 2012, p. 200).

Um dos primeiros trabalhos que tematiza os grupos escolares no Estado do Espírito Santo é o artigo produzido por Ferreira (2000), publicado nos anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação. A autora propõe que, de modo geral, foi durante o governo do Capitão João Punaro Bley (1930-1943), interventor nomeado por Getúlio Vargas para governar o Estado do Espírito Santo, que houve uma efetiva preocupação em se disseminar o já não tão novo modelo escolar pelo território capixaba. Os grupos escolares teriam encontrado, a partir daí, facilidades políticas para sua expansão no Estado, inclusive com intenso apoio do governo federal (FERREIRA, 2000).

Apesar da emergência desse processo de expansão dos grupos escolares no Espírito Santo, a partir dos anos 1930, Ferreira (2000) pontua que esse modelo de escolarização – como ocorrera no período republicano – continuou enfrentando dificuldades diversas

[...] devido à falta de verbas, tais como más condições físicas, falta de manutenção dos prédios, falta de recursos materiais, má formação e baixos salários do corpo docente, e dificuldades dos professores em assimilar a nova metodologia de ensino (FERREIRA, 2000, p. 7).

A partir da Reforma Gomes Cardim, em 1908, e, depois, passando pelo primeiro regime varguista (1930-1945), os grupos escolares capixabas teriam atendido aos alunos das camadas “elitistas” e, somente mais tarde, a partir da década de 1950, abririam suas portas para a sociedade como um todo, sobretudo devido ao intenso processo de urbanização e à demanda pela escolarização. No entanto, ainda assim, os pobres, os negros e os miseráveis (maioria absoluta da população) continuariam excluídos (FERREIRA, 2000). Apesar disso, para Ferreira (2000), os grupos escolares representaram uma possibilidade de ascensão social, ainda que limitada, “[...] tanto para alunos que queriam chegar ao ensino secundário e, futuramente, ao ensino superior, quanto para os professores que queriam alcançar seu status profissional” (FERREIRA, 2000, p. 9).

A pesquisa monográfica realizada por Novaes (2013), trabalho que pavimentou sua dissertação de mestrado (NOVAES, 2020), analisou as ideias que circulavam na imprensa do período acerca dos grupos escolares capixabas, no recorte temporal de 1930 a 1943. Este interesse dos impressos pelos grupos escolares teria ocorrido, de acordo com a autora, em detrimento das escolas reunidas e isoladas, praticamente ignoradas, ainda que correspondessem a maior parte das escolas no Estado. Segundo Novaes (2013), nas páginas da revista *Vida Capixaba*, fonte utilizada pela autora, os grupos escolares eram relacionados à modernização educacional e à difusão dos ideários republicanos.

Dessa forma, a autora argumenta, primeiramente, que essas instituições de ensino, postas como modelares, congregaram-se com os discursos sobre educação daquele contexto, visto que representavam a ideia de “modernização educacional” e de “difusão dos ideários republicanos” (NOVAES, 2013, p. 72). Em segundo lugar, e paralelamente a isso, houve interesse em produzir para o público-alvo da revista, basicamente a elite capixaba, uma relação direta entre “educação” e “grupo escolar” (NOVAES, 2013). Tratar-se-ia, portanto, de inculcar no imaginário social dos cidadãos capixabas a ideia dos grupos escolares como representação de escola primária, isto é, como o verdadeiro local de escolarização das crianças.

Segundo os estudos supracitados, o grupo escolar no interior das cidades capixabas constituía um dos principais elementos do projeto de modernização dos municípios e de seus habitantes – de outro modo, da disciplinarização e da regeneração da sociedade. No Espírito Santo, isso teria ocorrido tanto durante a Primeira República (LOCATELLI, 2012; LIMA, 2013; SIMÕES e SALIM, 2012; NOVAES, 2020) quanto no primeiro período varguista (FERREIRA, 2000; NOVAES, 2013). Aliás, tanto para Locatelli (2012) e Lima (2013) quanto para Novaes (2020), os grupos escolares eram construções que recebiam atenção especial da administração do Estado e dos municípios durante a Primeira República, com destaque para os centros urbanos ou áreas interioranas em processo de urbanização, por serem territórios de evidência e por necessitarem de investimento na instrução pública. Já a partir dos anos 1950, a construção de grupos escolares estaria mais relacionada à necessidade de escolarização da população (em sua maioria analfabeta), tendo em vista o desenvolvimento urbano-industrial por que passava o país, do que em relação a questões nacionalistas, como foi característico do primeiro governo Vargas (FERREIRA, 2000).

Além desses estudos, no Espírito Santo existem algumas pesquisas que tocam, tangencialmente, em modelos de escolarização praticados no Estado e a relação entre educação primária e grupos escolares no município de Iúna, com enfoque nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Estes são os trabalhos de Rosa (2008), Falcão (2010) e Lauff (2018).



Lauff (2018) investigou as diretrizes educacionais e os processos de formação de docentes para o ensino primário no Estado do Espírito Santo, na passagem entre a reforma da *Escola Activa* realizada no Estado (1928-1930) e as mudanças educacionais operadas durante a administração intervencionista de João Punaro Bley. Via de regra, baseando-se em uma proposta de âmbito nacional, a unidade da nação brasileira deveria ser atingida por intermédio de um sistema educativo amplo, homogêneo e estável, mas com padrões flexíveis devido às necessidades locais de um país diverso e extenso como o Brasil.

A autora delimitou os extremos dos seus recortes temporais no período logo após a Revolução de 1930 e anterior ao advento da ditadura do Estado Novo. Seria necessário, diante disso, ter o entendimento das nuances entre velho e novo nos modelos pedagógicos adotados nos grupos escolares capixabas, pois os antigos procedimentos pedagógicos misturavam-se aos denominados novos (LAUFF, 2018). Nesse cenário, apesar das várias opiniões existentes relacionadas ao objetivo de “unificação do ensino” e ao papel do grupo escolar nesse sentido, o interesse de uma homogeneização doutrinária patriótica ancorada na tradição católica, via escolarização formal imposta pelo Poder Público, destacou-se nas fontes examinadas por Lauff (2018). No caso do Espírito Santo, portanto, a ambição da formação da Pátria combinada ao desenvolvimento da moral católica se revelou intenso nos grupos escolares (LAUFF, 2018).

No Espírito Santo, foi encontrado somente um estudo que apresenta alguma informação sobre o processo de constituição do Grupo Escolar Henrique Coutinho, este é o trabalho de Rosa (2008), que assim como Lauff (2018) o fez, estudou as diretrizes que nortearam as políticas públicas educacionais implementadas no Espírito Santo durante o primeiro regime varguista. No entanto, enquanto Lauff (2018) focaliza a formação de professores na “antessala do Estado Novo”, Rosa (2008) adentra o período estadonovista (1937-1945) e traz informações pertinentes sobre possíveis questões envolvidas na construção do Grupo Escolar Henrique Coutinho.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Segundo Rosa (2008), o primeiro governo Vargas teria dado os primeiros passos, ainda que lentamente, para ajustar a tendência fundamental que a educação brasileira tinha assumido desde o Império: uma educação de certificados, de difícil acesso e geradora de diplomas para uma “elite”.

De acordo com Rosa (2008), em 1940 o governo federal teria concedido verba para expandir o processo de nacionalização do ensino no Espírito Santo de 1.000:000\$000, com a qual teria dado início “[...] a construção de [...] 5 grupos escolares no Estado, cada um com quatro salas de classe, localizados nos municípios de Fundão, Barra do Itapemirim, Bom Jesus, Figueira de Santa Joana e **Rio Pardo** [atualmente Iúna]” (ROSA, 2008, p. 222, grifo nosso). Os grupos escolares implantados com essa verba corresponderiam a dois modelos padronizados: “[...] o primeiro tipo era adotado nos núcleos mais populosos (com 4 salas de aula) e o segundo (uma sala de aula e residência do professor) naqueles em que era menor a população estrangeira a assimilar” (ROSA, 2008, p. 222).

Se os dois trabalhos mencionados anteriormente concentram-se nos aspectos concernentes ao contexto educacional espírito-santense e do município de Iúna entre as décadas de 1930 e 1940, o trabalho de Falcão (2010) compreende os usos e as apropriações das orientações para o ensino da leitura não só no Espírito Santo, mas também no Grupo Escolar Henrique Coutinho, a partir da primeira reforma da educação primária de empreendimento do Governo Federal, implementada na promulgação da Lei Orgânica do Ensino Primário de 1946 (LOEP). Nessa perspectiva, já num contexto democrático, teria ocorrido a tentativa da parte do Estado de introduzir e divulgar nos grupos escolares capixabas (indo além da educação doutrinária nacionalista e religiosa dos anos 1930 e 1940) determinados modelos de escolarização, sobretudo com relação ao processo de alfabetização, “[...] que estavam em sintonia com os princípios escolanovistas, pois leituras e métodos foram sugeridos tendo em vista esses princípios” (FALCÃO, 2010, p. 188).

Da forma como estava norteado o ensino da leitura, aponta Falcão (2010), podemos apreender que, em primeiro lugar, as crianças matriculadas nos grupos escolares capixabas deveriam se apropriar da “mecânica da leitura” para, em um segundo momento, passarem para a utilização da cartilha e do livro de leitura. Segundo a autora, “[...] essa organização do ensino da leitura não era questionada pelos professores; pelo menos, nas fontes, não há relatos neste sentido” (FALCÃO, 2010, p. 152). Entretanto, o mesmo não se pode dizer dos pais dos alunos: de acordo com a diretora do Grupo Escolar Henrique Coutinho, “[...] muitos pais não concordavam com o método de só usar a cartilha depois que a criança tem certa noção de leitura, sabendo manejar com mais facilidade o seu livrinho” (GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO, 1955, p. 19, apud FALCÃO, 2010, p. 152).

Falcão (2010) localizou indícios de apropriação de materiais para o ensino da leitura no Grupo Escolar Henrique Coutinho, como a utilização da cartilha *Vamos Estudar?*. No ano de 1955, as professoras do grupo escolar teriam relatado estarem satisfeitas com esse material: “[...] como era ‘boa’ estavam ‘obtendo bons resultados com ela” (GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO, 1955, p. 19 apud FALCÃO, 2010, p. 223). Por outro lado, os funcionários do grupo escolar não teriam declarado a utilização de algum método específico para o ensino da leitura, todavia, perante o método prescrito na cartilha *Vamos Estudar?*, essa instituição teria colocado em prática o método sintético de ensino: “[...] corrobora para isso o fato de que a Secretaria de Educação e Cultura também tivesse autorizado cartilhas que materializassem o método sintético para o ensino da leitura” (FALCÃO, 2010, p. 229).

Os estudos citados nesta revisão de literatura (reunidos nos quadros 1 e 2), por um lado, reforçam os subsídios teóricos para se trabalhar com as fontes e, por outro lado, qualificam os questionamentos que guiam esta pesquisa. Seu uso, todavia, exige certos cuidados metodológicos por parte do pesquisador: um método afinado com as demandas cognitivas exigidas pelas fontes arroladas e, nesse sentido, coerência nos procedimentos de heurística, crítica e análise dos documentos localizados e recortados. Assim, este será o tema do próximo tópico intitulado “Interloquções teórico-metodológicas”.

## 1.2 INTERLOCUÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A partir da década de 1980, três grandes tendências historiográficas têm influenciado decididamente o campo da História da Educação, cooperando para renová-lo: a história cultural, a história social e a micro-história (GALVÃO; LOPES, 2010).<sup>18</sup> Esse movimento tem instigado modificações na seleção dos recortes de estudo e na forma de abordá-los em uma perspectiva histórica. No que se refere aos aspectos teóricos, o que coloca em diálogo os trabalhos micro-históricos inseridos no campo da História da Educação, perspectiva que lanço mão nesta pesquisa, “[...] é um modelo narrativo de ação e de conflito do homem no mundo, um homem que reconhece a própria liberdade relativa, construída no interior de sistemas normativos prescritivos e opressivos” (GALVÃO; LOPES, 2010, p. 35).

Entre as muitas inovações que ocorreram, nas últimas décadas, no campo da História da Educação, a proposta de investigação desta pesquisa visa a tomar como referência as práticas da micro-história para compreender os diversos atores, modelos e práticas envolvidos no processo educacional enquanto investiga o que acontece dentro das escolas. Essa atualização possibilita que novas questões se cruzem com a ampliação de recortes temáticos, tendo em vista a diversidade de contextos, os modelos de escolarização e as práticas educativas. Nessa perspectiva, para historiar uma instituição educativa, como no caso dos grupos escolares, necessita-se tomá-la na sua pluridimensionalidade, fugindo de práticas meramente descritivas,<sup>19</sup> optando por problematizá-la como parte de um contexto social mais amplo, que é propriamente o sistema educativo (SANFELICE, 2010).

---

<sup>18</sup> Essas “três grandes tendências historiográficas” aparecem no campo da educação em contraposição ao que Galvão e Lopes (2010) denominam de “enfoques tradicionais”, segundo os quais, estudar o passado da educação teria utilidade no sentido de compreender o presente e, a partir disso, intervir no futuro através da investigação do passado, evitando dessa forma os erros já cometidos: o foco desse tipo de estudo está na consideração com a utilidade dos conhecimentos, tendo em vista as práticas pedagógicas. Segundo Carvalho (2003), até meados da década de 1980 existiu um padrão de produção historiográfica sobre o passado educacional do Brasil, até então dominante, que começou a se configurar a partir de um pequeno, mas significativo, conjunto de trabalhos produzidos nas décadas de 1950 e 1960. Esse modo de produção caracteriza-se, segundo a autora, pelo uso como referencial teórico da principal obra de Fernando de Azevedo – *A Cultura Brasileira* (1944). Essa obra clássica era vista de forma hegemônica, pelo menos até o último quarto do século XX, como base para qualquer estudo da história da educação no Brasil, e a constante referência a esse autor deu origem à chamada “Matriz Azevediana”, cuja base passou a ser questionada, de início pelos marxistas, em meados dos anos 1980 (CARVALHO, 1989).

<sup>19</sup> Souza e Faria Filho (2006), em um estudo de estado da arte da então promissora, porém jovem, produção sobre os grupos escolares, alertam sobre aspectos críticos como o procedimento despendido ao conceito de “cultura escolar”, rotineiramente empregado de forma mais descritiva do que analítica. Na perspectiva dos autores, a noção de cultura escolar deveria ser relacionada também, além da descrição, propriamente, com outras culturas institucionais; entre elas: a família, a igreja, o trabalho etc.

Para além do campo da História da Educação, especificamente, uma das mais influentes tendências historiográficas do século XX é aquela que ficou conhecida como a micro-história italiana (REIS, 2012). Uma “tendência historiográfica”, ou ainda um “ramo da historiografia”, versa, por alto, em uma coligação de pesquisadores do campo da História – comumente localizados em um mesmo país ou região e à volta de uma ou mais instituições acadêmicas. Em vista disso, a micro-história italiana teve o seu processo de desenvolvimento no decorrer da década de 1970, primeiramente em redor da revista *Quaderni Storici*, estabelecida em Ancona, uma comuna italiana, capital da província homônima e da região de Marcas, por Alberto Caracciolo (ESPADA LIMA, 2012).

Foi através dessa revista, portanto, que começaram a ser divulgados os estudos pioneiros que se assentavam ao que, posteriormente, ficaria conhecido como os procedimentos da micro-história italiana (ROJAS, 2012). Na transição entre as décadas de 1970 e 1980, segundo Rojas (2012), tal revista passou a ser editada na cidade italiana de Bolonha, contando a partir daí com a produção de seus colaboradores mais conhecidos no mundo acadêmico: Carlo Poni, Edoardo Grendi, Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. Desse modo, foi ainda na década de 1970 que os estudos publicados na *Quaderni Storici* foram concentrados em uma coleção editada pelo historiador Giulio Einaudi e denominada *Microstorie*, consagrando assim essa proposta de prática historiográfica (GINZBURG, 2007).

Entretanto, dentro da “oficina” do historiador, qual a forma de se trabalhar com a micro-história? Como indica Ginzburg (2007), um dos principais expoentes desse movimento, ela diferencia-se – entre outras possibilidades – pela proposta da “microanálise”, ou seja, a análise de dados do passado histórico em plano muito reduzido de escala, lançando luz sobre aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais. O objetivo dessa proposta é, a partir da opção adotada pelo pesquisador pela observação das fontes em nível micro de escala, apreender por contraposição, o panorama mais amplo (nível macro) do recorte temporal investigado, promovendo assim uma análise comparativa “bifronte” do objeto de estudo, com objetivo de ampliar a compreensão do passado histórico investigado (GINZBURG, 1991).

Por um lado, movendo-se numa escala reduzida, [a micro-história] permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula. [...] Daí a importância decisiva que assume a comparação (GINZBURG, 1991, p. 177-178).

Para explicar o modo de funcionamento dessa comparação, Ginzburg (2007) recorre ao sociólogo alemão Siegfried Kracauer, o qual recomenda ser a solução mais pertinente a adotada por Bloch (1985) em *A Sociedade Feudal*, como:

[...] um contínuo vaivém entre micro e macro-história, entre *close-ups* e planos gerais ou grandes planos gerais [*extreme long shots*], a **pôr continuamente em discussão a visão conjunta do processo histórico por meio de exceções aparentes** e causas de breve período. Essa receita metodológica desembocava numa afirmação de natureza decididamente ontológica: **a realidade é fundamentalmente descontínua e heterogênea**. Portanto, nenhuma conclusão alcançada a propósito de um determinado âmbito pode ser transferida automaticamente para um âmbito mais geral (é o que Kracauer chama de ‘*law of levels*’) (GINZBURG, 2007, p. 269 grifo nosso).

As pesquisas micro-históricas enfrentam a questão da comparação de uma forma diferente e, em certo sentido, oposta ao que é tradicionalmente empregado pelos historiadores; isto é: através da valorização da anomalia (exceção normal), e não através da analogia – na relação micro-macro, a comparação é por aquilo que difere, não por aquilo que iguala (GINZBURG, 2007).

Entretanto, exatamente por se concentrar em recortes e temas particulares do passado histórico e entrelaçá-los com os contextos mais gerais, a micro-história, segundo Levi (1992, p. 139), não pode ser definida em relação às microdimensões de seu recorte de estudo, propriamente, mas em relação a “crença” – que o autor denomina de “o princípio unificador da micro-história” – em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados. Essa proposta de investigação histórica busca construir questionamentos de aspectos gerais que possam ser respondidos em pesquisas locais (LEVI, 2018). Em certo sentido, as palavras de Levi (1992; 2018) levam água ao moinho da tese de que, grosso modo, a micro-história provoca uma gama de possíveis respostas, que enfatizam cuidados, redefinição de conceitos, “[...] uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes, envolvendo a definição das margens, atenção à redução da escala” (LEVI, 1992, p. 135). É aqui que podemos pensar na abertura para uma reflexão sobre a relação entre micro-história e história da educação.

Posto isso, como pensar na história de um fenômeno social e cultural cuja abrangência parte de algo tão específico, como a implementação de um grupo escolar em uma pequena cidade do sul do Estado do Espírito Santo, em meados do século XX, como também a sua organização pedagógica, e chegar a um aspecto tão genérico e amplo como os modelos de escolarização em circulação naquele período? Neste ponto, encontramos uma das principais contribuições da micro-história para a escrita da história da educação: a alternância de óticas entre o geral e o particular, entre o macro e o micro (GINZBURG, 1991; LEVI, 2018). Em outras palavras, tudo isso implica na necessidade de ir além da análise da escola, propriamente, para relacioná-la com o processo histórico de sua comunidade, região e/ou país.

Através desse caminho, apontado nas obras de Ginzburg e Levi, buscamos sistematizar e re(escrever) o ciclo de vida do Grupo Escolar Henrique Coutinho em um quadro mais específico, não nos esquecendo do quadro mais geral, apropriando-nos, por contraposição, daquilo que difere essa escola dos modelos mais amplos, com os quais dialogam as mudanças que ocorrem em âmbito local, sempre tomando os devidos cuidados para não se perder de vista tanto a singularidade, quanto as perspectivas mais amplas. Este é o dilema que se coloca ao historiador contemporâneo da educação: ele precisa, ao mesmo tempo, identificar as adjacências gerais da floresta, mas também, para não se perder em sua imensidão, precisa conhecer as peculiaridades de suas árvores (NOSELLA; BUFFA, 2002).

Entretanto, agora afunilando a discussão para os interesses desta pesquisa, por que lançamos mão da análise micro-histórica? Em outras palavras, por que esta e não outra perspectiva histórica? De um modo geral, para além das diferentes escalas de observação, como destacado, acreditamos que essa proposta de prática historiográfica contribua com maior entendimento das fontes documentais deste estudo, marcadas por lacunas e dispersas em várias instituições de memória.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Utilizamos “instituição-memória”, termo elaborado por Le Goff (1990), o qual trata de instituições legitimadas, arquivos, museus e bibliotecas, como instituições de memória. Segundo o autor, as instituições de memória nasceram com a função social de incorporar a produção intelectual e político-administrativa de uma sociedade, de um povo, guardam os testemunhos escritos de sua identidade cultural. Como nos diz Nora (1993), são espaços de diálogo com o passado histórico, de invenção e inovação e que só possuem sentido, afirma o autor, como embrião dos saberes e catalisador dos conhecimentos, à disposição da coletividade.

Diante disso, foi preciso a montagem de um modelo explicativo específico para o caso do Grupo Escolar Henrique Coutinho, privilegiando uma escrita da história possível, com base nas informações dos documentos existentes, interpretando os espaços em branco, como também os *hors-texte*, buscando em outros arquivos e fontes do mesmo período e local, inclusive em arquivos pessoais e ego-documentos,<sup>21</sup> dados sobre a realidade histórica que procuramos conhecer. A proposta é dialogar com as possibilidades investigativas da micro-história, tomando as fontes com base nos indícios, vestígios, pistas, sinais pouco perceptíveis aos olhos do pesquisador, mas que, ao serem identificados, revelam áreas da produção cultural de agentes e sujeitos históricos desprezados, quando não marginalizados, pelo olhar macro da análise histórica (GINZBURG, 2007).

Na interpretação das fontes, Ginzburg (2002) defende que o “espaço em branco” não pode ser tomado como sendo um vazio. De modo análogo a quaisquer outras evidências, os espaços em branco, as lacunas, as cesuras, os silêncios existentes nos documentos, em um sentido amplo do termo, são significativos nas investigações historiográficas. Dessa forma, o espaço em branco só aparece como evidência – “prova” – no instante em que o historiador o torna relevante; em certo sentido, a própria escuridão auxilia a decifrar o espaço em branco: os silêncios, as sombras e lacunas, isto é, os espaços em branco, se adequadamente registrados e contextualizados pela prática historiográfica, tem muito a nos dizer. Segundo o autor, o objetivo não é meramente identificar algum tipo de falsificação nos documentos, mas sim mostrar que o *hors-texte*, o que está fora do texto, está também inserido nele, esconde-se entre as suas dobras: é necessário descobri-lo e interrogá-lo.

Simões e Faria Filho (2012, p. 47), em consequência disso, argumentam que a proposta da micro-história para a prática historiográfica coloca novos horizontes “[...] de rigor imaginativo na investigação e na escrita da história da educação [...]”. Especialmente, ao possibilitar a construção de modelos de investigação que buscam desenhar “[...] mosaicos sempre provisórios das múltiplas faces da vida, tornadas visíveis por meio da prática historiográfica” (SIMÕES; FARIA FILHO, 2012, p. 47). Isso implica, necessariamente, na problematização das implicações cognitivas na análise dos documentos, como também estéticas e éticas dos procedimentos investigativos escolhidos pelo historiador da educação.

<sup>21</sup> Segundo Cunha (2019), a diferença entre arquivos pessoais e ego-documentos centra-se no fato de que, no primeiro caso, comportam-se documentos de textualidades plurais, como fotografias, jornais e revistas, documentos e objetos variados etc, de interesse não só pessoal, mas também coletivo. No segundo caso, os ego-documentos, são aqueles que, “[...] resistindo ao fogo e/ou ao lixo, foram preservados e se referem às experiências pessoais com um intuito de guardar a si próprio” (CUNHA, 2019, p. 13), guardam e constroem memórias de um tempo pessoal: autobiografias, diários, memórias, cartas etc.



Por isso mesmo, segundo os autores,

[...] tomar rastros, indícios ou sinais como ponto de partida [parece] especialmente promissor quando se trata, na pesquisa em história da educação no Brasil, de perseguir uma outra escrita da história capaz de farejar apagamentos produzidos em processos de colonização, cujas bases se assentaram precisamente na negação de tantos ‘outros’, colocados à margem da historiografia produzida (SIMÕES; FARIA FILHO, 2012, p. 43).

Com base nessa proposta, a análise das fontes empregada nesta pesquisa ocorre em nível de exaustão do material documental, através dos seguintes movimentos: a) destacamos a narrativa do processo de pesquisa e da organização do *corpus* documental, bem como dos procedimentos de sua análise; b) durante esta etapa, lançamos luz aos detalhes, sinais e indícios – tomados como pistas (estudo intensivo do material documental); c) atentamos para diferentes escalas de observação (comparações no tempo e no espaço, sempre buscando na relação micro-macro aquilo que difere o caso do Grupo Escolar Henrique Coutinho dos padrões gerais e modelos explicativos em circulação no período – a “exceção normal”). Na verdade, em seu âmago, o método micro-histórico produz na ação narrativa de detalhar os procedimentos que constituem o trabalho do historiador (LEVI, 1992; GINZBURG, 2002).

Em primeiro lugar, buscamos estabelecer – desde a produção desta pesquisa, inclusive – uma explicitação no próprio texto dos mecanismos de construção da narrativa histórica: descrição das intenções do autor enquanto pesquisador (relação pessoal como o tema proposto, local de inserção da pesquisa, problema de investigação, objetivos, questões norteadoras, revisão da literatura sobre o tema, etc.), da busca das fontes, das relações de força envolvidas nesse processo (tanto na sua produção quanto na sua transmissão ao longo do tempo), das limitações e lacunas da documentação e o sentido dos conceitos empregados na interpretação das fontes.<sup>22</sup> Em conformidade com Ginzburg (2007), os obstáculos postos a pesquisa histórica são componentes constitutivos da própria documentação, logo devem tornar-se parte do relato: “[...] as hipóteses, as dúvidas, as incertezas [tornam-se] parte da narração; a busca da

---

<sup>22</sup> O conceito de *relações de força* em Ginzburg (2002) refere-se às dinâmicas de poder e tensões presentes nas interações sociais e culturais. Ele analisa como diferentes grupos ou atores sociais se relacionam e disputam poder, influência e controle em determinado contexto histórico, revelando assim as hierarquias, conflitos e negociações que moldam a vida das sociedades. Quando relacionado às fontes históricas, o conceito destaca a importância de analisar as evidências documentais e materiais com sensibilidade para compreender as relações de poder subjacentes que influenciaram a criação, preservação e transmissão dessas fontes ao longo do tempo. O autor argumenta que as fontes históricas não são simples reflexos neutros do passado, mas são produtos de interações complexas entre diferentes grupos sociais e indivíduos com interesses e perspectivas divergentes. A forma como as informações são registradas, interpretadas e transmitidas está influenciada pelas relações de poder em vigor na sociedade em questão.

verdade [torna-se] parte da exposição da verdade obtida (e necessariamente incompleta)” (GINZBURG, 2007, p. 265).

Em segundo lugar, direcionamos o foco analítico nas fontes para os detalhes, indícios, pistas e sinais que nelas poderiam estar “camuflados”, ou seja, um estudo indiciário das fontes, observando os pontos em cinza, obscuros e pouco comuns aos olhares desatentos e superficiais (GINZBURG, 1989). O olhar aproximado (micro), consoante Ginzburg (2007), permite-nos captar algo que escapa da visão de conjunto (macro), da mesma forma que, como diz Levi (2019), o microscópio possibilita enxergar realidades que escapam ao olho nu: por isso mesmo, na perspectiva micro-histórica, a realidade se revela essencialmente descontínua e heterogênea. Consequentemente, coloca-se a exigência de uma redução da escala de observação para captar as idiosincrasias de cada realidade histórica, como no caso do processo de constituição do Grupo Escolar Henrique Coutinho, da sua organização pedagógica e, ainda, de suas relações possíveis com os modelos de escolarização do período.

Neste último caso, isto é, no estudo da relação do Grupo Escolar Henrique Coutinho com propostas e modelos de escolarização em circulação no período, utilizamos de diferentes escalas de observação com o fito de estabelecer nexos no tempo e no espaço. Como recordam Levi (1992) e Ginzburg (2007), a micro-história é uma prática historiográfica fundamentada no uso da redução da escala de observação, estabelecendo uma análise microscópica e um estudo intensivo e exaustivo das fontes arroladas. Todavia, isso não impede a articulação com as dimensões mais amplas da realidade social, em busca das conexões entre comunidades, seja entre regiões ou países. Nessa perspectiva, quaisquer conclusões sobre um escopo geral não podem ser transferidas automaticamente para um escopo mais local e vice-versa (LEVI, 2018; GINZBURG, 2007, BLOCH, 2001).

Com base em tudo isso, a proposta teórico-metodológica desta pesquisa centra-se na análise do processo de constituição do Grupo Escolar Henrique Coutinho, entre as décadas de 1930 e 1960, mediante a compreensão das relações de força envolvidas na sua criação, da sua forma de organização pedagógica ao longo desse recorte temporal e dos ideários pedagógicos e políticos envolvidos nesse processo. Diante do exposto, a pesquisa busca priorizar a organização de informações na forma de documentos, com ênfase no arquivo escolar da instituição, mas não somente, investigando toda a sua riqueza, respeitando, na medida da possibilidade, a maneira como estes documentos foram transcritos ou registrados. Desse

modo, a atenção foi despendida para a análise das fontes, em uma investida meticulosa, exaustiva e que valorizou as particularidades e tudo aquilo que se constituiu em vestígio e que ofereceu uma compreensão sobre o problema de pesquisa.

Além disso, destacamos de antemão a intenção em analisar diferentes tipos de documentos. Entendemos que, para além das lacunas da documentação existente, o que por si já justificaria a utilização de diferentes fontes, esses vestígios do passado, na sua pluralidade, expressam as ações e os pensamentos de diferentes protagonistas em relação à historicidade do objeto de estudo (FARIA FILHO, 1997). Afinal, como lembra Bloch (2001, p. 81),

[...] seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específico para tal emprego. Quanto mais a pesquisa, ao contrário, se esforça por atingir os fatos profundos, menos lhe é permitido esperar a luz a não ser dos raios convergentes de testemunhos muito diversos em sua natureza.

Mediante à diversidade dos documentos, compõem-se indícios, pistas e sinais que, por esse ângulo, tomados em sua totalidade, “[...] tornam-se capazes de mobilizar interpretações voltadas para a compreensão de singularidades, permanências e ausências historicamente produzidas com relação ao objeto de estudo” (SIMÕES; FARIA FILHO, 2012, p. 45).

Todavia, valem aqui dois alertas: o primeiro deles, diz respeito a relação documento/realidade; já o segundo, versa sobre a dificuldade inerente ao processo de localização das fontes. De acordo com Ginzburg (2002), a ideia de que os documentos, ainda que sua autenticidade seja comprovada, proporcionam um acesso imediato e direto à realidade histórica ou, pelo menos, a um aspecto dessa realidade, parece-lhe incipiente:

As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos [pós-modernos]: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implicará um elemento construtivo (GINZBURG, 2002, p. 44).

Diante disso, a multiplicidade dos documentos, como ainda o entrecruzamento e a análise das fontes “às avessas” (GINZBURG, 2002), na contramão dos interesses de quem as produziu, bem como a atenção aos espaços em branco, às entrelinhas dos documentos investigados e, ao mesmo tempo, aos seus correspondentes contextos de produção, o movimento investigativo nas “rachaduras” dos textos, podem ser instrumentos essenciais a compreensão e à escrita da história da educação composta por distintos pontos de vistas (SIMÕES; FARIA FILHO, 2012).

Ademais, como assinala Bloch (2001), na grande parte dos casos as fontes não estão claramente dadas, mas necessitam da sagacidade do historiador em localizá-las e interpelá-las da maneira mais coerente tendo em vista os objetivos da pesquisa. Com efeito, deve haver engenhosidade por parte do historiador da educação em esquadrihar mais a fundo os arquivos escolares, as bibliotecas, as memórias, até mesmo em abrir novas trincheiras em solos já exaustos. Enfim,

[reunir] os documentos que estima necessários é uma das tarefas mais difíceis do historiador. De fato ele não conseguiria realizá-la sem a ajuda de guias diversos: inventários de arquivos ou de bibliotecas, catálogos de museus, repertórios bibliográficos de toda sorte (BLOCH, 2001, p. 82).

Diante disso, foram localizadas as seguintes fontes: *Diário Oficial do Estado do Espírito Santo*, jornais do período, relatórios e mensagens governamentais, regulamentos da área educacional, decretos, recenseamentos, atas de reuniões pedagógicas, termos de abertura do ponto, atestados de exercício mensal, fichas de matrículas, boletins de resultado anual, fichas de rendimento escolar, quadros demonstrativos do movimento mensal, balancetes financeiros, fotografias e ilustrações.<sup>23</sup> A partir disso, ocorreu a disposição do corpus documental da pesquisa, ocorrendo na sequência a crítica do material arrolado e a serialização dos achados, para a partir disso a interpretação e análise.

---

<sup>23</sup> A relação completa das fontes arroladas nesta pesquisa pode ser encontrada nos APÊNDICES A e B.

### 1.2.1 Percurso em Busca das Fontes

O primeiro local de memória no qual empreendemos buscas foi o arquivo escolar do Grupo Escolar Henrique Coutinho (Figura 1), no centro do município de Iúna, onde foram localizados os seguintes documentos: atas de reuniões pedagógicas (1960), atestados de exercício mensal (1947, 1951, 1954, 1959, 1960 e 1961), quadro demonstrativo do movimento mensal (1946 e 1947), termos de abertura de ponto (1952, 1953 e 1956), registros escolares (1946 e 1958), lista de fornecimento de material escolar (1960), balancete mensal da caixa escolar (1959, 1960 e 1961), documentação referente à construção e às reformas do prédio (1985), três boletins oficiais de resultado final (1945) e anotações de rotina dos docentes (1948, 1949 e 1951). O arquivo escolar é o acervo formado da reunião de documentos produzidos e recebidos em decorrência das atividades burocráticas da unidade de ensino, exercidas pelos funcionários, alunos, professores, equipes multidisciplinares, estagiários, pais de alunos; ou seja, todos aqueles que em algum sentido participam da comunidade escolar (VIDAL; PAULILO, 2020).

Figura 1 – Arquivo Escolar do Grupo Escolar Henrique Coutinho (Julho de 2021)



Fonte: Fotografia produzida pelo autor.

Nos termos de Nora (1993) e Le Goff (1990), consideramos que os arquivos escolares também são lugares de memória, espaços de cultura e conhecimento, ou seja, unidades de informação, que custodiam documentos sobre a história da educação, que podem – por isso mesmo – contribuir com a construção de conhecimento historiográfico. Como sublinham Bonato (2005) e Vidal e Paulilo (2020), apesar das limitações existentes nesses locais de memória, principalmente devido à baixa preservação, ao descarte inadequado de documentos e ao pouco interesse pelo passado característico da sociedade contemporânea, propriamente, no que diz respeito à contribuição das fontes de estudo para o campo da história da educação, essa reunião documental possibilita contestar certos pontos de vista consagrados no pensamento pedagógico brasileiro.

De modo geral, as atas elaboradas a partir de reuniões,<sup>24</sup> podem ser qualificadas enquanto registros formais de um encontro promovido por uma associação, órgão, entidade ou grupo de pessoas, seja com seus pares ou ainda com seus subordinados, objetivando deliberar sobre temas de interesse comum e transmitir comunicados, questões e outras informações de interesse coletivo (TEIVE, 2016). As atas são vistas como potenciais documentos de valor burocrático que precisam ser comprovados como registros fiéis do que aconteceu na reunião: decisões, deliberações, discussões. Por outro lado, também podem servir como uma rica fonte de pesquisa, especialmente no campo da História da Educação. Elegar atas pedagógicas como documentos primários, pontua Teive (2016), é uma significativa oportunidade de examinar as intenções escolares, as opções e as prioridades dos agentes responsáveis por esse registro, assim como uma investigação do seu respectivo contexto histórico de produção.

Segundo Simplicio Neto (2010), ao realizar uma investigação histórica com atas pedagógicas, devemos levar em conta alguns aspectos importantes: sua natureza como fonte oficial; a necessidade de usar métodos analíticos baseados em informações cruzadas com outras fontes; e, a importância de realizar análises para além da compreensão do explícito sobre o que está nelas, mas que também apreenda o que está implícito. Não são as fontes em si que caracterizam o resultado de um estudo, esclarece o autor, mas sim a manipulação e a interpretação que o pesquisador faz delas, o que está diametralmente condicionado à postura teórico-metodológica por ele adotada.

A 'voz' predominante nas atas e livros de registros é a da direção do estabelecimento, e, em alguns casos devido às circunstâncias, aparece em perfeita sintonia com a hierarquia da estrutura institucional e com o poder estabelecido. [...]

---

<sup>24</sup> ANEXO A.

A 'voz' dos professores, na maioria das vezes, aparece como submissa e concordante com aquilo que a direção ordena. Assim, esse tipo de documentação que supostamente poderia conter informações mais precisas sobre o cotidiano das escolas, acaba por representar quase que exclusivamente os setores de maior poder na hierarquia escolar. No entanto, uma leitura mais acurada deixa entrever algumas contradições, quer em relação ao corpo docente, quer em relação à estrutura hierárquica (SIMPLÍCIO NETO, 2010, p. 150-151).

Além das atas, foram localizados no arquivo escolar documentos relativos ao controle dos funcionários da instituição, principalmente ao declarar que determinado funcionário público se encontrava efetivo em suas funções profissionais. Esse conjunto de fontes compõe-se dos seguintes documentos: atestado de exercício mensal (1947, 1951, 1954, 1959, 1960)<sup>25</sup> e quadro demonstrativo de movimento mensal (1946 e 1947).<sup>26</sup> Nessa documentação é possível identificar as seguintes informações: nome dos funcionários, quadro a que pertenciam, seus padrões de classificação, títulos e categorias, cargos que ocupavam; número de faltas e de comparecimentos; observações da diretoria; data do documento; classe que cada professor regia; número de meninos e meninas nas classes; total de alunos por classe; frequência por sexo; número de dias letivos; número de sala de aulas; número de lugares em cada sala de aula; matrícula geral e excluídos; licenças e substituições do corpo docente.

Outro conjunto de documentos importante envolve os termos de abertura de ponto (1952, 1953, 1956).<sup>27</sup> Referem-se ao registro das marcações de ponto de entrada e saída dos funcionários do Grupo Escolar Henrique Coutinho. O documento apresenta uma tabela dividida entre funcionários, horários e observações adicionadas pela direção do grupo escolar. Nele é possível identificar: função e classe de cada funcionário; período de trabalho; horários de chegada e de saída; observações, comunicados e advertências da diretora. Neste último ponto, destacam-se ordens para a execução do hino do Espírito Santo e da independência nas classes, divulgação de circulares, advertências e penalizações de professoras, ordens para comemoração de figuras tidas como "heróis da pátria", convocação para ensaios de desfiles e marchas, avisos para o acréscimo do estudo de biografias nas aulas relativas aos "heróis da pátria", avisos de reuniões pedagógicas, ordem para aulas de ensino religioso aos sábados etc.

---

<sup>25</sup> ANEXO B.

<sup>26</sup> ANEXO C.

<sup>27</sup> ANEXO D.

Nos caminhos da busca no arquivo escolar, encontramos ainda um modelo de documento que continha registros das ações da vida escolar do Grupo Escolar Henrique Coutinho, datando dos anos de 1943 a 1956, com significativas lacunas. A referida documentação destaca ser um *Convênio de Estatísticas Educacionais de 1931*.<sup>28</sup> A parte “A” do documento é destinada aos alunos e a parte “B” destinada ao registro dos dados dos responsáveis pelos alunos, tanto para pais quanto para mães. Conforme Lima (2014), esse documento era exclusivo da gestão escolar e não circulava entre os pares. Por isso, deve-se ter em mente que uma história oficial está nele descrita, o que proporciona indícios para interpretar a situação vivida pela escola, em especial pelas anotações do professor, que registrava, inclusive, os motivos quando da saída de um aluno. Ademais, presumimos que este livro já fosse utilizado na década de 1930, pois, consta na sua capa: “República dos Estados Unidos do Brasil – convênio de estatísticas educacionais de 1931”, embora os registros encontrados no grupo escolar refiram-se somente as décadas de 1940 e 1950.<sup>29</sup>

Na parte “A”, destinada aos alunos, registrava-se o nome completo do estudante, o número da matrícula e a data, o sexo da criança, se ela possuía registro civil, a idade, a data de nascimento, nacionalidade, ano ou série que vai cursar, tempo escolar, repetência, que distância da escola residia, procedência do aluno, se já sabia ler e escrever, a aproveitamento, exclusão do educando. Na parte “B”, destinada aos responsáveis pelos alunos, registra o nome do responsável, se é pai, mãe, tutor ou responsável, residência, trabalho, escolarização e outras características dos pais. Na parte “IV”, o registro da frequência diária dos estudantes e na parte “V” o aparelhamento escolar que buscava registrar informações sobre o mobiliário, os utensílios e o material didático, indicando que cada um destes tivesse um número de registro, solicitando ainda a caracterização de cada objeto, a propriedade, o estado de conservação, o valor, data de entrada na escola, saída ou baixa da escola. Segundo Lima (2014), este documento tinha formato padronizado com os quesitos descritos e com espaços em branco que aguardavam preenchimento por parte do professor que não deveria levá-lo em seu poder quando licenciado ou transferido da escola – ou seja, era um documento institucional para servir de registro de longo prazo.

---

<sup>28</sup> ANEXO E.

<sup>29</sup> O Convênio Estatístico foi assinado por representantes do governo central brasileiro e das unidades federadas em dezembro de 1931, durante a IV Conferência Nacional de Educação, realizada na cidade do Rio de Janeiro, capital federal naquela altura. O documento representou a culminância de esforços realizados no decorrer de décadas no sentido de alcançar a regularidade e a padronização dos serviços estatísticos no campo da educação, mas não somente, tornando-se um ponto de inflexão na produção de informações estatísticas (LIMA, 2014).



Por fim, foram localizados alguns documentos dispersos no arquivo escolar; por exemplo: três boletins de resultado final do ano de 1945 (turmas do primeiro, segundo e terceiro anos),<sup>30</sup> nestes podem ser observadas as informações: turma; nome completo dos alunos; média anual em Português e Matemática; nota de exame; média final; nome da professora regente; número de aprovados e reprovados; assinatura da diretora; nota mínima de aprovação. Também foi encontrada uma lista com os materiais escolares recebidos pela instituição no ano de 1960. Neste documento estão registradas as informações: origem dos materiais (Secretaria de Educação e Cultura), itens enviados; classificação do material; unidade receptora; quantidade de material enviado; número de fornecimento (registro); data de envio e recebimento.

Foram localizados, ainda, três balancetes financeiros: dois relativos ao movimento da caixa escolar (1959 e 1960) e outro referente a construção de uma cozinha na escola,<sup>31</sup> no ano de 1960, listando os materiais necessários para a obra e o valor deles, como também a contribuição das professoras e dos funcionários. Tal como em outros estados, o Espírito Santo viu erguer-se a caixa escolar como uma proposta que daria base econômica a várias das atividades da escola, especialmente no âmbito do assessoramento aos educandos. O processo de escolarização da infância requereu um agrupamento de operações, dentre as quais a composição de quadros profissionais, a formação da carreira do magistério e a implantação de um suporte material que continha a construção de edifícios, a imprensa voltada ao campo pedagógico, o mobiliário e as necessidades específicas dos estudantes, com uniformes e material escolar, por exemplo.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> ANEXO F.

<sup>31</sup> ANEXOS G e H.

<sup>32</sup> Criada na França no século XIX, transplantada para o Brasil no mesmo século, a caixa escolar, segundo Carvalho e Bernardo (2011), foi empregada como parte de um dispositivo de poder que objetivava a construção de uma cultura política baseada em práticas e saberes transmitidos pela escola: o amor à pátria e a responsabilidade pela nação. Considerando que a assiduidade dos educandos era indispensável para se atingir tal meta, que se baseia especialmente na difusão de valores morais e cívicos, a caixa escolar buscava colaborar fortemente para promover o apoio às famílias carentes que tinham dificuldade em matricular e manter os seus filhos em escolas.

Isto posto, a caixa escolar equipara-se a um recurso empreendido nas escolas capixabas com o objetivo de arrecadar fundos, no formato de doações tanto em dinheiro quanto em materiais diversos, os quais seriam concedidos aos educandos pobres ou carentes, com o fim de salvaguardar sua permanência na escola. Além dessa contribuição da comunidade, Novaes (2020) aponta que os fundos da caixa escolar eram constituídos por três níveis de arrecadação: a) multas impostas a funcionários da diretoria do ensino ou professores; b) quantias deduzidas de vencimentos de professores ou qualquer funcionário da diretoria, por motivo de licença, faltas ou pena de suspensão; c) outra consignação determinada em lei.

Por fim, foi localizado um documento datado de 1985 com informações sobre o prédio do Grupo Escolar Henrique Coutinho.<sup>33</sup> Ao que tudo indica, esse documento foi produzido pela Secretaria Estadual de Educação e continha as medidas do prédio, números de pavimentos construídos, finalidade do prédio, área total construída em m<sup>2</sup>, situação da ocupação do espaço, confirmação de existência de rede elétrica e água encanada, cobertura em telhas de amianto e barro e paredes de tijolos. Além disso, o documento traz o histórico das reformas pelas quais a escola passou ao longo do tempo, 1958 e 1978, respectivamente, inclusive datando a finalização da construção do prédio no ano de 1940, razão pela qual incluímos esse documento em nossa série.

No Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES),<sup>34</sup> após dezenas de visitas, foram encontrados o *Diário Oficial do Estado do Espírito Santo* (décadas de 1930, 1940 e 1950), mensagens e relatórios governamentais (década de 1940 e 1950) e a obra *Realizações do Governo Vargas no Espírito Santo* (1940). Nessa instituição de memória, todavia, o acesso ao Diário Oficial se deu somente no setor de microfilmagem, enquanto as mensagens e os relatórios governamentais e a referida obra foram acessadas na biblioteca do Arquivo. No Fundo de Educação não foi encontrada nenhuma informação sobre o objeto de estudo.

---

<sup>33</sup> ANEXO I.

<sup>34</sup> O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) é responsável por recolher, preservar e dar acesso à documentação produzida e acumulada pelo Executivo Estadual. O órgão foi criado em 18 de julho de 1908 pelo decreto nº 135 do então presidente do Estado, Jerônimo de Souza Monteiro. A instituição comporta em seu acervo fundos documentais originários do Poder Executivo ou de instituições a ele vinculadas, como Agricultura, Educação, Fazenda, Governadoria, Polícia e Tribunal Regional Eleitoral. Mais informações podem ser acessadas no site da instituição. Disponível em: [www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br). Acesso em: 28 jun. 2022.

No caso do *Diário Oficial do Estado do Espírito Santo*, como o nome sugere, é o meio de comunicação oficial do Estado, ou seja, nele devem ser publicados conteúdos de interesse de toda a população. Por exemplo, novas leis, licitações, decretos e diversos outros instrumentos normativos podem ser veiculados pela edição do jornal oficial. Com isso em mente, analisamos essas questões nas publicações inseridas no período entre 1939 e o final dos anos 1950. Já com relação às mensagens e aos relatórios governamentais, foram localizados documentos referentes às décadas de 1940 e 1950. Neles estão descritas informações relacionadas à educação capixaba e aos grupos escolares: comentários, leis, organização pedagógica, situação material, investimento, realizações, estatísticas, projetos etc.

Na obra *Realizações do Presidente Getúlio Vargas no Estado do Espírito Santo* (1940), localizamos informações sobre as obras realizadas no Estado durante os dez primeiros anos do governo Vargas, inclusive na área educacional, como investimentos no setor educacional, construção de grupos escolares e projetos futuros. Como indicado por Rosa (2008), neste documento há uma importante informação sobre a possível verba envolvida na construção do Grupo Escolar Henrique Coutinho: em 1940 o Governo Federal teria concedido uma verba para a nacionalização do ensino no Estado de 1.000:000\$000, com a qual foi iniciada a construção de mais cinco grupos escolares, cada um com quatro salas de classe, localizados em Fundão, Barra do Itapemirim, Bom Jesus, Figueira de Santa Joana e Rio Pardo. Ou seja, isso aparentemente atrela a construção do Grupo Escolar Henrique Coutinho ao projeto de nacionalização do ensino empreendido por Vargas e adotado por Bley. Todo esse conjunto de circunstâncias levou-me a um questionamento crucial que se tornou o cerne do capítulo 2: quais motivos levariam o município do Rio Pardo, aparentemente sem nenhum vínculo com o processo de colonização imigrante no Estado, não possuindo nenhuma escola estrangeira em seu território, muito menos núcleos de imigrantes, a participar dessa verba de “nacionalização” do ensino e construir o grupo escolar?

No município de Iúna, no prédio da Casa da Cultura, localizamos ainda diversas fotografias que se relacionam com o Grupo Escolar Henrique Coutinho: retratando desfiles escolares, o prédio da escola, a realidade social do município entre as décadas de 1930 e 1950, como também os alunos, os professores e os demais funcionários da instituição.<sup>35</sup> Construído ao lado de onde mais tarde seria instalado o prédio do Grupo Escolar Henrique Coutinho, no centro do município de Iúna, o Palacete Municipal foi inaugurado em 1914, e já abrigou a

<sup>35</sup> Mais informações podem ser acessadas no site da Prefeitura Municipal de Iúna. Disponível em: [www.iuna.es.gov.br](http://www.iuna.es.gov.br). Acesso em: 27 jun. 2022.

sede da prefeitura e a câmara municipal de Iúna. Tombado pelo patrimônio municipal, nele funciona a Secretaria de Esporte e Turismo, a Biblioteca Municipal, o Museu Histórico e a Academia Iunense de Letras.

A fotografia como fonte do conhecimento histórico sugere uma nova forma de compreender os diversos aspectos do mundo moderno. Segundo Molina (2015), as fotografias agregam uma complexidade de significados que não podem ser diminuídos ao nível das crenças conscientes e formais, mas competem ainda à ordem da linguagem metafórica e do mundo simbólico, afinal, no lugar de representar, apreende movimentos, forças, intensidades, densidades, aparentes ou não; não representando a realidade, mas produzindo e reproduzindo o que pode ser visto.

Acerca dos métodos analíticos da fotografia, recorremos a Mauad (1996), que aponta para o caráter multifacetado dessa fonte histórica. Segundo a autora, a fotografia deve ser analisada como a resultante de um trabalho social de produção de sentido, que se baseia em códigos culturais. Em outros termos, é uma mensagem processada no tempo cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem diferentes funções simbólicas dependendo do contexto em que a mensagem é transmitida e do lugar que ocupam dentro da própria mensagem. Esse universo exige cautela, pois requer uma compreensão profunda da realidade registrada na imagem, e sua relação com a realidade que o define no tempo e no espaço, na tentativa de solucionar os diferentes nexos perdidos da cadeia de fatos (MAUAD, 1996).

Outro espaço de busca pelas fontes foi o meio virtual, que possibilitou o acesso às mensagens e relatórios governamentais (década de 1930), mas também aos mais variados documentos referentes à legislação educacional do período, nos níveis estadual e federal, como decretos e regulamentos; além de algumas obras de difícil acesso: obras *Censo Demográfico do Espírito Santo* (1940, 1950, 1960), *Estrutura Demográfica do Espírito Santo em 1940* (1971), *Projeto de Mapeamento Rural e Urbano no Espírito Santo – a Cidade de Iúna* (1992). Na Hemeroteca da Biblioteca Nacional<sup>36</sup> encontramos fontes relacionadas à imprensa capixaba,<sup>37</sup> importantes documentos para a compreensão dos modelos de educação em circulação no período estudado, como os jornais *Diário da Manhã*<sup>38</sup> a revista *Vida Capichaba*<sup>39</sup>.

Outras fontes foram-nos enviadas por colaboradores deste estudo, cidadãos iunenses, presentes e ausentes na cidade, ex-alunos do Grupo Escolar Henrique Coutinho, compartilhadas graças as possibilidades postas pela internet: fotografias, discursos comemorativos, livros de memórias e artigos. Uma dessas fontes (Figura 8), datada do ano de 1945, foi localizada pelo autor deste estudo na residência da sua avó, em uma gaveta junto a vários outros pertences, papéis e objetos: uma fotografia tirada no interior do Grupo Escolar Henrique Coutinho, retratando os alunos na fila da merenda; porém, outras informações podem ser inferidas a partir desse documento.

<sup>36</sup> Atualmente a Biblioteca Nacional Digital é um serviço da Biblioteca Nacional do Brasil, que disponibiliza inúmeros documentos dos seus fundos, contado aos milhões. Dentro desse serviço, a Hemeroteca é um portal que possibilita a consulta, pela internet, ao acervo de periódicos nacionais (jornais, revistas, anuários, boletins etc.) e de publicações seriadas. O acesso é inteiramente livre e sem qualquer ônus, e os títulos incluem desde os primeiros jornais criados no Brasil até documentos variados sobre a cultura, política, economia e história do país. Mais informações podem ser acessadas no site da instituição. Disponível em: [www.bndigital.bn.gov.br](http://www.bndigital.bn.gov.br). Acesso: 28 jun. 2022.

<sup>37</sup> Também localizei informações em outros veículos, principalmente no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, por exemplo os jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*.

<sup>38</sup> O jornal *Diário da Manhã* foi, durante as duas primeiras décadas do século XX, o órgão midiático do Partido Republicano Construtor do Estado, mas, em 1921, declarou-se órgão oficial do Estado. Circulando até o final da década de 1930, o *Diário da Manhã* tinha fortes vínculos com a elite econômica e, se em um primeiro momento, não tiveram seus interesses satisfeitos com a nomeação de Punaro Bley, um oficial mineiro, para interventor do Espírito Santo. Entretanto, aos poucos passaram a caminhar de acordo com o governo intervencionista, de tom conciliador de interesses. A partir dessa "reconciliação", Punaro Bley passou a ser retratado como um "herói" pelo jornal, que atuava ainda como o diário oficial da época (FRANÇA; SORZAL; AZEVEDO, 2008).

<sup>39</sup> Durante a primeira metade do século XX, nenhum dos veículos de informação influenciou de tal maneira a sociedade espírito-santense quanto a revista *Vida Capichaba*. Espelho do modelo oligárquico-agrário exportador, a revista refletia o caráter provinciano típico da elite para a qual sua produção era dirigida. Determinando as tendências da época e perpetuando uma mentalidade conservadora, *Vida Capichaba*, representava, oficialmente, o cotidiano espírito-santense. Um exemplo disso é que os negros e os operários não eram retratados pelo veículo. E caso fossem, isso acontecia de forma pejorativa (FRANÇA; SORZAL; AZEVEDO, 2008).

Por fim, um documento,<sup>40</sup> localizado com um ex-professor da instituição, coloca a professora Terpsichore Felisberto Lacerda, provavelmente a primeira diretora do Grupo Escolar Henrique Coutinho, como a responsável por propor a união das escolas isoladas masculina e feminina do município do Rio Pardo. Além disso, destaca a professora como a responsável por “trazer” a implantação do grupo escolar para a cidade.

Considerando as fontes inventariadas, compreendemos que uma investigação dessa natureza só pode ser tecida na relação, nem sempre harmônica, entre a memória e o arquivo. Segundo Le Goff (1990), a memória tenta explicar as relações de hierarquia e valores tanto entre as coisas como entre as pessoas, porquanto tudo o que nela ocorre não é em vão e tampouco se perde, mas em certo sentido permanece ou se transforma. Conforme Mogarro (2006), uma escrita da história construída da(s) memória(s) para o arquivo e do arquivo para a memória, tem o poder de proporcionar uma síntese multidimensional que traduza uma identidade histórica, uma realidade em transformação, um itinerário pedagógico, um processo de escolarização. Historiar uma instituição educativa carece, portanto, não perder de vista sua inerente especificidade e, ao mesmo tempo, compreender sua totalidade (SANFELICE, 2010).

Quanto à análise e interpretação das fontes, é baseada em uma investigação indiciária. Ginzburg (1989) compreende o paradigma indiciário como um conjunto de princípios sistematizados, em sua versão científica, ainda no século XIX – tendo por base em antiquíssimas práticas humanas –, para descobrir o passado histórico (remoto ou recente) pelo que dele restou no presente: indícios, sinais, vestígios. Afinal, ainda que numericamente significativos, os documentos até aqui arrolados se mostram descontínuos, com inúmeras lacunas, e, portanto, o conhecimento necessário para elucidação do problema de pesquisa só é possível através de uma investigação indiciária das fontes. Como pontua o autor, “[se] a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”: esse é o âmago da ideia do paradigma indiciário (GINZBURG, 1989, p. 177).<sup>41</sup>

Devido ao volume de documentos localizados, a organização inicial desse material se deu através da criação de dois eixos temáticos, com vistas a organização preliminar (serialização) desses dados, a partir daquilo que eles já indicam, quais sejam: “processo de constituição do grupo escolar”, o que envolve informações tanto relacionadas à implantação do Grupo Escolar Henrique Coutinho, propriamente, quanto as relações de força (políticas, econômicas, religiosas) envolvidas nesse processo, e “processo de escolarização”, relacionado principalmente

<sup>40</sup> ANEXO J.

com a organização pedagógica da instituição e a relação disso com os modelos de educação em circulação no período. Esses dois eixos passam a ser explicitados, tratados e destrinchados ao longo dos capítulos na composição da dissertação, dando vida a outros recortes advindos da análise das fontes.

---

<sup>41</sup> Toda essa etapa de pesquisa será auxiliada pelo *Software Atlas.ti* (versão 22). Tal ferramenta tem se constituído como suporte no processo de organização dos dados e em sua análise indiciária, como alternativa ao trabalho que, geralmente, é feito por via manual ou com a utilização do *Software Microsoft Office Excel*, por exemplo. Uma das diversas possibilidades com o uso dessa ferramenta, é a capacidade de construir análise multimídia de imagens, áudio e vídeo de última geração, processamento estatístico de dados, análise de levantamentos, codificação e cruzamento de banco de dados (WALTER; BACH, 2013). É importante ressaltar que o *Atlas.ti* é uma ferramenta que auxilia os pesquisadores a organizar a análise dos dados, mas o *software* não realiza a análise. Todas as inferências e classificações devem ser feitas pelo pesquisador, apoiado em seus fundamentos teóricos. A eficácia do *software* está, como destaca Vidal (2021), na conexão entre a habilidade do pesquisador e o processamento de informações do computador. De fato, muitos pesquisadores, dos mais distintos campos científicos, têm empregado o *software Atlas.ti* em suas investigações, incluindo também o campo da História da Educação, ratificando a ampla potencialidade do programa nos mais diversos âmbitos do saber (MONÇÃO, 2021). Mais informações podem ser encontradas no site do fabricante do *software Atlas.ti*. Disponível em: [www.atlasti.com](http://www.atlasti.com). Acesso: 15 jun. 2022.

## **2 O GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (1930-1941)**

Este capítulo é dedicado à compreensão do processo de concepção do Grupo Escolar Henrique Coutinho, implantado em Iúna, sul do Estado do Espírito Santo, já no final da década de 1930, quando o município ainda se chamava Rio Pardo.<sup>42</sup> Um caso específico, mas que tem sua origem no movimento amplo de modernização pedagógica no qual os grupos escolares eram elementos de importância.

As fontes utilizadas decorrem de um intenso trabalho de pesquisa, pois a preservação dos vestígios sobre o passado do Grupo Escolar Henrique Coutinho não se mostrou eficiente. Dessa forma, devido as lacunas na documentação, optamos por reunir o maior número possível de documentos, ainda que com informações específicas, localizadas, basicamente, por meio de indícios e pistas, tentando sempre cruzar os dados identificados nos diferentes tipos de fontes. Como lembra Ginzburg (1989, p. 177), “[...] se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”.

Assim, o *corpus* documental é composto por fontes localizadas no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, como o Relatório de Inspeção Educacional do Município de Rio Pardo de 1938 e o *Diário Oficial do Estado do Espírito Santo*, Jornais e Revistas do período, documentos do arquivo escolar do Centro Estadual de Ensino Fundamental e Médio em Tempo Integral Henrique Coutinho, Recenseamento Geral do Brasil de 1940, fotografias localizadas na Casa da Cultura de Iúna e com ex-alunos, mapas e obras publicadas por memorialistas.

---

<sup>42</sup> Como já mencionado, até o ano de 1943 o município de Iúna possuía a denominação de “Rio Pardo”. Por isso, com o fito de evitar anacronismos, utilizamos o termo “Rio Pardo” quando nos referimos a acontecimentos datados até o ano de 1943 e o termo “Iúna” para acontecimentos ocorridos posteriormente. Entretanto, quando relacionado a um contexto atemporal ou que os períodos pré e pós 1943 estejam inseridos em simultâneo, utilizamos a nomenclatura “Iúna”.



Em primeiro lugar, investigamos a possível reunião das escolas isoladas do município e a estrutura inicial do Grupo Escolar Henrique Coutinho entre os anos de 1939 e 1941. Posteriormente, analisamos a implantação do Grupo Escolar Henrique Coutinho na relação com o processo de expansão dos grupos escolares no estado do Espírito Santo, durante as décadas de 1930 e 1940. Neste caso, além da realidade capixaba, privilegiamos o contexto do município na época da implantação do grupo escolar, o planejamento para a sua construção e a participação da professora Terpsichore Felisberto Lacerda nesse movimento. Por fim, estudamos como ocorreu a construção do prédio do grupo escolar, inaugurado em 1941, como também suas características e o seu impacto no espaço urbano.

## 2.1 O INÍCIO DO GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO (1938-1939)

Dentro do contexto de expansão dos grupos escolares no Estado do Espírito Santo, a partir dos anos de 1930, analisamos o processo histórico de constituição do primeiro e único grupo escolar do município de Iúna. Planejado pelo menos desde 1937, sua criação teve início em 1939, momento em que teria ocorrido a reunião das escolas isoladas da zona urbana do município, com as aulas iniciando-se em 2 de fevereiro de 1939. No decorrer de sua existência como grupo escolar, a escola contou com duas nomenclaturas: Grupo Escolar de Rio Pardo (1939-1940) e Grupo Escolar Henrique Coutinho (1940-1971), bem como prováveis duas sedes.

Desde o final do século XIX, a escola de ensino elementar vinha adquirindo centralidade na vida social (CARVALHO, 2016). Neste período, localizamos referências a variadas instituições educacionais que se ocupavam do ensino elementar público no Brasil: as escolas isoladas, as escolas reunidas e os grupos escolares (SAVIANI, 2011). A convivência destas três instituições perdurou durante uma longa trajetória na história da educação brasileira. As escolas isoladas e reunidas, com custos mais acessíveis ao poder público e arquitetura modesta, atendiam aos imperativos de um país agrário, com populações dispersas por seu vasto território (NOVAES, 2020).

No Espírito Santo, conforme a Lei nº 555 de 1909, as escolas eram classificadas de acordo com o “nível” (primário e secundário) e em “entrâncias” (referentes à localização das escolas, respectivamente, em áreas rurais e povoações; vilas, cidades; capital).<sup>43</sup> Sobre a organização, eram distribuídas entre escolas isoladas e escolas reunidas; e, referente ao gênero, em femininas, masculinas e mistas. Segundo Bonatto (2005), seriam escolas reunidas e funcionariam em um único prédio escolar quando a quantidade de escolas isoladas de cada sexo em uma dada localidade fosse inferior a quatro unidades. Quando existissem quatro ou mais escolas, passariam a ser denominadas “grupos escolares”.

Sobre as escolas isoladas, sua origem em solo capixaba acontece antes da efetiva implementação dos grupos escolares e contrasta com a fundação da Escola Modelo. Como lembra Novaes (2020), embora a Escola Modelo fizesse parte de um projeto de reestruturação pedagógica mais ampla que tinha como premissa a configuração do grupo escolar, a reclassificação paralela das escolas primárias revelou os diferentes conceitos que estão por trás da distinção entre grupos escolares e outros modelos de educação: a simples projeção do grupo escolar gerou uma nova condição para as demais escolas.

A denominação ‘escola isolada’ opera uma mudança simbólica, com a qual busca-se demarcar a oposição entre a escola do passado e a escola moderna. Ainda que o uso do termo se justifique pelo funcionamento unitário das instituições, em contraposição ao agrupamento das escolas graduadas, argumentamos que a escolha do adjetivo ‘isolada’ cumpre o papel de inferiorizar esse modelo, posto como a antítese da instituição primária idealizada naquele momento (NOVAES, 2020, p. 49).

Por outro lado, as escolas reunidas efetivaram-se como uma proposta simplificada, uma adaptação dos grupos escolares a um padrão de escola de baixo custo, mesmo que desenvolvidas para funcionarem como instituições de ensino graduadas (LOCATELLI, 2012). Inclusive, em estados como São Paulo e Rio Grande do Sul, por exemplo, as escolas reunidas eram legalmente tidas como uma fase “intermediária” rumo ao modelo grupo escolar (SOUZA, 2010).

---

<sup>43</sup> “A ordenação por entrâncias permaneceu como um importante critério de classificação das escolas primárias tanto nas disposições da Reforma Cardim como nas legislações seguintes. [...] Os critérios para classificação das escolas primárias em entrâncias tinham como base, além da localização geográfica, o aspecto social e econômico das localidades. Tanto o salário dos professores quanto o valor da ajuda de custo para aluguel eram determinados pelas entrâncias, fazendo com que a localização das instituições incidisse de forma direta em suas condições de funcionamento” (NOVAES, 2020, p. 68).

Souza e Faria Filho (2006) indicam que, à medida que os grupos escolares passaram a ser vistos como a saída mais correta e racional para colocar em prática a missão educacional, as escolas reunidas e isoladas, vistas como instituições representativas do velho modelo de escolarização, tornaram-se alvo de grande descrédito. Dessa maneira, os grupos escolares adquiriram, de acordo com Vidal (2006), a posição de uma “escola de verdade” para parcela significativa da sociedade brasileira, funcionando como símbolo de coesão social e *status*.

No caso do Grupo Escolar Henrique Coutinho, não foi possível identificar nas fontes de que dispomos se ele surge antes como uma escola reunida ou se desde o seu princípio aparece como grupo escolar. Apesar disso, lendo nas entrelinhas da documentação, podemos apontar alguns caminhos para a compreensão da questão.

Junto ao APEES,<sup>44</sup> localizamos um relatório de inspeção educacional referente ao município de Rio Pardo, datado de setembro de 1938, sob a responsabilidade do inspetor técnico de ensino José Celso Cláudio.<sup>45</sup> A leitura do seu relatório fornece indícios suficientes para indicar que, meses antes da criação do grupo escolar, não havia registros de escolas reunidas na localidade. Na ocasião, Cláudio visitou 15 escolas do município e não registrou a existência de grupos escolares ou de escolas reunidas.

Das quatro escolas localizadas na sede do município de Rio Pardo, todas foram classificadas por Cláudio como “escolas isoladas”, duas delas comandadas por uma mesma docente: Terpsichore Felisberto Lacerda.<sup>46</sup> Além disso, nem mesmo aparece nas observações e anotações do inspetor alguma indicação sobre a possibilidade de criação de um grupo escolar na cidade, menos ainda com relação à reunião das escolas da sede.

---

<sup>44</sup> Fundo Educação – Caixa 33.

<sup>45</sup> José Celso Cláudio foi educador e ocupou vários cargos na área da educação no Espírito Santo, como professor e como servidor público. Natural do município da Serra (ES), nasceu no dia 27 de setembro de 1905 e, em 1935, foi nomeado diretor do grupo escolar Professor Lélio Horta, na cidade de Alegre (ES). Foi nomeado inspetor regional de Ensino e, depois, diretor do Departamento dos Serviços Públicos (hoje Secretaria de Administração) e da Secretaria da Educação e Cultura, em quatro oportunidades. Foi advogado e procurador da Prefeitura Municipal de Vila Velha, falecendo em Vitória em 4 de maio de 1975, aos 70 anos de idade. Disponível em: [www.biblioteca.ufes.br/o-mundo-da-educacao-em-imagens-o-acervo-pessoal-de-jose-celso-claudio](http://www.biblioteca.ufes.br/o-mundo-da-educacao-em-imagens-o-acervo-pessoal-de-jose-celso-claudio). Acesso em: 10 de jan. 2023.

<sup>46</sup> Nesta ocasião, Cláudio registra que dentre todas as escolas inspecionadas no município de Rio Pardo, Terpsichore era a única professora a comandar uma unidade escolar que “ensinava com método”. Não foi possível estabelecer que tipo de relação o inspetor possuía com a professora em questão, nem mesmo a que tipo de “método” o inspetor se referia. Todavia, esse vestígio é um indício de que a professora possuía uma condição diferenciada na relação com contexto do município àquela época.

Outro ponto relevante, nesse sentido, relaciona-se com o fato de que duas outras fontes indicam, em 1939, a existência de um grupo escolar no município de Rio Pardo. Efetivamente, isso sugere que a escola já funcionava, desde o seu início, como grupo escolar.

O primeiro desses documentos foi localizado junto a um ex-professor da instituição. Trata-se de um discurso comemorativo proferido por Roberto Carlos Scardino Justo Marcondi, então professor de História da Escola de 1º e 2º Graus Henrique Coutinho,<sup>47</sup> em evento de comemoração ao cinquentenário da escola, em fevereiro de 1989.<sup>48</sup> Nas palavras de Marcondi (1989, p. 1),

[...] no dia 01.02.1939, era criado o ‘Grupo Escolar Henrique Coutinho’, resultado da união das escolas masculinas e femininas da Vila de Rio Pardo, por iniciativa da Prof.<sup>a</sup> TERPISCHORE FELISBERTO LACERDA, D<sup>a</sup> Terpinha, a 1<sup>a</sup> Diretora do novo estabelecimento de ensino.

Ao cruzar essas informações com outro documento, o *Diário Oficial do Estado do Espírito Santo*, nota-se uma incongruência entre os dois, mas também alguns nexos. Por um lado, a julgar pelas notas publicadas em 1939, 21 de setembro e 12 de outubro, respectivamente, o referido grupo escolar surge com o nome de Grupo Escolar de Rio Pardo e não como Grupo Escolar Henrique Coutinho, nomenclatura que só receberia com o Decreto nº 12.291, de 1º de novembro de 1940. Por outro lado, como veremos mais à frente, tais registros apontam a existência de uma escola no município de Rio Pardo, sob a direção da professora Terpsichore Felisberto Lacerda, funcionando no modelo grupo escolar desde 1939.

Ainda assim, há um espaço em branco na documentação arrolada, que vai do momento da possível “reunião” das escolas masculina e feminina localizadas na sede do município ao momento da implementação formal do grupo escolar, o que pode ter ocorrido entre novembro de 1938 e janeiro de 1939. Sobre isso, não localizamos informações no *Diário Oficial*, nem mesmo o decreto de criação do grupo escolar.<sup>49</sup>

Além do discurso citado, nenhum outro documento localizado indica que a possível “reunião” das escolas singulares localizadas na sede do município tenha sido uma iniciativa da professora Terpsichore. Porém, neste caso, há pistas que pavimentam o caminho nessa

<sup>47</sup> O Grupo Escolar Henrique Coutinho passou a ser denominado Escola de 1º e 2º Graus Henrique Coutinho, em virtude da promulgação da Portaria Estadual nº 815, datada de 17 de março de 1977, marcando uma transformação substancial em sua configuração e no escopo de sua oferta educacional.

<sup>48</sup> ANEXO J.

<sup>49</sup> Além do *Diário Oficial*, também lançamos pesquisas nos arquivos da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU).

direção. Afinal, o paradigma indiciário, alerta Ginzburg (1989), não se baseia nas características mais vistosas da circunstância pesquisada: atenta para indícios, às vezes imperceptíveis, signos pictóricos, sintomas, pormenores, dados marginais e pistas.

Em primeiro lugar, com base no Relatório de Inspeção de 1938, produzido por Jose Celso Claudio, era Terpsichore quem comandava duas das quatro escolas isoladas localizadas na sede do município de Rio Pardo. De acordo com sua biografia, disponível no *website* da Academia Iunense de Letras,<sup>50</sup> a professora era natural do Estado de São Paulo, normalista e esposa do ex-prefeito do município, Antonio Lacerda, empossado no mesmo momento em que Bley era nomeado interventor, como resultado da Revolução de 1930 (MOURA, 2019).

Em segundo lugar, localizamos, também, homenagens natalícias endereçadas à professora publicadas na revista *Vida Capichaba*, veículo representativo do imaginário da elite espírito-santense da primeira metade do século XX.<sup>51</sup> Ademais, encontramos registros sobre os festejos relacionados a seu casamento com o então prefeito, Antonio Lacerda, no jornal *Diário da Manhã*,<sup>52</sup> como, ainda, sua filiação no Partido Social Democrático do Espírito Santo, participação em reuniões políticas<sup>53</sup> e até mesmo visitas ao interventor federal na capital do Estado, Vitória.<sup>54</sup> Ainda que não seja possível afirmar categoricamente, esses indícios demonstram certo trânsito político e social por parte da professora, que poderiam ter possibilitado a ela os meios e a legitimidade necessários para empreender a reunião das escolas isoladas da sede do município de Rio Pardo em um grupo escolar.

Em compensação, se não dispomos de indícios sobre a existência de um grupo escolar ou de uma escola reunida no município de Rio Pardo no ano de 1938, o mesmo não pode ser dito sobre o ano de 1939. Sobre este período, dispomos de fontes que demonstram que a escola já funcionava como grupo escolar, entre setembro e outubro de 1939, pelo menos oficialmente, mas provavelmente não em prédio próprio, isto é, construído para tal fim, o que só ocorreria em 1940.

<sup>50</sup> Disponível em: [www.academiaiunensedeletras.com.br/Patronos](http://www.academiaiunensedeletras.com.br/Patronos). Acesso em: 21 dez. 2022.

<sup>51</sup> VIDA CAPICHABA. Edição 360. Espírito Santo, 1932.

<sup>52</sup> DIÁRIO DA MANHÃ: Órgão do Partido Construtor (ES). Edição 2882. Espírito Santo, 1932.

<sup>53</sup> DIÁRIO DA MANHÃ: Órgão do Partido Construtor (ES). Edição 933. Espírito Santo, 1932.

<sup>54</sup> DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Visitas ao Interventor – Novembro. Vitória: Imprensa Oficial, 1938.

Diferentemente do que acontecia em outras regiões do país, tal como em São Paulo e no Rio Grande do Sul, a possível “reunião” das escolas isoladas do município de Rio Pardo aparentemente resultou, desde seu início, em um grupo escolar, “saltando” aquilo que seria a sua fase “intermediária” ou sua simplificação – a escola reunida.

O primeiro sinal que localizamos nessa perspectiva, é que no dia 12 de outubro de 1939, o *Diário Oficial* listou os nomes de todos os diretores e professores dos grupos escolares que funcionavam no Estado naquele ano. Na publicação, além dos nomes dos docentes que atuavam no “Grupo Escolar de Rio Pardo”, estava o registro da professora Terpsichore Felisberto Lacerda como a diretora da escola.

No mesmo ano de 1939, porém no mês de setembro, o *Diário Oficial* publicou os relatórios enviados pelos prefeitos ao Governo Estadual sobre as festas da “Semana da Pátria” em seus respectivos municípios.<sup>55</sup> Assim, o então prefeito de Rio Pardo, Alfredo Antonio, destacou ter ocorrido no município uma “[...] partida de futebol entre os alunos do Grupo Escolar da Sede”. Na ocasião, o prefeito ainda homenageou o trabalho das docentes do grupo escolar do município, dirigindo-se a elas como “[...] dignas professoras do Grupo Escolar desta cidade”.

Com base nos indícios apresentados, aparentemente não houve uma “reunião” das escolas isoladas do município em uma escola reunida. Isso acaba por diferenciar o caso do Grupo Escolar de Rio Pardo de outros processos de criação de grupos escolares nas décadas de 1920, 1930 e 1940, que eram precedidos pela constituição de escolas reunidas, o que parecia mais comum em estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro do que no Espírito Santo (BONATTO, 2005; SOUZA, 2010; LOCATELLI, 2012).

Por isso, as mudanças no espaço escolar, como no caso da escola isolada para escola reunida e/ou grupo escolar, sentidas como uma melhoria ou mesmo como uma imposição legal, tido por muitos como um avanço irrestrito do espaço escolar, precisam ser mais bem analisadas em seus respectivos contextos de produção.

---

<sup>55</sup> A Festa da Pátria, que comemorava o dia da Independência, era uma das mais importantes festas com a presença de autoridades como o prefeito da cidade e outras figuras políticas. Na década de 1930, acontecia durante o dia inteiro, com hasteamento da Bandeira, Hino Nacional, desfile cívico e momentos de preleções sobre a história do Brasil. A partir da década de 1940, a Festa da Pátria começou a tomar proporções maiores, aumentando para mais dias e caracterizando-se como Semana da Pátria, que em geral era comemorada de 1 a 7 de setembro, com momentos dedicados a festividades que culminavam no dia da Independência do Brasil. Essas festividades de maior porte eram marcadas por momentos de registro fotográfico, nos quais se organizavam as crianças, diretor e professoras em fileiras, todos bem arrumados e padronizados, pousando para as fotos (BENCOSTTA, 2006).

### 2.1.1 O Grupo Escolar de Rio Pardo e a construção do prédio escolar (1939-1940)

Considerando que o prédio destinado ao Grupo Escolar de Rio Pardo somente seria construído em 1940 e inaugurado em 1941, as questões que se abrem são: em qual endereço funcionou entre 1939 e 1940? Quais as condições materiais de existência dessa escola nos dois primeiros anos de funcionamento? Como não encontramos fontes que respondam a tais questionamentos, estes permanecem abertos a futuras pesquisas.

Lançamos a hipótese de que a primeira sede do Grupo Escolar de Rio Pardo, aparentemente estabelecida em 1939, estivesse situada em prédio improvisado, que comportava estudantes das quatro escolas isoladas da zona urbana. A segunda sede, por sua vez, relaciona-se ao prédio escolar inaugurado em 19 de abril de 1941, localizado na região central do município,<sup>56</sup> ao lado do palacete em que, naquela época, funcionava a Prefeitura Municipal e que atualmente abriga a Casa da Cultura de Iúna. Seja como for, as duas unidades foram criadas durante a interventoria de João Punaro Bley (1930-1943) e do longo governo municipal do prefeito Alfredo Antonio (1937-1946).<sup>57</sup>

Não localizamos fontes que permitam identificar a verba para a construção/locação do primeiro prédio do Grupo Escolar de Rio Pardo, ou, ainda, se teria sido uma doação da prefeitura municipal ou de outro munícipe. Todavia, podemos conjecturar que, até o ano de 1940, a escola funcionava em outro espaço que não o prédio inaugurado em 1941.

---

<sup>56</sup> Atual Rua Desembargador Epaminondas do Amaral.

<sup>57</sup> Chama a atenção a longevidade do governo do prefeito Alfredo Antonio (1937-1946), perpassando todo o período do Estado Novo (1937-1945). Dificilmente isso aconteceria se Antônio não fosse partidário das ações do Governo Estadual, pois o Estado tinha poderes absolutos sobre a política e a administração municipal. Segundo D'Araujo (2000), a Constituição de 1937 definia que o prefeito seria de livre nomeação do Governador do Estado. Além disso, ao Governador caberia também, não só livremente nomear, como ainda livremente demitir, inclusive qualquer medida sobre a organização dos municípios deveria ser aprovada pelo Presidente da República antes de sua publicação.

De acordo com as memórias sobre o Grupo Escolar Henrique Coutinho, propagadas pela própria instituição, pela Prefeitura Municipal de Iúna e por cidadãos iunenses, além da “reunião” das escolas isoladas da sede do município de Rio Pardo, a construção do novo prédio também teria sido uma iniciativa da professora Terpsichore.<sup>58</sup> Nessa perspectiva, ao lançar mão de articulações familiares e políticas, a professora teria conquistado o financiamento do projeto por parte do Poder Público, com o qual se construiu o prédio em 1940, que funcionaria a partir de 1941.

Segundo o discurso de Marcondi (1989), Terpsichore teria sido a responsável por propor a reunião das escolas isoladas masculina e feminina do município de Rio Pardo em 1939. Para mais, como veremos adiante, coloca a professora como a responsável por “trazer” a verba federal para a construção do prédio do grupo escolar em 1940, o que faz sentido tendo em vista o momento de carestia pelo qual passava o Estado do Espírito Santo.<sup>59</sup> Entretanto, não foi possível identificar na documentação se a professora esteve envolvida nos estudos para a construção de um grupo escolar em Rio Pardo, publicados no *Diário Oficial* ainda nos anos de 1937 e 1938.

---

<sup>58</sup> No site da prefeitura de Iúna é possível encontrar a seguinte informação em texto sobre a história do município: “A professora Terpsichore Felisberto Lacerda (dona Terpinha) agrupando as escolas feminina e masculina da Vila do Rio Pardo, fundou o Grupo Escolar Henrique Coutinho, do qual foi a primeira Diretora, idealizadora e construtora do prédio, inaugurado dois anos depois e em funcionamento até os dias de hoje”. Disponível em: <https://iuna.es.gov.br/noticia/2017/10/iuna-completa-127-anos-de-emancipacao-neste-24-de-outubro.html>. Acesso em: 16 de jan. 2023.

<sup>59</sup> Segundo Fontaine (2020), as condições econômicas dos primeiros anos da década de 1940 foram fortemente afetadas pelas interrupções e alterações dos fluxos comerciais geradas pela Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, a excepcionalidade da guerra impedia as divisas de serem gastas em importações, e a forma como se conduzia a esterilização de excedentes do comércio exterior seria então uma das raízes do processo inflacionário. Como consequência dessa depressão financeira, o ensino primário capixaba teve uma queda em sua expansão no período de 1939/40, seja no número de escolas construídas seja no número de matrículas (ROSA, 2008).



De acordo com o discurso de Marcondi (1989), ao se deparar com anúncios de um jornal carioca sobre a liberação de verba para o Estado do Espírito Santo, ainda no início de 1939, no contexto da Campanha de Nacionalização do Ensino,<sup>60</sup> Terpinha, como era conhecida a professora Terpsichore, teria entrado em contato com seu irmão, o advogado Ivo Felisberto de Moraes, e este, graças a intermediários, teria conseguido contato com o Governo Federal. Com êxito na missão, a administração varguista teria incluído o município de Rio Pardo entre os beneficiários da verba liberada para o Estado em 1940, mesmo que não possuísse núcleos estrangeiros em seu território.

Em janeiro de 1940, o governo do Espírito Santo confirmava o recebimento da verba federal para a construção de escolas, destacando entre as cidades contempladas o município de Rio Pardo, onde deveria ser construído um “grupo escolar”.

Em 1940 foi concedido auxílio, para construções escolares, na importância de 1.000:000\$000, já tendo sido iniciada com esta verba 5 Grupos Escolares, como um com quatro salas de classe, localizados em Fundão, Barra de Itapemirim, Bom Jesus, Figueira da Santa Joana e Rio Pardo. Cada casa escolar está orçada em 124:000\$000 perfazendo um total de 625:000\$000 (ESPÍRITO SANTO, 1940).

A atitude de Vargas foi descrita pelo Governo do Estado do Espírito Santo como um ato de “[...] clarividente patriotismo do presidente Getúlio Vargas, nacionalizando o ensino e integrando na comunidade brasileira os elementos alienígenas que queiram trabalhar pela prosperidade do Brasil” (ESPÍRITO SANTO, 1940). Além disso, destacava que com o auxílio do Governo Federal, 38 Grupos Escolares foram construídos nos núcleos de colonização estrangeira no Estado.

Dessa forma, há uma questão ainda pouco estudada sobre o formato da expansão dos grupos escolares no Espírito Santo, que indica a década de 1940 como o ápice desse processo iniciado em 1930: o Governo Federal auxiliava os entes federados na construção de escolas, principalmente através de concessão de verbas. Nessa condição, a criação do Grupo Escolar Henrique Coutinho insere-se no processo histórico de implantação e expansão do modelo grupo escolar no Estado do Espírito Santo.

---

<sup>60</sup> O projeto político do governo varguista para a “[...] formação do Estado Nacional passaria principalmente pela homogeneização da cultura, dos costumes, da língua e da ideologia. Por isso, uma das dimensões estratégicas para o avanço de tal programa nacionalizador foi a educação. No entanto dois obstáculos precisavam ser ultrapassados: a sobrevivência de uma prática regionalista e a presença de núcleos estrangeiros nas zonas de colonização. Não faltaram propostas de criação de planos de ‘unificação ideológica do país’ que tratavam basicamente da eliminação dos ‘focos de contaminação’, identificados, ora com os comunistas, ora com os nazistas. A uniformização cultural implicava na exclusão dos “estrangeiros”, entendidos aqui como grupos estranhos ao projeto de nacionalização” (ROSA, 2008, p. 98).

## 2.2 A EXPANSÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO ESPÍRITO SANTO (1930-1941)

Como é possível observar nas Tabelas 1 e 2, no arco temporal entre os anos de 1930 e 1939, período em que Bley esteve no comando da política capixaba, como interventor federal, muitas escolas foram criadas no Estado do Espírito Santo. Houve, ainda, um acentuado aumento no índice de alunos matriculados, como também um alargamento da oferta de vagas para outros níveis de ensino, ainda que com números modestos se comparados com o ensino primário.

Esse processo de expansão do ensino público no Estado ocorreu devido a maior sistematização, organização e, sobretudo, intervencionismo por parte do governo – “reformismo autoritário” (ACHIAMÉ, 2005; ROSA, 2008; LAUFF, 2018). Ainda assim, não há como negar que a desigualdade social marcante daquele período, característica não exclusiva do Espírito Santo, refletia no campo da educação, junto à seletividade nas escolas que contribuíram para os altos índices de repetência, reprovação, evasão escolar e analfabetismo (ROSA, 2008; LAUFF, 2018).

Durante a administração Bley, as políticas públicas ligadas à educação estiveram explicitamente atreladas ao autoritarismo, ao conservadorismo e à religiosidade católica hegemônicos naquele tempo (ACHIAMÉ, 2005; ROSA, 2008; LAUFF, 2018). Ainda que no discurso político se apregoasse que a educação espírito-santense estava norteadada pelos preceitos escolanovistas, entre outras bravatas políticas, há fontes para se argumentar que em grande parte dos casos, esse “otimismo pedagógico”, expressão consagrada por Nagle (1976), não passava, na realidade, da expansão física da escolarização, ou seja, do número de escolas construídas. Inclusive colocando em prática o esvaziamento da formação docente, com o objetivo de agilizar o ingresso de professores no mercado de trabalho para cobrir o acentuado aumento de matrículas do período (LAUFF, 2018).

Em novembro de 1940, em discurso de comemoração aos 10 anos de governo, publicado no *Diário Oficial*, Bley apontou as diversas realizações de sua administração. Na oportunidade, salientou que a realidade da educação no Estado havia melhorado de forma considerável, pois o número de unidades escolares – como se pode observar na Tabela 1 – subiu cerca de 20% entre 1932 e 1939, como também o número de matrículas obteve um aumento de 40% e de 43% para o número de alunos assíduos.

Tabela 1 – A expansão do ensino público no Estado do Espírito Santo (1932-1939)

Números	1932	1939	Expansão
Escolas	786	981	↑ 20%
Matrículas	39.230	65.227	↑ 40%
Frequência	27.167	47.044	↑ 43%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados publicados pelo *Diário Oficial* (nov./1940).

A partir da leitura dos dados da Tabela 1, nota-se que essa melhoria na rede escolar apresentada por Bley estava diretamente ligada aos aspectos quantitativos, que eram significativos, ainda que incompletos, pois em nenhum momento foram explicitadas as melhorias qualitativas do ensino público espírito-santense e os índices de repetência e evasão escolar.

No caso de Rio Pardo, a expansão do número de escolas também é destacada pelo inspetor José Celso Claudio, em seu relatório sobre a situação educacional no município em 1938. Suas palavras servem de pistas para que possamos compreender como poderia ter surgido a ideia de implantar um grupo escolar no município.

Todavia, quando o assunto é o número de alunos matriculados nas escolas da localidade, os dados mencionados no relatório diferem consideravelmente dos dados apresentados no Recenseamento Geral do Brasil de 1940, pois Claudio praticamente triplicou o número de estudantes rio-pardenses. Destaca-se, também, no relatório de 1938, o esforço do inspetor em elogiar seus superiores e, principalmente, as políticas públicas da Administração Estadual. Segundo Claudio (1938), dirigindo-se ao Governo Estadual,

[...] não fosse a medida tomada por V. Exa., o Município de Rio Pardo continuaria sem escolas, de vez que só existiam 7 (sete) escolas estaduais. Felizmente, com a criação e provimento de 15 escolas e provimento de três que se acham vagas, a matrícula atingiu a 1665 alunos e a frequência, no mês de setembro, atingiu 1140. Como já tive ocasião de falar a V. Exe., a população do município de Rio Pardo não regateia aplausos á ação administrativa e medidas que V. Exe. vem tomando em benefício da mocidade.

Em determinado aspecto, o Recenseamento Geral do Brasil de 1940 estava em acordo com a inspeção de José Celso Claudio: ambos constataram a inexistência de unidades de ensino que ofertassem o nível secundário no município de Rio Pardo. Isso é revelador em um sentido, pois, mesmo sendo o âmago das políticas educacionais do primeiro Governo Vargas, o que estava em conformidade com a almejada industrialização do país (SOUZA, 2010), esse nível

de ensino não seria implantado em Iúna até o início da década de 1960, quando por iniciativa de lei do deputado estadual iunense Vicente Silveira, o Grupo Escolar Henrique Coutinho passaria a ofertar à sua clientela essa possibilidade de escolarização.<sup>61</sup>

Essa não era uma situação exclusiva do município de Rio Pardo. Ao revés, no Estado do Espírito Santo, o ensino secundário não esteve na vanguarda das políticas educacionais do governo Punaro Bley, como se pode observar através do investimento direcionado a esse nível de ensino em 1939 (Tabela 2).

Tabela 2 – Investimento na educação pública espírito-santense em 1939

Nível de Ensino	Investimento (Reis)	Porcentagem
Primário	5.055:120\$000	79%
Secundário	669:620\$000	10%
Normal	224:820\$000	4%
Profissional	60:520\$000	1%
Superior	364:020\$000	6%
Total	6.374:100\$000	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados publicados pelo *Diário Oficial* (nov./1940).

Para além da questão financeira, a valorização do ensino primário por parte do Poder Público espírito-santense também acontecia, segundo o então secretário estadual de educação e saúde, Fernando Duarte Rabelo, pois era considerada a principal etapa de escolarização no que se refere à formação da “brasilidade” e ainda a base para todos os outros níveis.<sup>62</sup> De qualquer forma, apesar da narrativa do Governo Federal sobre a importância, seja do ensino secundário, seja do ensino profissional, no Espírito Santo, como também no município de Iúna, estes dois níveis de ensino não sofreram expansão significativa, inclusive porque as verbas a eles destinadas eram não só menores em relação ao ensino primário, mas consideravelmente inferiores a este nível.

<sup>61</sup> Lei Ordinária nº 1.862/1963.

<sup>62</sup> ESPÍRITO SANTO (Estado). Interventor (1937-1943: BLEY). Resenha, 1939.

Em pronunciamento de Bley publicado no *Diário Oficial* em novembro de 1940, no início da sua administração o número de grupos escolares no Estado era muito pequeno. Em 1930, havia apenas quatro deles, aumentando para 24 unidades em 1936, seis anos após o início do seu governo. Em Vitória, capital do Estado, ocorreu um aumento da população em idade escolar ao longo da década de 1930, e, por isso, foram criados mais dois grupos escolares e outras quinze escolas – duas reunidas e treze isoladas.<sup>63</sup>

Em vista disso, nos outros municípios também foram criadas unidades escolares, principalmente nos centros de maior população e/ou nas localidades que apresentavam alguma prosperidade econômica. Segundo Alencar (2016), o fator principal na escolha do município para construção de grupos escolares era mesmo a influência política dos municípios. Seja como for, a situação de precariedade e carestia financeira que o Estado sofria no final da década de 1930, como o próprio Bley assumia no pronunciamento supracitado, não possibilitou que os municípios fossem munidos adequadamente com o número de escolas que necessitavam – por isso, o processo de alfabetização das populações rurais não teria sido significativo.

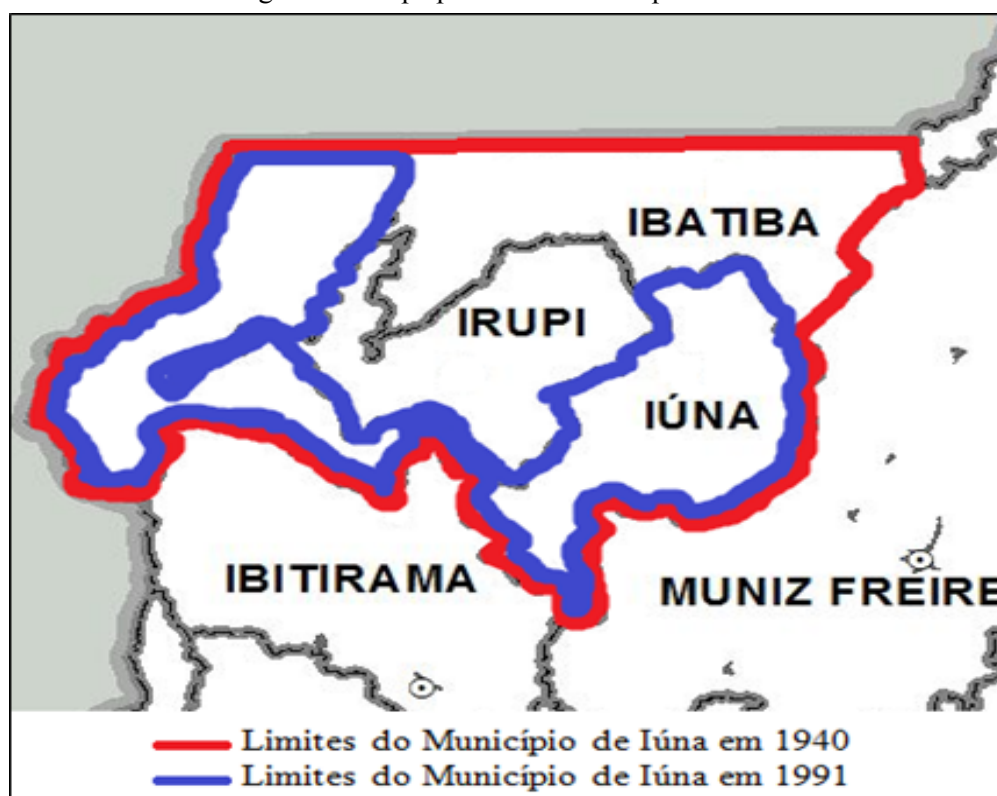
### **2.2.1 O contexto rio-pardense no período da implantação do Grupo Escolar Henrique Coutinho**

Em 1940, ano em que foi construído o prédio do Grupo Escolar Henrique Coutinho, Rio Pardo compreendia em seu território os distritos de Ibatiba (emancipado em 1981) e Irupi (emancipado em 1991), ocupando àquela altura uma área de 901 km<sup>2</sup>, como podemos observar no mapa (Figura 2).

---

<sup>63</sup> ESPÍRITO SANTO (Estado). Interventor (1930-1940: BLEY). Discurso: dez anos de Governo, pronunciado em 22 de novembro de 1940 por João Punaro Bley. Vitória: Imprensa Oficial, 1940.

Figura 2 – Mapa político do município de Iúna



Fonte: Mapa elaborado pelo autor.

A população da localidade, estimada em 20.004 habitantes, formava um corpo social com características predominantemente rurais e religiosas. Em 1940, 92% da população riopardense vivia na zona rural e 88% dos habitantes do município diziam-se adeptos da religião católica. Nota-se, ainda, segundo os dados, número baixo de imigrantes, que representavam cerca de 0,03% da população, o que indica a inexistência de núcleos estrangeiros na localidade.

Tabela 3 – População de Rio Pardo (1940)

População Geral	20.004 (100%)
População Urbana	1.608 (8%)
População Rural	18.396 (92%)
Católicos	17.680 (88%)
Imigrantes	8 (0,03)

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral do Brasil de 1940. Rio de Janeiro, 1950.

No tempo da construção do Grupo Escolar Henrique Coutinho, a agricultura era o carro-chefe da economia rio-pardense (IBGE, 1950). No ano de 1940, a maioria da população trabalhava nessa área (34,57%), enquanto os campos industrial e comercial contavam com bem menos trabalhadores (0,99%), menos ainda do que os setores de serviços domésticos e escolares (25,75%) – neste último caso, amplamente dominado pelas mulheres (93,9%). Outros campos ativos, porém com pouco destaque, eram os profissionais liberais (0,09%), as atividades sociais (0,09%) e os servidores da administração pública (0,34%). O índice de desemprego era baixo (3,28%).

De acordo com o José Celso Claudio (1938), as escolas do município apresentavam “[...] condições precárias de funcionamento [...]”, nas quais “[...] a falta absoluta de material [...] muito perturba o desenvolvimento do ensino público”. Considerando o baixo índice de desemprego, conjecturamos que as crianças de 7 a 14 anos, em sua maioria, estavam trabalhando no setor agrícola e por isso não frequentavam a escola. Dispomos de evidências que sustentam essa hipótese. Em primeiro lugar, o próprio inspetor constatou essa situação no município de Rio Pardo, quando registrou em seu relatório de inspetoria que

[...] a frequência que verifiquei nas escolas visitadas não atinge 50% da matrícula, porque, no interior, os pais aproveitam quanto lhes é possível, os serviços dos filhos, mandando-os colher café, fazer rapaduras, guiar carros de boi, levar almoço na roça, aí trabalharem etc. (CLAUDIO, 1938).<sup>64</sup>

Em segundo lugar, quando cruzamos essa informação com outra fonte, torna-se possível materializar a observação do inspetor. Na fotografia (Figura 3), disponível na Casa da Cultura de Iúna e datada pela instituição como um material da “década de 1930”, é possível observar crianças em idade escolar auxiliando na tarefa de guiar os carros de boi pelas ruas de Rio Pardo.

---

<sup>64</sup> Relatório de Inspeção Educacional do ano de 1938 – Município de Rio Pardo. Inspetor José Celso Claudio. Disponível em: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) – Fundo Educação (Caixa 33).

Figura 3 - Crianças e Carros de boi em Rio Pardo (década de 1930)



Fonte: Casa da Cultura do Município de Iúna.

No entanto, não foi possível precisar a data da fotografia, sobretudo se o momento em que foi produzida correspondia ou não ao horário de aula. Além disso, existe a possibilidade de a fotografia ser posada, no sentido de querer passar a ideia de um povo ordeiro e trabalhador. Além disso, não dispomos de informações sobre o fotógrafo, ou sobre quem aparece na imagem ou a encomendou. De qualquer modo, a imagem sugere que crianças trabalhavam nessa tarefa no município e que as observações do inspetor podem estar corretas.

Nas palavras bastante críticas do inspetor, os grandes latifundiários da região atuavam como “[...] senhores feudais do interior [...]”, verdadeiros “[...] mandões dos seus latifúndios, amigos dos administradores municipais e decisivos fatores de vitórias eleitorais”. Dentro dessa realidade, em sua opinião, era muito difícil cumprir a obrigatoriedade da escolarização para as crianças de 7 a 14 anos, pois elas formavam parte significativa da mão de obra utilizada nas lavouras do município. Não adiantava, inclusive, apelar para as autoridades locais: “[...] contra os latifundiários, nem mesmo a polícia tem força”.



Conseqüentemente, conforme os dados do Recenseamento Geral de 1940, 7,4% dos cidadãos de 5 a 39 anos de idade, estavam recebendo instrução, não necessariamente formal, e apenas 4,9% tinham sido alfabetizados. Entre aqueles que possuíam entre 7 e 14 anos de idade, 9,79% encontravam-se alfabetizados e somente 12,94% estavam recebendo algum tipo de instrução. Além do mais, dentro do universo populacional do município, apenas 0,6% possuíam o ensino elementar, 0,08% possuíam o “ensino médio” (secundário) e 0,2%, o ensino superior.

Tudo isso são sinais característicos de uma população que necessitava de cuidados pontuais por parte do Poder Público no que se refere à escolarização, seja construindo escolas públicas de qualidade e em quantidade necessária, como também disponibilizando professores capacitados, seja incentivando e dando condições para a frequência escolar.

No momento em que um grupo escolar estava sendo construído no município de Rio Pardo, ocorreu um contraste entre duas cidades. Por um lado, havia uma cidade em crescimento populacional e com desenvolvimento econômico, especialmente no setor agrícola.<sup>65</sup> Por outro lado, havia outra cidade que sofria com um crescimento urbano caótico, marcado por desigualdades sociais acentuadas e falta de acesso à educação. Isso levava os filhos das famílias trabalhadoras a abandonarem a escola precocemente e entrarem no mundo do trabalho, resultando em uma alta taxa de analfabetismo entre pessoas acima de sete anos de idade.

No campo educacional, mais uma vez se observa a necessidade de expandir a escolarização formal na localidade com o aumento do número de vagas nas escolas, mas também com ações que possibilitassem às camadas mais carentes da sociedade rio-pardense ingressar e permanecer na escola.

---

<sup>65</sup> Por isso, no recorte temporal localizado entre os anos de 1930 e 1960, o sul do estado do Espírito Santo colhia os frutos da consolidação de uma agricultura comercial que possibilitou, entre outras coisas, um acentuado aumento populacional com a vinda de várias famílias para a região (ROSA, 2008).

Aparentemente, essa conjuntura se imbricava com a vontade e com o esforço político dos munícipes, como no caso da professora Terpsichore, que viam na implantação de um grupo escolar, a oportunidade de modernizar o município e assim amenizar as carências educacionais da localidade.<sup>66</sup> Carências que datavam do início do século XX, como notamos em abaixo-assinados subscritos por políticos, comerciantes e agricultores do município, e endereçados ao governo do Estado.<sup>67</sup>

Por isso, ao contrário do que ocorria com as escolas isoladas que existiam no município de Rio Pardo antes de 1939, que eram as instalações escolares mais comuns naquele tempo, o prédio escolar aparece nas fontes como elemento essencial quando se refere ao grupo escolar, porque este modelo de unidade de ensino teve como meta principal estabelecer uma ruptura com a forma escolar do Império – indo além do aspecto físico do espaço escolar ao abranger reformas pedagógicas.

## **2.2.2 Planejamento e construção de um grupo escolar no município de Rio Pardo (1937-1940)**

A partir do ano de 1935, começaram a aparecer nas publicações do *Diário Oficial* estudos para a implantação de grupos escolares em regiões afastadas da capital do Estado. No ano de 1937, o município de Rio Pardo aparece pela primeira vez como uma das localidades que estavam na iminência de “receber” um grupo escolar. Abaixo, transcrevemos os dois registros encontrados sobre a questão: o primeiro de 1937 e o segundo de 1938, ou seja, um ano antes da possível criação do Grupo Escolar de Rio Pardo.

---

<sup>66</sup> Segundo Vidal (2006, p. 6), “[...] os Grupos Escolares fundaram uma representação de ensino primário que não apenas regulou o comportamento, reencenado cotidianamente, de professores e alunos no interior das instituições escolares, como disseminou valores e normas sociais (e educacionais)”.

<sup>67</sup> Na Câmara dos Vereadores do município de Iúna encontramos dois abaixo-assinados endereçados ao Governo Estadual ainda no primeiro quarto do século XX. Neles estão registradas reclamações sobre a condição da “instrução pública” na localidade como também o pedido para que novas escolas fossem construídas, como ainda o envio de mais professores. Tais documentos estão assinados por vereadores, comerciantes, fazendeiros e outros cidadãos influentes. Transcrevemos um desses abaixo-assinados no ANEXO K.

Acham-se em estudos para oportuna construção grupos escolares nos seguintes municípios: Serra, Fundão, Calçado (Bom Jesus de Itabapoana), Siqueira Campos (Divisa), Baixo Guandu, Rio Pardo, Muniz Freire, Itapemirim e Domingos Martins. [...] **Uma vez construídos todos esses grupos escolares, teremos resolvido um dos mais importantes e prementes problemas educativos do Estado** (ESPÍRITO SANTO, 1937, grifo nosso).

Estão sendo estudados e projetados para execução no corrente ano, os grupos escolares e escolas reunidas de Fundão, Serra, Campinho, Muqui, Rio Pardo, M. Freire, Sta. Cruz [...] (ESPÍRITO SANTO, 1938).

Interessante observar que, atrelada à proposta de construção de um grupo escolar em Rio Pardo, estava a visão de que a implantação dessas unidades educativas, por si, resolveria as carências de educação da região, que como o próprio documento coloca, era “[...] um dos principais problemas educativos do Estado”.

Apesar da expansão do número de unidades escolares, há indícios de que essas escolas não possuíam as condições ideais de funcionamento. Em diversas oportunidades, Bley procurou justificar a precariedade dessas instituições. Indica que, ao longo da década de 1930, as instalações de vários estabelecimentos de ensino receberam melhorias e reformas, mas a situação econômica do Estado do Espírito Santo dificultava e limitava a intervenção do Poder Público na resolução de problemas relacionados aos prédios escolares (ESPÍRITO SANTO, 1941). Talvez isso explique o fato de o Grupo Escolar de Rio Pardo ter iniciado suas atividades em espaço improvisado, como se deduz da leitura das fontes.

Ainda que privilegiando apenas o número de escolas construídas e não sua qualidade, em 1937, o Estado com o maior número de inaugurações de escolas públicas foi justamente o Espírito Santo.<sup>68</sup> Em vista disso, o Pavilhão Nacional daquele ano, prêmio concedido pela Cruzada Nacional de Educação ao Governo Estadual que obtivesse destaque nas ações relativas à Instrução Pública, principalmente no que se refere à construção de escolas, foi entregue ao governo do Espírito Santo.<sup>69</sup>

Pouco tempo depois, em 1941, o Estado ficou entre os cinco primeiros lugares novamente, dedicando o feito à comemoração do aniversário natalício do “presidente” Getúlio Vargas. Na ocasião, 19 de abril e 1941, 66 escolas foram inauguradas no Estado, motivando a Cruzada Nacional de Educação a proferir um pronunciamento sobre o feito (Figura 4).

<sup>68</sup> IBGE, Anuário Estatístico de 1937.

<sup>69</sup> Departamento Estadual de Estatística. Boletim Estatístico do Espírito Santo. Vitória: Imprensa Oficial, 1942.

Figura 4 – Pronunciamento da Cruzada Nacional de Educação (1941)

**RELAÇÃO POR ESTADOS**

As 961 novas escolas fundadas por iniciativa da Cruzada Nacional de Educação, por Estados, assim estão distribuídas: Rio Grande do Sul, 179; Minas Gerais, 148; Santa Catarina, 103; S. Paulo, 71; Espírito Santo, 66; Paraná, 55; Piauí, 49; Sergipe, 42; Baía, 41; Rio de Janeiro, 35; Maranhão, 25; Alagoas, 20; Amazonas, 19; Ceará, 19; Pará, 19; Pernambuco, 17; Goiás, 16; Território do Acre, 12; Mato Grosso, 11; Rio Grande do Norte, 6; Paraíba, 5; Distrito Federal, 3.

Alguns dos Estados inauguraram uma escola em cada município. São eles: Santa Catarina, Espírito Santo, Piauí, Sergipe e Território do Acre. No Distrito Federal, as três escolas inauguradas o foram pela Cruzada Nacional de Educação.

Fonte: Diário Carioca, 20 de abril de 1941.

Ainda em 1938, o inspetor José Celso Claudio destacava a presença do Poder Público no município de Rio Pardo, reformando escolas e construindo prédios escolares. Ainda que não citasse a possibilidade de implantação de um grupo escolar na localidade, Claudio buscava inflar os feitos da administração Bley, ao ponto de dizer que “[...] o povo mineiro que reside nas fronteiras do município [...] é unânime em elogiara ação do Governo do Espírito Santo”.

Posicionado no 6º lugar quando o assunto era a renda estadual per capita e na 9º posição no que se refere à produção por habitante, em 1939, o Espírito Santo aparecia em uma posição mediana na classificação econômica se comparado a outros estados do país.<sup>70</sup> Entretanto, a realidade estatística do ensino público espírito-santense era maior do que a de quinze outros estados no que se refere ao número de matrículas.

No mesmo período, o número de alunos matriculados no Espírito Santo era um dos maiores do Brasil, como podemos observar na Tabela 4, com 72.424 estudantes matriculados nas escolas, o que representava 10% da população do Estado.

Tabela 4 – Percentual de alunos matriculados nos Estados (1939)

Estados	Matrículas
Pará	12%
Rio Grande do Sul	12%
Santa Catarina	11%
São Paulo	11%
Espírito Santo	10%

Fonte: Diário Oficial do Estado do Espírito Santo (1940)

Além disso, outro índice que demonstrava a expansão do ensino público no Espírito Santo era o “baixo” número de crianças entre 7 e 11 anos fora das escolas, o que também explicita o contraste entre o município de Rio Pardo e o restante do Estado. Neste quesito, o Estado possuía um dos menores números do país, pois a taxa média local de evasão escolar era uma das mais baixas do Brasil: 11%, significativamente inferior à taxa média nacional de 17%. Quando se analisa o período entre 1932 e 1937, fica evidente o processo de expansão do ensino primário público que aconteceu no Espírito Santo, passando de 786 unidades escolares em 1932 para 1.106 unidades em 1937: ou seja, houve o incremento de 320 unidades o que significava um acréscimo de 41% no período.<sup>71</sup>

No caso do município do Rio Pardo, o inspetor José Celso Claudio demonstrou em seu relatório essa expansão – ainda que limitada em comparação com as estatísticas do Estado –, inclusive colocando-se como um dos responsáveis pelos rumos da educação no município.

<sup>70</sup> Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Organização do ensino primário e normal no Estado do Espírito Santo. Boletim n. 15. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial/Ministério da Educação e Saúde, 1941.

<sup>71</sup> Anuário Estatístico do Brasil 1939/1940. Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, 1941.

Segundo Claudio (1938), citando seu relatório anterior, de 1937, havia destacado a falta de escolas e o baixo índice de matrículas no município de Rio Pardo: eram 414 alunos na ocasião e, após a intervenção do Governo Estadual com a construção de escolas, o município passou a contar com 1.665 alunos matriculados, praticamente quatro vezes o número do ano anterior. Conseqüentemente, “[...] a população do município de Rio Pardo não regateia aplausos á ação administrativa e medidas que V. Exe. vem tomando em benefício da mocidade” (CLAUDIO, 1938).

Entretanto, em 1940, em todas as regiões do Estado, muitas escolas tiveram seus turnos reduzidos ou até mesmo foram fechadas devido à crise econômica que assolava o Estado (ROSA, 2008). Por isso, a década de 1940 inicia com 920 unidades de ensino primário públicas, apenas 134 unidades a mais do que em 1932, e 186 a menos do que em 1937. Assim, o Estado fecha o período do primeiro governo varguista, 1930 a 1945, com 1.101 unidades de ensino primário – número ainda inferior ao pico de 1937.<sup>72</sup>

Apesar deste contexto, é nesse ano de 1940, que o Grupo Escolar de Rio Pardo ganhou um prédio próprio, construído com verba federal, enviada ao Estado para ser empregada em núcleos de colonização estrangeira, dentro da campanha de nacionalização do Ensino.

No ano de 1943, em seu relatório de governo, Bley destaca essa informação, confirmando os valores recebidos em 1940 – recursos na importância de CR\$ 1.000.000,00 – como também sua origem federal, advindos do Ministério da Educação. Na mesma oportunidade, ratifica que a verba era destinada a construção de escolas nas zonas de colonização estrangeiras. Dessa forma, o município de Rio Pardo ficou com o projeto mais “caro”, bem acima dos 124:000\$000 orçados em 1940, como podemos observar no Quadro 3.

---

<sup>72</sup> Anuário Estatístico do Brasil 1946. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 1947; Anuário Estatístico do Brasil 1939/1940. Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, 1941; Anuário Estatístico do Brasil 1939/1940. Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, 1941, Serviço de Estatística da Educação e Saúde.

Quadro 3 – Grupos escolares capixabas construídos com a verba Federal de 1940

<b>GRUPOS ESCOLARES</b>	<b>ORÇAMENTOS (CR\$)</b>
Grupo Escolar de Rio Pardo	158.003,70
Grupo Escolar de Barra do Itapemirim	151.856,90
Grupo Escolar de Fundão	134.422,00
Grupo Escolar de Muniz Freire	126.166,30
Grupo Escolar de Figueira	110.994,00
Grupo Escolar de Baixo Guandu	110.000,00
Grupo Escolar de Lagoa	48.504,00
Grupo Escolar de Palmeira	20.000,00
Grupo Escolar de Sapucaia	20.000,00
Grupo Escolar 25 de Julho	20.000,00
Grupo Escolar de Tancredo	20.000,00
Grupo Escolar de Recreio	20.000,00
Grupo Escolar de Rio Bonito	20.000,00
Grupo Escolar de Rio Claro	20.000,00
Grupo Escolar de Boa Sorte	20.000,00
Grupo Escolar de Laranja da Terra	20.000,00
Grupo Escolar de Barra do Limoeiro	20.000,00

Fonte: Relatório de Governo – João Punaro Bley (1943).

Os grupos não foram construídos todos com a mesma estrutura, como apontado no *Diário Oficial* de 3 de novembro de 1940, afinal, não tiveram o mesmo orçamento: os valores são consideravelmente superiores ao previsto três anos antes e desiguais. Somado a isso, nem todos foram construídos em zonas de colonização estrangeira, como ocorreu nos casos dos Municípios de Iúna e de Muniz Freire.

Assim, quais motivos levariam o município de Rio Pardo, aparentemente sem nenhum vínculo com o processo de colonização imigrante no Estado, não possuindo nenhuma escola estrangeira em seu território, muito menos núcleos “alienígenas”, a participar dessa verba de “nacionalização” do ensino e a construir o grupo escolar?

### **2.2.3 A participação da professora Terpsichore na construção do prédio do Grupo Escolar de Rio Pardo (1939-1940)**

Normalmente, o processo de implantação de grupos escolares é atribuído ao Poder Público, como também à atuação de figuras socialmente influentes (ALENCAR, 2016).<sup>73</sup> Entretanto, tal entendimento ofusca a participação de personagens fundamentais, especialmente aqueles de camadas populares, que atuavam nesses processos históricos de forma silenciosa e que, inseridos nas relações de força de transmissão do passado (GINZBURG, 2002), acabavam não tendo a oportunidade e/ou os meios para fazer valer sua narrativa, e, por conseguinte, colocar-se presente na memória histórica.

Uma questão importante nesta pesquisa, por isso, é a provável atuação da professora Terpsichore, que vez ou outra surge na documentação arrolada e, ainda hoje, aparece no imaginário dos iunenses, como importante personagem no desenvolvimento da educação pública da localidade e, especialmente, no processo de constituição do Grupo Escolar Henrique Coutinho. Nos parágrafos que seguem, buscaremos analisar a participação da professora, ainda que as fontes sobre o tema sejam escassas e os espaços em branco, fartos.

O primeiro documento localizado que cita a participação de Terpsichore, para além das narrativas orais, notadamente na aquisição da verba para a construção de um prédio para o Grupo Escolar de Rio Pardo, é, novamente, o discurso produzido pelo ex-professor de História da Instituição, Roberto Carlos Scardino Justo Marcondi, lido na comemoração do cinquentenário do Grupo Escolar Henrique Coutinho, em 2 de fevereiro de 1989. O evento contou, aliás, com a presença da professora Terpsichore na plateia, o que é um sinal de que ela estava em acordo com as palavras proferidas por Marcondi na ocasião. Dizia ele que, ao ler um

[...] jornal da Capital, sobre a concessão de verbas da parte do Governo Federal, D<sup>a</sup> Terpinha imediatamente escreveu ao Governo solicitando fosse, uma das concessões remetidas a Rio Pardo. Pediu ainda ao seu irmão, Dr. Ivo Felisberto de Souza que intercedesse junto a suas relações no Rio de Janeiro, para que nossa cidade fosse agraciada com um prédio escolar. Em 1940 era confirmada a verba federal para a construção do ‘Grupo’.<sup>74</sup>

<sup>73</sup> Segundo Alencar (2016), o contrário também era comum, isto é, autoridades políticas deixarem de construir grupos escolares em determinadas regiões nas quais pretendiam adquirir terras, por exemplo, pois a construção dessas escolas, automaticamente valorizavam os terrenos da localidade. Realidade que, segundo a autora, aconteceu na região norte do Espírito Santo.

<sup>74</sup> ANEXO J.



Analisando essa parte do discurso, contra suas intenções, podemos inferir algumas questões sobre seu contexto de produção, especialmente no que tange às relações de força daquilo que Bloch (2001) definiu como as tensões sobre a transmissão do passado. Antes de tudo, podemos supor que a fonte utilizada no discurso só poderia ter sido o relato da própria Terpsichore – talvez apreendido indiretamente –, mormente pelas particularidades do relato: leitura de jornal da “capital”, contato imediato com o irmão, rede de relações familiares e políticas, entre outras peculiaridades. Isso ficaria mais nítido quando Marcondi confirma, posteriormente, que foi, de fato, Terpsichore quem lhe passou tais informações.

Em livro publicado por Marcondi sobre a história do município de Iúna,<sup>75</sup> surgem informações complementares sobre a questão: Terpsichore teria afirmado que após entrar em contato com o seu irmão, este logo entrou em contato com seu sócio<sup>76</sup> Attilio Vivacqua, influente político e jurista capixaba, que teria conseguido o contato com o Governo Federal e assim a verba para a construção do prédio para o Grupo Escolar de Rio Pardo.<sup>77</sup> Essa versão também está registrada em livro contendo as biografias dos patronos da Academia Iunense de Letras, publicado em 2021, com a parte destinada a professora Terpsichore escrita por Marcondi.<sup>78</sup>

De todo modo, não é de se estranhar seu protagonismo nesta trama. Afinal, Terpinha foi uma pessoa influente entre os anos 1930 e 1940 no município de Rio Pardo, tendo sido primeira-dama em 1930 e a primeira diretora do Grupo Escolar Henrique Coutinho, em 1939.<sup>79</sup> Recebeu – ainda em vida – o título de “Cidadã Iunense Número Um”, em 1989, concedido pela Câmara dos Vereadores e atualmente empresta o nome a uma rua na cidade. Por essas razões, em certo sentido, o direcionamento da verba para a construção de um grupo escolar no município pode, sim, ter sido fruto de ações políticas entre os personagens mencionados.

<sup>75</sup> MARCONDI, Roberto Carlos Scardino Justo. **História de Iúna**, Vol. 1. Iúna: A Notícia Editora, 2023.

<sup>76</sup> Os dois possuíam um escritório de advocacia em Cachoeiro de Itapemirim.

<sup>77</sup> Ainda que deposto de seu cargo de secretário da Instrução Pública em 1930 com o fim do governo de Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930), consequência do movimento político que levou Vargas ao poder em 1930, a partir do ano de 1940 Vivacqua passou a ter grande influência dentro da administração federal. Dessa forma, tornou-se professor da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil e, em 1941, procurador da Justiça do Trabalho e consultor jurídico interino do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vivacqua-atilio>. Acesso em: 21 dez. 2022.

<sup>78</sup> Academia Iunense de Letras: patronos e acadêmicos. Vitória: EGS Editora, 2021.

<sup>79</sup> Segundo Marcondi (2021, p. 118), “[...] tendo sido primeira-dama do município e gozando de muito prestígio e respeito, na década de 1940, a professora Terpinha foi escolhida como candidata única – de conciliação – ao cargo de prefeita do município de Iúna. Com tranquilidade declinou do convite por ter nenhuma ambição política”.

Seja como for, uma verba federal endereçada a áreas de colonização estrangeira no Estado do Espírito Santo acabou desembocando em Rio Pardo e financiou a construção do prédio do grupo escolar local. Ademais, corroborando o discurso de Marcondi, encontramos registros no jornal *Diário Carioca*, que poderia ser o tal “jornal da Capital” a que Terpinha teve acesso nos anos de 1938 e 1939, sobre o envio de verbas para o Espírito Santo, ligadas à campanha de nacionalização do ensino e à construção de escolas.

Por outro lado, não foi possível identificar nas fontes a quem pertencia o terreno no qual o prédio do Grupo Escolar de Rio Pardo seria construído em 1940, como também se sua aquisição para tal finalidade foi fruto de venda ou doação de um particular ou se pertencia à Prefeitura na época da construção. De qualquer forma, no ano de 1940 foi finalizada a construção do prédio no qual a partir de 1941 funcionaria o Grupo Escolar Henrique Coutinho.

#### **2.2.4 Construção e Inauguração – o prédio do Grupo Escolar Henrique Coutinho (1940-1941)**

No arquivo escolar foi localizado um documento administrativo, datado de 1985, que contém informações sobre a estrutura original do prédio do Grupo Escolar Henrique Coutinho. Quando construído, em 1940, o edifício possuía as seguintes características: pavimento único, área total de 600 m<sup>2</sup>, existência de instalação elétrica e água encanada, cobertura de telhas de amianto e de barro, paredes de tijolo, piso de cerâmica, quatro salas de aula, banheiros masculino e feminino, sala da direção e secretaria; aparentemente não foi construída cozinha até o final dos anos 1950.

Foram localizadas ainda duas dezenas de fotografias relacionadas aos primeiros anos de funcionamento do Grupo Escolar Henrique Coutinho.<sup>80</sup> Elas confirmam as características apontadas no documento administrativo de 1985. Sobre o fato de a construção da cozinha ser posterior a construção do prédio, no final do início da década de 1960, relaciona-se ao cruzamento de duas fontes.

---

<sup>80</sup> Tais fotografias foram encontradas com ex-alunos, ex-professores, no arquivo escolar da instituição e na Casa da Cultura do município de Iúna.

Em fotografia datada de 1945, localizada com uma ex-aluna da instituição (Figura 8),<sup>81</sup> é possível verificar que a merenda era feita no pátio de terra batida da escola, em caldeirões. No arquivo escolar, por outro lado, localizamos um documento referente ao orçamento para construção de uma cozinha na escola,<sup>82</sup> datada de 1960. No documento observa-se a estrutura da cozinha arquitetada, localização e os principais doadores para o projeto: professores, pais de alunos e contribuições da Caixa Escolar.

Além da área ocupada pelo prédio do grupo escolar, propriamente, existiam outros 1.200 m<sup>2</sup> que compunham o entorno, como podemos observar na Figura 5, e a área interna (pátio) da escola (Figura 8), espaço inicialmente de terra batida. Neste local, era servida a merenda aos alunos, como ainda era o espaço onde formavam fila para o início das aulas e para a execução do Hino Nacional. No espaço externo, pouco depois da construção do prédio, em meados da década de 1940, foi construído um jardim.

Figura 5 – Professoras do Grupo Escolar Henrique Coutinho (1945)



Fonte: Casa da Cultura de Iúna.

---

<sup>81</sup> Ver página 117.

<sup>82</sup> ANEXO H.

Sobre a inauguração do novo prédio do Grupo Escolar Henrique Coutinho, duas fontes apontam para o dia 19 de abril de 1941. Ao que tudo indica, a solenidade ocorreu no edifício da Prefeitura (localizado ao lado do prédio do grupo escolar), em uma sessão cívica. Provavelmente, o mote do evento foi a homenagem ao Presidente Getúlio Vargas e sua relação com a causa da educação no Brasil, a considerar que a data de inauguração foi exatamente a data de aniversário do governante, prática que se tornou comum à época, na virada das décadas de 1930 e 1940 (VAZ, 2006).

O jornal *Diário Carioca*, por exemplo, veículo de imprensa abertamente governista,<sup>83</sup> nas vésperas do aniversário de Getúlio Vargas daquele ano publicou uma matéria de capa intitulada “As comemorações da data natalícia do Sr. Getúlio Vargas”. Nela, noticiou que,

[...] hoje, ao Ministério da Educação, novos e expressivos testemunhos do entusiasmo cívico com que, em todo o país, será comemorada a data de amanhã [19 de abril de 1941]. De todos os pontos do país receberam-se comunicações de inaugurações de escolas e realização de paradas juvenis em homenagem ao presidente Getúlio Vargas e ao seu aniversário natalício.<sup>84</sup>

Um destes “pontos” era justamente o município de Rio Pardo, e uma destas “inaugurações”, era propriamente a do Grupo Escolar do Henrique Coutinho, como se pode constatar em telegrama enviado pelo interventor Punaro Bley ao presidente da Cruzada Nacional da Educação, Gustavo Armbrust, em 24 de abril de 1941:

[...] a data natalícia do Presidente Getúlio Vargas foi festejada entusiasticamente em todo o Estado. Governo fez inaugurar: edifício grupos escolar de Baixo Guandu, Rio Pardo, Barra de Itapemirim. [...] Além das inaugurações das escolas foram realizadas sessões cívicas, havendo os colegiais desfilado com garbo e entusiasmo. O governo estadual baixou decreto instituindo a data de 19 de abril como ‘Dia da Juventude Brasileira’.<sup>85</sup>

<sup>83</sup> O primeiro número do *Diário Carioca* circulou um ano antes do craque da bolsa de Nova York e dois anos antes da “Revolução” de 1930. De 18 de julho de 1928 a 31 de dezembro de 1965, quando a velha máquina rodou o último número, o *Diário Carioca* acompanhou a política brasileira, quase todo tempo na oposição. “Era um jornal de posições políticas definidas, que nenhum político deixava de ler”, disse Carlos Castello Branco, que foi chefe de redação. Ainda que abertamente governista durante o Estado Novo de Vargas (1937- 1945), quando a imprensa recebia subsídios e instruções diretas do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), geralmente sem reclamar (houve exceções, como *O Estado de São Paulo*, que esteve sob intervenção), o *Diário Carioca* desobedecia frequentemente ao *script* e dava dores de cabeça ao governo (LAGE; FARIA; RODRIGUES, 2004).

<sup>84</sup> *Diário Carioca*, 18 de Abril de 1941.

<sup>85</sup> *Jornal do Brasil*, 25 de abril de 1941.

Assim aconteceu como em outros Estados (VAZ, 2006; BENCOSTTA, 2006; SILVA, 2017): durante as comemorações de datas cívicas, cidades do interior do Espírito Santo comemoraram esses dias com inaugurações de todos os tipos, sobretudo de escolas, o que demonstrava não só o caráter civilizador do governo, mas também o alinhamento com as diretrizes federais.

A criação de datas comemorativas é importante para mostrar que, nesse período, ocorreram significativas alterações nos calendários escolares, ou seja, novas tradições foram inventadas. A esse respeito, Hobsbawm (1997) alerta que o propósito principal dessas novas tradições é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento.

O termo ‘tradição inventada’ é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quando as que surgem e giram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez [...]. Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente: uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com o passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

Por isso, consideramos que “As comemorações da data natalícia do Sr. Getúlio Vargas” é uma tradição inventada, pois é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição.

Averiguando alguns exemplares do jornal *Diário Carioca*, anteriores ao ano de 1937, notamos que foi somente a partir de 1938 que o aniversário de Getúlio Vargas passou a ser comemorado com “garbo” e “intensidade”. Antes disso, era publicada apenas uma nota lembrando a data de seu nascimento o que, de certa forma, não deixava de ser importante. Já em 1938, todavia, as festividades que envolviam esse dia tomaram muitas páginas do jornal, uma vez que a grandiosidade dos eventos pode ser notada no decorrer dos anos que se seguiram, até 1944.

Dessa forma, no momento da criação do Grupo Escolar de Rio Pardo, durante o Estado Novo, as escolas tornaram-se campo fértil para semear ideias relacionadas às doutrinas que embasavam um Estado centralizador, que “colocava” a ordem, a obediência e a moral como valores inquestionáveis, ou seja, preparar o futuro da nação a partir dos valores do regime vigente. Por isso, o jornal *Diário Carioca* deixava explícito que a inauguração dessa escola

acontecia no contexto de rituais cívicos, como podemos observar em publicação do dia 19 de abril de 1941, na qual eram descritas as festividades de várias cidades do país: “Rio Pardo – instalação de duas escolas municipais e sessão cívica no edifício da Prefeitura”.

Ao tornar as datas cívicas não somente uma atividade escolar, mas um pilar fundador da própria escola, o Estado buscava fazer da escola um instrumento de perpetuação da memória nacional. Com isso, as festividades escolares, de forma distinta das festas do calendário social, não colocavam em contraste o tempo livre e o tempo do trabalho, porque elas constituíam tempo de atividade educativa – um tempo de aprender.

Como mencionado, o grupo escolar teria começado a funcionar em 2 de fevereiro de 1939, com o nome de Grupo Escolar de Rio Pardo. Posteriormente, com o Decreto nº 12.951, de 1º de novembro de 1940, ainda com o prédio escolar em construção, passa a denominar-se Grupo Escolar Henrique Coutinho.

Henrique da Silva Coutinho, mais conhecido como Henrique Coutinho (1845-1915), foi um influente agropecuarista, coletor federal e governador do Espírito Santo por duas vezes, primeiro entre 1889 e 1890, depois entre 1904 e 1908 (HEES; FRANCO, 2003). Portanto, trata-se de uma importante figura do cenário político do Estado.

Normalmente, a escolha de uma nomenclatura para denominar uma escola é estabelecida de forma arbitrária, por um grupo de políticos da localidade ou por autoridades do setor público, que buscam prestigiar seus correligionários políticos e/ou parentes (GOMES NETA, 2016). No caso de Henrique Coutinho, ao que tudo indica, o que mais influenciou pode não ter sido o fato de ele ter atuado como professor, o que realmente não aconteceu, ou alguém com influência política na região, mas o fato de ter sido sob o seu governo que o município do Rio Pardo conquistou emancipação em 1892.

Henrique Coutinho não viveu para ver essa homenagem, pois faleceu em 14 de julho de 1915, sete anos após ter deixado seu último mandato eletivo como governador do Estado. Não seria de se estranhar a existência no município de Rio Pardo, ainda no início do ano de 1940, de políticos ou de pessoas socialmente influentes que tivessem algum apreço por Coutinho ou que, até mesmo, estiveram presentes e atuantes nesse processo de emancipação do município na última década do século XIX. Seja como for, são apenas conjecturas, pois a decisão final da escolha desse nome não foi possível de ser identificada nas fontes localizadas.

### 2.2.5 O Grupo Escolar Henrique Coutinho no espaço urbano – localização e arquitetura

O novo modelo de escolarização implantado no município de Rio Pardo, o grupo escolar, já no desenlace da década de 1930, parece ter proporcionado modificações diversas, não somente políticas, mas também econômicas e sociais, bem como exigido novos métodos de ensino, novos conteúdos e um novo espaço escolar, ou seja, um edifício construído especificamente para isso.

Segundo Souza (1998), a exigência de construção de edifícios próprios para abrigar os grupos escolares fez com que o campo da arquitetura e do urbanismo se modificasse e progredisse neste tipo de construção. Segundo a autora, como qualquer tipo de edificação exerce influência no local em que é implantado, no caso dos grupos escolares essa questão parece ainda mais relevante pelo fato de os governantes quererem impressionar a população com edifícios monumentais.

O processo de construção do grupo escolar como uma nova organização administrativo-pedagógica do ensino primário concretizou-se em poucos anos. Uma escola urbana, moderna e de melhor qualidade. A reunião de escolas trazia todos os princípios fundamentais que propiciaram as mudanças no ensino primário: a racionalização e a padronização do ensino, a divisão do trabalho docente, a classificação dos alunos, o estabelecimento de exames, a **necessidade de prédios próprios** com a consequente constituição da escola como lugar, o estabelecimento de programas amplos e enciclopédicos, a profissionalização do magistério, novos procedimentos de ensino, uma nova cultura escolar (SOUZA, 1998, p. 49-51, grifo nosso).

A produção do espaço escolar no contexto da vida urbana, no sentido empregado por Souza (1998), tende a gerar uma imagem da escola como o centro de um urbanismo planejado ou ainda como uma instituição marginal, quando construída em área afastada dos centros urbanos. Em outras palavras, a localização de prédios escolares a alguma distância da área urbana, faz com que exista uma marginalização social e geográfica, o que caminha na contramão do objetivo da implantação do modelo grupo escolar: a integração da escola com a sociedade (urbana) (FARIA FILHO, 2000).

Como efeito, a localização do prédio escolar era por si mesma uma variável determinante do programa cultural e pedagógico comportado pelo espaço e pela arquitetura escolares. Por isso, os grupos escolares deveriam ser instalados no centro das cidades, em lugar arejado e agradável e com boa comunicação com as áreas habitadas pelos alunos, isto é, na parte elevada da topografia urbana (FARIA FILHO, 2000).

Em acordo com essa premissa, o local onde o prédio do Grupo Escolar Grupo Escolar Henrique Coutinho foi construído era elevado e localizava-se na região central do município de Rio Pardo, quando inaugurado em 1941. Atualmente, o edifício onde funciona o CEEFMTI Henrique Coutinho está situado entre as principais vias do centro da cidade, de maior fluxo de veículos e transeuntes, e conecta os principais bairros do município: Quilombo, Pito e Centro. Além disso, no entorno do edifício predominam comércio e residências de classe média-alta e do setor de serviços.

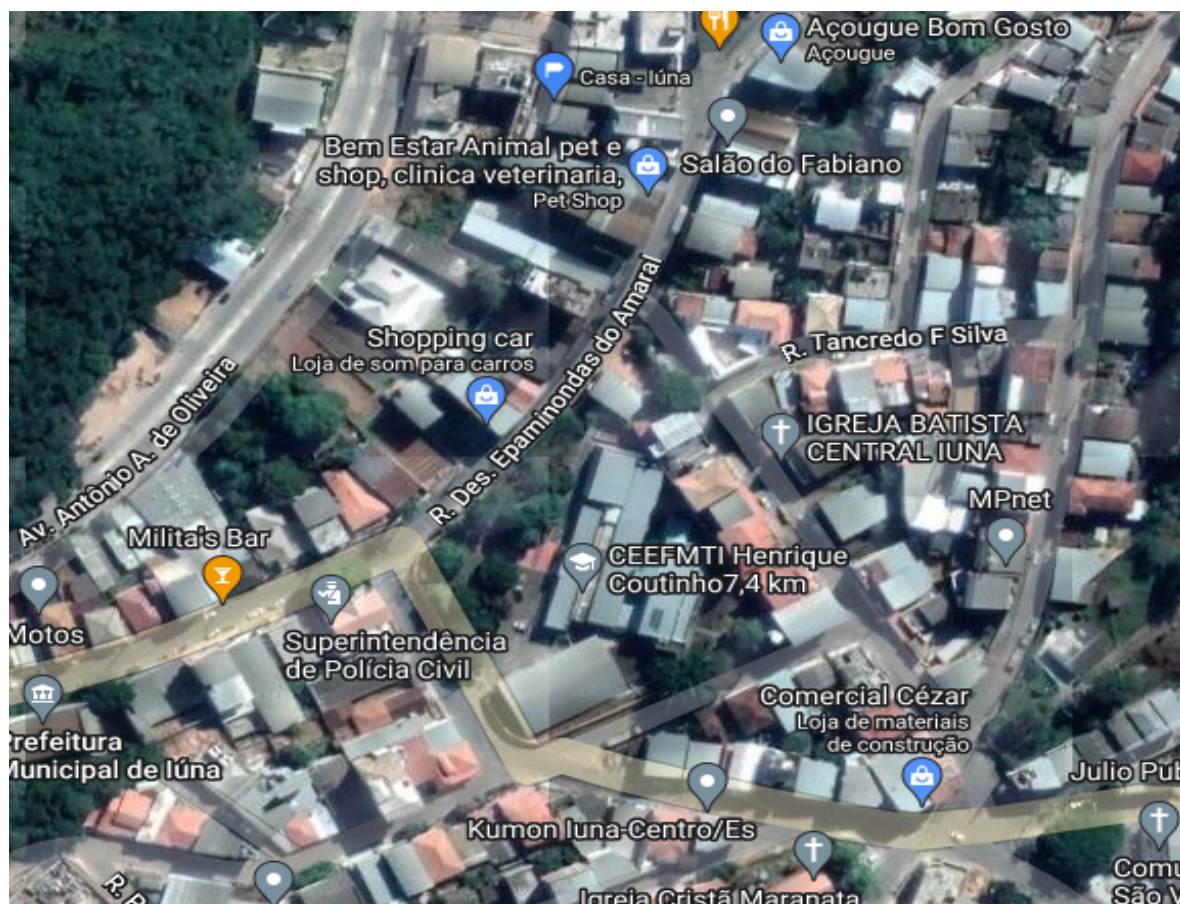
Um fator de destaque, portanto, quanto à implantação dos grupos escolares, é que a maioria deles, em todo o país, localizava-se próximo aos principais prédios da cidade (SOUZA, 1998; FARIA FILHO, 2000; VIDAL, 2006). O Grupo Escolar Henrique Coutinho, seguindo essa lógica, foi construído ao lado de edifícios importantes do município. Inclusive, sua sede foi instalada ao lado do palacete da Prefeitura Municipal, ou seja, no centro da cidade, próximo ainda ao Fórum, à delegacia e à principal área comercial da localidade.

Ademais, a impressão que se tem, ao observar o prédio da escola atualmente, é que todo o entorno teria sido construído ao redor do prédio escolar, como se este desempenhasse o papel de referência para o local. Inclusive, pode-se notar nas fotografias relacionadas ao grupo escolar, principalmente aquelas datadas na década de 1940, que parte do seu entorno era ainda desabitada.

O Centro é a parte mais antiga da cidade de Iúna, por isso, as vias neste setor, mesmo não sendo estreitas, acabam interferindo no sentido do fluxo de veículos, devido ao intenso movimento. A área em que se localiza o Colégio é de esquina entre a Rua Desembargador Epaminondas do Amaral e a Rua Joaquim Sobrinho (Figura 6).



Figura 6 – Imagem área da zona central do município de Iúna (2022)



Fonte: Software Google Earth.

Segundo Souza (1998), o edifício-escola não poderia ser apenas uma construção que abrigaria as atividades pedagógicas. Funcionaria como uma “retórica arquitetônica” ao representar o “progresso” da nação. Por isso, deveria ter também um papel educativo, tornar-se um símbolo de prestígio aos professores, como reconhecimento e valorização de sua profissão – dessa forma, teriam maior respeito dos alunos e dos pais.

O edifício-escola deveria exercer, portanto, uma função educativa no meio social. Além disso, estabelecer a correspondência entre a importância da escola e o espaço ocupado. Deveria ser um fator de elevação do prestígio do professor, um meio de dignificar a profissão e provocar a estima dos alunos e dos pais pela escola. Por isso, podemos dizer que a escola como lugar define-se juntamente com a constituição do espaço social e cultural da escola (SOUZA, 1998, p. 123).

Quando especialmente construídos, os edifícios destinados aos grupos escolares deveriam se apresentar como construções sóbrias, sólidas, projetadas para durar – os tais “palácios” ditos por Faria Filho (2000). Entretanto, quando esses prédios não eram construídos pelo Poder Público, que nem sempre dispunha dos recursos necessários para erguer edifícios com tais características, passavam a ocupar as melhores edificações da cidade (SOUZA, 1998).

A sede do Grupo Escolar Henrique Coutinho, seguia esse direcionamento: foi construída especialmente para o grupo escolar da cidade. Talvez, aqui só sejam possíveis conjecturas, a considerar a possibilidade de o prédio onde porventura tenha funcionado anteriormente, entre 1939 e 1940, não comportar o número de alunos e/ou não possuir a imponência esperada para um Grupo Escolar. Assim, o prédio do Grupo Escolar Henrique Coutinho possuía uma qualidade acima da média, tendo em vista os grupos escolares construídos na região sul do Espírito Santo no período.

Em 1939, foi publicado no *Diário Oficial* um balanço sobre a situação da educação no Estado. Na ocasião, todos os grupos escolares construídos durante a administração Bley receberam espaço próprio na publicação, contendo um breve resumo da “história” de cada um deles,<sup>86</sup> dados estatísticos dos estabelecimentos e ainda uma fotografia de cada prédio escolar. Nenhum desses prédios possuía a imponência sugerida por Souza (1998) e Faria Filho (2000). Na verdade, eram simples e pequenos e havia entre eles número considerável de “grupos escolares rurais”.<sup>87</sup>

Os primeiros edifícios dos grupos escolares construídos ao longo do período republicano no Brasil (1889-1930) eram majestosos. A maioria possuía dois pavimentos e separação de alas, feminina e masculina e o número de salas variava entre seis, oito e doze, dependendo da demanda de alunos. Possuíam jardins frontais, grandes muros ou grades de ferro, escadarias na entrada, pátio central e circulação vertical, central e coberta (SOUZA, 1998).

Por outro lado, a partir de 1930, como bem lembram Souza e Faria Filho (2006), começam a surgir projetos de grupos escolares de um só pavimento, considerados menos onerosos que as edificações anteriores. Era um período de grandes transformações sociais no Brasil e o país passava por intenso processo de urbanização e industrialização, o que acabava por exigir escolarização formal para um número cada vez maior de crianças (PALMA FILHO, 2005).

---

<sup>86</sup> O Grupo Escolar Henrique Coutinho não foi contemplado com um espaço na publicação em questão.

<sup>87</sup> Esse tipo de experiência, qual seja, os grupos escolares rurais, propunha conteúdos específicos para o trabalho agrícola para populações das áreas rurais que, até então, tinham uma escolarização reduzida, se comparada à propiciada as populações das áreas urbanas. Além disso, o ensino primário rural era baseado em um programa de ensino concebido para as populações urbanas, ou seja, uma escolarização cidadina. Já no caso do Espírito Santo, “[...] em núcleos de densa população escolar o governo criou grupos escolares rurais com curso de 3 anos, compreendendo atividades do campo e da lavoura. Buscando, dessa forma, uma adequação da escola ao caráter rural do estado e tentando torná-la mais atrativa às crianças que serviam de mão-de-obra para a lavoura, num estado onde predominava a agricultura familiar” (ROSA, 2008, p. 187).

Apesar disso, pelo menos nos discursos dos políticos capixabas, essas edificações mais simples não perderam o ar de dignidade e modernidade que caracterizou os primeiros edifícios escolares públicos destinados aos grupos escolares (NOVAES, 2013). Entretanto, conforme Souza e Faria Filho (2006, p. 36), considerando a alta demanda por escolarização, essas construções acabaram se tornando “precárias escolas de ensino primário”. Neste ponto, sobre a mudança das características que o modelo grupo escolar sofreu a partir dos anos 1930, encontramos semelhanças e diferenças no diálogo entre o Grupo Escolar Henrique Coutinho e esses aspectos gerais de precariedade apontados por Souza e Faria Filho (2006).

Quando inaugurado em 1941, o edifício do Grupo Escolar Henrique Coutinho possuía apenas um pavimento. Até existia um jardim frontal, mas os grandes muros característicos do período republicano deram lugar a modestas cercas de madeira (Figura 7). Além disso, não foi construído inicialmente um pátio central, o que se tinha era apenas uma área interna de terra batida e descoberta. Havia, ainda, somente quatro salas de aula e não foi construída escadaria.

Geralmente, durante a Primeira República no Brasil (1889-1930), os edifícios construídos para os grupos escolares eram considerados monumentais por suas proporções com relação aos demais edifícios das cidades, porém, não dispunham de ornamentos, considerados supérfluos. Portanto, era empregada uma arquitetura cujas características remetiam ao neoclassicismo, como: simetria, acessos verticais centralizados e frontões com pouca ornamentação (SOUZA, 1998).

No caso do grupo escolar construído em Iúna, ao revés, a fachada foi construída em estilo *Art Déco*.<sup>88</sup> O Brasil recebia forte influência desse estilo nas décadas de 1930 e 1940, quando o grupo escolar foi construído (MENDES, 2015; CABRAL; OLIVEIRA; CORDEIRO, 2020),<sup>89</sup> e o projeto de construção foi padronizado pelo Governo Federal.

---

<sup>88</sup> De forma geral, a arquitetura *Art Déco* representou certa tendência de passagem entre a arquitetura produzida pelos estilos *Art Nouveau*, ecletismo e modernismo (OLIVEIRA, 2013).

<sup>89</sup> O estilo arquitetônico *Art Déco* foi mais influente no estado do Paraná. No link <https://www.memoriaurbana.com.br/arquitetura-escolas-linguagem/art-deco> é possível localizar dezenas de grupos escolares construídos nesse estilo. Também é possível ter acesso a fotos e informações históricas sobre essas escolas.

Assim, observam-se elementos de avanço de estilo, como podemos constatar na Figura 7. Com certos comedimentos em relação aos estilos predecessores, buscava-se uma tentativa de racionalização dos volumes e dos elementos de ornamentação. Ademais, havia adereços pontuais com materiais que representavam modernidade e os volumes seguiam a composição tripartite (base central, lado esquerdo e lado direito).

As fachadas dos grupos escolares eram muito semelhantes entre si, o que as diferenciavam, eram algumas características que o arquiteto adicionava em cada uma delas. Isso aconteceu principalmente em São Paulo, onde atuaram arquitetos europeus de diferentes países, aplicando características específicas de sua cultura. Independentemente, as fachadas seguiam alguns padrões da arquitetura dos grupos escolares: utilização de elementos como a elevação do edifício acima do nível da rua, blocos centrais com pé direito mais alto, entre outros (SOUZA, 1998).

Nesse sentido, o prédio construído para abrigar o Grupo Escolar Henrique Coutinho não pôde desfrutar de uma fachada customizada, pois foi seguida uma planta padrão e o projeto partiu do Governo Federal, com fachada simples, sem ornamento, que seguia as regras e o modelo arquétipo com quatro salas de aula.<sup>90</sup> Segundo Medeiros (2010), que estudou a arquitetura dos grupos escolares implantados no Estado do Espírito Santo, o edifício original do Grupo Escolar Henrique Coutinho, por suas características volumétricas, parece ter sido oriundo do conjunto de escolas construídas na região sul do Estado por volta dos anos 1930.

Não há, no estudo de Medeiros (2010), entretanto, nenhum tipo de referência às fontes que analisou. Inclusive, a autora comete o anacronismo de colocar o grupo escolar implantado em 1939 como possuindo já um prédio específico e com o nome de Grupo Escolar Henrique Coutinho. De fato, primeiro o grupo aparece como Grupo Escolar de Rio Pardo, em 1939, posteriormente passa a se chamar Grupo Escolar Henrique Coutinho, em 1940, e, somente em 1941, tem sua sede inaugurada.

---

<sup>90</sup> Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Vitória: Imprensa Oficial, 1941.

Para analisar a fachada do grupo escolar seriam necessárias, além de imagens, as peças gráficas do edifício. No entanto, não localizamos as plantas do prédio de 1940 ou o projeto do Governo Federal. À vista disso, o estudo foi feito a partir de uma análise comparativa de três documentos, a saber: o documento administrativo de 1985 localizado no arquivo escolar, de autoria da Secretária de Educação do Estado do Espírito Santo, que tem a descrição de alguns elementos principais do edifício; uma fotografia (Figura 7) de sua fachada pouco após a inauguração, em 1941, e outra fotografia (Figura 5) da fachada do grupo escolar datada de 1945.

Traçamos, assim, um esboço de uma planta do edifício inaugurado em 1941.<sup>91</sup> As imagens do grupo no decorrer da década de 1940 também são raras; uma das poucas encontradas pode ser visualizada na Figura 7, mostrando a fachada do edifício no ano em que foi inaugurado.

Figura 7 – Fotografia Panorâmica do Grupo Escolar Henrique Coutinho (1941)



Fonte: Casa da Cultura do Município de Iúna.

---

<sup>91</sup> ANEXOL.

Como nos primeiros grupos escolares construídos no país, a fachada do grupo Escolar Henrique Coutinho também é dotada de uma racionalidade funcional, em que a monumentalidade está presente, apesar da ausência de ornamento ou adereços e de telhado no estilo colonial. Como lembra Souza (1998), essa nova arquitetura racionalista tinha como características principais não só uma linguagem formal sem ornamentos; possuía, também, formas simples, geométricas e aberturas horizontais.

No caso do Grupo Escolar Henrique Coutinho, fica ainda mais evidente, pela análise da Figura 7, que o edifício correspondia, sim, às formas simplificadas e geométricas, com as aberturas predominantemente horizontais. Além disso, há a presença de linhas horizontais na fachada que remetem à sua proximidade com a rua, porém, o piso não está no mesmo nível da rua; há um morro que leva até a portaria. Por isso, a horizontalidade fez da escola um lugar convidativo à comunidade e a elevação em um nível mais alto preservava o edifício proporcionando privacidade e impacto visual com o entorno urbano.

Na Figura 7, observa-se que o edifício era composto por três volumes: um central, mais avançado, comportando a sala da direção à direita e a secretaria da escola à esquerda. De acordo com a análise feita através da triangulação dos documentos supramencionada, um segundo pavimento fora construído no final da década de 1950, quando a instituição passou a ofertar o ensino secundário.

Quanto à estrutura do prédio, a análise dos documentos nos permite identificar que o edifício foi feito de alvenaria estrutural, ou seja, a estrutura é a própria vedação. Dessa forma, ainda hoje é possível observar que não há pilares nas paredes, o que não permite flexibilidade construtiva, ou seja, a construção de um novo pavimento demandaria uma reforma estrutural no prédio. Por isso, as novas salas de aula construídas a partir da década de 1950 foram alocadas em outros prédios próximos ao original, que mantêm a mesma estrutura, formando uma espécie de complexo escolar. Segundo Mendes (2015), esse sistema construtivo pode ser considerado mais “tradicional” e era muito utilizado naquela época.

Portanto, apesar de ter sido um edifício “simples”, com menor número de salas de aula e sem adereços e ornamentos – sobretudo quando comparado aos edifícios dos grupos escolares de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Vitória e Cachoeiro de Itapemirim –, nestes dois últimos casos, ainda no Período Republicano (1889-1930), o prédio construído em Rio Pardo, um pacato município localizado no sul do Estado do Espírito Santo, era o mais importante e imponente edifício da localidade, gigantesco para o padrão local, então agrário, com ruas de terra batida e carecendo do essencial no quesito saneamento básico.<sup>92</sup>

Posto isso, a implantação do Grupo Escolar Henrique Coutinho coloca-se como um momento impar na história dessa cidade, pois não representava apenas a chegada da “modernidade” e do “progresso” na localidade, como os políticos gostavam de apregoar, mas, especialmente, uma oportunidade para que os filhos da classe trabalhadora pudessem buscar uma ascensão através da escolarização formal, mesmo que limitada pela extrema desigualdade social existente naquele contexto – questão que ainda hoje aguarda resolução. Assim, podemos dizer, considerando a realidade local, que o prédio do Grupo Escolar Henrique Coutinho era um “palácio”, num espaço onde, até então, imperavam os “pardieiros”.

---

<sup>92</sup> Exemplo dessa condição é a matéria publicada pelo jornal *Folha Capixaba*, em setembro de 1945, intitulada “O que vai por Iúna”. O informante do jornal na cidade, Hermenegildo Miranda, prefeito de Iúna à época do Estado Novo e adversário político da atual administração, não poupou críticas à situação local ao pintar com tintas fortes a condição de abandono precariedade do município. Nas suas palavras, “[...] Rio Pardo em matéria de cargos públicos se tornou uma colmeia, pois todos os ocupantes são parentes, uns dos outros, e daí uma série de dificuldades para se apurar responsabilidades. Eu mesmo como comerciante já tive mais de uma vez minha casa roubada, sem que se pudesse descobrir o ladrão [...]. Em matéria de administração municipal, nem é bom falar. Há alguns meses as estradas estavam tão cheias de mato que, na zona de Criciúma formavam-se verdadeiros tuneis. [...] As ruas da cidade passaram a ser estrumeiras, tal a quantidade de ‘coisas’ que os animais deixam pelo caminho [...]. E tudo isso fica depositado sem saber quando sairá. Fazendo coro com essa falta de limpeza há os chiqueiros de porcos na rua principal, pois toda casa tem o seu capado de engorda. À noite o fétido é maior, mas de outra imundice, pois alguns visitantes costumam escolher recantos escuros para a guisa de privadas [...]. Essa falta de higiene deixa o povo comido pelos bichos de pés e a estrumeira cria verdadeiras colônias de tétano”.

### **3 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA DO GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO (1946-1960)**

Neste capítulo, analisamos a organização pedagógica do Grupo Escolar Henrique Coutinho. Com o intuito de compreender a dinâmica educacional desse período e os elementos que contribuíram para a constituição da referida instituição, recorreremos a uma ampla gama de fontes, especialmente documentos localizados no arquivo escolar, que incluem registros administrativos, atas de reuniões pedagógicas e fotografias.

A micro-história, corrente historiográfica influente no estudo de períodos específicos e localizados, ofereceu-nos uma lente de análise precisa e detalhada para examinar o processo de constituição do Grupo Escolar Henrique Coutinho. Ao lançar mão dessa abordagem, buscamos compreender os aspectos singulares e as nuances presentes na organização administrativa e pedagógica dessa escola, considerando seu contexto socioeducacional mais amplo.

Nossa pesquisa se apoia, por isso, no paradigma indiciário (GINZBURG, 1989), que destaca a importância dos vestígios e das evidências materiais como fontes confiáveis para a investigação histórica. Ao explorarmos os documentos disponíveis no arquivo escolar, estamos atentos às pistas e aos sinais deixados pelos atores sociais envolvidos na educação naquele período. Essas fontes fornecem subsídios valiosos para reconstruir as práticas educativas, as políticas administrativas e os discursos pedagógicos que caracterizaram o Grupo Escolar Henrique Coutinho.

As principais fontes utilizadas são documentos administrativos, como registros de matrícula,<sup>93</sup> termos de abertura do ponto,<sup>94</sup> quadros demonstrativos do movimento mensal,<sup>95</sup> bem como atas de reuniões pedagógicas<sup>96</sup> que revelam as discussões e decisões tomadas pelos educadores da época. Além disso, fotografias antigas localizadas na Casa da Cultura de Iúna e com ex-alunos foram de grande utilidade para visualizar o espaço físico da escola, seus ambientes de ensino e os sujeitos envolvidos.

---

<sup>93</sup> ANEXO E.

<sup>94</sup> ANEXO D.

<sup>95</sup> ANEXO C.

<sup>96</sup> ANEXO A.



Nos próximos tópicos, portanto, examinaremos diversos aspectos relacionados à organização administrativa e pedagógica do Grupo Escolar Henrique Coutinho. Dentre eles, começaremos pela análise dos estudantes matriculados na escola, considerando sua composição sociodemográfica e características socioeconômicas.

Depois, abordaremos aspectos administrativos da escola, como estrutura organizacional, rotinas burocráticas e a interação com órgãos governamentais. A investigação também examinou o financiamento complementar da escola, considerando possíveis fontes de recursos adicionais para além da verba estatal e seu impacto na qualidade da educação oferecida.

Com essa análise aprofundada, tanto quanto as fontes permitem, pretendemos lançar luz sobre a organização pedagógica do Grupo Escolar Henrique Coutinho nos anos 1940 e 1950, contribuindo para uma compreensão mais abrangente do processo educacional da região e fornecendo *insights* relevantes para a história da educação no Brasil.

### 3.1 ALUNOS E ALUNAS DO GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO

No presente tópico, investigamos o contexto sociocultural dos alunos do Grupo Escolar Henrique Coutinho. Utilizando o registro de matrículas do ano de 1958,<sup>97</sup> o Recenseamento Geral de 1950 e uma fotografia de 1945 (Figura 8), retratando os alunos da escola enfileirados esperando a merenda, buscamos compreender o perfil dos estudantes na relação com a sociedade na qual estavam inseridos.

Ao analisar o registro de matrícula encontrado no arquivo escolar, foi possível traçar um panorama dos pais desses estudantes, em sua maioria descritos como “lavradores”. Notavelmente, constatou-se que apenas um pai não estava envolvido com a atividade agrícola, sendo identificado como “dentista”. Além disso, a maioria das mães foi classificada como “donas de casa”, havendo apenas duas descritas como “domésticas” e outra como “professora”. A predominância do catolicismo entre as famílias também foi observada.

Com base nessas informações, é possível inferir que os alunos do Grupo Escolar Henrique Coutinho eram predominantemente filhos de famílias rurais, cujo sustento dependia da agricultura. Tal constatação nos remete a um contexto no qual a sociedade era fortemente

---

<sup>97</sup> ANEXO E. As matrículas foram registradas no livro referente ao Convênio de Estatísticas Educacionais de 1931.

influenciada pelo meio rural, em que o trabalho agrícola desempenhava um papel central na economia e na organização social. A presença de poucos pais com outras profissões, como o dentista mencionado, indica a inexistência de uma diversidade socioeconômica entre os pais dos alunos.<sup>98</sup>

Ademais, ao considerar a classificação das mães como “donas de casa”, “doméstica” e “professora”, podemos deduzir a existência de uma sociedade possivelmente patriarcal, na qual os homens eram responsáveis pelo trabalho agrícola e as mulheres desempenhavam funções domésticas e de cuidado com os filhos. Essa divisão de papéis de gênero fenece indícios sobre as dinâmicas sociais presentes na comunidade.

A mão-de-obra familiar nas pequenas propriedades era a tônica do sistema econômico capixaba, e a estrutura dos grupos familiares que habitavam essas terras era a mesma que, durante os três séculos de colonização portuguesa na América, envolveu homens e mulheres em uma sociedade rigidamente hierárquica, estabelecida sobre papéis sociais bem diferenciados entre os homens e as mulheres. Para os homens, o destino público os induziu à escolha de um trabalho, da forma de participação política, dos meios de diversão; para as mulheres, o destino privado determinou o papel de esposa e mãe, além da responsabilidade pelo trabalho doméstico (NADER, 2013, p. 77).

Nas décadas de 1940 e 1950, em uma cidade pequena de interior no Brasil, como era o caso do município de Iúna, onde predominantemente os pais eram lavradores e as mães donas de casa, é possível notar algumas dinâmicas sociais “rigidamente hierárquicas”, como apontado por Nader (2013) e uma tendência para um sistema com acentuadas características patriarcais.

Como consequência, a participação feminina nos âmbitos público e educacional era limitada, sendo comum a exclusão das mulheres de oportunidades de educação e do exercício de cargos de liderança. Esses resquícios do patriarcalismo evidenciavam, na realidade do município de Iúna, em meados do século XX, a persistência de normas e valores tradicionais, reforçando desigualdades de gênero e perpetuando relações de poder desiguais no contexto social e familiar.

Um autor que aborda o tema do patriarcalismo no Brasil, especialmente em meados do século XX, é Sérgio Buarque de Holanda, com sua obra clássica *Raízes do Brasil* (2016). Nesse livro, Holanda discute a formação da sociedade brasileira, destacando a influência do patriarcalismo como um dos elementos estruturantes do país. O autor analisa as características

---

<sup>98</sup> Entretanto, o termo “lavrador” é amplo, podendo designar tanto proprietários como colonos e outros trabalhadores.

do patriarcalismo brasileiro, como a concentração de poder nas mãos dos chefes de família, a hierarquia social e a subordinação das mulheres. Embora o livro não se concentre especificamente no período mencionado, sua análise histórica abrange o período e traz reflexões relevantes sobre as raízes e resquícios do patriarcalismo na sociedade brasileira. A seguir conjecturamos algumas características sobre a dinâmica da sociedade iunense de meados do século XX, nessa perspectiva.

Na Iúna dos anos 1940 e 1950, a sociedade possivelmente era caracterizada por uma divisão rígida de papéis de gênero, com os homens assumindo o trabalho agrícola e sendo considerados como provedores financeiros da família. As mulheres, por sua vez, estariam confinadas principalmente às tarefas domésticas e ao cuidado dos filhos. Realidade que é apontada pelo Recenseamento Geral de 1950.

Tabela 5 – Trabalho e Família (Iúna, 1950)

Recorte	Total	Porcentagem (%)
População Urbana	3982	12,5% da população total
População Rural	27766	87,4% da população total
Chefes de Família Homens	5548	94,2% do total de chefes de família
Chefes de Família Mulheres	339	5,7% do total de chefes de família

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral do Brasil (1940). Rio de Janeiro, 1950.

Dentro da estrutura familiar, tendo em vista a Tabela 5, os homens geralmente ocupariam a posição de autoridade e tomada de decisões, enquanto as mulheres seriam subordinadas e desempenhariam um papel de apoio. As decisões importantes seriam tomadas pelo pai, e sua autoridade seria respeitada e valorizada como “chefe de família”. Por essa razão, na ficha de matrícula, é possível constatar que a responsabilidade pelo aluno era direcionada ao pai, os nomes das mães sequer aparecem no documento.

Uma cidade pequena e rural no interior como Iúna provavelmente seria mais conservadora em termos de valores e normas sociais.<sup>99</sup> Poderiam existir expectativas rígidas sobre casamento, família, moralidade e comportamento adequado de acordo com os padrões estabelecidos pela tradição e pela religião.<sup>100</sup> Devido ao tamanho reduzido da comunidade, é provável que existia uma rede social estreita, com laços sociais e familiares fortes. Consequentemente, as interações sociais seriam frequentes e todos se conheceriam,<sup>101</sup> o que poderia contribuir para a manutenção e reforço dos padrões e normas estabelecidos.

Além disso, com as mulheres envolvidas em tarefas domésticas e cuidado dos filhos, sobretudo, é admissível pensar que sua participação na esfera pública, como educação, política ou emprego fora de casa, fosse limitada. Os espaços públicos e instituições formais seriam predominantemente masculinos.

Em uma situação como a descrita, a escola nesse contexto provavelmente sofria influência das dinâmicas sociais predominantes na comunidade, onde os pais são lavradores e as mães são donas de casa. Na mesma medida, a transmissão de conhecimentos tradicionais sobre agricultura e práticas agrícolas poderia ter importância na escola. Os alunos seriam capazes de aprender com as experiências e saberes dos pais e da comunidade em relação ao trabalho agrícola, incluindo técnicas, calendários de plantio, colheita, manejo de pragas etc.

Desse modo, devido à forte ligação entre a comunidade e a atividade agrícola, é provável que os alunos fossem influenciados pelo trabalho agrícola em suas vidas cotidianas. Eles poderiam estar envolvidos em atividades relacionadas à agricultura, como ajudar os pais nas plantações, colheitas sazonais, criação de animais, entre outros. Essa experiência prática poderia fornecer-lhes conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho agrícola.

---

<sup>99</sup> Valores sociais referem-se às crenças, princípios e ideais que são amplamente compartilhados por um grupo ou sociedade. Eles representam o que é considerado importante, desejável e moralmente correto dentro de um contexto social específico. Os valores sociais podem abranger uma ampla gama de áreas, como ética, religião, moralidade, justiça, liberdade, igualdade e muito mais. Normas sociais, por outro lado, são padrões de comportamento esperados e estabelecidos dentro de uma sociedade ou grupo. Elas ditam como as pessoas devem agir e se relacionar umas com as outras em diferentes situações sociais. As normas sociais podem incluir comportamentos aceitáveis, regras de etiqueta, papéis de gênero, normas de conduta em público, entre outras diretrizes que ajudam a manter a ordem social (GINZBURG, 2002; LEVI, 2000).

<sup>100</sup> No Recenseamento Geral do Brasil de 1950 é possível constatar a supremacia católica tanto no Estado do Espírito Santo quanto no município de Iúna. Neste caso, obtendo a marca de 95% de adeptos entre os praticantes de alguma religião cristã na localidade.

<sup>101</sup> Conforme o Recenseamento Geral do Brasil de 1950, 83% da população iunense já residia na localidade há mais de 5 cinco anos.

Em um contexto patriarcal, poderia haver diferenças nas oportunidades educacionais oferecidas a meninos e meninas. No Recenseamento Geral de 1950, a título de ilustração, o número de meninas matriculadas no município de Iúna é consideravelmente superior ao de meninos. Ao que tudo indica, os meninos poderiam ser incentivados a adquirir conhecimentos relacionados ao trabalho agrícola, o que poderia ocorrer durante todo o dia, enquanto as meninas poderiam ser direcionadas mais para habilidades domésticas, em determinados períodos do dia, uma espécie de “preparação” para o casamento, despendendo outra parte do seu tempo livre para a escola.

Dado o tamanho reduzido da comunidade, é verossímil que a escola desempenhasse um papel central na vida da comunidade. Por isso, poderia haver uma estreita colaboração entre a escola, os pais e a comunidade em geral, com atividades escolares frequentemente envolvendo a participação dos pais e a utilização de recursos locais.

Outro aspecto a ser destacado sobre os estudantes do Grupo Escolar Henrique Coutinho é a presença de crianças negras fora da fila da merenda, conforme registrado em uma fotografia do período, datada do ano de 1945 (Figura 8). Para além da realidade rural da escola, essa observação levanta questões sobre a exclusão da população negra no espaço escolar, o acesso limitado à educação e a existência de um sistema de discriminação estrutural no ambiente escolar, ainda que algumas poucas crianças negras podem ser observadas na imagem. Esses indícios nos levam a refletir sobre as relações raciais naquele período, considerando o histórico de exclusão da população negra no Brasil, principalmente como consequência do processo de escravização.

Figura 8 – Fila da Merenda do Grupo Escolar Henrique Coutinho (1945)



Fonte: Arquivo Pessoal de Elvira Manoelina de Souza e Silva.

Essa fotografia retrata um momento específico na história de uma escola em Iúna, no Estado do Espírito Santo, em 1945. Captura a fila da merenda Grupo Escolar Henrique Coutinho, onde os alunos estão perfilados, aguardando para serem servidos. As presenças da diretora à frente, do servente ou contínuo próximo à janela, das professoras e do prefeito (escondido atrás da pilastra), que aparentemente está visitando a escola, demonstram a importância dada a esse evento.

A observação minuciosa revela que a maioria dos alunos na fila é composta por crianças brancas, com um número significativo de meninas. Esse dado pode indicar uma segregação social e de gênero, que reflete as relações de poder e estrutura social da época. Até porque, como destacado, os meninos em geral eram vistos pela família como “mão de obra” e, por isso, teriam acesso limitado à escolarização, enquanto as meninas tinham “tempo livre” para frequentarem a escola.

No entanto, chama a atenção o fato de haver crianças negras fora da fila, uma delas segurando uma criança de colo. Segundo a proprietária da fotografia, ex-aluna da instituição e que está presente na imagem, à época cursando o terceiro ano do ensino primário, tais crianças não eram alunas do grupo escolar e estavam apenas esperando “sobrar” alguma merenda. Por isso, como lembra Gonçalves,

[a] gravidade da situação educacional dos negros aparece de forma gritante, não quando comparamos negros e brancos, mas quando comparamos negros pertencentes a gerações mais jovens (entre 20 e 40 anos) com outros negros mais idosos (entre 60 e 80 anos ou mais). Estes, cuja infância e juventude estão mais próximas do início do século XX, padecem de altíssimos índices de analfabetismo. Por exemplo, em um total de 3 milhões, o percentual é de 70% (GONÇALVES, 2016, p. 325).

Dessa forma, com base no “detalhe” da Figura 8, como ainda os argumentos de Gonçalves (2016), – que são reveladores, mesmo ao se analisar a situação em retrospecto quase um século depois – indicam a existência de desigualdades e exclusões no processo de escolarização, que estavam relacionadas a questões raciais e socioeconômicas mais amplas do Brasil daquele tempo.

Em resumo, o Grupo Escolar Henrique Coutinho atendia a uma clientela composta principalmente por filhos de lavradores de uma comunidade rural no interior do Estado do Espírito Santo. A sociedade retratada nos documentos parecia ser patriarcal, com uma divisão de papéis entre homens e mulheres, em que os homens estavam envolvidos na atividade agrícola e as mulheres desempenhavam principalmente funções domésticas. O contexto rural prevalecia na região, com a agricultura sendo a atividade econômica central. Além disso, identificamos indícios de exclusão da população negra no acesso à educação pública através do grupo escolar.

### 3.2 ASPECTOS ADMINISTRATIVOS DO GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO

Neste tópico abordamos a administração do Grupo Escolar Henrique Coutinho entre as décadas de 1940 e 1950. Os registros anuais identificados na documentação localizada no arquivo escolar, indicam a continuidade ininterrupta do ensino público primário no município de Iúna através do grupo escolar ao longo desse período. A seguir, são explorados dados sobre a estrutura das turmas, evasão escolar, funções de servente e contínuo, organização do ambiente escolar, distribuição de classes, desafios enfrentados pelas professoras e realização de reuniões pedagógicas.

Os documentos referentes ao quadro demonstrativo do movimento mensal dos anos de 1946 e 1947<sup>102</sup> fornecem informações sobre o número de salas de aula e outros espaços disponíveis na escola. Esses dados são essenciais para compreender a estrutura e o tamanho das turmas, bem como a distribuição por gênero e possíveis desigualdades de acesso à educação.

Observa-se que a escola possuía 4 salas de aula, cada uma com capacidade para 40 alunos, totalizando 160 lugares disponíveis, o que aponta para o funcionamento em dois turnos. Ao longo do ano de 1946, por exemplo, a média de matrícula geral foi de 120 alunos e 110 alunas, o que não seria comportado pela escola caso funcionasse em apenas um turno, com uma média mensal de 9 estudantes excluídos no período.

A análise do contexto de produção desses documentos revela indícios acerca do abandono dos estudos e dos motivos plausíveis que levam os estudantes a deixarem a escola. Como bem coloca Simões (2012, p. 123-124),

[...] como encontramos, em arquivos locais, um conjunto considerável de documentos ainda não estudados, juntamente com a incorporação de novas fontes, buscamos ler a contrapelo as fontes oficialmente estabelecidas. Dessa forma, ler as entrelinhas, os espaços em branco, os ‘não-ditos’ inscritos em cada documento, conhecendo a sua origem ou o contexto de produção, tem sido um exercício de pesquisa fundamental.

---

<sup>102</sup> ANEXO C.



Em outras palavras, o que a autora propõe é que, através desses movimentos, busquemos abordagens alternativas para lidar com as fontes, nos termos de Bloch (2001) e Ginzburg (2002), com o objetivo de desmontar interpretações baseadas em deficiências e contar diferentes histórias sobre a educação no Espírito Santo. Buscando questionar os diversos caminhos possíveis que surgem quando o passado e o presente se encontram na complexa tarefa de fazer História.

De início, em uma cidade predominantemente rural, como Iúna, é importante considerar o papel da agricultura e das atividades relacionadas ao campo na vida das famílias. No contexto em estudo, uma possibilidade para a evasão escolar pode estar relacionada a necessidades de trabalho ou demandas familiares que levavam os alunos a deixarem a escola para ajudar nas atividades agrícolas ou em outras tarefas domésticas (SOUZA, 2010). Além disso, como poucas famílias moravam próximas ao grupo escolar, considerando que apenas 4% da população local residia na área urbana de Iúna em 1950, a falta de escolas próximas as residências dos estudantes devia dificultar o ingresso e a permanência no grupo escolar.

Segundo Silva e Gontijo (2014), em mensagem enviada pelo governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg à Assembleia Legislativa em 1947, o Espírito Santo possuía uma população majoritariamente rural naquele período, estimada em cerca de 850.000 habitantes. No entanto, apenas 52.272 alunos estavam matriculados nas escolas de ensino primário. O governador observou, enfatizam as autoras, que aproximadamente 70.000 crianças não frequentavam a escola devido à falta de recursos do Estado para expandir o número de instituições educacionais.

Além disso, fatores socioeconômicos, como condições de pobreza e dificuldades financeiras, também podem ter contribuído para a evasão escolar, especialmente para as famílias que dependiam da agricultura como principal fonte de subsistência. Considerando o Recenseamento Geral do Brasil de 1950, poucas famílias possuíam o básico para viver com dignidade. Nos lares do município, água encanada e energia elétrica eram “luxos” dos quais poucos podiam usufruir. Até mesmo o rádio, importante veículo de comunicação (NOVAIS, 1998), pouco foi registrado em Iúna pelo recenseamento daquele ano.

Outro elemento de destaque na documentação, tanto no quadro demonstrativo do movimento mensal quanto no termo de abertura de ponto, é o papel do servente Teotônio Apolinário Lemos e do contínuo Antônio Martins Figueiredo na escola. Suas presenças frequentes, que

perpassam as décadas de 1940 e 1950, sugerem a importância dessas funções de suporte para o funcionamento geral da instituição, possivelmente relacionadas à limpeza e manutenção do ambiente escolar, como também no apoio aos professores e diretores da instituição.

A falta de pesquisas sobre esse tema revela mais um exemplo de histórias que foram silenciadas (SIMÕES; FARIA FILHO, 2012), pois a escolha por privilegiar estudos sobre professores, alunos e diretores não é uma imposição ao pesquisador, mas uma das várias opções possíveis para contar a história dos grupos escolares no Brasil.

Nessas instituições, nas décadas de 1940 e 1950, os serventes desempenhavam uma série de funções essenciais para o funcionamento das escolas. Suas principais responsabilidades incluíam a limpeza, a conservação e a preparação do espaço escolar, a segurança e a manutenção da escola, como também o suporte aos alunos (SOUZA, 1998).

Normalmente contratados pela direção da escola, os serventes eram encarregados de manter salas de aula, corredores, banheiros e demais áreas da escola limpas e organizadas. Eles realizavam a limpeza diária, varriam e lavavam o chão, removiam o pó dos móveis, entre outras tarefas de conservação. Além disso, antes das aulas, os serventes arrumavam as salas de aula, organizando as cadeiras e mesas de forma adequada para os alunos. Eles também cuidavam da disposição dos materiais didáticos, como quadros-negros, giz e outros recursos utilizados pelos professores (SOUZA, 1998).

Já o contínuo, desempenhava uma série de funções igualmente importantes para o funcionamento das escolas. Suas principais responsabilidades incluíam serviços administrativos, atendimento ao público, controle de entrada saída, apoio aos professores e manutenção da disciplina. Responsável por auxiliar nas atividades administrativas da escola, o contínuo recebia e encaminhava correspondências, lidava com documentos escolares, como matrículas e registros de alunos, e auxiliava na organização de arquivos e documentos (SOUZA, 1998).

No caso do servente, sua atuação na manutenção do espaço do Grupo Escolar Henrique Coutinho não devia se restringir a parte intramuros, propriamente. Em fotografia datada do ano de 1945 (Figura 5), é possível identificar a existência de um jardim no grupo escolar já na década de 1940. Sua manutenção provavelmente era uma das atividades desempenhada por esse trabalhador.

Além de exigir funcionários capacitados para o cuidado do jardim, a existência desse espaço verde indica uma atenção voltada ao bem-estar dos alunos e à promoção de um ambiente educativo agradável. Além disso, como um prédio imponente no espaço urbano, a visibilidade da escola estava em questão e o jardim atuava nesse sentido. Como aponta Souza (1998), o objetivo era que, por entre salas de aula, corredores, pátios e jardins a criança incorporasse uma ética e uma corporeidade inscritas no espaço escolar.

Entretanto, a Figura 8 e um outro documento localizado no Arquivo Escolar, o balanço geral da construção da cozinha de 1959, oferecem *insights* sobre a estrutura e administração do grupo escolar em Iúna ao longo das décadas de 1940 e 1950, bem como sobre a dinâmica entre o poder público e a comunidade local nesse sentido.

Como retratado na Figura 8, a imagem dos alunos enfileirados aguardando a merenda em um pátio de terra batida sugere que as instalações da escola eram bastante simples em meados da década de 1940 e, talvez, precárias. A ausência de uma estrutura adequada para a preparação da merenda, como uma cozinha, pode-se constatar na fotografia em que a merenda era preparada em fogueiras localizadas no próprio pátio, indica que a escola provavelmente não tinha recursos suficientes para fornecer refeições adequadas aos alunos.

Na verdade, a escola se esforçava para oferecer aos alunos algum tipo de alimentação, pois a provisão de alimentos nos estabelecimentos educacionais públicos brasileiros só seria oficialmente estabelecida através do Decreto nº 37.106, datado de 31 de março de 1955, como parte da iniciativa conhecida como Campanha de Merenda Escolar, durante a administração do presidente João Fernandes Campos Café Filho. Segundo Barbosa e Paes (2023), a historiografia sobre o tema indica que, antes disso, algumas escolas já faziam experiências para fornecer algum tipo de alimento aos estudantes durante o período em que estavam na escola.

Provavelmente, esse era o motivo da fotografia, afinal oferecer merenda aos alunos naquela época não era comum, e o fato de o Grupo Escolar Henrique Coutinho ofertar alimentação aos estudantes era algo digno de registro. Na mesma medida, a partir disso, podemos entender melhor a presença do prefeito no ocasião a partir de duas propostas de entendimento: por um lado, sua presença se relaciona ao fato da escola tomar essa atitude, o que claramente se colocava como uma oportunidade política de não só reconhecer e parabenizar a atitude, como

ainda aparecer no campo de visão do povo;<sup>103</sup> por outro lado, não podemos descartar a hipótese da oferta da merenda ser uma atitude da administração municipal, como parte das políticas ligadas à educação.

Todavia, como veremos no próximo tópico, o fato da construção da cozinha da escola só ter ocorrido no final da década de 1950 aponta para um certo abandono por parte do poder público em relação à infraestrutura da escola. Por isso, essa demora em fornecer recursos pode sugerir que a escola não estava entre as prioridades das autoridades responsáveis pela educação na época.

Apesar disso, a constatação no balanço de que a construção da cozinha foi possível graças a doações e à participação dos munícipes, destaca o engajamento da comunidade local. Dessa forma, a evidência de que a própria comunidade se mobilizou para melhorar as condições da escola, mostra certo comprometimento com a educação e desejo de oferecer melhores recursos para os alunos. Isso também pode indicar certa dificuldade por parte da população em conceber a educação como um direito constitucional, pois, na mesma medida em que havia mobilização para angariar recursos para a escola, também poderiam ocorrer manifestações demandando esse tipo de apoio por parte do Poder Público.

No que se refere à organização das turmas, as atas de reuniões pedagógicas do ano de 1960 localizadas no arquivo escolar<sup>104</sup> evidenciam a responsabilidade da diretora pela distribuição das classes, o que destaca seu papel central na organização do grupo escolar. Essa atribuição pode ter considerado diversos fatores, como a experiência dos professores, suas áreas de especialização e a distribuição equitativa dos alunos, como também a relação pessoal entre professores e diretora (SOUZA, 1998).

---

<sup>103</sup> Tendo em vista o contexto rural em que a escola estava inserida, onde a produção de alimentos constituía uma condição *sine qua non* para a sobrevivência, não é possível descartar a possibilidade de que a oferta de merenda estivesse associada à iniciativa por parte dos estudantes, seus familiares, professores, direção e demais funcionários.

<sup>104</sup> ANEXO A.

Quadro 4 – Diretoras do Grupo Escolar Henrique Coutinho (1939-1960)

<b>ANO</b>	<b>DIRETORA</b>
1939	Terpsichore Felisberto Lacerda
1940	Terpsichore Felisberto Lacerda
1941	Terpsichore Felisberto Lacerda
1942	Terpsichore Felisberto Lacerda
1943	Terpsichore Felisberto Lacerda
1944	Terpsichore Felisberto Lacerda
1945	Hélia Charpinel de Moraes
1946	Terpsichore Felisberto Lacerda
1947	Terpsichore Felisberto Lacerda
1948	Helena Vieira Moraes
1949	Helena Vieira Moraes
1950	Helena Vieira Moraes
1951	Helena Vieira Moraes
1952	Helena Vieira Moraes
1953	Helena Vieira Moraes
1954	Dianna Nasser Wanderley
1955	Eunice Pereira Vieira
1956	Eunice Pereira Vieira
1957	Elza Gomes de Moraes
1958	Eunice Pereira Vieira
1959	Geralda Amorim Silveira
1960	Helena Vieira Moraes

Fonte: Quadro produzido pelo autor a partir dos termos de abertura do ponto, boletins de rendimento anual e dos quadros demonstrativos do movimento mensal.

Durante as décadas de 1940 e 1950, algo notável acontecia no Grupo Escolar Henrique Coutinho: todas as diretoras eram mulheres. Esse fato singular contrastava com a tendência geral da época, na qual os homens normalmente ocupavam cargos de direção nessas escolas (SOUZA, 1998; VIDAL, 2006). Essas mulheres pioneiras, cujos nomes podemos observar na Quadro 4, romperam barreiras de gênero e deixaram um legado inspirador, demonstrando sua liderança na área educacional, o que contribuiu para o desenvolvimento e a sobrevivência do grupo escolar, deixando um marco importante na história da instituição.

No entanto, os registros identificados nas atas de reuniões pedagógicas de 1960 também mencionam as dificuldades enfrentadas pelas professoras. Licéa Souza Vieira, por exemplo, denunciava na ocasião que não era possível desenvolver um trabalho adequado devido à falta de material didático, algo que vez ou outra surge na documentação, revelando limitações e desafios enfrentados pelas professoras no cotidiano escolar, mesmo ao final da década de 1950: “Prosseguindo, a professora Licéa Sousa Vieira, expôs as dificuldades com que vem lutando em virtude da absoluta falta de material didático para o período de adaptação do 1º ano”.<sup>105</sup> A escassez de recursos adequados devia afetar negativamente o processo de ensino-aprendizagem, exigindo que os professores buscassem alternativas e estratégias criativas para suprir essa carência.

Marcantes na administração educacional da escola, as reuniões pedagógicas eram frequentemente mencionadas nas fontes, desde meados da década de 1940, o que demonstra sua importância na administração e na organização pedagógica do grupo escolar. Esses encontros visavam discutir questões educacionais, compartilhar experiências e estabelecer diretrizes para o trabalho em sala de aula, além de lugar para resolução de conflitos entre funcionários.<sup>106</sup>

Segundo Teive (2016), as reuniões pedagógicas nos grupos escolares do Brasil tinham como objetivo principal promover a troca de conhecimentos e experiências entre os professores, visando aprimorar suas práticas de ensino. Essas reuniões eram espaços de formação continuada, nos quais os educadores discutiam métodos de ensino, compartilhavam materiais didáticos, debatiam questões educacionais e buscavam aperfeiçoar suas habilidades pedagógicas. Além disso, as reuniões pedagógicas também tinham o propósito de fortalecer a coesão e a identidade profissional dos docentes, estimulando o trabalho colaborativo e a construção de uma cultura escolar sólida.

Nesse sentido, a realização de uma reunião pedagógica para discutir assuntos educacionais e planejar atividades relacionadas ao desfile de 7 de setembro de 1956 é repetidamente mencionada nos termos de abertura de ponto dos meses de julho, agosto e setembro daquele ano,<sup>107</sup> evidenciando a integração do corpo docente, a troca de informações e as estratégias

---

<sup>105</sup> Reunião pedagógica do Grupo Escolar Henrique Coutinho. 9 de Abril de 1960.

<sup>106</sup> Um exemplo notável ocorreu durante a primeira reunião pedagógica de 1960, agendada para 2 de fevereiro. Na ocasião, a diretora iniciou sua fala com um apelo por harmonia e enfatizou que os eventos passados não deveriam mais influenciar o dia a dia da instituição escolar.

<sup>107</sup> ANEXO D.

pedagógicas, bem como a coordenação das práticas educacionais da escola. Inclusive, a presença regular dos professores nessas reuniões indica seu compromisso com a participação ativa e o envolvimento no planejamento e nas discussões pedagógicas.

No termo de abertura do ponto de 1º de agosto de 1956, a diretora Eunice Pereira Silveira também exige a apresentação de relatórios de classe durante as reuniões pedagógicas: “Amanhã, 1ª quinta-feira de agosto, haverá reunião pedagógica às 8 horas em ponto, onde deverão ser apresentados relatórios de classe e acertada a situação da C. Escolar”. Essa prática indica a necessidade de monitorar e avaliar o desempenho dos alunos, além de fornecer informações sobre o progresso educacional de cada turma.

Os relatórios de classe utilizados nos grupos escolares do Brasil nas décadas de 1940 e 1950 eram documentos elaborados pelos professores para registrar o desempenho dos alunos ao longo do ano letivo (SOUZA, 1998; SOUZA, 2010). De modo geral, eles continham informações sobre aproveitamento escolar, comportamento, frequência, observações gerais e notas atribuídas às disciplinas ministradas.

A existência dos relatórios de classe no Grupo Escolar Henrique Coutinho indica que a administração da escola valorizava o acompanhamento do progresso dos alunos e buscava manter registros detalhados sobre seu desempenho. Os relatórios eram exigidos pela diretora nas reuniões pedagógicas, provavelmente para avaliar o trabalho dos professores, monitorar o desenvolvimento dos estudantes e identificar possíveis necessidades de intervenção ou apoio educacional. Por outro lado, lendo nas entrelinhas, podemos supor que havia cobrança por parte do poder público à direção da escola, e que esta cobrava dos professores a entrega dos relatórios. Segundo Rosa (2008), parte significativa das estatísticas produzidas naquela época sobre a situação da instrução pública advinha desses relatórios.

Ademais, a exigência dos relatórios de classe nas reuniões pedagógicas indicava que a administração da escola buscava promover um ambiente educacional organizado e estruturado, no qual a avaliação dos alunos e o acompanhamento de seu progresso eram considerados fundamentais para o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, a existência desses documentos demonstra uma preocupação com o registro sistemático das informações,

o que sugere uma abordagem mais formal e burocrática na administração escolar da época.

Na ocasião, outra exigência da direção foi a alocação específica de meia hora para aula de religião, indicando a preocupação em organizar o tempo escolar de forma a contemplar não apenas as disciplinas regulares, mas também a educação religiosa: “Todas as professoras têm que incluir meia hora de aula de religião aos sábados”.<sup>108</sup> Essa exigência, feita pela diretora Elza Gomes de Moraes em 11 de agosto de 1956, mesmo em um contexto rural e católico como a cidade de Iúna, revela alguns aspectos sobre a administração da escola naquele período.

Inicialmente, o fato de a diretora exigir o ensino religioso sugere uma forte influência da religião católica na comunidade e possivelmente na própria administração escolar. Isso aponta que a escola buscava atender às demandas da comunidade local, que valorizava a educação religiosa como parte do currículo escolar.

Adicionalmente, exigência de ensino religioso aos sábados também reflete a importância da tradição cultural e religiosa na comunidade de Iúna. Apesar de o ensino religioso não ser compulsório,<sup>109</sup> a escola direcionava seus esforços para a preservação das tradições e crenças locais, especificamente aquelas que predominavam na região. Cabe observar que, embora outras vertentes religiosas existissem naquele contexto, elas não eram abordadas no currículo da instituição. Nesse sentido, a decisão da diretora de exigir o ensino religioso aos sábados evidencia uma certa autonomia da escola em relação às leis educacionais.

Esses aspectos administrativos contribuem para uma compreensão mais ampla da dinâmica do Grupo Escolar Henrique Coutinho e fornecem *insights* valiosos sobre a força do cristianismo no processo de escolarização no contexto de Iúna, no sul do Estado do Espírito Santo, durante as décadas de 1940 e 1950. Graças a metodologia da micro-história italiana, via paradigma indiciário e diferentes escalas de observação, foi possível examinar esses detalhes específicos da organização administrativa da escola, ampliando nosso conhecimento sobre a história educacional local e destacando sua relevância para a compreensão mais ampla do período.

---

<sup>108</sup> Termo de abertura do ponto de 11 de agosto de 1956.

<sup>109</sup> De acordo com o Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário), no capítulo referente aos programas do ensino primário, o ensino religioso seria lícito aos estabelecimentos de ensino. Todavia, esse ensino não poderia “[...] constituir objeto de obrigação dos professores, nem de frequência obrigatória para os alunos” (Art. 13).



### 3.3 FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR

O financiamento complementar desempenha um papel crucial no funcionamento das escolas, especialmente em períodos em que os recursos públicos são insuficientes. No contexto do Grupo Escolar Henrique Coutinho, a obtenção de capital adicional foi uma prática importante para garantir a continuidade das atividades educacionais. Neste tópico, através dos indícios disponíveis no arquivo escolar, exploramos as diversas maneiras pelas quais a escola procurava obter recursos financeiros, como teatro, jogos de futebol, doações e a administração da Caixa Escolar.

Segundo Cury (2016), especialmente em áreas rurais e no interior do país, os recursos destinados à educação eram muitas vezes limitados. As escolas enfrentavam dificuldades para obter financiamento suficiente do Estado para cobrir todas as suas necessidades, incluindo materiais didáticos, equipamentos e melhorias nas instalações. No caso do Espírito Santo, desde o início da década de 1930, conforme Lauff (2017, p. 133),

[...] o número de estabelecimentos de ensino aumentou, bem como as matrículas, porém a frequência diminuiu e a verba para a educação encolheu quase pela metade. Isso fez com que a política de alargamento da rede escolar e de centros formadores do magistério contasse com recursos especialmente reduzidos.

Essa situação continuaria sendo a realidade do Estado por décadas, pois, mesmo no final dos anos 1950, como descreve Falcão (2010), o investimento público na educação primária do Estado ainda estava longe do ideal. Por isso, as festas eram uma forma de complementar os recursos financeiros disponíveis no Grupo Escolar Henrique Coutinho.

Nas fontes analisadas, principalmente o balanço geral de 1959 e o balanço da Caixa Escolar de 1958,<sup>110</sup> identificamos a realização de uma festa em comemoração a São João em 1959, como forma de levantar recursos financeiros extras para a escola.

Segundo Nascimento (2006), para além da questão financeira, as festas eram oportunidades para reunir a comunidade local, envolver os pais dos alunos e outros membros da comunidade em atividades escolares, bem como promover um senso de união e solidariedade. Assim, a

---

<sup>110</sup> ANEXO G.

participação e o apoio da comunidade eram essenciais para o sucesso das festas e para a arrecadação de fundos.

Diversas festas realizadas pelo grupo escolar de Iúna, incluindo a festa de São João, eram baseadas em tradições culturais e religiosas. No caso específico do São João, é uma festa popular no Brasil, especialmente nas regiões nordeste e norte, e possui raízes tanto na cultura popular quanto no cristianismo. Portanto, a realização dessas festas também tinha um componente cultural e religioso, refletindo a importância do cristianismo na sociedade brasileira.

Essa escola primária estava impregnada por uma ordem cristã de sociedade expressa por um ideal civilizatório conservador, que encontrava suporte num catolicismo difuso, emaranhado no cotidiano da sociedade, particularmente nos bairros pobres, nos subúrbios e no interior. Um catolicismo diluído nas cerimônias, nas devoções, nas novenas, nas procissões e festas [...], nas bênçãos, no cheiro do incenso, no apostolado da oração (NUNES, 2016, p. 378).

É importante ressaltar que, embora as festas religiosas pudessem demonstrar a influência do cristianismo no ambiente escolar, acreditamos que a realização desses eventos não necessariamente significava que a escola estava promovendo uma religião específica. Nas décadas de 1950 e 1960, a educação no Brasil era laica, nos termos da legislação vigente, seguindo o princípio da separação entre Estado e religião. No entanto, festividades populares e religiosas eram comumente realizadas como forma de celebração e integração social.<sup>111</sup> Nesse contexto, a religião transcende a mera manifestação cultural e local. Ela não se limitava a ser uma simples projeção dos costumes e da cultura vigente na época, pois eventos religiosos eram comuns naquele período histórico. É possível que a instituição escolar tenha sido empregada como um veículo para a propagação e fortalecimento de uma forma específica de religiosidade, predominantemente a cristã, em particular a católica. Isso suscita indagações sobre outras maneiras de vivenciar a fé religiosa. Por que apenas a religião católica recebeu ênfase nesse contexto?

---

<sup>111</sup> Outro evento organizado pelo Grupo Escolar Henrique Coutinho, eram as peças teatrais. Nesses eventos, as escolas envolviam os alunos em atividades criativas, proporcionar-lhes uma experiência prática de atuação e fortalecer o senso de comunidade entre estudantes, pais e professores. Além disso, esses eventos teatrais ajudavam a levantar recursos para suprir as necessidades da escola, principalmente quando o financiamento público era limitado (NASCIMENTO, 2006).

Essa perspectiva nos leva a refletir sobre as relações de força presentes na sociedade da época, que moldavam não apenas a educação, mas também a maneira como as crenças religiosas eram transmitidas e valorizadas. A predominância da religião católica pode ser entendida como parte de uma estrutura de poder mais ampla que influenciava a cultura e as práticas sociais, limitando outras formas de expressão religiosa e enfatizando uma visão específica do mundo espiritual. Portanto, compreender porque a religião católica era tão proeminente envolve investigar as complexas relações de força que moldavam a sociedade da época.

No contexto dos anos 1950, é importante considerar que a educação e a sociedade em geral eram diferentes em relação aos tempos atuais. Naquela época, as escolas muitas vezes dependiam mais de iniciativas locais e da participação ativa da comunidade para obter recursos adicionais.

Além das festas, encontramos outras fontes de receita, como a contribuição das classes, ofertas feitas por cidadãos iunenses, pagamentos recebidos da prefeitura e o lucro gerado a partir de uma festa realizada em um clube.<sup>112</sup> Essas diversas fontes adicionais de recursos sugerem o envolvimento e o apoio da comunidade na manutenção financeira da escola. Ainda que isso tudo represente a participação da comunidade na administração escolar, também reforça o entendimento de que a população iunense talvez não visse a educação como um direito, um dever do estado para com os cidadãos, e por isso não “via” problema em “ajudar” a escola, o que – por lei – era função do poder público.

Naquele contexto, era comum que os alunos fizessem contribuições financeiras para as escolas, mesmo sendo de ensino público. Essas contribuições não descaracterizavam o caráter público da instituição, pois geralmente eram voluntárias e utilizadas para complementar os recursos disponíveis. Por isso, considerando que especialmente em áreas rurais e de menor desenvolvimento, os recursos públicos destinados à educação eram limitados, as doações dos alunos e suas famílias ajudavam a suprir algumas necessidades, como materiais escolares e melhorias nas instalações (SILVA, 2013; BEZERRA, 2016).

---

<sup>112</sup> ANEXO G.

Já as ofertas feitas por cidadãos iunenses se referem a doações ou contribuições feitas por pessoas da comunidade ao grupo escolar. Essas doações tinham diversas formas, como dinheiro, materiais escolares, livros ou até mesmo serviços prestados voluntariamente. Como Bezerra (2016) identificou em Minas Gerais, as doações da comunidade eram uma forma de envolvimento e apoio à educação local, demonstrando o valor atribuído à escola como instituição importante para o desenvolvimento da região.

Na visão da autora, apesar da participação da comunidade, essa busca por recursos também tem origem no fato de que, se os grupos escolares surgem como o modelo escolar ideal e investidos de verbas, na transição entre as décadas de 1950 e 1960 esse “glamour” já não era o mesmo. A partir daí, essas escolas passam a vivenciar condições precárias que se asseveraram durante a última ditadura brasileira – imposta via golpe militar, em 1964 –; não por acaso, o modelo grupo escolar é extinto em 1971, pela Lei nº 5.692.

Outro aspecto relevante é a menção à Caixa Escolar durante as reuniões pedagógicas: “Passando-se à Caixa Escolar, foi informado de que ela encerrou seu movimento de 1959 com o débito de Cr\$ 284,70”.<sup>113</sup> Essa referência por parte da direção indica que a gestão financeira dos recursos da escola, possivelmente utilizados para aquisição de materiais, manutenção do prédio escolar ou outras necessidades, como podemos notar pelo Quadro 5, era discutida e avaliada durante esses encontros.

Quadro 5 – Gastos do Grupo Escolar Henrique Coutinho com capital verba proveniente da Caixa Escolar (Primeiro Semestre de 1960)

Torneira, cano e capacho
Caldeirão
Conserto de chaves
Transporte de pó para o fogão
Funil
Rolo de fita celulose “durex”
2 Latas de cera
Vidro de óleo
5 Blocos para cadernetas de frequência
4 Metros de fazenda para mãe pobre
Compoteira
Cortinas
Livro para atas das reuniões pedagógicas

Fonte: Balancete financeiro geral e da Caixa Escolar.<sup>114</sup>

<sup>113</sup> Termo de abertura do ponto de 1º de agosto de 1956.

<sup>114</sup> ANEXO G.

Ainda no que diz respeito à Caixa Escolar, os registros<sup>115</sup> evidenciam as contribuições feitas pelas professoras, aparentemente de forma compulsória no caso da Caixa Escolar, tendo em vista a cobrança da diretora, como também via doações voluntárias,<sup>116</sup> pela organização de partidas de futebol e por diversas ofertas de munícipes. Essa participação ativa da comunidade escolar, dos professores e de outras entidades na arrecadação de fundos evidencia o comprometimento e o apoio às atividades da escola.

Entretanto, é possível que na década de 1950 existisse a prática de contribuições compulsórias por parte dos professores para a Caixa Escolar do Grupo Escolar Henrique Coutinho. Essa era uma prática comum na época, na qual os professores eram solicitados a contribuir financeiramente para suprir as necessidades da escola (RIBEIRO; SILVA, 2012; VEIGA, 2016). Outra prática comum desde o início do século XX, era a existência de multas por atraso e outros tipos de contribuições, o que pode variar de acordo com as políticas adotadas pela escola e pela direção (NOVAES, 2020).

No caso do Grupo Escolar Henrique Coutinho, há sinais de que existia um sistema de penalidades ou multas para os professores que atrasassem o pagamento de suas contribuições. Apesar disso, ainda que no balanço da Caixa Escolar “Cassiano Castelo” de 1960 conste o montante arrecadado pelos professores, e que também seja possível identificar nos termos de abertura do ponto de 1º de agosto de 1956 a cobrança direcionada ao docentes pela direção para que a Caixa Escolar fosse “acertada”, é importante destacar que a pagamento compulsório não pode ser confirmada devido à falta de documentos históricos mais conclusivos. De qualquer forma.

Independente disso, a partir da documentação do arquivo escolar, é possível interpretar que a necessidade de contribuições dos professores para a Caixa Escolar do Grupo Escolar Henrique Coutinho nos anos 1950 indica, mais uma vez, um possível abandono do poder estatal na manutenção da escola, especialmente considerando que a instituição estava localizada em uma área rural e de interior. A utilização dos valores arrecadados para a manutenção da escola, compra de materiais e gastos burocráticos, como podemos observar no Quadro 5, sugere que os recursos provenientes do Estado não eram suficientes para atender às necessidades básicas da escola.

---

<sup>115</sup> ANEXO H.

<sup>116</sup> No ANEXO H, referente ao balanço financeiro geral de 1960, está registrado doações aparentemente voluntárias por parte dos docentes do grupo escolar.

Dessa forma, a análise do financiamento complementar no Grupo Escolar Henrique Coutinho revela a busca ativa por recursos financeiros extras para garantir o funcionamento adequado da instituição. Através de diferentes atividades, como festas comemorativas, apresentações teatrais e contribuições voluntárias, a escola angariava fundos para suprir suas necessidades financeiras. A participação da comunidade, das professoras e de entidades locais, bem como a administração da Caixa Escolar, desempenharam um papel fundamental na obtenção desses recursos adicionais.

#### **4 ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DO GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO**

Este capítulo trata das práticas pedagógicas na relação com aspectos curriculares do Grupo Escolar Henrique Coutinho. O objetivo é examinar, de forma mais específica, as fontes que tratam das atividades que ocorriam no interior e fora da escola, como eventos cívicos e valorização da religião, buscando compreender sua relevância e impacto na formação dos estudantes.

Ao examinar os conhecimentos e práticas adotadas no contexto escolar, foi possível desvendar diversas questões, como a finalidade da escola e a quem uma determinada instituição serve. Esses questionamentos são essenciais para obter as pistas necessárias que possibilitam compreender o sujeito social formado dentro do ambiente educacional do Grupo Escolar Henrique Coutinho.

Souza (2009) afirma que as pesquisas que lançam foco no currículo permitem explorar uma parte essencial da educação, que são os processos internos das instituições escolares. Além disso, elas possibilitam uma compreensão mais aprofundada de como as disciplinas, os métodos e os programas escolares contribuem para identificar e diferenciar os estudantes. Essas investigações também fornecem pistas para analisar as complexas relações entre a escola e a sociedade.

Igualmente importante, salienta a autora, tais pesquisas trazem à luz aspectos pouco conhecidos sobre a profissionalização dos professores e o papel que desempenham na construção social do conhecimento. Nesse sentido, é relevante considerar tanto a forma como o conhecimento foi organizado no passado, quanto a dinâmica social que moldou a seleção cultural específica nas escolas.

No capítulo em questão, uma variedade de fontes foi cuidadosamente empregada para fornecer uma visão abrangente e sólida sobre o assunto. Inicialmente, o termo de abertura do ponto foi utilizado como documento essencial, revelando informações cruciais sobre a dinâmica cotidiana da escola. As fotografias também desempenharam um papel fundamental ao oferecer um retrato visual detalhado. Já o recenseamento geral de 1950 trouxe dados demográficos valiosos, enriquecendo a análise com informações sobre a população local. A ficha de matrícula contribuiu para identificar indivíduos relacionados ao grupo escolar e compreender suas interações e conexões. Por fim, o atestado de exercício mensal representou uma fonte crucial que documentou a formação dos docentes que atuaram na instituição.

#### 4.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO

A análise das práticas pedagógicas e os aspectos curriculares do Grupo Escolar Henrique Coutinho durante as décadas de 1940 e 1950, revelaram uma série de eventos e atividades que visavam à formação de uma cultura cívica e identitária dos alunos. Nas fontes, quase não há referência sobre conteúdos mais tradicionais da escola, como matemática, gramática, história ou geografia, até mesmo educação física. O que é amplamente visto na documentação são temas religiosos, cívicos e uma forte preocupação com a qualidade da leitura dos estudantes. Assim, três pontos perpassam toda a documentação: religião, civismo e ensino de leitura.

No termo de abertura do ponto de 5 de setembro de 1956, por exemplo, a inclusão da preparação para o desfile de 7 de setembro daquele ano na agenda da escola, indica a importância atribuída aos eventos simbólicos e às comemorações cívicas. Neste caso, o ensaio geral de marcha anunciado pela diretora visava garantir que os alunos e professores estivessem preparados e coordenados durante o desfile, ressaltando o compromisso da escola em realizar uma apresentação adequada e representativa.

A análise da fotografia de outro desfile de 7 de setembro (Figura 9), agora no ano de 1958, revela a representação simbólica de Dom Pedro I, interpretado por um aluno montado em um cavalo, denotando a importância atribuída à figura do imperador na narrativa da independência do Brasil. Essa representação cívica reflete a busca por reforçar a identidade nacional e os valores patrióticos entre os alunos.



Figura 9 – Desfile de 7 de setembro de 1958



Fonte: Casa da Cultura de Iúna.

Segundo Nascimento (2006), a presença dos grupos escolares em festas públicas voltadas para a comemoração de eventos cívicos tinha um valor social significativo e merecia ser constantemente documentada pela imprensa. Além disso, nas comemorações da independência do Brasil, que remontam à Primeira República (1889-1930), eram ponto alto os exercícios de marcha e os hinos entoados pelos estudantes.

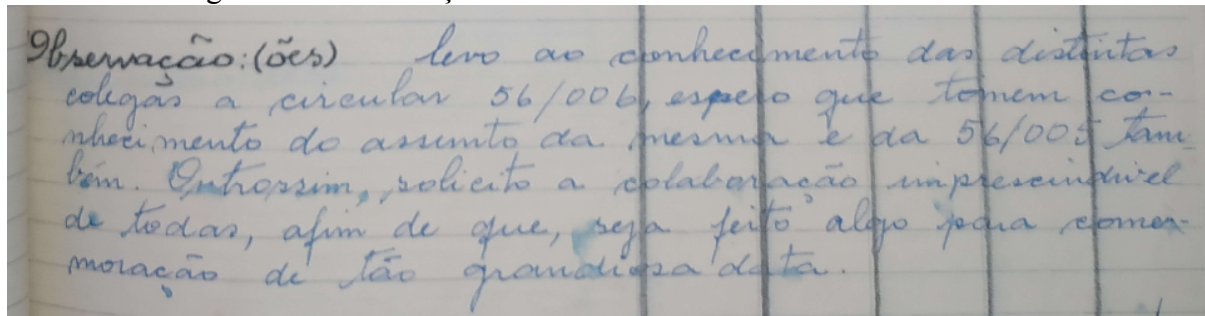
É importante, ainda, observar as interações entre todos os elementos presentes na Figura 9, incluindo os estudantes enfileirados, o grupo de escoteiros à frente da porta-bandeira, os estudantes com bicicletas, a diretora observando – à direita, próxima do aluno que representa Dom Pedro I – e a presença de espectadores na rua em obras (decorrentes do processo de urbanização). Essas interações sinalizam relações de poder, hierarquias sociais, assim como o engajamento da comunidade escolar e da população local nessa celebração.

Santos (2018) também identificou essa questão no Estado de Santa Catarina. De acordo com o autor, durante as décadas de 1940 e 1950, os alunos compareciam às cerimônias sob a liderança de seus professores, além da presença de autoridades e da comunidade, especialmente os pais. Ademais, era comum que estes eventos acontecessem nas instalações da escola, mas também podiam ir além dos muros:

[...] envolviam-se as crianças em passeatas, marchas e desfiles nos arredores – entendidos como tendência de militarização, também atribuída à educação física e incorporada às escolas primárias quando se tomou o escotismo e o serviço militar como padrões (SANTOS, 2018, p. 219).

Esses rituais introduziram uma nova estrutura ao calendário escolar, com o objetivo de estabelecer regras e regulamentos (SOUZA, 2010). Na situação específica do Grupo Escolar Henrique Coutinho, a diretora Eunice Pereira Silveira não apenas anuncia o ensino da marcha para o desfile de 5 de setembro de 1956, mas também informa que essa atividade é obrigatória de “acordo com uma circular normativa emitida pelas autoridades competentes” (Figura 10).<sup>117</sup>

Figura 10 – Observação sobre o desfile de 7 de setembro de 1956



Fonte: Arquivo Escolar do CEEFMTI Henrique Coutinho.

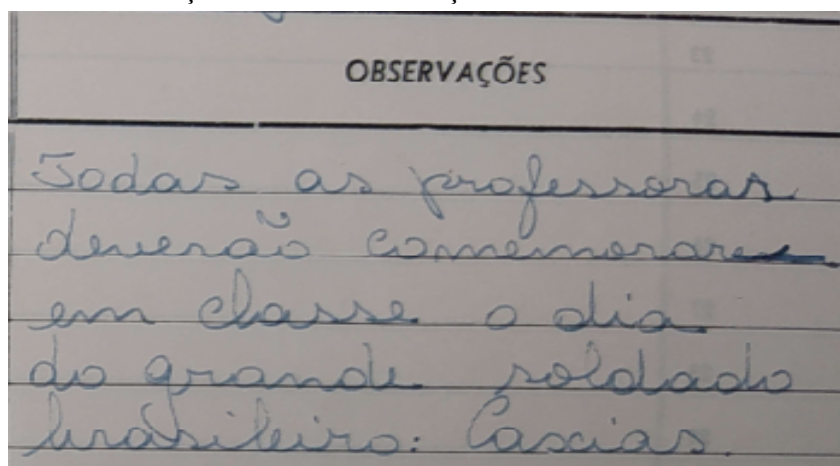
Conforme relatado por Santos (2018), no processo de construção de um Estado moderno e uma nação homogênea – um dos objetivos do governo brasileiro naquela época –, a ocupação do tempo era ensinada nas escolas para se alinhar à organização da vida cotidiana, influenciada pelo ambiente urbano e pela indústria, que se distanciava dos padrões de referência rurais. A integração aos padrões urbanos exigia, acima de tudo, o respeito à temporalidade estabelecida pelo Estado.

Além disso, outra constante exigência da diretora do grupo escolar de Iúna, Elza Gomes de Moraes, era para que os professores trabalhassem em sala de aula a comemoração do dia do soldado brasileiro Caxias (Figura 11), que consta no termo de abertura do ponto de 15 de

<sup>117</sup> Termo de abertura do ponto de 5 de setembro de 1956.

maio de 1954, evidenciando outro aspecto cívico, a valorização da história e dos heróis nacionais: “Todas as professoras deverão comemorar em classe o dia do grande soldado brasileiro Caxias” (Figura 11). Como lembra Vidal (2006), os grupos escolares eram escolas de ensino primário que buscavam, ainda que de forma limitada devido à diversidade geocultural do país, implementar um currículo nacional unificado e promover a formação cívica e moral dos estudantes. Nesse contexto, a figura do soldado brasileiro Caxias, era frequentemente destacada como um exemplo de patriotismo e heroísmo.

Figura 11 – Observação sobre a comemoração do dia do “Grande soldado Caxias”



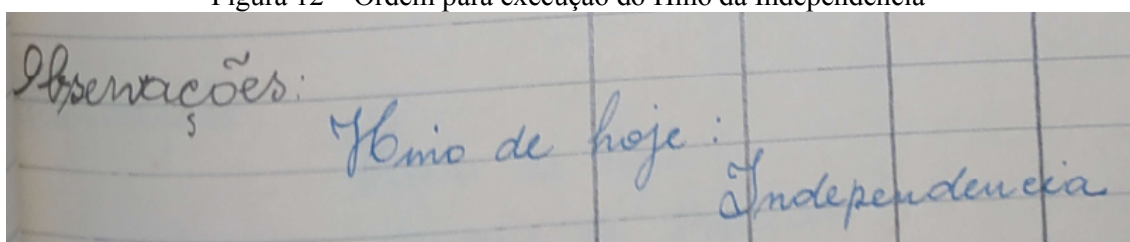
Fonte: Arquivo Escolar do CEEFMTI Henrique Coutinho.

Essa ênfase na história e nos heróis nacionais, o âmago do ensino de História no currículo dos grupos escolares capixabas, reflete uma visão educacional influenciada pelo nacionalismo e pelo sentimento de construção de uma identidade nacional coesa. No período, havia um desejo de fortalecer a identidade do país e criar uma noção de união e pertencimento entre os brasileiros (NASCIMENTO, 2006).

Por outro lado, essas práticas pedagógicas também podem ser entendidas como resquícios do regime político autoritário que o Brasil viveu durante os anos 1930 e 1940, sobretudo com a ascensão do Estado Novo em 1937. Nesse período, segundo Souza (2010), o governo buscava moldar a educação de acordo com uma ideologia nacionalista e promover um sentido de obediência e respeito às autoridades.

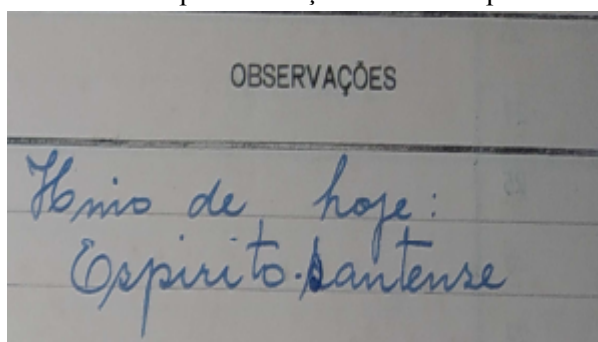
Na mesma medida, a menção das ordens para a execução do Hino da Independência (Figura 12), e do Hino do Espírito Santo (Figura 13), identificadas nos termos de abertura do ponto de 21 de março e 28 de abril 1956, respectivamente, reforçam nossa interpretação de que o Grupo Escolar Henrique Coutinho tinha o compromisso de promover essas atividades cívicas e valorizar os símbolos nacionais e estaduais. Novamente, isso sugere uma preocupação em cultivar o sentimento de patriotismo entre os alunos e a comunidade escolar.

Figura 12 – Ordem para execução do Hino da Independência



Fonte: Arquivo Escolar do CEEFMTI Henrique Coutinho.

Figura 13– Ordem para execução do Hino Espírito-santense



Fonte: Arquivo Escolar do CEEFMTI Henrique Coutinho.

Na década de 1950, assim como nas décadas anteriores, a ênfase na educação cívica e moral é uma permanência histórica, e os hinos institucionais desempenhavam um papel central nesse processo. Na prática, a execução dos hinos nas escolas tinha como objetivo cultivar um senso de pertencimento, amor à pátria e respeito aos símbolos nacionais, mas também a lealdade à nação e o recado implícito que caso necessário, o cidadão deveria defender sua pátria. Afinal, como assevera Hobsbawm (1997), ainda que isso passe despercebido, os hinos nascem como gritos de guerra, uma espécie de canção encorajadora rumo ao combate mortal.

Por isso, os hinos eram considerados expressões simbólicas do patriotismo e da história nacional, e sua inclusão nas práticas escolares visava fortalecer a identidade coletiva dos estudantes. Dessa forma, cantar os hinos e conhecer suas letras era uma forma de inculcar nos alunos do Grupo Escolar Henrique Coutinho os valores associados à nação, aos heróis e à luta pela independência.

No entanto, como alerta Bittencourt (2008), é importante considerar que essa abordagem tem limitações, pois tende a excluir vozes e perspectivas diferentes daquelas promovidas pela visão oficial do Estado e não leva em conta a diversidade cultural e as lutas sociais que permeiam a história do país.

Outro elemento marcante no currículo e nas práticas do Grupo Escolar Henrique Coutinho, presente nas fontes localizadas no arquivo escolar, é a importância atribuída aos aspectos religiosos. Aparentemente, tomando pelo contexto, o grupo escolar não buscava, como no caso anterior, inculcar símbolos e doutrinas. No caso da religião, especificamente, acreditamos que era muito mais um reflexo da realidade local que se impunha ao cotidiano da escola, pois como vimos na ficha de matrícula de 1958<sup>118</sup> e no Recenseamento Geral de 1960, tratava-se de uma comunidade fortemente religiosa, sobretudo católica.

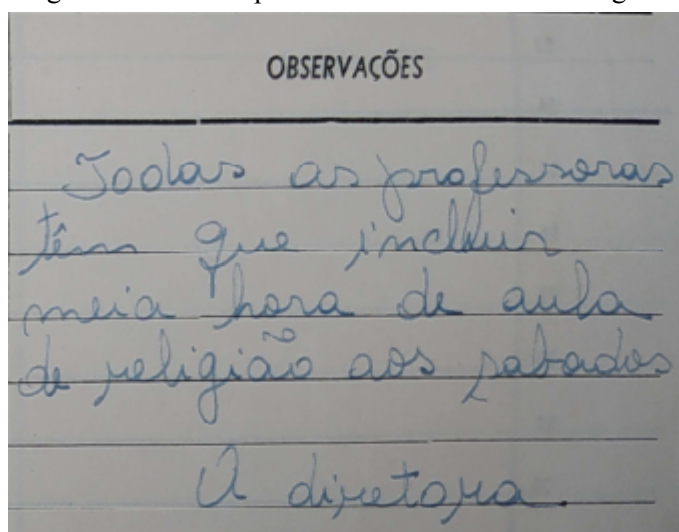
O ato de registrar os pais dos estudantes como cristãos não apenas marginaliza outras crenças, mas também molda a educação em conformidade com a perspectiva dominante, restringindo a diversidade de pontos de vista e a interação intercultural que enriqueceria a experiência educacional. Dessa forma, a aparente evidência de uma única perspectiva religiosa através do registro nas fichas de matrículas do Grupo Escolar Henrique Coutinho reflete as dinâmicas de poder presentes naquela sociedade, onde as minorias são subjugadas e silenciadas pela hegemonia cultural. De fato, não é incorreto conjecturar que muitos pais poderiam se registrar como católicos, ainda que não o fossem, temendo retaliações ou preconceitos, bem como por receio de expressar sua religião em um contexto onde a cultura religiosa predominante é o catolicismo.

---

<sup>118</sup> ANEXO E.

No termo de abertura do ponto de 11 de agosto de 1956, a diretora deixava explícita a obrigatoriedade das aulas de religião aos sábados (Figura 14), ainda que a Lei Orgânica do Ensino Primário de 1946, não colocasse esse tipo de conteúdo de forma obrigatória. Entretanto, lendo esse documento a contrapelo, podemos conjecturar que o fato de a diretora ter alertado sobre a obrigatoriedade do ensino de religião, aponta também para a possibilidade de que algumas professoras não estavam trabalhando esse conteúdo em suas aulas.

Figura 14 – Ordem para a inclusão do Ensino Religioso



Fonte: Arquivo Escolar do CEEFMTI Henrique Coutinho.

De qualquer forma, a força da religião na comunidade e no cotidiano da escola pode ser vista, ainda, na realização de uma missa na porta do grupo escolar, contando com a presença de um padre, como podemos observar na Figura 15, datada pela Casa da Cultura de Iúna como tendo ocorrido em “meados da década de 1950”. Essa fonte, evidencia mais uma vez a influência da religião católica no ambiente escolar e na formação moral dos alunos do grupo escolar de Iúna. Mais uma vez, isso sugere uma relação próxima entre a educação e a religião, influenciada pela tradição católica predominante na localidade.

Figura 15 – Missa realizada na porta do Grupo Escolar Henrique Coutinho (década de 1950)



Fonte: Casa da Cultura de Iúna.

A presença de pessoas ajoelhadas, incluindo crianças, homens de terno e mulheres com crianças pequenas, indica a participação e a adesão da comunidade local na celebração religiosa. Essa adesão coletiva à prática religiosa sugere sua importância na vida cotidiana e no envolvimento de diferentes segmentos da sociedade nas atividades do grupo escolar.

Como defende Nunes (2016), a presença dos alunos do grupo escolar uniformizados (Figura 10) demonstra a integração entre a educação e a religião como parte das práticas escolares e do currículo que de fato era construído no cotidiano da escola. Assim, essa participação indica o papel da escola em transmitir valores morais e cívicos aos alunos, associados à educação formal e aos princípios religiosos.

Tudo isso novamente reforça o que consta na ficha de matrícula de 1958 localizada no arquivo escolar. O fato de que quase todos os pais e mães dos alunos matriculados na instituição em 1958 fossem católicos, indica a predominância da religião católica na comunidade escolar, o que de um jeito ou de outro refletia no currículo e nas práticas escolares da instituição, como também atuava como agente silenciador de outras vertentes religiosas minoritárias.

Em síntese, a análise das práticas pedagógicas e dos aspectos curriculares do Grupo Escolar Henrique Coutinho entre as décadas de 1940 e 1950, proporcionou um entendimento mais detalhado, ainda que limitado, às fontes localizadas, do que acontecia no interior da escola e sua relação com a comunidade. Os eventos cívicos, a valorização da religião e o culto aos heróis nacionais demonstraram a importância atribuída à formação cívica, identitária e moral dos alunos.

Em sua essência, as práticas construídas pelos sujeitos que viviam e conviviam no grupo escolar refletiram a busca por transmitir valores patrióticos e religiosos, reforçar a identidade nacional e promover a participação cívica ativa. É nesse sentido que o envolvimento da comunidade escolar e da população local nessas atividades evidenciou a integração entre a escola e a sociedade.


#### 4.2 FORMAÇÃO DOS DOCENTES QUE ATUARAM NO GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO NAS DÉCADAS DE 1940 E 1950

Os atestados de exercício mensal, referentes às décadas de 1940 e 1950, são fontes históricas que forneceram a esta pesquisa informações valiosas sobre o corpo docente, as categorias das professoras, as licenças e substituições nessa instituição de ensino.

Tomando como orientação o paradigma indiciário, analisamos esses documentos para obter pistas sobre as especificidades do professorado da instituição, naquele contexto educacional e assim compreender a dinâmica dos aspectos locais na relação com o panorama mais amplo do Estado e do país. Nos próximos parágrafos, destacaremos a presença feminina no magistério, a formação das professoras, a implementação da docência de emergência e a preocupação com a continuidade do ensino, bem como a atenção dada à educação rural.



Figura 14 - Atestado de Exercício (Fevereiro de 1947)

  
 SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**ATESTADO DE EXERCÍCIO**

Secretaria: Educação e Cultura  
 Repartição: Grupo Escolar "Henrique Coutinho" Seção: \_\_\_\_\_  
 Período de 1 de fevereiro de 1947 a 28 de fevereiro de 1947

QUADRO	PADRÃO	CARGO	N. ORD.	NOME	FALTAS		COMPL- RECI- MENTOS
					J.	N. J.	
1000	4	Diretora	1	Genesichone, Helisberto Jacuda			30
"	10	Professora	2	Dalila Castro Piss			30
"	"	"	3	Edga. Castro Gardini			30
"	"	"	4	Helena Vieira Moraes			30
"	"	"	5	Carolina Nunes Andrade			30
1000	6	"	6	Geralda Amorim			30
1000	7	"	7	Emmeline da Miranda Mariano			30
1000	8	"	8	Emilia Pereira Gomes			30
"	"	"	9	Dinah Gomes			30
		Servente		Antonio Martins Figueiredo			13

Fonte: Arquivo Escolar do CEEFMTI Henrique Coutinho.

Uma informação de destaque na documentação, provavelmente a característica marcante do quadro de professores que atuaram na instituição ao longo das décadas de 1940 e 1950, é que, independentemente da formação e/ou da titulação, tratava-se de um grupo de mulheres. Não localizamos docentes homens, até mesmo o cargo de diretor, geralmente legado a homens, estava sob a responsabilidade das mulheres no Grupo Escolar Henrique Coutinho.

Segundo Almeida (1998), em meados do século XX, as mulheres representavam uma força importante no sistema educacional, responsáveis por transmitir conhecimentos, cuidar do desenvolvimento e da educação das crianças, além de contribuir para a formação de uma base sólida nos anos iniciais de escolarização. Essa realidade, a “feminização do magistério”, não era apenas resultado do aumento de vagas disponíveis e da resistência da Igreja em relação à docência masculina para as meninas.

Para entender o motivo do predomínio de mulheres no quadro de docentes do Grupo Escolar Henrique Coutinho, é importante considerar questões gerais que envolviam a interseção de classe, gênero e etnia. Assim, a seguir, analisamos os aspectos históricos da ocupação das mulheres no magistério, sobretudo a partir das mudanças nas relações patriarcais que moldavam a sociedade nos séculos XIX e XX, na relação com a interpretação apresentada por Almeida (1998).

Segundo a autora, vários fatores contribuíram para essa feminização do trabalho docente; entre eles: expansão do sistema educacional, profissão considerada adequada para mulheres, formação acadêmica acessível, salários mais baixos e restrições sociais e culturais.

O magistério primário, como ocupação essencialmente feminina revelada [...] possibilitou às mulheres, notadamente da classe média que se alicerçava no panorama socioeconômico do país, a oportunidade para ingressar no mercado de trabalho. A possibilidade de aliar ao trabalho doméstico e à maternidade uma profissão revestida de dignidade e prestígio social fez que “ser professora” se tornasse extremamente popular entre as jovens e, se, a princípio, temia-se a mulher instruída, agora tal instrução passava a ser desejável, desde que normatizada e dirigida para não oferecer riscos sociais. Ensinar crianças foi, por parte das aspirações sociais, uma maneira de abrir às mulheres um espaço público (domesticado) que prolongasse as tarefas desempenhadas no lar - pelo menos esse era o discurso oficial do período. Para as mulheres que vislumbraram a possibilidade de liberação econômica foi a única forma encontrada para realizarem-se no campo profissional, mesmo que isso representasse a aceitação dessa profissão envolta na aura da maternidade e da missão (ALMEIDA, 1998, p. 27).

Dessa forma, com a implementação de políticas educacionais que buscavam ampliar o acesso à educação, houve um aumento na demanda por professores. Conforme relatado por Almeida (1998), esse aumento resultou na necessidade de contratação de um número maior de profissionais, abrindo espaço para a entrada das mulheres no mercado de trabalho docente. Durante o século XX, a sociedade brasileira mantinha visões tradicionais de gênero, nas quais as mulheres eram consideradas mais adequadas para trabalhos relacionados ao cuidado, à maternidade e à educação. Nesse contexto, o magistério era visto como uma profissão “feminina” e perfeitamente alinhada às expectativas sociais da época.

Sob a ótica de Almeida (1998), foi com a criação das primeiras escolas normais, instituições de formação de professores, que as mulheres passaram a ter maior acesso à educação formal e à qualificação necessária para ingressar na carreira docente. Em outras palavras, essas escolas teriam proporcionado uma formação específica para o ensino, o que facilitava a entrada das mulheres no mercado de trabalho educacional.

Além disso, na comparação com outras profissões, o trabalho docente era remunerado de forma menos atrativa. As mulheres, muitas vezes, eram contratadas com salários inferiores aos dos homens, o que tornava a profissão mais acessível para elas. Essa situação reforçava a ideia de que o magistério era uma opção “natural” para as mulheres, enquanto outras áreas profissionais eram dominadas por homens (VILLELA, 2016).

De forma complementar, as oportunidades de trabalho para as mulheres eram limitadas devido às normas sociais e culturais da época, que restringiam sua atuação em determinados campos. Tal como descrito por Almeida (1998) e reforçado por Villela (2016), o magistério era um dos poucos setores onde as mulheres encontravam oportunidades de emprego estáveis e respeitáveis.

Entretanto, as autoras são unânimes quando dizem que é importante ter em mente que a feminização do trabalho docente não significava igualdade de condições entre homens e mulheres. Na verdade, defendem que as mulheres enfrentavam desafios específicos, como a falta de reconhecimento profissional, a sobrecarga de trabalho e a dificuldade de ascensão na carreira. Ainda assim, a presença feminina crescente no campo educacional abriu caminho para transformações posteriores e para a busca de maior igualdade de gênero no ambiente de trabalho.

Dessa forma, o trabalho de professora desempenhou um papel significativo na conquista de autonomia e liberdade para as mulheres desde o século XIX até o século XX. Principalmente no contexto da cidade de Iúna daquele tempo, onde o patriarcalismo ainda resistia, o trabalho de professora possivelmente representava uma libertação dessa condição submissa em relação aos homens e uma possibilidade de alguma autonomia no jogo das relações sociais.

Além disso, o trabalho como professora poderia permitir que as mulheres ganhassem seu próprio dinheiro e se tornassem independentes financeiramente. Isso era especialmente importante em um contexto em que as mulheres tinham acesso limitado a outras oportunidades de emprego remunerado. Na década 1950, a realidade do município de Iúna apresentava poucas opções de trabalho para as mulheres.

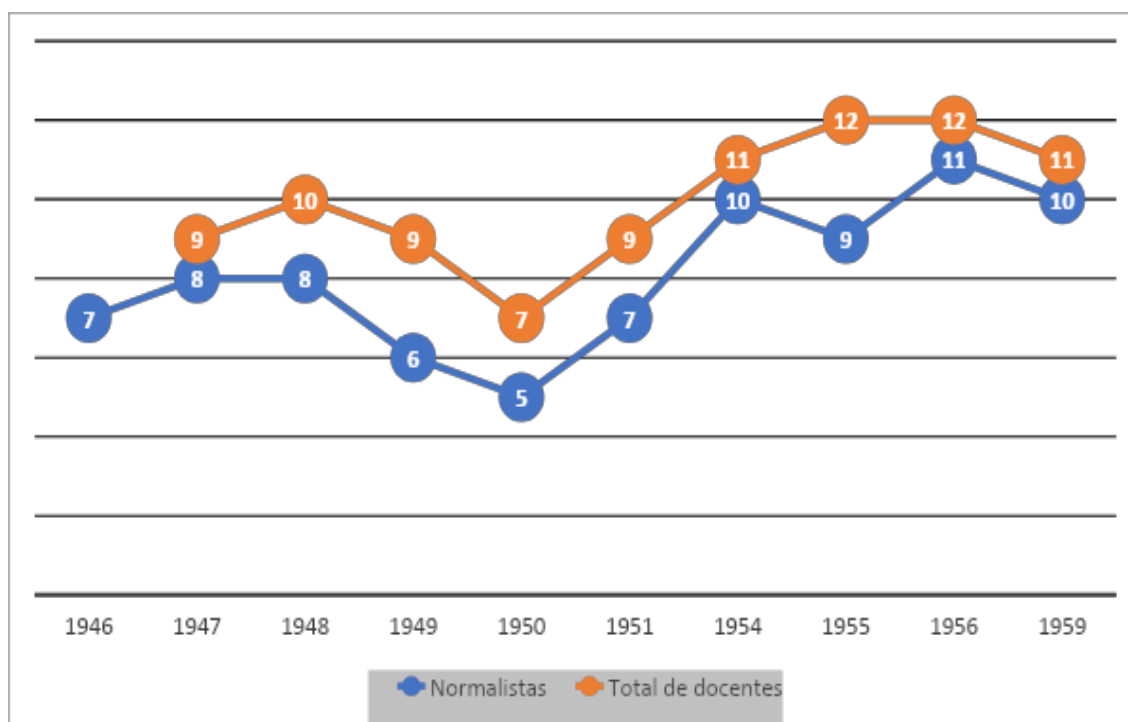
Por isso, acreditamos que as mulheres que atuaram como professoras e/ou diretoras no Grupo Escolar Henrique Coutinho desfrutaram de uma educação mais avançada e de oportunidades significativas de desenvolvimento pessoal. Além disso, diferenciando-se do contexto local, ocupavam os cargos de maior influência na escola, enquanto as funções de contínuos e serventes eram desempenhadas por homens.

Para além do espaço escolar, no qual essas mulheres exerciam influência e poder nas relações de gênero, o trabalho como professora as colocava na esfera pública, permitindo-lhes interagir e influenciar a comunidade em que viviam. Isso contribuía para sua participação ativa na sociedade e para a superação de barreiras tradicionais de gênero que as restringiam ao ambiente doméstico.

Como educadoras, essas mulheres exerciam poder ao terem a oportunidade de moldar e influenciar a vida de crianças e jovens, transmitindo conhecimentos e valores. Como apontam Almeida (1998) e Villela (2016), essa contribuição para a formação de futuras gerações permitia que elas se sentissem socialmente participativas, além de desempenhar um papel vital no progresso da sociedade como um todo. Todavia, é importante ressaltar que, embora o trabalho de professora tenha proporcionado mais autonomia e liberdade para as mulheres, ainda existiam desafios e restrições decorrentes de normas sociais e desigualdades de gênero.

Outra característica relevante é que durante o período em análise, a maioria das professoras do Grupo Escolar Henrique Coutinho eram normalistas e concursadas. Isso contrasta com o contexto mais amplo do Estado do Espírito Santo, onde era conhecida a escassez de professoras formadas, especialmente nas décadas de 1950 (FALCÃO, 2010). Nesse período, expandiu-se no Estado a “docência de emergência”, implementada ainda em meados da década de 1940, como uma forma de suprir a falta de profissionais qualificados. No entanto, os documentos indicam que o Grupo Escolar Henrique Coutinho manteve ao longo das décadas de 1940 e 1950 um corpo docente majoritariamente composto por professoras normalistas e concursadas.

Gráfico 1 – Número de normalistas no Grupo Escolar Henrique Coutinho (1946-1958)



Fonte: Gráfico produzido pelo autor a partir dos termos de abertura do ponto e dos quadros demonstrativos do movimento mensal.

De acordo com as informações de Novaes (2020), a partir da reforma Gomes Cardim de 1908, os profissionais da educação que trabalhavam no sistema de ensino público de educação eram escolhidos e demitidos pelo governo estadual. Dessa forma, os professores contratados por meio de concurso enfrentavam uma situação mais delicada, pois para se manterem em seus cargos permanentemente, precisavam comprovar um bom desempenho, obter avaliações positivas em visitas de inspeção e ter uma classificação favorável durante cinco anos. No entanto, mesmo cumprindo esses requisitos, ainda podiam perder o direito à sua posição caso a cadeira fosse removida ou transferida pelo governo do Estado.

Conforme apontado por Berto (2013), em 1929, o corpo docente primário do Estado era composto por 878 docentes, dos quais 304 eram normalistas e 574 tinham sido contratados por meio de concurso. Apesar de numericamente expressivos, os docentes de concurso continuavam vivenciando uma realidade de instabilidade profissional, como ocorrerá nas décadas anteriores. Os planos de reforma de Atílio, divulgados em uma entrevista ao *Diário da Manhã* em 1929, por exemplo, indicavam que os professores de concurso foram inicialmente contratados como professores de emergência, mas seriam gradualmente substituídos por profissionais diplomados à medida que se formavam.

Com o advento da interventoria de Punaro Bley em 1940, a partir da década de 1930, a situação dos professores contratados por meio de concurso continuou sob o controle do Estado. De acordo as observações de Rosa (2008), uma das primeiras medidas adotadas pelo Governo Bley em relação à educação foi dispensar os professores que haviam sido selecionados durante a administração anterior, alegando que foram contratados de forma apressada e que suas nomeações poderiam ser anuladas, justificando a ação como uma forma de “moralização”. Além disso, foi estabelecida a classificação dos professores com base na antiguidade, fixando vencimentos proporcionais, eliminando as disparidades salariais entre os que lecionavam no campo e na cidade. Essa medida foi vista por muitos como uma forma de retaliação à administração anterior, pois resultou na demissão de um grande número de professores contratados durante a gestão de Atilio Vivacqua.

Apenas no final dos anos 1940, especialmente como resultado da LOEP, houve uma mudança significativa na situação dos professores contratados por concurso. Segundo Falcão, essa legislação (Art. 25, Título IV, Capítulo II) determinava que os Estados, Territórios e o Distrito Federal deveriam organizar a carreira do professorado, estabelecendo níveis progressivos de remuneração adequada. Assim, no Espírito Santo, pela primeira vez, instituiu-se um concurso de título para ingresso na carreira de professor primário, por meio da Lei nº 549, de 7 de dezembro de 1951, conhecida como a “Lei Áurea” do ensino, pois libertou os professores do controle político eleitoral.

Com relação à docência, a Lei, conhecida como Lei Áurea, criou também um mecanismo de controle de rendimento e frequência para o Concurso de Remoção. Ela instituiu e democratizou o Concurso de Remoção para todos os professores indistintamente de suas classificações. Desse modo, todos, igualmente, se tornaram portadores desse direito, visto que, antes, pela falta de normatização, os professores ficavam à mercê das benesses dos políticos para se locomoverem (SILVA; GONTIJO, 2014, p. 41-42).

Assim, um dos resultados mais significativos da Lei nº 549/1951 foi a criação do concurso de remoção para professores primários, realizado pela primeira vez em janeiro e fevereiro de 1952, o que resultou em um período específico para as transferências, maior estabilidade no magistério, redução da burocracia na secretaria de educação, a classificação dos candidatos com base em mérito e o reconhecimento do valor do exercício do magistério.

Por isso, a predominância de professoras normalistas e concursadas na documentação do Grupo Escolar Henrique Coutinho, em contraste com a escassez de professores qualificados no contexto do Estado do Espírito Santo, bem como a localização rural e interiorana da cidade, possui uma série de implicações e explicações.

Em primeiro lugar, a importância dessa predominância de normalistas e concursadas pode sugerir certa qualidade ao ensino oferecido no Grupo Escolar Henrique Coutinho. Conforme a perspectiva defendida por Villela (2016), as professoras normalistas passavam por uma formação específica voltada para o magistério, o que as habilitava com conhecimentos pedagógicos e práticos necessários para lecionar. Sua presença no corpo docente indicava um comprometimento com a formação de qualidade e uma preocupação em oferecer um ensino estruturado e fundamentado.

Uma outra possível explicação pode estar ligada à política educacional do período. Nesse sentido, é plausível que o Governo Estadual tenha direcionado investimentos e apoio ao Grupo Escolar Henrique Coutinho. Em determinados momentos da década de 1950, houve uma priorização na formação e contratação de professores qualificados para atuar nas escolas do interior, em detrimento das docentes de emergência. É importante notar que essas professoras nem mesmo eram consideradas profissionais da educação pelo então secretário de educação Rafael Grisi, em 1951 (SILVA; GONTIJO, 2014).

Segundo Silva e Gontijo (2014), durante uma entrevista ao jornal *A Tribuna* em agosto de 1951, Grisi expressou seu compromisso em garantir que as formandas das escolas normais tivessem a oportunidade de trabalhar nas escolas do interior, especialmente as rurais, seguindo o lema “o magistério: os normalistas”. Para tornar possível a ida desses profissionais qualificados para áreas rurais, ela anunciou a criação de um concurso de remoção e a implementação de gratificações de magistério diferenciadas, considerando a dificuldade de acesso a essas escolas.

Durante o governo de Jones Santos Neves (1951-1952) e seu vice, Francisco Ataíde (1952-1955), houve uma clara intenção de estabelecer estruturas e dispositivos educacionais que fornecessem suporte ao ensino fundamental, além de ampliar as bases do ensino superior. Para alcançar esses objetivos, foram adotadas diversas medidas, incluindo a redução do número de docentes de emergência, a modernização institucional, a reestruturação das carreiras docentes, a revisão dos critérios de admissão, promoção e gratificação. Essas ações foram implementadas com o propósito de fortalecer o sistema educacional como um todo e promover melhorias na qualidade do ensino (FALCÃO, 2010).

Assim, durante toda a década de 1950, um assunto que gerou muita discussão foi a distinção entre o professor leigo e o professor normalista, além da preocupação com o baixo desempenho do ensino. De acordo com o ponto de vista de Silva e Gontijo (2014, p. 65),

O normalista era visto como o profissional que viria resolver as questões do baixo rendimento do ensino, visto que o grande índice de reprovação no ensino primário era atribuído ao fato de a maioria dos professores primários não ter formação/normalista, ou seja, sem essa titulação. O então professor, conhecidamente, docente de emergência, vivia ao sabor da política vigente, uma vez que ora era visto como vítima, pela ausência de direitos sociais e trabalhistas que o sistema lhe impunha e pela sua capacidade indefensável ocasionada pela falta de conhecimento técnico-científico, ora como o grande responsável pela falta da qualidade do ensino por não saber exercer com eficiência a profissão docente.

Em suma, a predominância de professoras normalistas e concursadas no Grupo Escolar Henrique Coutinho era importante para garantir um ensino de qualidade na instituição. Essa predominância pode ser explicada pela valorização da formação normalista, pela busca por estabilidade e profissionalização, pela adequação ao contexto rural e interiorano, bem como pela política educacional vigente. Seja como for, essas professoras desempenharam um papel fundamental na educação das comunidades rurais e contribuíram para o desenvolvimento educacional do Estado do Espírito Santo.



Ainda assim, a partir de 1954, os registros identificados na documentação do arquivo escolar, começam a mencionar docentes de emergência no quadro de docentes do grupo escolar de Iúna, embora em número modesto. Observamos que algumas ex-alunas da instituição, que aparecem como estudantes nos registros de 1945, surgem como professoras de emergência em 1954. Isso evidencia uma tentativa de suprir a demanda por professores através do aproveitamento de ex-alunas que haviam recebido uma formação básica anteriormente e, portanto, poderiam ser capacitadas para lecionar em caráter emergencial. Como podemos notar nas Figuras 15 e 16,<sup>119</sup> Elvira Rodrigues de Souza, aluna do terceiro ano do primário em 1945, aparece na documentação como docente de emergência em 1954, Elvira Manoelina de Souza Silva.<sup>120</sup>

Figura 15 – Boletim de resultado final do Grupo Escolar Henrique Coutinho (1945)

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE				SEÇÃO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS			
VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR							
GRUPO ESCOLAR - Henrique Coutinho							
DE Iúna							
Boletim do resultado final do ano de 1945							
NOTA MÍNIMA DE PROMOÇÃO: 5							
ANO DE CURSO: III primário							
NOME	Média anual	Nota de exame	Média final	NOME	Média anual	Nota de exame	Média final
Gerardo Marinho da Silva	7,2	6,5	6,8	Cleide Padilha	6,2	6	
Almeida Vieira	7,7	5,5	6,5	Clara Rodrigues de Souza	5	RM	
Odalmarino Piar	6,1	RM	R	Eni Ribeiro Miranda	8,2	7	7,6
Oltaie Marinho da Cunha	7,1	7,5	7,3	Ida Ribeiro	7,8	F	R
Cesar Pereira Marinho	6,5	R	R	Maria Marinho da Silva	7,7	6	6,8
80: @	1,1	7,5	7	Maria da Cunha Silva	5,2	RM	R

Fonte: Arquivo Escolar do CEEFMTI Henrique Coutinho

<sup>119</sup> Tivemos que aplicar um filtro preto nas imagens para que fosse possível ler as informações.

<sup>120</sup> Elvira Manoelina de Souza Silva é avó do autor deste estudo e foi uma das primeiras alunas do Grupo Escolar Henrique Coutinho. Além disso, é a proprietária da fotografia representada pela Figura 8. A diferença nos nomes da época de aluna para a de docente se dá em função do casamento.

Figura 16 – Atestado de Exercício de 1º de novembro de 1954

Quadro		CARGO	N. Ord.	NOME	FALTAS		COMPARE- CIMENTO
Padrão	J.				N. J.		
Ord	D	Dirutora	1	Jana Passer Wunderley	-	-	30
"	D	Professora	2	Galita Castro Rios	-	-	-
"	C	"	3	Ela Castilho Cardini	5	-	25
"	C	"	4	Clara da Amorim Silveira	3	-	27
"	B	"	5	Emeninda Miranda Mariano	-	-	30
"	B	"	6	Polina Amorim Oliveira	-	-	30
"	B	"	7	Aida Silva Torres	1	-	29
"	B	"	8	Emma Sereno Silveira	-	-	12
"	DP	"	9	Edith Rocha Araújo	-	-	30
"	DE	"	10	Julista Antonio Sodilha	1	-	29
Extra	-	Substituta	11	Marta Cardini	-	-	5
"	-	"	12	Maria Manoelina de S. Silva	-	-	5
"	-	"	13	Emeninda P. Mariano	-	-	5
"	-	Servente	14	...	-	-	30

Fonte: Arquivo Escolar do CEEFMTI Henrique Coutinho

Como forma de solucionar a falta de professores no Estado, leis foram sancionadas visando o preenchimento das vagas no magistério primário do Espírito Santo, transformando as docentes de emergência em importantes personagens no processo de ensino e aprendizagem nas escolas do Estado. Assim, de acordo com a Lei Ordinária nº 112, de 12 de outubro de 1948, o quadro do magistério primário seria constituído pelos professores primários, regentes de ensino primário, professores de concurso e docentes de emergência.

Os professores primários eram aqueles diplomados pelas antigas escolas normais, escolas normais de 2 ciclos e por institutos de educação. Já os regentes do ensino primário os diplomados pelas escolas normais regionais. Os professores de concurso apenas os já titulados pelo Estado, na forma das leis anteriores. Neste caso, conforme o Art. 9 da legislação, os professores de concurso no exercício da função seriam equiparados aos regentes de ensino primário, para os efeitos de provimento. Por fim, os então “cooperadores de ensino” passam a denominar-se “docentes de emergência”.

Conforme o Art. 12, os docentes de emergência possuíam direitos equiparados aos funcionários públicos em certas questões, como licenças, férias etc. Todavia, a principal diferenciação entre essas duas classes era que, no caso dos extraordinários, além de não possuírem direitos equiparados aos do funcionalismo público, eram contratados por um tempo especificamente para suprir imprevistos ao longo dos dias letivos.

Posteriormente, em 20 de agosto de 1949, foi sancionada a Lei Ordinária nº 235, elevando para 1.100 o número de docentes de emergência no Estado. Já na década de 1950, com a Lei Ordinária nº 870, de 5 de janeiro de 1955, os docentes de emergência que contavam até 31 de dezembro de 1953, mais de três anos de serviço público ininterruptos ou não, ficam equiparados aos funcionários efetivos para todos os efeitos. Levando-se em conta a falta de professores no período, essas legislações envolvendo os docentes de emergência indicam a necessidade de uma valorização do trabalho desses profissionais, com vistas a atrair pessoas para atuarem nas escolas do Estado.

Normalmente, assim como no caso das normalistas, os docentes de emergência eram mulheres que, apesar de não possuírem formação específica para o magistério, eram contratadas para lecionar nas escolas primárias. Eram recrutadas geralmente dentre as jovens da comunidade local, muitas vezes com formação apenas até o ensino médio ou mesmo com apenas o ensino primário completo (SILVA; GONTIJO, 2014).

Essas mulheres passavam por um treinamento rápido, de curta duração, que visava fornecer noções básicas de ensino, pedagogia e métodos educacionais. Para Silva e Gontijo (2014), o objetivo era prepará-las para lidar com as turmas de alunos e ministrar as aulas nas disciplinas básicas, como português, matemática, geografia e história.

O então professor, conhecidamente, docente de emergência, vivia ao sabor da política vigente, uma vez que ora era visto como vítima, pela ausência de direitos sociais e trabalhistas que o sistema lhe impunha e pela sua capacidade indefensável ocasionada pela falta de conhecimento técnico-científico, ora como o grande responsável pela falta da qualidade do ensino por não saber exercer com eficiência a profissão docente (SILVA; GONTIJO, 2014, p. 65).

No caso do Grupo Escolar Henrique Coutinho, aparentemente, as docentes de emergência não se limitaram a suprir as necessidades eventuais da escola. Como exemplo, temos a já citada professora Eunice Pereira Silveira, que surge na documentação como docente de emergência, e chega ao cargo de diretora da instituição em 1956. Isso revela que essas professoras não eram coadjuvantes e que, em certas ocasiões, como a destacada, poderiam exercer influência e comando dentro dos grupos escolares.<sup>121</sup>

Por outro lado, a presença das professoras ruralistas nos grupos escolares rurais tinha como objetivo principal adaptar o ensino às particularidades do ambiente rural, considerando as atividades agrícolas, a cultura local e as demandas educacionais específicas daquelas comunidades (MORTATTI, 2015). Elas tinham um entendimento aprofundado das necessidades dos alunos, bem como das dificuldades e particularidades do trabalho na zona rural. Isso lhes permitia desenvolver métodos de ensino mais adequados à realidade dos alunos, tornando a educação mais relevante e significativa para suas vidas.

Além disso, as professoras ruralistas também atuavam como agentes de integração social nas comunidades rurais. Muitas vezes o título de “ruralista” era autointitulado. Esse docente buscava a valorização da cultura local, estimular a participação ativa dos alunos e de suas famílias nas atividades escolares e desenvolver projetos educacionais que se relacionavam diretamente com a realidade rural. Dessa forma, elas fortaleciam os laços entre a escola e a comunidade, contribuindo para o desenvolvimento socioeducacional do ambiente rural (MORTATTI, 2015).

Em síntese, através da análise dos quadros demonstrativos do movimento mensal do Grupo Escolar Henrique Coutinho, pôde-se observar a presença predominante de professoras, refletindo o fenômeno da feminização do magistério que ocorreu nas décadas de 1940 e 1950 no Brasil. Nos instiga notar que a maioria das professoras era formada e concursada, o que contrastava com a realidade do Estado do Espírito Santo, onde a escassez de professoras qualificadas era mais evidente.

---

<sup>121</sup> Importante destacar que Eunice Pereira Silveira era esposa do deputado Vicente Silveira, influente político da região e que ocupou cargos de vereador e deputado estadual ao longo das décadas de 1950 e 1960, atuando sobretudo pela UDN. Esse fato não pode ser negligenciado ao se analisar a ascensão da professora Eunice de docente de emergência até o posto de diretora em poucos anos.

Além disso, a instituição demonstrou preocupação em garantir a continuidade do ensino por meio da contratação de substitutas e, posteriormente, da implementação da docência de emergência, inclusive aproveitando ex-alunas para suprir a demanda por professores. Por fim, a presença de professoras ruralistas, ainda que de forma limitada, indicou a preocupação em adaptar a educação às necessidades das áreas rurais. Essa análise revela aspectos relevantes do contexto educacional do período e contribui para um entendimento mais abrangente da história do ensino no Grupo Escolar Henrique Coutinho e sua relação com as dinâmicas educacionais do Espírito Santo e do Brasil.

#### 4.3 MÉTODOS DE ENSINO DO GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO (DÉCADA DE 1950)

A análise das atas de reuniões pedagógicas do grupo escolar de Iúna revela valiosas informações sobre as metodologias adotadas pelos docentes. Tomando os indícios como ponto de partida, foi possível compreender como a organização das atividades de ensino, a ênfase no ensino de leitura e a adoção de materiais didáticos específicos eram aspectos fundamentais para o desenvolvimento educacional naquele contexto. Neste tópico, buscamos entender melhor a abordagem pedagógica adotada pela escola e as implicações para a formação dos estudantes.

Em 2 de fevereiro de 1960, em reunião pedagógica que abria os trabalhos daquele ano letivo, a diretora Helena Vieira Moraes faz uma ampla explicação sobre o preparo do plano de aula nos termos da Secretaria de Educação e Cultura. Essa atitude demonstra a importância atribuída à organização e estruturação das atividades de ensino, o que também indica a preocupação em estabelecer diretrizes claras para o planejamento das aulas, garantindo um ensino mais eficiente e coerente com as orientações superiores.

Nos anos 1940 e 1950, os planos de aula elaborados pelos professores dos grupos escolares tinham uma função essencial na organização do trabalho pedagógico e no desenvolvimento das atividades educacionais (TEIVE, 2016). Dessa forma, os planos serviam como guias para os professores, definindo os objetivos de ensino, os conteúdos a serem abordados, as metodologias utilizadas, o material didático necessário e a avaliação do aprendizado dos alunos.

Prática comum nas escolas brasileiras ainda hoje, o plano de aula era encarado como uma forma de garantir a qualidade do ensino e a padronização das práticas pedagógicas. A cobrança por parte da diretora do grupo escolar de Iúna, no caso do Espírito Santo, refletia a preocupação em seguir as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Educação e Cultura, que buscava garantir a uniformidade no processo de ensino e aprendizagem, mas principalmente o controle que o Estado buscava impor na prática pedagógica dos docentes.

Ao exigir que os planos de aula fossem elaborados dentro das especificações da Secretaria de Educação e Cultura, a diretora buscava assegurar que os professores estivessem alinhados com os programas e as diretrizes educacionais estabelecidas pelo governo. Dessa forma, os planos de aula serviam como instrumentos de controle e supervisão, permitindo que a administração escolar acompanhasse o trabalho dos professores e avaliasse a adequação das práticas educativas.

De modo geral, os planos de aula também auxiliavam os professores no planejamento de suas atividades, garantindo uma organização prévia das aulas e a seleção dos recursos necessários. Segundo Falcão (2010), Teive (2016) e Lauff (2017), na perspectiva da administração, diretoria e seus superiores, isso contribuía para a eficiência do ensino, permitindo que os professores pudessem se dedicar mais adequadamente ao processo de ensino e aprendizagem em sala de aula.

Outra advertência da diretora que também indica sua preocupação com a qualidade do ensino oferecido aos alunos, diz respeito à leitura. A ênfase na obrigatoriedade e indispensabilidade da “lição de leitura”, algo que também aparece no termo de abertura do ponto de 31 de julho de 1956, sugere a importância atribuída ao desenvolvimento das competências de leitura e compreensão de texto pelos alunos: “Advirto à professora Geralda Amorim Silveira que a lição de leitura em uma classe de 3º ano é obrigatória e indispensável”.

A “lição de leitura” era uma prática bastante comum nos grupos escolares do Brasil nas décadas de 1940 e 1950. De acordo com Falcão (2010), essa atividade consistia em reservar um tempo específico durante as aulas para que os alunos lessem em voz alta trechos de textos previamente selecionados, como livros didáticos, obras literárias ou textos informativos. Os estudantes liam em sequência, geralmente cada um lendo um parágrafo ou uma parte do texto, enquanto o professor acompanhava e corrigia possíveis erros de leitura.

Nesse contexto, outro indicativo da preocupação da escola em análise com as práticas de leitura dos alunos, é o fato da diretora Helena Vieira Moraes anunciar em reunião pedagógica no ano de 1960 que as professoras Licéa Souza Vieira e Eunice Pereira Silveira estavam autorizadas pela Secretaria de Educação e Cultura, após passarem por formação específica, a aplicarem o teste ABC, com vistas a avaliar o nível de alfabetização dos alunos do 1º ano. O teste ABC de Lourenço Filho era uma ferramenta comumente utilizada na época para identificar o grau de desenvolvimento da leitura e escrita dos estudantes (VIDAL, 2016).

A referência ao teste ABC de sugere que a escola estava adotando métodos de ensino e avaliação reconhecidos na época. Como lembra Carvalho (2016), Lourenço Filho foi um importante educador e suas contribuições na área da alfabetização eram amplamente reconhecidas. Ao autorizar a aplicação desse teste, a diretora do grupo escolar de Iúna demonstra uma preocupação com a utilização de abordagens pedagógicas embasadas em métodos comprovados e amplamente aceitos.

As orientações pedagógicas ocorriam também pela convocação de diretores e professores na capital para receberem aulas, sendo uma das temáticas dessas orientações a ‘divulgação dos testes ABC, com vistas à organização de classes seletivas de alunos iniciantes, segundo o nível de maturidade’ (FALCÃO, 2010, p. 108).

Entretanto, a persistência da aplicação do teste ABC de Lourenço Filho em 1960 no Grupo Escolar Henrique Coutinho pode, de fato, sugerir certa continuidade de metodologias pedagógicas mais tradicionais e uma possível defasagem em relação a abordagens mais atualizadas. Considerando que o teste ABC foi desenvolvido por Lourenço Filho nas décadas anteriores e já era uma ferramenta estabelecida no campo educacional, é compreensível questionar a razão pela qual essa metodologia continuou a ser utilizada na escola mesmo em um período em que novas abordagens pedagógicas estavam surgindo.

Essa persistência pode ser atribuída a diversos fatores, inclusive a aplicação do teste e as professoras aptas a aplicá-lo na escola foram anunciados com tom de orgulho, como se fosse novidade ou conquista. Primeiramente, é importante considerar que mudanças e atualizações metodológicas nem sempre são implementadas imediatamente em todas as instituições de ensino. Por isso, o processo de adoção de novas práticas pedagógicas pode ser gradual e variar entre diferentes contextos e regiões.

Além disso, é preciso levar em conta as particularidades do Grupo Escolar Henrique Coutinho e seu ambiente educacional. Como uma escola localizada em uma região rural e de interior, é possível que a disponibilidade de recursos educacionais e a atualização pedagógica fossem mais limitadas em comparação a áreas urbanas ou centros mais abertos as novidades do campo educacional. Essa situação pode ter impactado a velocidade de incorporação de novas abordagens pedagógicas e a permanência de métodos tradicionais, como o teste ABC.

Outro elemento relevante a considerar é a formação e a experiência dos professores que atuavam na escola. Apesar da formação como normalista ser a realidade da maioria das professoras que atuaram no grupo escolar ao longo das duas primeiras décadas de funcionamento, é possível que elas tenham sido treinadas em métodos mais tradicionais e que não tenham recebido capacitação ou atualização pedagógica que incluíssem abordagens mais inovadoras. Ou, ainda, a continuidade do uso do teste ABC pode refletir a familiaridade e a confiança dos professores em relação a essa metodologia específica.

Em síntese, a persistência da aplicação do teste ABC de Lourenço Filho em 1960 no Grupo Escolar Henrique Coutinho pode indicar certa defasagem metodológica em relação a abordagens mais atualizadas. No entanto, é importante considerar os contextos específicos da escola e das condições educacionais da época, como recursos limitados e a formação dos professores, para compreender melhor a realidade e as razões por trás dessa continuidade metodológica. É necessário analisar esses fatores em conjunto para uma compreensão mais completa do panorama educacional da escola nesse período.

Identificamos, ainda, a escolha de realizar a leitura de trechos do livro *Metodologia do Ensino Primário*, escrito pelo professor Theobaldo Miranda Santos, durante as reuniões pedagógicas. Isso indica o interesse da equipe pedagógica em discutir e aprimorar as práticas de ensino no ensino primário. Tal obra provavelmente oferecia diretrizes e estratégias pedagógicas para os professores do grupo escolar, além de estar em sintonia com concepções mais tradicionais de educação, ainda que não renunciasse aos princípios da Escola Nova.

No campo da História da Educação, pudemos constatar que Theobaldo Miranda Santos pertenceu ao grupo dos 'católicos', que objetivava articular os interesses eclesiais aos princípios da Escola Nova, tendência pedagógica que estava em vigência nesse período. Assim, o autor foi um grande articulador desse projeto católico devido ao sucesso de sua produção bibliográfica, destinada desde a formação do aluno da escola primária até a formação do professor no ensino superior (OLIVEIRA, 2011, p. 208-209).



O livro foi uma obra importante e amplamente utilizada nos grupos escolares do Brasil nas décadas de 1950 e 1960. O autor foi um renomado educador brasileiro, conhecido por suas contribuições para a área da educação e, em particular, para o ensino primário. Apresentava diretrizes e orientações para os professores do ensino primário, abordando questões relacionadas ao planejamento de aulas, métodos de ensino, recursos didáticos e avaliação dos alunos.

Dessa forma, a utilização do livro *Metodologia do Ensino Primário* nas reuniões pedagógicas do Grupo Escolar Henrique Coutinho indica que a escola valorizava a formação e a atualização dos seus professores. A leitura e a discussão de trechos desse livro durante as reuniões pedagógicas demonstram o interesse da escola em promover práticas pedagógicas embasadas em metodologias reconhecidas e discutidas no âmbito educacional nacional e que as ideias escolanovistas chegavam na escola, ainda que enviesadas por tendências mais “tradicionais”, como as oferecidas por Santos.

Além disso, a adoção desse livro como referência nas reuniões pedagógicas também sugere uma busca por maior uniformidade e padronização das práticas educacionais dentro da escola. A utilização de uma obra específica como guia metodológico pode contribuir para uma abordagem mais coesa e alinhada entre os professores, facilitando a troca de experiências e a disseminação de práticas bem-sucedidas.

Também identificamos nas atas de reunião pedagógica menções ao “método global”, uma abordagem de ensino de leitura e escrita que estava em voga nos grupos escolares dos anos 1950 e 1960 no Brasil. Essa metodologia enfatizava a aprendizagem global da linguagem, em contraposição ao método sintético, que priorizava o ensino das letras, sílabas e palavras isoladas.

A ideia era que os alunos aprendessem a ler e a escrever por meio de palavras e textos completos, contextualizados e significativos. Os estudantes eram expostos a textos inteiros desde o início do processo, com o objetivo de desenvolver sua compreensão global da língua escrita (FALCÃO, 2010).

Tendo Ovide Decroly entre os entusiastas do método global, os defensores do movimento escolanovista consideravam o método como o mais adequado para a aprendizagem da criança. De acordo com Falcão (2010), essa abordagem globalista no ensino da leitura e da escrita teve origem em estudos conduzidos nos campos da psicologia e da biologia e eram amplamente defendida pelos intelectuais daquele período, como o secretário de educação Grisi:

[...] defendia ele que o primeiro objeto que deveria ser proposto no ensino da leitura às crianças era a unidade real da leitura, a saber, um contexto gráfico, de preferência uma história, dado o fascínio das crianças pelas histórias. Seria o método global, termo consagrado pela Pedagogia, o responsável por construir as condições necessárias e suficientes para que a percepção e o aprendizado se operem com a máxima eficiência e economia. Grisi defendia ainda que a leitura consciente sob as formas silenciosa e oral, e, de preferência, a silenciosa é que deveria ser cultivada na escola desde as primeiras aulas, abolindo-se todo tipo de leitura puramente mecânica (FALCÃO, 2010, p. 146).

No entanto, a diretora do Grupo Escolar Henrique Coutinho menciona a dificuldade ou mesmo a impossibilidade de aplicar o método global devido à falta de material adequado. Isso sugere que a escola enfrentava desafios em relação aos recursos disponíveis para a implementação dessa abordagem pedagógica, o que limitava a implementação das propostas em voga naquele período.

A falta de material adequado para o método global pode indicar que a escola não tinha acesso a livros didáticos ou materiais de leitura que se alinhassem a essa metodologia específica. A escassez de recursos pode ter limitado a capacidade da escola de adotar plenamente o método global e proporcionar uma educação que se guiasse por essa abordagem.

Essa situação revela um pouco da realidade da escola naquele contexto, na qual a disponibilidade de recursos educacionais, como livros didáticos e materiais pedagógicos, poderia ser limitada. Tal realidade, certamente poderia impactar o planejamento e a implementação das práticas pedagógicas, restringindo a adoção de determinados métodos de ensino, como o método global.

Oposto ao método global, o método sintético, que enfatiza o ensino das letras, sílabas e palavras isoladas, era amplamente utilizado nas escolas brasileiras durante o período em questão. Essa abordagem de ensino era considerada mais tradicional e estava alinhada com os materiais didáticos disponíveis na época (FALCÃO, 2010). A falta de material adequado para o método global pode ter limitado a escolha da metodologia de ensino na escola, levando os professores a adotarem o método sintético como alternativa mais viável. Além disso, o método sintético era amplamente disseminado e reconhecido como eficaz, o que pode ter contribuído para sua preferência e utilização (SILVA; GONTIJO, 2014).

No entanto, é importante ressaltar que a informação disponível é limitada e se baseia na citação específica da diretora sobre a impossibilidade de aplicar o método global devido à falta de material adequado. Outras abordagens pedagógicas também poderiam ter sido utilizadas ou adaptadas, dependendo das circunstâncias e dos recursos disponíveis na escola.

#### 4.4 APROVEITAMENTO ACADÊMICO DOS ALUNOS DO GRUPO ESCOLAR HENRIQUE COUTINHO (DÉCADAS DE 1940 E 1950)

O reiterado debate em torno da repetência dos alunos do primeiro ano identificado nas atas de reuniões pedagógicas demonstra uma preocupação com os resultados e o desempenho dos estudantes nessa etapa inicial do ensino. A repetência era uma questão relevante naquele contexto educacional (SILVA; GONTIJO, 2014), e a discussão sobre como lidar com esse problema indica o esforço da equipe pedagógica em buscar soluções que favorecessem a aprendizagem dos alunos.

Nesse caminho, a menção pela diretora Helena Vieira Moraes à noção de “criança problema”, registrado nas atas de reuniões pedagógicas do Grupo Escolar Henrique Coutinho, indica que havia uma preocupação significativa com a identificação e o manejo desses alunos na escola. Isso evidencia que o processo avaliativo dos alunos no Grupo Escolar Henrique Coutinho possivelmente era influenciado pela visão de que alguns estudantes eram considerados “problemas”.

Essa visão pode ter tido impacto na forma como os alunos eram avaliados e no tratamento que recebiam por parte dos professores. É possível que esses estudantes fossem estigmatizados e que suas dificuldades ou comportamentos desviantes fossem considerados como fatores negativos a serem levados em conta na avaliação.

De acordo com Patto (1999), as publicações que trazem o termo “criança problema” são características da década de 1930, refletindo as transformações na compreensão das origens das dificuldades de aprendizagem na escola. Anteriormente, essas dificuldades eram interpretadas por meio das lentes da medicina e da psicologia, que apontavam para anormalidades genéticas e orgânicas. No entanto, por volta da década de 1950, as ferramentas conceituais da psicologia clínica de inspiração psicanalítica são utilizadas, buscando no ambiente sociofamiliar as causas dos problemas de ajustamento na infância. Com isso, o leque de possíveis questões que afetam o aprendiz, supostamente explicando seu fracasso escolar, foi ampliado: as causas agora abrangem desde questões físicas até emocionais e de personalidade, passando por aspectos intelectuais (PATTO, 1999).

Outra categorização utilizada pela diretora Helena Moraes é a noção de “alunos menos dotados de inteligência”. Segundo Patto (1999), no contexto dos anos 1950 e 1960, essa noção estava relacionada a uma concepção de que alguns estudantes possuíam habilidades cognitivas e intelectuais inferiores, ou seja, eram considerados menos inteligentes do que seus colegas. Essa visão estava enraizada em teorias que buscavam classificar e categorizar os indivíduos com base em suas capacidades intelectuais, como o chamado “quociente de inteligência”.

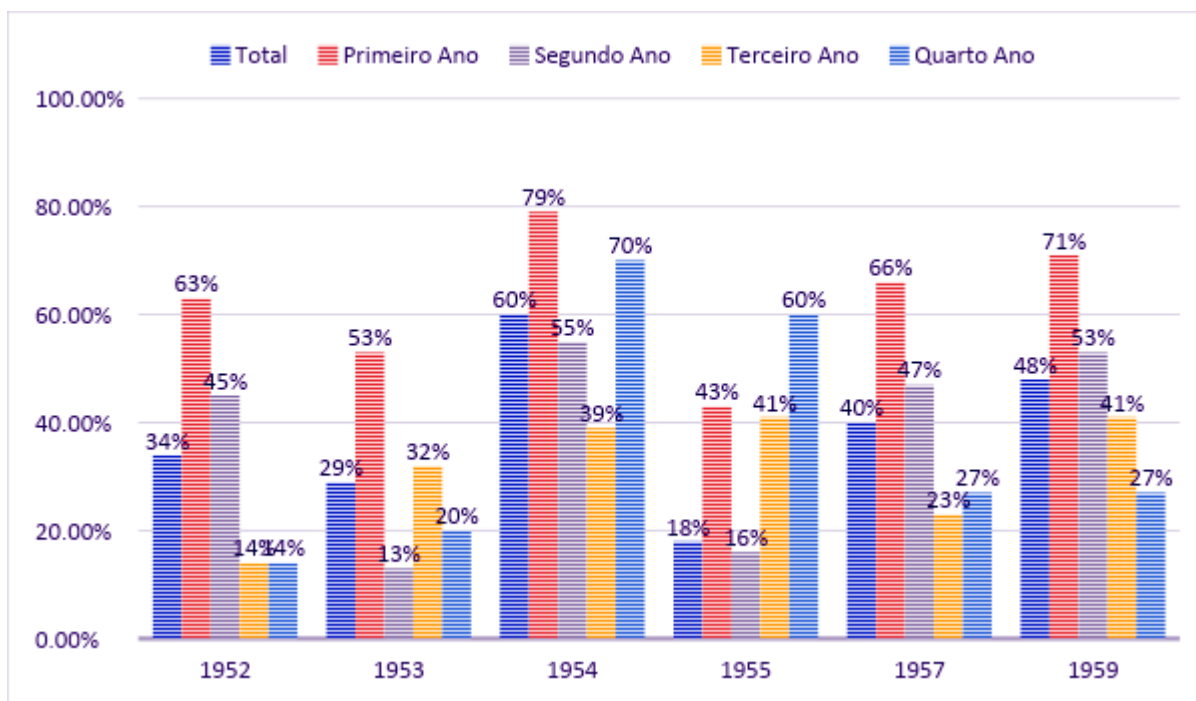
A ideia de “menos dotado de inteligência” refletia uma crença de que os estudantes eram intrinsecamente limitados em seu potencial intelectual e, portanto, teriam menor capacidade para aprender e ter bom desempenho acadêmico. Esses alunos eram geralmente considerados como tendo um desafio educacional adicional e eram frequentemente associados à noção de “aluno problema” (PATTO, 1999).

A estreita relação entre a ideia de “menos dotado de inteligência” e a noção de “aluno problema” reside no fato de que ambos os conceitos estavam vinculados a uma perspectiva hierárquica e negativa em relação aos estudantes. Esses alunos eram muitas vezes colocados em categorias que os diferenciavam dos demais estudantes, sendo vistos como desviantes, desafiadores ou com necessidades educacionais especiais.

Essas concepções podem ter tido implicações no processo avaliativo dos alunos, onde os estudantes considerados “menos dotados de inteligência” e “alunos problema” poderiam ser julgados com base em expectativas mais baixas, receber menos oportunidades de aprendizado e serem estigmatizados dentro do ambiente escolar.

Por fim, conjecturamos que os altos índices de repetência no primeiro ano do Grupo Escolar Henrique Coutinho durante os anos 1940 e 1950, amplamente registrados na documentação do arquivo escolar, podem indicar alguns aspectos da realidade da escola e do contexto em que ela estava inserida; sobretudo relacionados às condições socioeconômicas, ao contexto rural, ao analfabetismo e exclusão.

Gráfico 2 – Percentual de reprovação dos alunos do Grupo Escolar Henrique Coutinho



Fonte: Gráfico produzido pelo autor a partir das fichas de rendimento escolar.

Primeiramente, a repetência elevada sugere que diversos estudantes enfrentavam dificuldades em acompanhar o currículo e alcançar os requisitos esperados para progredir para o próximo ano escolar. Isso pode refletir condições socioeconômicas precárias, com famílias que tinham pouco acesso a recursos educacionais ou que enfrentavam desafios socioeconômicos que impactavam o desempenho dos estudantes.

Além disso, o fato de ser uma escola de interior e de contexto rural pode ter contribuído para a alta taxa de repetência. As escolas rurais muitas vezes enfrentavam limitações em termos de infraestrutura, recursos educacionais e formação adequada dos professores. Além disso, as crianças que viviam em áreas rurais podem ter enfrentado dificuldades específicas relacionadas ao acesso à educação, como distâncias maiores até a escola e obrigações de trabalho na agricultura.

A época em que o Grupo Escolar Henrique Coutinho operava era caracterizada pelo predomínio do analfabetismo no Brasil e pela exclusão da população negra e pobre da escola. O analfabetismo generalizado e as desigualdades sociais significativas podem ter impactado diretamente a composição do corpo estudantil da escola. A falta de acesso prévio à educação e as condições socioeconômicas desfavoráveis podem ter contribuído para a dificuldade dos alunos em acompanhar o ensino formal.

Em suma, é importante ressaltar que essa análise é baseada em informações gerais e na compreensão histórica do período. A realidade específica do Grupo Escolar Henrique Coutinho e dos alunos pode ter sido influenciada por fatores adicionais e contextos particulares que escapam das fontes arroladas nesta pesquisa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, nosso objetivo foi analisar o processo de constituição histórica do Grupo Escolar Henrique Coutinho, situado no município de Iúna, entre os anos de 1940 e 1960, explorando questões relacionadas à construção da escola, sua organização pedagógica e suas relações com os modelos educacionais em circulação. Utilizando a metodologia da micro-história, por meio do paradigma indiciário proposto por Ginzburg (1989) e as diferentes escalas de observação indicadas por Levi (1992), obtivemos *insights* valiosos sobre as questões educacionais e sociais desse período.

Identificamos, em primeiro lugar, que a construção da escola se insere no processo de expansão dos grupos escolares no Estado do Espírito Santo ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950. Constatamos, nessa direção, que a verba para a construção da escola tem sua origem no Governo Federal, através da campanha de nacionalização do ensino, ainda que Iúna, na ocasião Rio Pardo, não possuísse nenhum núcleo estrangeiro na localidade, o que aponta para possíveis acordos políticos entre município, Estado e União nesse processo. É dentro desse contexto que compreendemos a atuação da professora Terpsichore Felisberto Lacerda, que lutou para criação do grupo escolar como também pela construção do prédio. Inaugurado em 19 de abril de 1940, aniversário do presidente Getúlio Vargas, sua construção coloca-se nesse momento em que, através da educação, buscava-se construir aquilo que se entendia por identidade nacional.

Todavia, algumas questões permanecem em aberto sobre o momento da criação do grupo escolar em 1939 e a construção do prédio inaugurado em 1941: em qual endereço funcionou entre 1939 e 1940? Quais as condições materiais de existência dessa escola nos dois primeiros anos de funcionamento? Como não encontramos fontes que respondam a tais questionamentos, estes permanecem abertos a futuras pesquisas.

Além disso, constatamos que Grupo Escolar Henrique Coutinho atendia uma clientela composta principalmente por filhos de lavradores. A sociedade retratada nos documentos parecia ser patriarcal, com uma divisão de papéis entre homens e mulheres, em que os homens estavam envolvidos na atividade agrícola e as mulheres desempenhavam principalmente funções domésticas. O contexto rural prevalecia na região, com a agricultura sendo a atividade econômica central. Identificamos, ainda, indícios de exclusão da população negra no acesso à educação pública, no que envolvia o grupo escolar.

A análise dos aspectos administrativos contribuiu para uma compreensão mais ampla da dinâmica do Grupo Escolar Henrique Coutinho e forneceu pistas valiosas sobre a educação primária no contexto de Iúna, no sul do Estado do Espírito Santo, durante as décadas de 1940 e 1950. Nesse sentido, a análise indiciária e a variação de escalas de observação, possibilitou examinar detalhes da organização administrativa da escola, ampliando nosso conhecimento sobre a história educacional local e destacando sua relevância para a compreensão mais ampla do período.

O estudo do financiamento complementar no Grupo Escolar Henrique Coutinho revelou a busca ativa por recursos financeiros extras para garantir o funcionamento adequado da instituição. Por meio de diferentes atividades, como festas comemorativas, apresentações teatrais e contribuições voluntárias, a escola angariava fundos para suprir suas necessidades financeiras. A participação da comunidade, das professoras e de entidades locais, além da administração da Caixa Escolar, desempenhou um papel fundamental na obtenção desses recursos adicionais.

Em seguida, analisamos as práticas pedagógicas e os aspectos curriculares do Grupo Escolar Henrique Coutinho. Examinamos de forma mais específica as fontes que tratam das atividades que ocorriam no interior e fora da escola e constatamos a prevalência de eventos cívicos e a valorização da religião nas atividades da escola, como também sua relevância na formação dos alunos.

Em síntese, a análise das práticas pedagógicas e dos aspectos curriculares do Grupo Escolar Henrique Coutinho entre as décadas de 1940 e 1950, proporcionou um entendimento mais detalhado, ainda que limitado às fontes localizadas, do que acontecia no interior da escola e sua relação com a comunidade. Os eventos cívicos, a valorização da religião e o culto aos heróis nacionais demonstraram a importância atribuída à formação cívica, identitária e moral



dos alunos. Em sua essência, as práticas construídas pelos sujeitos que viviam e conviviam no grupo escolar refletiram a busca por transmitir valores patrióticos e religiosos, reforçar a identidade nacional e promover a participação cívica ativa. É nesse sentido que o envolvimento da comunidade escolar e da população local nessas atividades evidenciou a integração entre a escola e a sociedade.

Observamos a presença predominante de professoras, refletindo o fenômeno da feminização do magistério que ocorreu nas décadas de 1940 e 1950 no Brasil. A maioria das professoras era de normalistas, o que contrastava com a realidade do Estado do Espírito Santo, onde a escassez de professoras qualificadas era mais evidente. Além disso, a Instituição demonstrou preocupação em garantir a continuidade do ensino por meio da contratação de substitutas e, posteriormente, da implementação da docência de emergência, inclusive aproveitando ex-alunas para suprir a demanda por professores.

A partir das análises possibilitadas pela relação com as fontes, entendemos que esta pesquisa contribui para uma compreensão mais profunda do processo de constituição histórica do Grupo Escolar Henrique Coutinho, considerando a organização administrativa e pedagógica da escola, bem como os desafios enfrentados pelos estudantes na época, ao mesmo tempo em que amplia os conhecimentos existentes sobre a expansão dos grupos escolares no Estado do Espírito Santo. Nesse sentido, esta investigação nos permite refletir, também, sobre a importância da educação como ferramenta de mobilidade social e o impacto das desigualdades sociais na formação escolar. Esperamos que este estudo possa servir como base para pesquisas futuras, ampliando nosso conhecimento sobre a história da educação no Brasil e suas implicações sociais.

Enfrentamos diversos desafios e nos deparamos com lacunas significativas. Um dos principais obstáculos foi a dificuldade em localizar os documentos pertinentes, devido ao pouco valor dado à guarda de arquivos históricos. Embora a escola possua um arquivo escolar, os documentos se mostraram descontínuos e fragmentários, o que dificultou a reconstrução completa dos aspectos do grupo escolar. Como resultado, certos elementos dessa instituição permanecem desconhecidas, a exemplo do local onde a escola funcionou nos primeiros dois anos de sua existência, uma vez que o prédio só foi inaugurado em 1940, enquanto a criação do grupo escolar remonta a 1939. Além disso, não foram encontrados registros burocráticos sobre o funcionamento da escola nos primeiros cinco anos de sua operação. Essas lacunas representam desafios substanciais para a pesquisa, exigindo esforços adicionais.

Por isso, as pesquisas sobre os grupos escolares nas décadas de 1940 e 1950 desempenham um papel fundamental tanto na História da Educação quanto na História das Instituições Escolares. Esses estudos nos permitem compreender e contextualizar os processos de mudanças e permanências dos sistemas educacionais, investigando a maneira como os grupos escolares foram estruturados e como influenciaram o processo educacional nesse período. Ao analisar os grupos escolares, é possível explorar aspectos como métodos, práticas pedagógicas, currículos, formação de professores e o papel desempenhado pela escola na sociedade. Além disso, pesquisas desse tipo podem revelar processos sociais, políticos e culturais que ocorreram durante o período e como elas afetaram a educação. Compreender as características e o legado dos grupos escolares nas décadas de 1940 e 1950 é essencial para uma análise abrangente da história educacional e institucional, fornecendo *insights* para aprimorar as práticas educativas atuais.

Nessa perspectiva, a micro-história italiana se mostrou um referencial teórico-metodológico fértil devido a sua abordagem detalhada e contextualizada. Como ela se concentra em estudos de casos específicos, investigando eventos e personagens individuais em um contexto social mais amplo, permitiu uma compreensão mais profunda do Grupo Escolar Henrique Coutinho, analisando sua dinâmica interna, relações de poder e influências sociais. Ao adotar a micro-história, conseguimos examinar de perto documentos, relatos de testemunhas, narrativas pessoais e outras fontes, revelando aspectos muitas vezes negligenciados ou esquecidos na produção historiográfica. Isso é especialmente relevante nesta pesquisa, pois permitiu a reconstrução de uma experiência educacional específica, de práticas pedagógicas e das interações sociais que ocorreram dentro dessa instituição.

Além disso, a partir da abordagem micro-histórica enfatizamos a importância do contexto histórico e cultural do município de Iúna, sua forte cultura religiosa, sobretudo católica, valorizando a análise das dinâmicas sociais, das mentalidades coletivas e dos eventos históricos relevantes para o período em estudo. Isso foi crucial para entender como o grupo escolar em análise se encaixa no quadro mais amplo da sociedade e como foi condicionado por forças sociais, políticas e econômicas, que não são dadas, mas legadas pelo passado.

Notavelmente, como apontamos na Revisão de Literatura, há uma lacuna significativa na pesquisa acadêmica sobre os grupos escolares do Espírito Santo, especialmente com recortes históricos posteriores à década de 1930. Diante desse cenário, a presente pesquisa objetivou preencher essa lacuna, explorando e analisando a história do Grupo Escolar Henrique Coutinho e seu papel no contexto educacional e social do período. Por meio dessa investigação, buscamos contribuir para uma compreensão mais abrangente e aprofundada do desenvolvimento dos grupos escolares no Estado do Espírito Santo, enriquecendo assim o conhecimento histórico e educacional da região.

O estudo adquire uma dimensão ainda mais significativa quando consideramos sua conexão direta com a história pessoal do pesquisador. Como ex-aluno da instituição, assim como sua mãe, e especialmente como neto de uma das primeiras alunas da escola, que posteriormente se tornou coordenadora e professora, aposentada no próprio Grupo Escolar Henrique Coutinho, de modo que o impacto dessa pesquisa assume um caráter profundamente pessoal. A trajetória de sua avó, uma criança pobre e negra, em uma época em que seus pais eram analfabetos, é emblemática das adversidades enfrentadas pela população naquele contexto histórico. No entanto, graças à dedicação da escola em superar tais desafios e ao esforço de sua avó para vencer as dificuldades, ela foi capaz de ascender socialmente no intrincado jogo das relações sociais. Assim, esse estudo ressalta não apenas a importância histórica dos grupos escolares no Espírito Santo, mas também a relevância pessoal e transformadora que eles tiveram na vida do pesquisador, evidenciando a influência direta dessa instituição na trajetória de sua família e destacando o papel crucial da educação na mobilidade social.

Como diz a metáfora do rolimã, utilizada por Reis para ilustrar a ideia de Bloch de retorno ao ponto de partida após a primeira descida, nesse meu retorno ao presente, compreendo melhor os eventos passados do Grupo Escolar Henrique Coutinho, adquiridos nessa jornada de conhecimentos “à montante”. Agora, ao descer novamente na história dessa Instituição, posso

ir com os olhos abertos, sendo capaz de ver e avaliar tudo com clareza e prazer. Essa segunda descida representa a compreensão e a interpretação do passado com base no conhecimento adquirido. Esse conhecimento proporciona-me desembarcar no presente novamente com uma compreensão ainda mais completa e informada dos eventos históricos da escola e da história da educação no Brasil.

## 6 REFERÊNCIAS

ACHIAMÉ, Fernando Antônio de Moraes. **O Espírito Santo na Era Vargas – Elites Políticas e Reformismo Autoritário (1930-1937)**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo – Dissertação (Mestrado), 2005.

AGUIAR, Thiago Borges de; LEONARDI, Paula; PERES, Fernando Antonio. Ginzburg na oficina do historiador da educação: algumas considerações metodológicas. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 20, p. 1-18, 2021.

ALENCAR, Ingrid Regis de Freitas Schmitz de. **Escolarização no Norte do Espírito Santo início do Século XX: das escolas isoladas aos grupos escolares**. 180 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ALVES, Márcio Fagundes. **A Reconstrução da Identidade Nacional na Era Vargas: práticas e rituais cívicos e nacionalistas impressos na cultura do Grupo Escolar José Rangel/Juiz de Fora/Minas Gerais (1930-1945)**. 138 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ARAUJO, José Carlos Souza. O Ensino Superior em Minas Gerais Entre 1889 e 1968: cenários, problematizações e desafios para a pesquisa. In: NETO, Wenceslau Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República**. Uberlândia: Edufu, 2019, p. 251-300.

ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: Edipro, 2019.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional / IBGE, 1944.

BARACHO, Cláudia Elizabeth. **Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek: modernização na arquitetura e nas concepções educacionais em Diamantina, 1951-1961**. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2016.

BARBOSA, Débora Ferreira Borges; PAES, Ademílson Batista. Caixa Escolar e Merenda: o caso do Grupo Escolar Santo Antônio de Itapagipe/MG (1952-1985). **Cadernos de Educação**, n. 67, 2023.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Educação e Sociedade no Brasil após 1930. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano**, Vol. 4. 4ª ed. São Paulo: Difel, 2004, p. 382-416.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles Patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 299–321.

BERTO, Rosianny Campos. **A Constituição da Escola *Activa* e a Formação de Professores no Espírito Santo**. 284 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

BERTO, Rosianny Campos. **Regenerar, civilizar, modernizar e nacionalizar: a Educação Física e a infância em revista nas décadas de 1930 e 1940**. 182 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

BEZERRA, Ariadny. **Supremo Escândalo: o caso Joanna Passos e o Exercício do Magistério do Espírito Santo no Início do Século XX**. 164 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

BEZERRA, Martha Maria Macedo. **De Aluno a Professor a Formação Docente de Egressos da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte – CE**. 122 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1985.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 10, p. 193-220, 2005.

BONATTO, Jaklane de Souza Almeida. **A construção histórica da profissionalidade docente no Espírito Santo (1908-1930): um estudo sobre as reformas educacionais de Gomes Cardim e Attilio Vivacqua**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

CABRAL, Lisiê Kremer; OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de; CORDEIRO, José Henrique Carlucio. A identificação e documentação das escolas padrão Art Déco no Rio Grande do Sul. **Revista Jatobá**, v. 2, p. 56-70, 2020.

CARNEIRO, Maristela. **História da Educação**. Curitiba: IESDE Brasil, 2017.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e a República e Outros Ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. O novo, o velho, o perigoso: relendo a cultura brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 71, p. 29-35, 1989.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 225–252.

CARVALHO, Rosana Areal de; BERNARDO, Fabiana de Oliveira. Caixa Escolar: instituto inestimável para execução do projeto da educação primária. **Educação em Foco**, n. 2, v. 16, p. 141-141, 2011.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **(Des)arquivar**: arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente. São Paulo: Florianópolis, Rafael Copetti Editor, 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação como desafio na ordem jurídica. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 567-584.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DIAS, Maria Juliana. **História do Grupo Escolar Osório de Moraes**: sujeitos e práticas escolares (1932-1971). 87 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

ESPADA LIMA, Henrique. **A Micro-história Italiana**: escalas, indícios e singularidades. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012.

FALCÃO, Elis Beatriz de Lima. **História do Ensino da Leitura no Espírito Santo (1946 – 1960)**. 279 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Revista Educação e Pesquisa**, n. 1, v. 30, p. 139-159, abr. 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A história da educação e os desafios da novas fontes: reflexões sobre uma trajetória de pesquisa. **História da Educação**, n. 2, p. 111-125, 1997.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF Editora, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução Elementar no Século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 135–150.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 1-34, 2000.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FELGUEIRAS, Margarida; SILVA, Elizabeth Poubel e. A implementação das Escolas Centrais em Portugal. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil “1893 – 1971”. Campinas: Mercado das Letras, 2006, p. 47-67.

FERREIRA, Viviane Lovatti. História dos Grupos Escolares no Espírito Santo. In: **Congresso Brasileiro de História da Educação**: Educação no Brasil – História e Historiografia, 1. Rio de Janeiro, UFRJ/Fórum de Ciência e Cultura, 2000.

FONTAINE, Patrick. Formação do pensamento brasileiro moderno sobre a inflação: da Segunda Guerra Mundial à crise cambial (1939-1947). **Economia e Sociedade**, n. 2, v. 29, p. 497-524, 2020.

FRANÇA, Brunella; ZORZAL, Gabriela; AZEVEDO, Simone. Era Vargas: o Espírito Santo nas mãos de um interventor mineiro. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Quase 200**: a imprensa na história capixaba. Vitória: DIO, 2008, p. 121-138.

GALVÃO, Ana maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. **Território Plural**: a pesquisa em história da educação. São Paulo: Ática, 2010.

GINZBURG, Carlo. **A Micro-história e Outros Ensaio**s. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O Fio e Os Rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Relações de Força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIRALDES, Maria Paula Martinelli. **A Constituição da Escolarização do Município de Orlandia/SP de 1914 a 1946**: um estudo por meio de aspectos da história do Grupo Escolar “Coronel Francisco Orlando”. 153 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e Educação no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 325-346.



GOMES NETA, Beatriz Latini. **Os nomes de escolas públicas na cidade de Mariana: microtoponímia urbana**. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016.

GRAZZIOTTI, Marinete. **Dever do Estado e Direito do Cidadão**: as políticas públicas no governo varguista no Espírito Santo (1930 – 1945). 162 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

HEES, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel Franco. **A república e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismos Desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque De. **Raízes do Brasil**. 56ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LAGE, Nilson; FARIA, Tales; RODRIGUES, Sérgio. Diário Carioca: o primeiro degrau para a modernidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n. 1, p. 132-144, 2004.

LAUFF, Rafaelle Flaiman. **Diretrizes Para Formação de Professores Espírito-santenses na Antessala da Ditadura do Estado Novo (1930 – 1937)**. 251 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

LAUFF, Rafaelle Flaiman. **Útil e Agradável: a Revista de Educação (1934 – 1937)**: remodelização das práticas de ensino e divulgação da política reformista educacional do governo de João Punaro Bley no Espírito Santo. 162 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Microhistoria e Historia Global. **Revista Historia Crítica**, n. 69, v. 1, p. 21-35, jul./dez. 2018.

LEVI, Giovanni. **Microhistorias**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2019.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 133-161.

LIMA, Lidiane Picoli. **Práticas de Escolarização da Educação Física no Espírito Santo: Bernardino Monteiro (1908 a 1925)**. 150 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

LIMA, Marcos Rangel. O Convênio Estatístico no contexto da produção estatística anterior e dos debates educacionais em torno da IV Conferência Nacional de Educação. In: SENRA, Néelson de Castro (Org.). **Organizando a coordenação nacional: estatística, educação e ação política na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014, p. 169-198.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. História do Grupo Escolar Coronel Carneiro, Uberlândia-MG (1946-1971). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 2, v. 9, p. 501-521, 2010.

LOCATELLI, Andrea Brandão. **Espaços e Tempos de Grupos Escolares Capixabas na Cena Republicana do Início do Século XX: arquitetura, memórias e história**. 222 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da Escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

MAUD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 1, p. 73-98, 1996.

MARCONDI, Roberto Carlos Scardino Justo. **História de Iúna**, Vol. 1. Iúna: A Notícia Editora, 2023.

MARCONDI, Roberto Carlos Scardino Justo (Org.). **Academia Iunense de Letras: patronos e acadêmicos**. Vitória: EGS Editora, 2022.

MEDEIROS, Bruna Moraes de. **Arquitetura Escolar Capixaba: sua trajetória**. Vitória: SEDU, 2010.

MENDES, Chico. **Arquitetura no Brasil – de Deodoro a Figueiredo**. São Cristóvão: Imperial Novo Milênio, 2015.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e Educação: a construção da memória educativa. **Revista de Ciências da Educação**, Porto Alegre, n. 1, p. 71-84, 2006.

MOLINA, Ana Heloisa. A História contada por imagens: as escolas normais do início do século XX e o uso de fotografias para historiografia contemporânea. **Dimensões**, vol. 34, p. 457-489, 2015.

MONÇÃO, Vinicius de Moraes. Uso de software na pesquisa em história da educação: a revista The New Era sob a ótica da história digital. In: RABELO, Rafaela Silva; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Escola Nova em Circuito Internacional: cem anos da New Education Fellowship**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021, p. 89-111.

MOURA, Matusalém Dias de. **Subsídios para uma História de Iúna (1814-1930)**. Vitória: Cousa, 2019.

NADER, Maria Beatriz. **Paradoxos do progresso**: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho. Vitória: EDUFES, 2013.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Método moderno de tupi antigo**: a língua do Brasil dos primeiros séculos. 3ª ed. São Paulo: Global, 2005.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1974.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, dez. 1993.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho Do. escola no espelho: São Paulo e a implantação dos Grupos Escolares no estado de Sergipe. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 130–147.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Schola Mater**: a antiga Escola Normal de São Carlos. São Carlos: EDUFSCAR, 2002.

NOVAIS, Fernando Antonio. **História da vida privada no Brasil**: república, da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

NOVAES, Maria Anna Xavier Carneiro de. **A Emergência dos Grupos Escolares e a Produção, Pela Diferenciação, das “Escolas Isoladas” no Espírito Santo (1908-1916)**. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

NOVAES, Maria Anna Xavier Carneiro de. **Os Grupos Escolares no Espírito Santo**: “Imagens” em Circulação na Revista Vida Capichaba (1930 – 1943). 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

NUNES, Clarice. (Des)encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Chyntia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte. p. 371–398.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro De. **História da Arte no Brasil: textos de síntese**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

OLIVEIRA, Alyne Renata de. **As Atividades de redação em livros didáticos (1955-1973) de Theobaldo Miranda Santos**. 217 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

PALMA FILHO, João Cardoso. A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas. *In: FILHO PALMA, João Cardoso (org.). Pedagogia Cidadã*. 3ª ed. São Paulo: Santa Clara Editora, 2005. p. 61–74.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

REIS, José Carlos. **Teoria & História**: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

RIBEIRO, Ivanir; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. Das materialidades da escola: O uniforme escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, n. 03, v. 38, p. 575-588, 2012.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Micro-história Italiana**: modo de uso. Londrina: Eduel, 2012.

ROSA, Josineide. **Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no governo Vargas 1930 – 1945**: o caso do Espírito Santo. 350 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. O Que Mudou na Família Brasileira?: da Colônia à Atualidade. **Psicologia USP**, n. 2, v. 13, p. 27–48, 2002.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares: desafios teóricos. **Série Estudos**, Campo Grande, n. 25, p. 11-17, 2008.

SANFELICE, José Luís. História de Instituições Escolares e Micro História. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 39, p. 32-41, 2010.

SANTOS, Ademir Valdir Dos. Ritualismo e nacionalização da escola primária em Santa Catarina (anos 1940). **Revista Educação em Questão**, n. 49, v. 56, p. 196–224, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Schwarcz, 2015.

SILVA, Vânia Cristina Da. As comemorações e a intervenção de novas tradições durante o Estado Novo: um estudo das festas escolares na Paraíba. **Cordis. Dimensões do Regime Vargas**, n. 19, v. 2, p. 152–194, 2017.

SILVA, Dulcinéria Campos; GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. **Alfabetização no Espírito Santo (1946-1960)**. Vitória: EDUFES, 2014.

SIMÕES, Regina Helena Silva. Produção e usos das fontes: interdições, possibilidades e escolhas de historiadores/as da educação. In: SIMÕES, Regina Helena Silva; GONDRA, José Gonçalves (org.). **Invenções, tradições e escritas da História da Educação**. Vitória: EDUFES, 2012. p. 215–232.

SIMÕES, Regina Helena Silva; BERTO, Rosianny Campos; SALIM, Maria Alayde Alcantara. Escritas da história da educação capixaba produzidas no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo (1992-2018). In: **Temas da história e da historiografia da educação no Espírito Santo, Vol. 1**. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2021, p. 24-39.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FARIA FILHO, Luciano Mendes De. História e historiografia no pensamento de Carlo Ginzburg: tecendo diálogos com a pesquisa histórica em educação. In: TEIXEIRA, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Pensadores sociais e história da Educação**, Vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 25–38.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel e SALIM, Maria Alayde Alcantara. A história da Educação no Estado do Espírito Santo: o que se produz na academia. In: **História da Educação no Espírito Santo: vestígios de uma construção**. Vitória, ES: EDUFES, 2009, p. 13-25.

SIMÕES, Regina Helena Silva; SALIM, Maria Alayde Alcantara. A organização de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: um estudo sobre a Reforma Gomes Cardim (1908 – 1909). **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória, n. 35, v. 18, p. 93-111, 2012.

SIMÕES, Regina Helena Silva; SCHWARTZ, Cleonara Maria; FRANCO, Sebastião Pimentel. A gênese, a implantação e a consolidação da escola normal no Espírito Santo. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREIRAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império a República**. 2ª ed. Campinas: Alínea, 2017, p. 187-202.

SIMPLÍCIO NETO, Antonio. Ensino de história e cultura escolar: fontes e questões metodológicas. **Revista Brasileira de História de Educação**, n. 1, v. 10, p. 141-167, 2010.

SOUZA, Rosa de Fátima; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil “1893 – 1971”**. Campinas: Mercado das Letras, 2006, p. 15-46.

SOUZA, Rosa Fátima de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a historiografia da educação brasileira: reflexões para debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 19, 24, jul./dez. 2019.

SOUZA, Rosa Fátima. **Alicerces da Pátria: história da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976)**. Mercado de Letras, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo, 1890 – 1910. São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, Sirlene Cristina de. **Grupo Escolar de Ibiá, MG (1932 a 1946)**: uma expressão estadual. 196 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. Recepção de Manuais Escolares: um estudo a partir dos comunicados e atas das reuniões pedagógicas do Grupo Escolar Gustavo Richard (1946-1952). **Revista História da Educação**, n. 50, v. 20, p. 9-68, 2016, p. 9-68.

VAZ, Aline Choucair. **A escola em tempos de festa**: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1976). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte 2006.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (Org.); FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **500 Anos de Educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 399-422.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cem anos da New Education Fellowship. In: RABELO, Rafaela Silva; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Escola Nova em Circuito Internacional**: cem anos da New Education Fellowship. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021, p. 9-18.

VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo História (e Recriando Memória) da Escola Primária e da Infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In: **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil “1893 – 1971”. Campinas: Mercado das Letras, 2006, p. 3-14.

VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, Andre Luiz. Arquivos e Educação: prática de arquivamento e memória. **Revista de Educação Pública**, São Paulo, v. 29, p. 1-17, 2020.

VILLELA, Heloisa de Oliveira S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Chynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 95–134.

WALTER, Silvana Anita; BACH, Tatiana Marceda. Adeus papel, marca-texto, tesoura e cola: inovando o processo de análise de conteúdo por meio do Atlas.ti. **Administração: ensino e Pesquisa**, n. 2, v. 16, p. 275-308.

## FONTES

### **Documentos do Ministério da Educação**

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Organização do Ensino Primário e Normal: Estado do Espírito Santo. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Publicação n. 15, 1941.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Organização do Ensino Primário e Normal: Estado do Espírito Santo. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Publicação n. 57, 1942.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Organização do Ensino Primário e Normal: Estado do Espírito Santo. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Publicação n. 57, 1943.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Organização do Ensino Primário e Normal: Estado do Espírito Santo. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Publicação n. 57, 1944.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Organização do Ensino Primário e Normal: Estado do Espírito Santo. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Publicação n. 57, 1945.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Organização do Ensino Primário e Normal: Estado do Espírito Santo. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Publicação n. 57, 1946.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Organização do Ensino Primário e Normal: Estado do Espírito Santo. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Publicação n. 57, 1947.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Organização do Ensino Primário e Normal: Estado do Espírito Santo. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Publicação n. 57, 1948.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Organização do Ensino Primário e Normal: Estado do Espírito Santo. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Publicação n. 57, 1949.

### **Documentos da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo**

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria da Instrução. Programas de ensino para Grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas. Vitória, 1927.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria da Educação e Saúde Pública. Programas de Ensino para grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas. Vitória, 1936.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Educação e Cultura. Plano de Ensino para Grupos Escolares. Vitória, 1943.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Educação e Cultura. Divisão do Ensino Primário e Pré-primário. Programa provisório de ensino para as escolas isoladas. Vitória, 1952.

### **Legislação**

BRASIL. Lei Francisco Campos (Decreto n.º 19.890, de abril de 1931).

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934).

BRASIL. Constituição da República dos Estados do Espírito Santo (1937).

BRASIL. Lei de Nacionalização do Ensino (Decreto n.º 868, de 18 de Novembro de 1938).

BRASIL. Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto n.º 8.529, de 2 de janeiro de 1946).

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946).

BRASIL. Decreto-Lei n.º 580, de 30 de julho de 1938. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 8.529 de 2 de Janeiro de 1946. Decreta a Lei Orgânica do Ensino Primário.

ESPÍRITO SANTO. Lei n. 545, de 16 de novembro de 1908. Dá nova organização à Instrução Pública Primária e Secundária. Vitória: Imprensa Oficial, 1909.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto-Lei n.º 16.490 de 11 de março de 1947. Decreta a Lei Orgânica do Ensino Primário. Vitória: [s.n], 1947.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto-Lei n.º 16 471, de 24 de fevereiro de 1947a. Reorganiza a Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências. Vitória: [s.n], 1947.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto-Lei n.º 16.481, de 1º de março de 1947b. Regulamento da Secretaria de Educação e Cultura. Vitória: [s.n], 1947.

### **Mensagens Governamentais**

ESPÍRITO SANTO (Estado). Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado pelo Governador Punaro Bley em [?] de [?] de 1936. Vitória: [s.n], 1936. ESPÍRITO SANTO (Estado). Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado pelo Governador Punaro Bley em [?] de [?] de 1937. Vitória: [s.n], 1937.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado em sua sessão ordinária de 1947, pelo Governador Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg em 14 de agosto de 1947. Vitória: [s.n], 1947.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado em sua sessão ordinária de 1948, pelo Governador Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg em 15 de março de 1948. Vitória: [s.n], 1948.



ESPÍRITO SANTO (Estado). Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado em sua sessão ordinária de 1948, pelo Governador Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg em 15 de março de 1949. Vitória: [s.n.], 1949.

ESPÍRITO SANTO. (Estado). Presidente do Estado. (1947-1950: Lindenberg). Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em [?] de [?] de 1950 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, presidente do Estado do Espírito Santo. Vitória: [s.n.], 1950.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa pelo Sr. Jones dos Santos Neves em [?] de [?] de 1953. Vitória: [s.n.], 1953.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa pelo Sr. Jones dos Santos Neves em [?] de [?] de 1954. Vitória: [s.n.], 1954.

ESPÍRITO SANTO. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa em [?] de [?] de 1957. Vitória: [s.n.], 1957.

ESPÍRITO SANTO. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado pelo Governador. Francisco Lacerda de Aguiar em 15 de março de 1958. Vitória: [s.n.], 1958.

ESPÍRITO SANTO. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado pelo Sr. Francisco Lacerda de Aguiar em 15 de março de 1959. Vitória: [s.n.], 1959.

### **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**

DIÁRIO DA MANHÃ. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Vitória. 1930.

DIÁRIO DA MANHÃ. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Vitória. 1931.

DIÁRIO DA MANHÃ. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Vitória. 1932.

DIÁRIO DA MANHÃ. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Vitória. 1933.

DIÁRIO DA MANHÃ. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Vitória. 1934.

DIÁRIO DA MANHÃ. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Vitória. 1935.

DIÁRIO DA MANHÃ. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Vitória. 1936.

DIÁRIO DA MANHÃ. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Vitória. 1937.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória. 1938.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória. 1939.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória, 1940.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória, 1941.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória, 1942.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória, 1943.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória, 1944.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória, 1945.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória, 1946.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória, 1947.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória, 1948.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória, 1949.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória, 1950.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória, 1951.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória, 1952.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória, 1953.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória, 1954.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória, 1955.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória, 1956.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória, 1957.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória, 1958.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória, 1959.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial. Vitória, 1960.

### **Estudos Econômicos, Políticos, Censitários e Demográficos**

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. Tendências da educação brasileira. 2ª ed. Brasília: INEP/MEC, 2002.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Interventor (1937-1943: BLEY). Realizações do presidente Getúlio Vargas no Espírito Santo: 1930-1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

Anuário estatístico do Brasil 1941-1945. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1946.

Anuário Estatístico do Brasil 1938. Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, 1939.

Anuário estatístico do Brasil 1948. Rio de Janeiro: IBGE, v. 9, 1949.

Anuário estatístico do Brasil 1946. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 1947.

Anuário Estatístico do Brasil 1947. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, 1948.

Anuário Estatístico do Brasil 1949. Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, 1950

Censo Geral do Espírito Santo na Década de 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

Censo Geral do Espírito Santo na Década de 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

Estrutura Demográfica do Espírito Santo – 1940/2000. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1977.

Projeto Mapeamento de Comunidades Urbanas e Rurais do Espírito Santo – Município de Iúna. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1992.

### **Registro de Periódicos e Revistas**

A lei nacional do ensino primário – As sugestões enviadas pelos Governos do Estado. A Gazeta, Vitória, 19 mai. 1940.

Deficiências do ensino primário. A Gazeta, Vitória, 4 fev. 1958.

As comemorações da data natalícia do Sr. Getúlio Vargas. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 19 abr. 1941.

A nova situação política no Brasil: testemunhos de solidariedade ao Governador Punaro Bley. Diário da Manhã, Vitória, 13 set. 1937.

Governadoria do Estado: comemorações ao Dia da Bandeira. Diário da Manhã, Vitória, 21 set. 1937.

Conclusões da demonstração de solidariedade do Exmo. Sr. capitão João Punaro Bley pela posse no cargo de interventor federal. Diário da Manhã, Vitória, 1 dez. 1937.

O plano de nacionalização do ensino: auxílios concedidos pelo governo a vários estados. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 nov. 1940.

No Espírito Santo. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 25 abr. 1940.

Excepcionais homenagens assinalarão hoje a comemoração ao dia da bandeira. O Jornal, Rio de Janeiro, 19 abr. 1940.

Governadoria do Estado. Diário da Manhã, Vitória, 17 set. 1937.

Governadoria do Estado. Diário da Manhã, Vitória, 21 set. 1937.

Programação de construção de grupos escolares. Diário da Manhã, Vitória, 15 abr. 1937.

Governadoria do Estado. Diário da Manhã, Vitória, 21 nov. 1937.

Programação de construção de grupos escolares. Diário da Manhã, Vitória, 15 abr. 1937.

Como andam as coisas em Iúna. A Tarde, Cachoeiro de Itapemirim, 16 ago. 1945.

### **Cartilhas**

ESPINHEIRA, Ariosto. Infância Brasileira: para a primeira série primária. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

HIDEBRAND, Aracy. Cartilha de Bitu. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

LIMA, Hildebrando. Nosso Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

SANTOS, Theobaldo Miranda. Vamos Estudar? 206. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1962.

SODRÉ, Benedicta Stahl. Primeiras Lições Úteis. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

SODRÉ, Benedicta Stahl. Cartilha Sodré. 219. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.

### **Arquivos Pessoais**

Filme de curta-metragem - Iúna em 1958.

Discurso em Comemora o ao Cinquentenário do Grupo Escolar Henrique Coutinho. Iúna, 1 jan. 1989. Autoria de Roberto Carlos Scardino Justo Marcondi.

Desfile Escolar do Grupo Escolar Henrique Coutinho. Fotografia, 1958.

Professora Priama e os alunos do Grupo Escolar Henrique Coutinho. Fotografia, 1943.

Professora Elza Scardini e seus alunos do Grupo Escolar Henrique Coutinho, Fotografia, 1945.

O município de Rio Pardo na década de 1930, Fotografia, 1938.

município de Rio Pardo na década de 1930, Fotografia, 1935.

O município de Rio Pardo na década de 1930, Fotografia, 1938b.

O município de Iúna na década de 1940, Fotografia, 1946.

Prédio do Grupo Escolar Henrique Coutinho, Fotografia, 1943.

O município de Iúna na década de 1950, Fotografia, 1953.

Reforma do Prédio do Grupo Escolar Henrique Coutinho, Fotografia 1956.

Reforma do Prédio do Grupo Escolar Henrique Coutinho, Fotografia 1957.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Fontes do Arquivo Escolar

- Termos de Abertura de Ponto

DATAS	DIRETORAS	INFORMAÇÕES
07/03/52	Helena Vieira de Moraes	Professora ausente (Deolinda Amorim Oliveira).
19/03/53		Professora licenciada (Eunice Pereira Silveira).
03/04/56		Professora Maria Helena de Jesus enviou Substituta.
29/04/56	Eunice Pereira Silveira	Registro de dois Serventes (Teotônio Apolinário Lemos e Antonio Martins Figueiredo).
01/05/56		
03/05/56		Professora ausente (Olga da Costa Soares), substituída por Eunice Pereira de Silveira.
		Registro de dois Serventes (Teotônio Apolinário Lemos e Antonio Martins Figueiredo).
		Registro de dois Serventes (Teotônio Apolinário Lemos e Antonio Martins Figueiredo). Ordem para execução do hino do Espírito Santo.
27/05/56		Registro de dois Serventes (Teotônio Apolinário Lemos e Antonio Martins Figueiredo). Escrito em caderno.
		Ordem para execução do hino da Independência.
02/06/56		Registro de dois Serventes (Teotônio Apolinário Lemos e Antonio Martins Figueiredo). Mensagem da direção: “Levo ao conhecimento das distintas colegas a circular 56/006, espero que tomem conhecimento do assunto da mesma e da 56/005 também. Outrossim, solicito a colaboração imprescindível de todos, a fim de que, seja feito algo para comemoração de tão grandiosa data”.
		Registro de dois Serventes (Teotônio Apolinário Lemos e Antonio Martins Figueiredo). Mensagem da direção: “A professora Palmira Guimarães Valadão recusou-se a reger uma classe do 2º ano cuja professora se encontra licenciada. Deste modo, coloco-a a disposição dessa secretaria para as devidas providências.”
25/07/56		Registro de dois Serventes (Teotônio Apolinário Lemos e Antonio Martins Figueiredo). Mensagem da direção: “As distintas professoras do 3º e 2º anos dêste estabelecimento estão infligindo o artigo 136 do item 21, deixando de distribuir mensalmente os boletins, os quais aliás não foram nem apresentados a esse gabinete para serem visados”.
	Mensagem da direção: “Não compareceram ao serviço as professoras Geralda Amorim Silveira e ... [não foi possível identificar o nome da outra docente]”	
30/07/56	Registro de dois Serventes (Teotônio Apolinário Lemos e Antonio Martins Figueiredo). Mensagem da direção: “A partir deste mês, só serão justificadas faltas dos funcionários deste estabelecimento mediante atestado médico”.	
	Mensagem da direção: “Advirto à professora Geralda Amorim Silveira que a lição de leitura em uma classe de 3º ano é obrigatória e indispensável”.	
	Mensagem da direção: “A prof. Alda da Silva Torres, não apareceu, nem se justificou”.	
31/07/56	Registro de dois Serventes (Teotônio Apolinário Lemos e Antonio Martins Figueiredo). Mensagem da direção: “Advirto a professora Alda da Silva Torres que sua falta de ontem feriu o artigo 137 item 4 do regulamento em	
01/08/56		Registro de dois Serventes (Teotônio Apolinário Lemos e Antonio Martins Figueiredo). Mensagem da direção: “Advirto a professora Alda da Silva Torres que sua falta de ontem feriu o artigo 137 item 4 do regulamento em



		vigor.” Mensagem da direção: “Amanhã, 1ª quinta-feira de agosto, haverá reunião pedagógica às 8 horas em ponto, onde deverão ser apresentados relatórios de classe e acertada a situação da Caixa Escolar.”
08/08/56	Elza Gomes de Moraes	Registro de dois Serventes (Teotônio Apolinário Lemos e Antonio Martins Figueiredo). Professora Maria Helena de Jesus é nomeada como auxiliar. Professora Palmira G. Valladão a disposição da secretaria. Mensagem da direção: “Convido as professoras do 1º turno a comparecerem hoje, às 14 horas neste estabelecimento”. Mensagem da direção: “Todas as professoras têm que incluir meia hora de aula de religião aos sábados”.
25/08/56		Registro de dois Serventes (Teotônio Apolinário Lemos e Antonio Martins Figueiredo). Mensagem da direção: “Todas as professoras deverão comemorar em classe o dia do grande soldado brasileiro Caxias”.
05/09/56		Registro de dois Serventes (Teotônio Apolinário Lemos e Antonio Martins Figueiredo). Mensagem da direção: “Amanhã às 8 horas, haverá reunião pedagógica e ensaio geral de marcha”.
05/09/56		Registro de dois Serventes (Teotônio Apolinário Lemos e Antonio Martins Figueiredo). Mensagem da direção: “A professora Onizia Araujo da Silva, foi designada para aplicar as provas do 5º ano. Deixou de comparecer e não justificou, infligiu assim o art. 136, item I”.
23/10/56		Registro de dois Serventes (Teotônio Apolinário Lemos e Antonio Martins Figueiredo). Mensagem da direção: “Todas as professoras deverão acrescentar no plano de aula a biografia de Santos Drumont.”
23/11/56		Registro de dois Serventes (Teotônio Apolinário Lemos e Antonio Martins Figueiredo). Mensagem da direção: “Amanhã haverá reunião pedagógica às 13 horas.”

- Fichas de Rendimento Escolar

DATAS	INFORMAÇÕES
1952	Dados completos.
1953	Dados incompletos
	Dados completos. Verso do documento (observações e assinatura d encarregada pelo serviço “Judith Esperidião”).
1954	Dados completos.
1955	Dados completos.
	Verso do documento (observações e assinatura da encarregada pelo serviço “Judith Esperidião”).
1956	Dados completos.
1957	Dados completos.
	Verso do documento (observações e assinatura da encarregada pelo serviço “Judith Esperidião”).
	Dados completos.
	Dados completos.
	Verso do documento (observações e assinatura da encarregada pelo serviço “Judith Esperidião”).
1958	Dados completos.

	Verso do documento (observações e assinatura da encarregado pela serviço “Judith Esperidião”).
1959	Dados completos.
1960	Dados completos.

- Atas de Reuniões Pedagógicas

<b>DATAS</b>	<b>DIRETORA</b>	<b>PAUTAS E ASSUNTOS</b>
13/02/1960	Helena Vieira Moraes	Professores presentes: Amariles Galvani; Juliêta Antônio Padilha; Ormenzinda Miranda Mariano; Vera Januária Hibner; Lucy Gomes de Sousa; Leonôr Barros Silveira; Eunice Pereira Silveira; Licéa Souza Vieira; Ruth Gomes; Anísia Araújo Silva; Maria da Penha Diniz Silveira.
09/04/1960		Reunião de abertura do ano letivo.
13/06/1960		Professoras Eunice Pereira Silveira e Licéa Souza Vieira são parabenizadas por concluírem curso em Vitória (Autorizadas a aplicarem o teste ABC de Lourenço Filho com os alunos do 1º ano).
30/06/1960		Discurso da prof. Eunice: pacto de amizade na presença da diretora e da representante da Secretaria de Educação e Cultura, Iracema Conceição Silva.
13/08/1960		Distribuição das classes pela diretora.
22/10/1960		Recomendações da Diretora: Conservar a limpeza do estabelecimento (recentemente limpas); Agradecimento ao Padre Armando. Conservar abertos os quartinhos durante o dia a fim de atender as necessidades das crianças; Zelar pela ordem e disciplina do Grupo nas horas de entrada e saída dos alunos; Esquecer o passado e focar no presente e no futuro.

- Atestados de Exercício Mensal

<b>DATAS</b>	<b>DIRETORA</b>	<b>INFORMAÇÕES</b>	
01/01/1947	Terpsichore Felisberto Lacerda	Férias regulares.	
01/02/1947		19 dias de férias regulamentares; Licenciadas a partir de 1º do corrente as professoras Ocarlina Nunes Andrade e Dalila Castro Rios, a partir de 15 a professora Elza Castro Scardini e a partir de 21 a professora Helena Vieira Moraes.	
01/03/1947		Licenciadas as professoras Ocarlina Nunes, Dalina Castro, Elza Castro e Helena Vieira.	
01/04/1947		Licenciadas as professoras Dalina Castro, Ocarlina, Elza Castro e Helena Vieira.	
01/05/1947		Documento não tá assinado.	
01/06/1947		Professora Elza Castro esteve licenciada até dia 16. Dia 21 Helena Vieira pede prorrogação da licença.	
01/07/1947		Documento não tá assinado.	
01/08/1947		Professora Helena Vieira está licenciada.	
01/09/1947		Professora Helena Vieira esteve licenciada até dia 21, quando reassumiu o cargo.	
31/10/1947		Documento não tá assinado.	
20/11/1947		Além do servente, consta um profissional denominado de Contínuo.	
01/12/1947		Documento não tá assinado.	
01/01/1951		Helena Vieira Moraes	Além do servente, consta um profissional denominado de “contínuo”.
01/02/1951			Documento não tá assinado.
01/03/1951	Além do servente, consta um profissional denominado de Contínuo.		
01/04/1951	Documentos não estão assinados.		

01/05/1951			
01/06/1951			Férias regulamentares.
01/07/1951			Além do servente, consta um profissional denominado de Contínuo.
01/09/1951			Férias regulamentares.
01/10/1951			Elza de Castro Scardini entrou de licença no dia 15.
01/11/1951			Deolinda Amorim Oliveira entrou de licença no dia 23.
02/11/1951			
02/02/1954			Reassumiu o exercício no dia 15 a prof. Elza de Castro.
06/03/1954			Assumiu exercício a docente de emergência Edith Araujo da Rocha, removida para este educandário de acordo com a portaria nº... [não foi possível identificar o número da portaria.
07/04/1954			Documento não tá assinado.
09/05/1954	Diana Vanderley	Nasser	Assumiu exercício neste estabelecimento a prof. Dária B. L. Fernandes, removida de acordo com a portaria nº... publicado no Diário Oficial de 11/06/1951.
10/06/1954			De 1º a 20 férias regulamentares.
12/07/1954			
13/08/1954			Professora Geralda Amorim Silveira entrou de licença.
14/09/1954			Dia 30 assumiu a professora Eunice Pereira Silveira.
16/10/1954			Reassumiu exercício no dia 29 a professora Dária B. Tristão Fernandes.
17/11/1954			A partir do dia 15 férias regulamentares.
18/12/1954			Acham-se licenciadas de acordo com o decreto lei 701 de 9 de janeiro de 1952, art. 1º, as professoras Eunice Pereira Silveira, Alda Silva Torres e Edith Araujo Rocha.
31/01/1959	Geralda Silveira	Amorim	Apresentaram como Substitutas Alair Gomes Silveira, Mariland Vieira Lé e Julieta Antonio Padilha.
28/02/1959			Sob o artigo 171 da lei 848 de 19 de março de 1951, a professora Dalila Castro Rios tendo como substituta Maria da Penha Silva.
31/03/1959			A professora Helena Vieira Moraes esteve no exercício de seu cargo até dia 25 do Mês quando assumiu a direção a professora Diana Nasser Vanderley.
30/04/1959			Documento não tá assinado.
31/05/1959			De acordo com a portaria nº 136, foi colocada à disposição da secretaria da Educação e Cultura a professora Ormezinda, a partir de 15 para reger o Curso Intensivo, ficando como regente de sua classe a professora Necy Pagani Miranda.
30/06/1959			Documento não tá assinado.
31/07/1959			A contadora Necy Pagani Miranda, esteve até o dia 14 substituindo a prof. Ormezinda, que pela portaria nº 136, foi colocada à disposição da secretaria da educação e cultura.
31/08/1959			Documento não tá assinado.
30/09/1959			Continuam licenciadas as prof. Dalila de Castro Rios, Eunice Pereira, Edith Rocha e Alda Silveira.
31/10/1959			De acordo com a portaria n.º 335 publicada no diário oficial de 04-05-1954, a prof. Elza Castro entrou em licença no dia 21. Apresentou como substituta a docente de emergência Miltes Scardini."
30/11/1959			As professoras Edith, Elza Castro, Alda Torres e Eunice Pereira que se achavam licenciadas, reassumiram nos dias 10, 21, 23 e 30.
31/12/1959			Pela portaria 481 foi designada para reger uma das cadeiras deste grupo a partir de 25/25 a docente de emergência Julieta Antonio Padilha. Assumiu o exercício nesta data e iniciou a regência da classe 1/06/1954.
01/01/1960			A professora Dalila de Castro Continua licenciada.
01/03/1960			A partir do dia 23 entraram em licença as professoras Dalila Castro Rios e Elza Castro Scardini sendo substituídas pelas prof.

		Ormenzinda e Miltes Scardini.
01/04/1960		A partir do dia 22 licenciou-se a prof. Geralda Amorim Silveira tendo como substituta Mariland Vieira Lé.
01/05/1960		Nos termos do artigo 167 da lei 484 de 19/03/1951 estão licenciadas as professoras abaixo relacionadas com as seguintes substitutas: Dalila Castro (Ormenzinda); Elza Castro (Miltes Scardini); Geralda Silveira (Deolina Amorim); Eunice Pereira (Elvira Maoelina de Souza e Silva).
01/06/1960	Helena Vieira Moraes	Documento não tá assinado.
01/07/1960		Nos termos do art. 167 da Lei 484 de 19/03/1951 pediu licença durante este mês as professoras Geralda Amorim (Até o dia 26); Dalida Castro e Elza Castro, de acordo com o Art. 146 a prof. Eunice Pereira Silveira.
01/08/1960		Não houve até a presente data publicação dos respectivos atos."
01/09/1960		"Nos termos do Art. 167 da lei 484 de 19/03/1951, continua na licenças a prof. Dalina Castro Rios de acordo com a Art. 146. Continua licenciada até o dia 18 deste a prof. Eunice Pereira. Não houve até o presente data publicação dos atos.
01/10/1960		A prof. Eunice Pereira foi substituída até o dia em que reassumiu, pelas D.E Elvira M. Souza e Silva e Áurea Oliveira."
01/11/1960		Nos termos do Art. 107 da lei 484 de 19/03/1951, continua licenciada a Prof. Dalila Castro Rios.
01/12/1960		Férias regulamentares.
01/03/1961		Leonor Barros Silveira

- Anotações dos docentes

DATA	INFORMAÇÕES
1948	Data; nome da diretora; nome dos professores; títulos; turmas; classificação das turmas;
1949	número de alunos; saídas e entradas de alunos; número de alunos alfabetizados; frequência
1950	média; quantos alunos cada professor aprovou; número de dias letivos; número de faltas dos
1951	alunos; número de licenças dos professores; localização da escola; elogios do Governador; função que o professor exerce.

- Quadro demonstrativo do movimento mensal

DATA	INFORMAÇÕES
1946: Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro	Lugar; município; mês; assinatura da diretora (alguns documentos não estão assinados); nomes dos professores e funcionários; título, padrão ou categoria dos professores (N: normalista, C: concursada, Sb: substituta, R: ruralista, L: licenciada); classe que cada professor rege; número de homens e mulheres nas classes; total de alunos por classe; frequência por sexo; número de dias letivos; número de sala de aulas; número de lugares em cada sala de aula; matrícula geral e excluídos; licenças e substituições.
1947: Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro	

- Registro Escolar (Convênio de Estatísticas Educacionais de 1931)

DATA	INFORMAÇÕES
1931	Assinaturas do professor e da diretora; aparelhamento escolar; instrução para a escrituração do livro de registro escolar; capa do livro; termo de abertura; registro da matrícula; número de matrículas; data da matrícula; nomes dos alunos; sexo dos alunos; certidão de registro civil dos alunos; data de nascimento dos alunos; idade dos alunos; nacionalidade dos alunos; ano ou série que cada aluno vai cursar; classificação dos alunos como "novos" e "repetentes"; tempo escolar; procedência dos alunos; histórico de leitura dos alunos;
1946	
1958	

	aproveitamento dos alunos; registro de exclusão de aluno. nome do responsável pelo aluno e tipo de responsabilidade; endereço de residência dos alunos; características dos pais dos alunos; número de ordem dos professores; sexo dos professores; classificação dos professores como “catedrático”, “auxiliar” ou “normalista”; se o professor pertence ao quadro ordinário ou extraordinário de docentes, se é um profissional efetivo, interino, substituto, contratado ou comissionado; vencimento ou ordenado mensal dos professores e assiduidade durante o mês; registros sobre os regentes de cadeira; informações sobre o aparelhamento escolar; número de registro; características de cada objeto; propriedade; estado de conservação; valor; entrada na escola; saída ou baixa da escola; indicador das principais profissões para registro dos pais do alunos.
--	--

- Lista de fornecimento do material escolar

DATA	INFORMAÇÕES
10/101960	Assinatura da diretora; Origem dos materiais (Secretaria de Educação e Cultura); Itens enviados ao grupo escolar; classificação do material: unidade, quantidade, número de fornecimento (registro); data da operação.

- Balancetes Financeiros

DATA	TIPO
1959	Balancete da Caixa Escolar “Cassiano Castelo”
1959	Balancete de expediente do grupo escolar
1960	Balancete de construção da cozinha
1960	Movimento da Caixa Escolar “Cassiano Castelo”
1961	Balancete geral do grupo escolar

- Fotografias

ANO	INFORMAÇÕES
1945	Professoras do Grupo Escolar Henrique Coutinho
1949	Turmas (1º, 2º e 3º anos) do Grupo Escolar Henrique Coutinho
	Turma (4º ano) do Grupo Escolar Henrique Coutinho e Professora
	Missa celebrada no Grupo Escolar Henrique Coutinho
	Turma (1º ano) do Grupo Escolar Henrique Coutinho e Professora
	Alunos do Grupo Escolar Henrique Coutinho

**APÊNDICE B – Arquivos Consultados**

Arquivo Pessoal do Professor Roberto Carlos Scardino Justo Marcondi

Arquivo Pessoal da Professora Elvira Manoelina Souza Rodrigues

Arquivo da Casa da Cultura do Município de Iúna/ES

Arquivo do CEEFMTI Henrique Coutinho

Acervo Digital do Instituto Jones dos Santos Neves

Acervo Digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Lume – Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Acervo da Casa da Cultura (Iúna-ES)

Portal da Legislação – Planalto

Portal da Legislação – Câmara dos Deputados

Portal da Legislação – Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo

**ANEXOS**

## ANEXO A – Atas pedagógicas do Grupo Escolar Henrique Coutinho (1960)

em geral. E adiantou que foram encomendados alguns livros destinados aos professores de todas as classes, principalmente, as de 1.º ano. É seu desejo elevar o conceito do Grupo, transmitindo aos alunos, melhores conhecimentos, de que, maiores conhecimentos, despertando neles maior interesse pelo estudo. Ficou combinado, fazer-se em cada classe de 1.º ano, no próximo mês de junho, uma prova para avaliar-se o seu grau de aproveitamento. Prosseguindo, a professora Lúcia Sousa Vieira, expôs as dificuldades com que vem lutando em virtude da absoluta falta de material didático para o período de adaptação do 1.º ano. A Sra. Diretora advertiu as professoras sobre o emprego do "zero": dizer sempre - zero, e não - nada. Disse, ainda, a Sra. Diretora, sobre a necessidade de criar-se o "Círculo de Pais e Mestres", com o fim de fazer-se a aproximação das duas partes interessadas, tendo como objetivo a apreciação tanto do progresso quanto da deficiência dos alunos. Falou, também, aos pais dos alunos do 1.º ano, que se queixam de que seus filhos só aprendem brincar, explicando-lhes as razões da aplicação do novo método de ensino, principalmente, aos pais dos alunos do período de adaptação componentes das classes de D. Lúcia S. Vieira e Eunice P. Silveira. Provavelmente, fará realizar a primeira reunião dos pais no próximo mês de maio. Continuando, a Sra. Diretora, teve comentários sobre a correção das




eram-se considerações sobre o método global, o qual foi achado de difícil ou mesmo de impossível aplicação em virtude da absoluta falta de material adequado. Prosseguindo, falou-se da oportunidade e necessidade de as professoras tomarem parte no Curso de Alfabetização, a realizar-se em Cachoeiro de Itape-  
mirim, no próximo período de férias. Nenhuma professora, porém, se mostrou disposta a fazê-lo, com exceção da Sra. Diretora, que trará ao Grupo que dirige, os conhecimentos que adquirir nesse Curso. Tratou-se também do ensino da Matemática, que deve ser claro e objetivo, fazendo-se necessário o uso de ilustrações. Entrou em discussão o caso da assinatura do ponto. Reafirmou a Sra. Diretora o que dissera na primeira reunião deste ano, isto é, que somente abonará até 3 faltas, mediante atestado médico, apresentando, não obstante, substitutas. A propósito a professora Osmegunda M. Mariano, objetou que a professora que faltar, deixando em seu lugar uma substituta poderia assinar no dia seguinte o ponto dos dias em que faltar, pois isso não interessa à substituta e sim a professora. Respondendo, a Sra. Diretora, não concordou com a ideia, pois quer ser sempre justa. Finalmente, tratou-se de uma festinha a realizar-se no dia 23 próximo, cuja renda da venda de votos digo, de ingressos se reverteria em benefício da Caixa Escolar. Não havendo outro assunto a ser tratado, encerrou-se a reunião, do que, para constar, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pela Sra. Diretora. Edith Rocha de Araújo-Sousa

provas finais do Grupo, feitas pelo Centro de Apuração, em Alegre, nos foram contatadas diversas falhas. Ficou deliberado que se comemora o "Dia das Mães". Diversas sugestões foram apresentadas nesse sentido, sendo aceito a da professora Ormenzinda Miranda Mariano, para que se mande celebrar missa solene para os alunos. - Decidiu-se também que leve a efeito um teatrinho no salão do Cinema local. Pediu a Sra. Diretora que as professoras que viajam, procurassem, algo de novidade, ou material alusivo àquela data. Encerrando os trabalhos da reunião, agradeceu a Sra. Diretora a franca e leal colaboração de todas as colegas, apelando para que essa colaboração não falte, porque sem ela nada se poderá fazer. Com estas palavras foi encerrada a reunião. Odile Rocha de Araújo - secretária. Helena Vieira Moraes - Diretora.

Ata n.º 3/60, de 13 de junho de 1960. Dado o início à reunião, a Sra. Diretora enumerou os principais pontos a serem tratados, que são: A criança problema, os alunos menos dotados de inteligência, ensino religioso. Discutidos esses pontos, passou-se a outros assuntos ligados ao ensino e ao bom andamento do estabelecimento. Nesse sentido a Sra. Diretora, tem entrado em contacto com outros estabelecimentos congêneros a fim de colher experiências das respectivas direcções e transmiti-las ao corpo docente do estabelecimento. A seguir, te-

ANEXO B – Atestado de exercício mensal



SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### ATESTADO DE EXERCÍCIO

Secretaria: *da Educação e Cultura*  
 Repartição: *Delegacia do Ensino de Lina*      Seção: *Divisão do Ensino Primário*  
 Período de *1.º* de *Janeiro* de 19*51* a *31* de *Janeiro* de 19*51*

Quadro	Padrão	CARGO	N. Ord.	NOME	FALTAS		Comparecimento
					J.	N. J.	
	C	<i>Directora</i>	<i>1</i>	<i>Helena Vieira Moraes</i>	<i>31</i>		<i>31</i>
	C	<i>Professora</i>	<i>2</i>	<i>Dalila Castro Rios</i>	<i>31</i>		<i>31</i>
	B	"	<i>3</i>	<i>Deolinda Gomes Amorim</i>	<i>31</i>		<i>31</i>
	"	"	<i>4</i>	<i>Ela Castro Scardini</i>	<i>31</i>		<i>31</i>
	"	"	<i>5</i>	<del><i>Leuzigilda Figueira</i></del> <i>Leuzigilda Figueira</i>	<i>31</i>		<i>31</i>
	"	"	<i>6</i>	<i>Geralda Amorim Figueira</i>	<i>31</i>		<i>31</i>
	OE	"	<i>7</i>	<i>Julietta Antonio Padilha</i>	<i>31</i>		<i>31</i>
	"	"	<i>8</i>	<i>Lourdes Miranda</i>	<i>31</i>		<i>31</i>
	"	<i>Servente</i>	<i>9</i>	<i>Antonio Martins Figueiredo</i>	<i>31</i>		<i>31</i>

Observações: *Férias regulamentares*

*1* de *Janeiro* de 19*51*      VISTO

*Helena Moraes*      CHEFE DA REPARTIÇÃO

Atestado do Exercício - D. S.      TURA



SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATESTADO DE EXERCÍCIO

Secretaria: Educação e Cultura  
 Repartição: Grupo Escolar "Benigno Constantino" Seção:  
 Período de 1 de fevereiro de 1947 a 28 de fevereiro de 1947

QUADRO	PADRÃO	CARGO	N. ORD.	NOME	FALTAS		COMPL. RECI- MENTOS
					J.	N. J.	
1000	4	Directora	1	Despachone, Telisberto Jacuda			30
"	19	Professora	2	Dalila Castro Pios			30
"	"	"	3	Elza Castro Cardini			30
"	"	"	4	Helena Vieira Moraes			30
"	"	"	5	Carolina Nunes Andrade			30
1000	6	"	6	Geralda Amorim			30
1000	7	"	7	Emmazzinda Miranda Mariano			30
1000	8	"	8	Emilio Pereira Gomes			30
"	"	"	9	Dinah Gomes			30
		Desmisti.		Antonio Martins Figueiredo			13

Observações: 19 dias de férias regulamentares.  
Licenciadas a partir de 1.º do corrente as professoras Carolina Nunes  
Andrade e Dalila Castro Pios, a partir de 15 a professora Elza Castro Cardini e a  
partir de 21 a professora Helena Vieira Moraes  
Até 28 de fevereiro de 1947  
 Despachone Telisberto Jacuda  
 ASSINATURA

VISTO

CHEFE DA REPARTIÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATESTADO DE EXERCÍCIO

Secretaria: da Educação e Cultura  
 Repartição: Grupo Escolar "Henrique Coutinho" Seção: D. E. Primário  
 Período de 12 de março de 1954 a 31 de março de 1954

Situação	Ord.	CARGO	N.º ORG.	NOME	FALTAS		COMP. RECI- MENTOS
					J.	N.º J.	
		Diretora	1	Dina Masser Wanderley	1		30
	D	Professor	2	Dalila Castro Rios	31		31
	C	"	3	Elza Castro Scardini			31
	C	"	4	Geralda Amorim Silveira	1		30
	B	"	5	Ormenzinda Miranda Mariano			31
	B	"	6	Deolinda Amorim Oliveira	1		30
	B	"	7	Alda Silva Torres	31		31
	B	"	8	Eunice Pereira Silveira	30	1	30
Extraordinária		Substituta	9	Edith Araujo Rocha	31		31
		"	10	Mariland Vieira Lé			31
		"	11	Maria da Penha Silva			31
		"	12	Alair Gomes Silveira			31
		"	13	Julieta Antonio Padilha	2		29
		"	14	Necy Pagani Miranda			17
		Servente	15	Antonio Martins Figueredo			31
		"	16	Aristides Barros			31

Observações De acordo com a portaria nº136, foi colocada à disposição da Secretaria da Educação e Cultura a professora Ormenzinda Miranda Miranda, a partir de 15 de corrente para reger o Curso Intensivo, ficando como regente de sua classe a professora substituta Necy Pagani Miranda.  
 Iúna 2 de abril de 1954

ASSINATURA

VISTO

ANEXO C – Quadro demonstrativo do movimento mensal

m. 478/26  
322/26

Quadro demonstrativo do Movimento Mensal  
Grupo Escolar "Henrique Coutinho"  
Lugar: Juina Município: Juina  
Mês de julho de 1946 Diretora: Serpaichone F. Lacerda  
Data da remessa: 1 de agosto de 1946

Nome dos professores e demais funcionários	Título ou categoria	Anos	Classe que atua	Matrícula por classe		Total	Frequência média		Total	Faltas	Observações
				M	F		M	F			
Helena V. Moraes	Norm.	19	4ª an	7	8	15	6	7	13	1º	Dias letivos: 26
Elza b. Scardini	"	"	3º "	19	19		16	16		"	Numero de salas de
Golda Amorim	Cons.	"	2º "	33	33	24	25	25		"	aula: 4
Emergenda M. Maria	Norm.	Comp.	" "	37		37	28		28	2º	Numero de lugares
Dalila Bastos Pires	"	19	3º "	20		20	14		14	"	em cada sala 40
Carlina P. Andrade	"	"	1º "	25	17	42	17	12	29	"	
Rosemora Tardilio	Cons.	Comp.	" "	22	19	41	17	17	34	"	
Yone Mendes Araujo	"	"	" "	19	14	33	14	10	24	1º	
Serpaichone F. Lacerda	Norm.	F									
Servente											
Antonio M. Figueiredo											

Matricula geral } M. 186  
                                  } F. 116  
  
Eliminados } M. 6  
                                  } F. 6



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

QUADRO DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO MENSAL

GRUPO ESCOLAR Henrique Continho  
LUGAR Iúna MUNICÍPIO Iúna  
Mês de Junho de 1947 DIRETOR  
Data da remessa: 8 de Julho de 1947

Nomes dos Professores e dos demais Funcionários incluindo-os embora licenciados	Tipo de Emprego	Pavão	CLASSE QUE REGE	MAT. POR CLASSE			FREQUÊNCIA MÉDIA			TURNO	OBSERVAÇÕES	
				M.	F.	Total	M.	F.	Total			
Dalila Castro Rios	Norm	D	4	69	10	19	8	9	17	1	Dias letivos: 22	
Ormensinda Miranda Mariano	"	Coop	3	21	14	35	18	12	30	2	Número de salas de aula: 4	
Elza Castro Scardine	"	D	2	28	14	42	18	11	29	2	Número de lugares em cada sala de aula: 40	
Geraldo Amorim	Coop	C	2	22	20	46	18	21	39	1		
Iêda Rios Laureano	"	Coop	1	26	20	46	20	14	34	2		
Cacilda Osorio Leal	"	"	1	36	13	49	24	9	33	2		
Helena Vieira Moraes	Norm	D	Licenciada									
<p>Servente</p> <p>Antonio Martins Figueiredo</p>												

Matricula geral { M. 1  
F.  
Eliminados { M.  
F.

(Cumprir as determinações de «Ensaio e Sugestões» n. 5 e preencher exatamente todos os claros e todas as colunas, incluindo os substitutos). SOMA





Grupo Escolar "Henrique Coutinho" município de Lima  
 Cerimônia de abertura do ponto de sábado, 25 de abril de 1956.  
 Eu Eunice Pereira Siqueira, Diretora em exercício do estabelecimen-  
 to, declaro que abri o ponto deste dia às 7 horas e 50 minutos.  
 Por ser verdade assino-me: Eunice Pereira Siqueira.

Assinaturas	Função	Período	Classe	Chegada	Saída
Amizica Araújo da Silva	Reg. classe	8 às 11	4º ano	7,30	11,00
Esolinda Amorim de Oliveira	Reg. classe	8 às 11	3º ano	7,40	11,00
Gerilda Amorim Siqueira	Reg. classe	8 às 11	3º ano	7,30	11,00
Lucy Andrade Gomes	Reg. classe	8 às 11	1º ano	7,30	11,00
Maria Helena de Jesus	Reg. classe	11 às 15	1º ano	10,50	15,00
Olga da Costa Soares	Reg. classe	11 às 14	2º ano	10,30	14,00
Edith Rocha de Araújo	Reg. classe	11 às 14	2º ano	10,40	14,00
Vera gamaria Hilner	Reg. classe	11 às 14	1º ano	10,40	14,00
Elzira Bustamante Oliveira	Reg. subs	11 às 14	1º ano	10,40	14,00
Alda da Silva Gomes	Reg. classe	14 às 17	2º ano	13,50	17,00
Amuzilda M. Mariano	Reg. classe	14 às 17	7º ano	13,45	17,00
Cony Menezes Paçani	Reg. classe	14 às 17	5º ano	13,35	17,00
Antônio Apolinário Lemos	Docent.	14 às 14	—	14,00	17,30
Antônio Martins Biquinelo	Docent.	11 e e	—	17,00	17,30

Observações:

Tempo de hoje:  
 Duque de Caxias

Grupo Escolar "Henrique Coutinho", município de Tima.  
 Primeiro de abertura do ponto de 6<sup>a</sup> feira, 27 de abril de 1956  
 Eu Eunice Pereira Siqueira, Diretora em exercício do estabelecimen-  
 to, declaro que abri o ponto deste dia às 7 horas e 45 minutos.  
 Por ser verdade assino-me: Eunice Pereira Siqueira

Assinaturas	Função	Período	Classe	Chegada	Saída
Amélia Araújo da Silva	Reg. classe	8 às 11	4 <sup>o</sup> ano	7,30	11,00
Leolinda Amorim de Oliveira	Reg. classe	8 às 11	3 <sup>o</sup> ano	7,40	11,00
Esther Helena de Jesus	Reg. classe	11 às 15	1 <sup>o</sup> ano	10,50	15,00
Gerarda Amorim Silveira	Reg. classe	8 às 11	3 <sup>o</sup> ano	7,35	11,00
Lucy Andrade Gomes	Reg. classe	8 às 11	1 <sup>o</sup> ano	7,35	11,00
Olga da Costa Soares	Reg. classe	11 às 14	2 <sup>o</sup> ano	10,40	14,00
Edith Rocha de Araújo	Reg. classe	11 às 14	2 <sup>o</sup> ano	10,40	14,00
Vera ganuária Heilner	Reg. classe	11 às 14	1 <sup>o</sup> ano	10,40	14,00
Neomys Menezes Pagani	Reg. classe	14 às 17	5 <sup>o</sup> ano	13,30	17,00
Alida da Silva Côres	Reg. classe	14 às 17	2 <sup>o</sup> ano	13,50	17,00
Emenúnda Miranda Mariano	Reg. classe	14 às 17	1 <sup>o</sup> ano	13,40	17,00
Elzira Bustamante Oliveira	Reg. subs.	11 às 14	1 <sup>o</sup> ano	10,40	14,00
Antônio Apolinário Lemos	Dementi	11:00 - 11	—	11,00	12,30
Antônio Martins Siqueira	Dementi	11:00	—	11,00	17,30

Observações:

Tempo de hoje:

Independência

Grupo Escolar "H. Coutinho" município de Guina  
 1º termo de abertura do ponto de 4ª feira - 2 de maio de 1958  
 Eu Eunice Pereira Silveira, Diretor em exercício do estabelecimento, declaro que abri o Ponto deste dia às 7 horas e 40 minutos Por ser verdade assino-me. Eunice P. Silveira

Assinaturas	Função	Período	Classe	Oregado	Saldos
Amizia Araújo da Silva	Reg. classe	8 às 11	4º ano	7,40	11,00
Leolinda Amorim de Oliveira	Reg. classe	8 às 11	3º ano	7,40	11,00
Luci Andrade Gomes	Reg. classe	8 às 11	1º ano	7,40	11,00
Geralda Amorim Silveira	Reg. classe	8 às 11	3º ano	7,40	11,00
Leana Helena de Jesus	Reg. classe	11 às 15	1º ano	10,50	15,00
Água da Costa Soares	Reg. classe	11 às 14	2º ano	10,40	14,00
Edith Rocha de Araújo	Reg. classe	11 às 14	2º ano	10,40	14,00
Lea Yamara Hilber	Reg. classe	11 às 14	1º ano	10,40	14,00
Elzira Bustamante Oliveira	Reg. sub	11 às 14	1º ano	10,40	14,00
Ílda da Silva Côres	Reg. classe	14 às 17	2º ano	13,40	17,00
Amazunda Miranda Mariano	Reg. classe	14 às 17	1º ano	13,45	17,00
Memora Moraes Paganini	Reg. classe	14 às 17	5º ano	13,30	17,00
Leotônio Apolinário Lemos	Descontos	14 às 17	—	4,00	12,30
Antônio Martins Siqueira	Descontos	11 00	—	11	17,30


Observação: (ões) lero ao conhecimento das distintas colegas a circular 56/006, espero que tomem conhecimento do assunto da mesma e da 56/005 também. Entressim, solicito a colaboração imprescindível de todas, afim de que, seja feito algo para comemoração de tão grandiosa data.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
DIVISÃO DO ENSINO PRIMÁRIO E PRÉ-PRIMÁRIO

Grupo Escolar "H. Coutinho" de Uirua Município de Uirua  
 TÉRMO DE ABERTURA DO PONTO DE sabado, 25 de agosto de 1956  
 (DIA DA SEMANA)

Eu Elza Gomes de Moraes, Diretor em exercício do estabelecimento, declaro que abri o ponto deste dia às 70 horas e 30 minutos - Por ser verdade, assino-me: Elza Gomes de Moraes  
 (ASSINATURA DO DIRETOR EM EXERCÍCIO)

N. de ordem	ASSINATURAS	Função	Período	Classe	Hora de chegada	Hora de saída	OBSERVAÇÕES
1	<u>Amizia Araújo da Silva</u>	<u>Reg. classe</u>	<u>9 às 11</u>	<u>4ª ano</u>	<u>7,40</u>	<u>11,00</u>	<u>Sodas as professoras</u>
2	<u>Neu Pagani Miranda</u>	<u>Reg. subst.</u>	<u>8 às 11</u>	<u>3ª ano</u>	<u>7,50</u>	<u>11,00</u>	<u>diversas comensuras</u>
3	<u>Judy Andrade Gomes</u>	<u>Reg. classe</u>	<u>8 às 11</u>	<u>1ª ano</u>	<u>7,45</u>	<u>11,00</u>	<u>em classe o dia</u>
4	<u>Geralda Amorim Silveira</u>	<u>Reg. classe</u>	<u>9 às 11</u>	<u>3ª ano</u>	<u>7,45</u>	<u>11,00</u>	<u>do grande período</u>
5	<u>Neia Helena de Jesus</u>	<u>auxiliar de gabinete</u>			<u>7,40</u>	<u>11,00</u>	<u>proibidos: aulas</u>
6							
7	<u>Emmei Pereira Silveira</u>	<u>Reg. classe</u>	<u>11 às 14</u>	<u>2º ano</u>	<u>10,40</u>	<u>14,00</u>	
8	<u>Dany Naya de Oliveira Bastos</u>	<u>Reg. classe</u>	<u>11 às 14</u>	<u>1ª ano</u>	<u>10,40</u>	<u>14,00</u>	
9	<u>Elzira Bustamante Oliveira</u>	<u>Reg. classe</u>	<u>11 às 14</u>	<u>1ª ano</u>	<u>10,40</u>	<u>14,00</u>	
10	<u>Alda da Silva Côrtes</u>	<u>Reg. classe</u>	<u>14 às 17</u>	<u>2ª ano</u>	<u>13,40</u>	<u>17,00</u>	
11	<u>Emozinda Miranda Mariano</u>	<u>Reg. classe</u>	<u>14 às 17</u>	<u>1ª ano</u>	<u>13,45</u>	<u>17,00</u>	
12	<u>Geanyx Menezes Pagani</u>	<u>Reg. classe</u>	<u>14 às 17</u>	<u>5ª ano</u>	<u>13,35</u>	<u>17,00</u>	
13							
14	<u>Teotônio Apolinário Lima</u>	<u>Des. adm.</u>	<u>14 às 17</u>		<u>14,00</u>	<u>17,30</u>	
15	<u>Antônio Hartem Riquieiro</u>	<u>Des. adm.</u>	<u>14 às 17</u>		<u>14,00</u>	<u>17,30</u>	
16							
17							


 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 DIVISÃO DO ENSINO PRIMÁRIO E PRÉ-PRIMÁRIO

Grupo Escolar "H. B. Brito" de Juana Município de Juana  
 TÉRMO DE ABERTURA DO PONTO DE 4ª feira, 5 de setembro de 1956  
(DIA DA SEMANA)  
 Eu Elza Gomes de Moraes, Diretor em exercício do estabelecimento, declaro que abri o  
 Ponto deste dia às 7 horas e 30 minutos - Por ser verdade, assino-me: Elza Gomes de Moraes  
(ASSINATURA DO DIRETOR EM EXERCÍCIO)

N. de ordem	ASSINATURAS	Função	Período	Classe	Hora de chegada	Hora de saída	OBSERVAÇÕES
1	<u>Luizgia Pereira da Silva</u>	Reg. classe	8 às 11	4º ano	7,40	11,00	<u>Amanhã as 8 horas, haverá reunião pedagógica e ensaio geral de marcha.</u>
2	<u>Neu Paganini Miranda</u>	Reg. subit	8 às 11	3º ano	7,50	11,20	
3	<u>Benf Andrade Gomes</u>	Reg. classe	2 às 11	1º ano	7,50	11,00	
4							
5	<u>Marcia Helena de Jesus</u>	Auxiliar de gabinete			10,40	10,15	
6	<u>Algo da Costa Soares</u>	Reg. classe	11 às 14	2º ano	10,40	14,00	
7	<u>Emice Pereira Sabeira</u>	Reg. classe	11 às 14	2º ano	10,40	14,00	
8	<u>Elza Gomes de Moraes</u>	Reg. classe	11 às 14	1º ano	10,40	14,00	
9	<u>Elzira Bustamante Oliveira</u>	Reg. classe	11 às 14	1º ano	10,40	14,00	
10	<u>Alda da Silva Barros</u>	Reg. classe	14 às 17	2º ano	13,50	17,00	
11	<u>Amenzinda Miranda Mariano</u>	Reg. classe	14 às 17	1º ano	13,50	17,00	
12	<u>Memys Menezes Paganini</u>	Reg. classe	14 às 17	5º ano	13,30	17,00	
13	<u>Palmira G. Pallada</u>	Reg. classe	14 às 17	2º ano	7,40	11,00	
14	<u>Teotônio Apolifanio Lemos</u>	Substituto	14 às 17		11,40	14,30	
15	<u>Arturios Martins Esquivela</u>	Substituto	11 às 14		11,00	14,30	
16							
17							

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
DIVISÃO DO ENSINO PRIMÁRIO E PRÉ-PRIMÁRIO


Grupo Escolar "H. Coutinho" de Duina Município de Duina

TÉRMO DE ABERTURA DO PONTO DE 3ª feira, 31 de julho de 1956  
(DIA DA SEMANA)

Eu Emice Pereira Siqueira, Diretor em exercício do estabelecimento, declaro que abri o ponto deste dia às 7 horas e 35 minutos. Por ser verdade, assino-me: Emice Pereira Siqueira  
(ASSINATURA DO DIRETOR EM EXERCÍCIO)

N. de ordem	ASSINATURAS	Função	Período	Classe	Hora de chegada	Hora de saída	OBSERVAÇÕES
1	<u>Amizia Araújo da Silva</u>	Reg. classe	9 às 11	4º ano	7,35	11,00	A partir deste mês, se serão justificadas faltas dos funcionários deste os. estabelecimento mediante a- testado médico. A diretora
2							
3	<u>Lucy Angélica Gomes</u>	Reg. classe	8 às 11	1º ano	7,35	11,00	A partir deste mês, se serão justificadas faltas dos funcionários deste os. estabelecimento mediante a- testado médico. A diretora
4	<u>Opalda Amorim Siqueira</u>	Reg. classe	8 às 11	3º ano	7,40	11,00	
5	<u>Estevania Helena de Jesus</u>	Auxiliar	11 às 14	2º ano	10,30	11,00	A partir deste mês, se serão justificadas faltas dos funcionários deste os. estabelecimento mediante a- testado médico. A diretora
6	<u>Alda da Silva Torres</u>	Reg. classe	11 às 14	2º ano	10,30	11,00	
7	<u>Teraga Pires Canabarro</u>	Reg. classe	11 às 14	1º ano	10,40	14,00	A partir deste mês, se serão justificadas faltas dos funcionários deste os. estabelecimento mediante a- testado médico. A diretora
8	<u>Vera Yvonneira Holmer</u>	Reg. classe	11 às 14	1º ano	10,40	14,00	
9	<u>Elzira Bustamante Oliveira</u>	Reg. classe	11 às 14	1º ano	10,40	14,00	A partir deste mês, se serão justificadas faltas dos funcionários deste os. estabelecimento mediante a- testado médico. A diretora
10							
11	<u>Emenizinda Maçada Mariano</u>	Reg. classe	14 às 17	1º ano	13,50	17,00	A partir deste mês, se serão justificadas faltas dos funcionários deste os. estabelecimento mediante a- testado médico. A diretora
12	<u>Nemys Moraes Paganini</u>	Reg. classe	14 às 17	5º ano	13,50	17,00	
13							A partir deste mês, se serão justificadas faltas dos funcionários deste os. estabelecimento mediante a- testado médico. A diretora
14	<u>Teotônio Apolinário Lemos</u>	Demora	11 às 14		11,00	17,30	
15	<u>Antônio Martins Biquini</u>	Demora	11 às 14		11,00	17,30	A partir deste mês, se serão justificadas faltas dos funcionários deste os. estabelecimento mediante a- testado médico. A diretora
16							
17							Aldal da Silva Torres, não dom. paraceu, nem se justificou.

Mod. 6073


  
 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 DIVISÃO DO ENSINO PRIMÁRIO E PRÉ-PRIMÁRIO

Grupo Escolar "H. Coutinho" de Silva Município de Silva  
 TÉRMO DE ABERTURA DO PONTO DE 4ª feira, 1º de agosto de 1956  
(DIA DA SEMANA)

Eu Emice Pereira Silveira, Diretor em exercício do estabelecimento, declaro que abri o  
 Ponto deste dia às 7 horas e 30 minutos - Por ser verdade, assino-me: Emice Pereira Silveira  
(ASSINATURA DO DIRETOR EM EXERCÍCIO)

N. de ordem	ASSINATURAS	Função	Período	Classe	Hora de chegada	Hora de saída	OBSERVAÇÕES
1	<u>Amizia Araújo da Silva</u>	<u>Reg. classe</u>	<u>8 às 11</u>	<u>4º ano</u>	<u>7,40</u>	<u>11,00</u>	<u>Adiverte a professora Alda da Silva Torres que sua falta de ontem fure o artigo 137 item 4 do regulamento em vigor.</u>
2	<u>Licenciada</u>						
3	<u>Geiz Gombosi Gomes</u>	<u>Reg. classe</u>	<u>8 às 11</u>	<u>3º ano</u>	<u>7,00</u>	<u>11,00</u>	
4	<u>Gracilda Amorim Silveira</u>	<u>Reg. classe</u>	<u>8 às 11</u>	<u>3º ano</u>	<u>7,40</u>	<u>11,00</u>	
5	<u>Marcia Helena de Jesus</u>	<u>Auxiliar</u>	<u>11 às 14</u>	<u>2º ano</u>	<u>10,00</u>	<u>14,00</u>	
6	<u>Profa. do Costa Soares</u>	<u>Reg. classe</u>	<u>11 às 14</u>	<u>2º ano</u>	<u>10,40</u>	<u>14,00</u>	<u>A diretora</u>
7	<u>Tereza Pires Lanabasso</u>	<u>Reg. classe</u>	<u>11 às 14</u>	<u>1º ano</u>	<u>10,40</u>	<u>14,00</u>	
8	<u>Vera gamuaria Helber</u>	<u>Reg. classe</u>	<u>11 às 14</u>	<u>1º ano</u>	<u>10,40</u>	<u>14,00</u>	
9	<u>Elzira Bustamante Oliveira</u>	<u>Reg. classe</u>	<u>11 às 14</u>	<u>1º ano</u>	<u>13,50</u>	<u>17,00</u>	<u>Amãhã, 1º quinta-feira de agosto, haverá reunião pedagógica às 8 horas</u>
10	<u>Alda da Silva Torres</u>	<u>Reg. classe</u>	<u>14 às 17</u>	<u>1º ano</u>	<u>14,40</u>	<u>17,00</u>	<u>em ponto, onde deverão ser apresentados relatórios de</u>
11	<u>Amazinda Miranda Pinheiro</u>	<u>Reg. classe</u>	<u>14 às 17</u>	<u>1º ano</u>	<u>13,35</u>	<u>17,00</u>	<u>classe e acostada a situação da C. Escolar.</u>
12	<u>Nemys Menezes Raposo</u>						
13							
14	<u>Teotônio Apolinário Lemos</u>	<u>Secretário</u>	<u>14 às 17</u>		<u>11,00</u>	<u>13,30</u>	
15	<u>Antônio Martins Figueiredo</u>	<u>Secretário</u>	<u>14 às 17</u>				
16							







MATRICULA		B - PARTE DESTINADA AOS RESPONSÁVEIS PELOS ALUNOS										
EXCLUSÃO DO ALUNO		NOME DO RESPONSÁVEL	E. pai, mãe, tutor ou responsável?	RESIDÊNCIA (tratando-se de cidade, indicar rua e número)	CARACTERÍSTICAS DOS PAIS							
Data (dia e mês)	Motivo (desemp, falecimento, transferência, medida disciplinar, abandono ou outro motivo a indicar)				Do pai				Da mãe			
					Nacionalidade	Profissão (ver "indicador das profissões" - E. II)	Instrução (primária, secundária, superior, ou alfabeto?)	Religião	Nacionalidade	Profissão (ver "indicador das profissões" - E. II)	Instrução (primária, secundária, superior ou alfabeto?)	Religião
(22)	(23)	(24)	(25)	(26)	(27)	(28)	(29)	(30)	(31)	(32)	(33)	(34)
5.2.58		Eugenio Florindo	pai		Brasília, Larradet	professor	católico	brasileiro		larradet	primária	católica
11.11.11		"	"		"	"	"	"	"	doméstica	"	"
11.11.11		"	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		Paulo Florindo	"		Brasília, Paulista	professor	"	"	"	professora	"	"
11.11.11		Geuzon	"		"	larradet	"	"	"	doméstica	"	"
11.11.11		Paulson	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		João Elias Panga	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		"	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		"	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		Justino de Cunha	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		Barra Moura	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		Valdemiro Barão	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		"	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		Fláudio Paulo	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		Francisco Rita	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		"	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		Eugenio Florindo	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		"	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		Magali Antonio	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		"	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		Cláudio Florindo	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		"	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		Crápolis de Souza	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		"	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		Antonio Freitas	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		Antonio José E.	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		Demétrio	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		Artúrio Florindo	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		"	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		Paulino	"		"	"	"	"	"	"	"	"
11.11.11		"	"		"	"	"	"	"	"	"	"

ANEXO F – Boletins de Resultado Final

**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**  
 SEÇÃO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS  
 VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

GRUPO ESCOLAR "Henrique Buhinho" DE Vila

Boletim do resultado final do ano de 1945

ANO DE CURSO: 1º

NOTA MÍNIMA DE PROMOÇÃO:

NOME	Média anual	Nota de exame	Média final	NOME	Média anual	Nota de exame	Média final
1. Antonio Mariano da Silva	4,8	6,5	7,5	Antea Ferreira	3,8	5,5	R
2. Almirante Souza Amorim	6,3	F	R	Antea Mariano da Silva	3,73	7	7,8
3. Adelio Paul Amorim	4,8	5,5	5,1	Arcanjo Maria Vieira	4,93	F	R
4. Amelio Gomes de Lima	7,4	6,5	5,9	Alcui Gomes de Lima	6,36	6	6,1
5. Adelio Souza	3,2	F	R	Arduídia Guilherme	6,4	R	R
6. Leonazio Antonio de Lima	5,7	R	R	Franza Paul Amorim	6,5	6	6,2
7. Elci Ribeiro de Freitas	8,2	8,0	8,1	Irma Neiva	8,05	8	8
8. Hugo Martins dos Santos	6	RM	R	Leticia Pereira Coelho	7,45	7	7,7
9. Jose Archelino Amorim	6	5	5	Maria de Lourdes Pinheiro	5,79	5,5	5,7
10. Jair José Batista	5,5	6	5,7	Marlene Sader Ferraz	6,73	7	6,8
11. João Ferreira Leite	5,7	5,5	5,7	Melci Francisca Angulo	7,45	7	7,2
12. João Macieira de Oliveira	8,33	7	7,9	Moises " "	7,82	7,5	7,6
13. João Paul Amorim	2	6,5	6,7	Serguilha do Carmo	8,6	7	7,8
14. Jorge José da Silva	6,3	5,5	6				
15. Jose Maria Ribeiro de Lima	6	7	6,5				
16. José Olímpio de Lima	7,8	8,5	8,1				
17. Mario Benedicto Ferreira	4,3	5,5	R				
18. Nereus Nunes de Lima	4,5	5,5	5				
19. Olímpio José Viana	5,4	6,5	5,9				

OBSERVAÇÕES: 1 - A escrituração deve ser feita rigorosamente por ordem alfabética e separadamente por sexo.  
 2 - Há absoluta necessidade que os nomes dos alunos sejam escriturados por extenso.  
 3 - Devem figurar neste boletim todos os alunos cujos nomes estejam no Livro de Chamada no mês de Novembro  
 4 - A regente da classe só deverá assinar a relação de seus alunos.

Vila, 17 de novembro de 1945

Regente da classe: Gracilda Amorim  
 Diretor: Lilvia Chastinal de Moraes

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE  
 SEÇÃO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR  
 GRUPO ESCOLAR " Renique Castanho 8

DE Lina

Boletim do resultado final do ano de 1945

NOTA MÍNIMA DE PROMOÇÃO: 5

ANO DE CURSO 1º ano

NOME	Média anual	Nota de exame	Média final	NOME	Média anual	Nota de exame	Média final
Guaranda Manoela da Silva	2,2	6,5	6,9	Cláudia Padilha	6,1	6	
Olivia Uera	2,2	5,5	6,5	Clara Rodrigues de Sousa	5	RM	
Adalmaria Pires	6,1	RM	R	Eni Fabron Miranda	8,2	7	7,6
Olívia Marizete da Cunha	2,1	7,5	7,3	Ílida Ribeiro	2,8	F	R
Cezari Pereira Miranda	6,2	R	R	Maria Marizete da Silva	2,7	6	6,8
Elisa Conceição de Costa	6,6	7,5	7	Maria da Cunha Silva	5,2	RM	R
José Coelho Monteiro	8,1	8,5	8,3	Maria Isabel de Almeida	4,9	RM	R
José Batista Silva	8,2	R	R	Marta Scardini	4,7	6,5	
Mecena Rodrigues da Silva	8,1	7,8	7,9	Nilva Silva	2,1	7	
Wilson Silva	2,3	5,5	6	Priscila Vieira	6,8	RM	R
Onivaldo Augusto Ribeiro	4,8	R	R	Maria de Lourdes Cunha	6,8	RM	R
Paulo Augusto Silva	2,0	R	R				
Arnon Pires	6,6	R	R				
Manuel Martins da Silva	5,7	6	6				

RM Reprovado em Matemática

- OBSERVAÇÕES:
- 1 - A escrituração deve ser feita rigorosamente em ordem alfabética e separadamente por ano.
  - 2 - Há absoluta necessidade que os nomes dos alunos sejam escriturados por extenso.
  - 3 - Devem figurar neste boletim todos os alunos cujos nomes estejam no Livro de Chamada mês de Novembro.
  - 4 - A regente da classe só deverá assinar a relação de seus alunos.

Lina, 17 de novembro de 1945

Renique Fabron Miranda

Ílida Charitonal de Almeida

ANEXO G – Balancete Financeiro Geral e da Caixa Escolar

	Debito	Credito		Debito	Credito
Saldo do junho		395,00	Balancete Geral de		
Arrecadação conforme lista		4.280,00	1961		
Arrecadação na festa de S. João		2.260,00	junho a dezembro		
Renda de Teatro		3.650,00	Arrecadação das classes		220,00
Importância conforme recibo Gláucia Salgueira	40,00		Conta do Sr. Manuel Moraes		2.000,00
Recibo assinado Wolmarino Castro	200,00		Recebido na Prefeitura		10.000,00
Recibo de Silveira Gomes & Cia.	4.684,00		Arrecadação das professoras		630,00
Recibo assinado Francisco Soares	4.975,00		Quero da festa no Clube		1.790,00
Nota Manuel Parental	62,00				14.840,00
Nota do SAPS	69,00		Despesas de junho a dezembro		13.842,80
Nota Silveira & Parental	276,00		conforme recibos anexos		
Nota fornecimento de querosene	610,00		Saldo		997,20
Nota Manuel Parental (material)	350,00				
Nota Manuel & Parental (lêxica)	100,00		Outras despesas		804,00
4 notas casa Anita	248,00				
2 Notas do Leon	70,00		Saldo		192,00
Nota Casa Fical (1961)	40,00				
Resto a pagar de compra	27,00				
Notas diversas	2.292,00				
Balanco	1.534,00	10.591,00			
Tomos	10.591,00	10.591,00			
Saldo em caixa		1.534,00			



ANEXO I – Informações sobre o prédio do Grupo Escolar Henrique Coutinho

1985

PÁGINA 2

**BLOCO 4 - DADOS DAS EDIFICAÇÕES**

1

22-Nº DE PAVIMENTOS 011	23-ANO DE TÉRMINO DA CONSTRUÇÃO 191410	24-FINALIDADE ORIGINAL (Assinalar apenas uma quadricula) Educação: <input checked="" type="checkbox"/> 1, <input type="checkbox"/> 2 Outra: <input type="checkbox"/> 2	25-ÁREA TOTAL CONSTRUIDA (m²) 16100	26-ÁREA OCUPADA NO TERRENO (m²) 16100	27-SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO (Assinalar apenas uma quadricula) Ocupado: <input checked="" type="checkbox"/> 1, <input type="checkbox"/> 2 Desocupado: <input type="checkbox"/> 1, <input checked="" type="checkbox"/> 2	28-EXISTÊNCIA DE Instalação Elétrica: <input checked="" type="checkbox"/> 1, <input checked="" type="checkbox"/> 2 Água Encanada: <input type="checkbox"/> 1, <input checked="" type="checkbox"/> 2 Controle: <input type="checkbox"/> 1, <input type="checkbox"/> 2
29-COBERTURA (Assinalar apenas uma quadricula) Telha de: Amianto <input checked="" type="checkbox"/> 1, Barro <input checked="" type="checkbox"/> 2, Metal <input type="checkbox"/> 3, Madeira <input type="checkbox"/> 4, Palha <input type="checkbox"/> 5, Outro <input type="checkbox"/> 6		30-PAREDES (Assinalar apenas uma quadricula) Estuque ou Tijolo: <input checked="" type="checkbox"/> 1, Madeira <input type="checkbox"/> 2, Adobe <input type="checkbox"/> 3, Palha <input type="checkbox"/> 4, Outro <input type="checkbox"/> 5		31-PISO (Assinalar apenas uma quadricula) Ladrilho ou Cerâmica: Cimento <input type="checkbox"/> 1, Madeira <input type="checkbox"/> 2, Vinílico <input type="checkbox"/> 3, <input checked="" type="checkbox"/> 4, Terra <input type="checkbox"/> 5, Outro <input checked="" type="checkbox"/> 6 SALTO <input type="checkbox"/>		

**BLOCO 4 - DADOS DAS EDIFICAÇÕES**

2

22-Nº DE PAVIMENTOS 011	23-ANO DE TÉRMINO DA CONSTRUÇÃO 191718	24-FINALIDADE ORIGINAL (Assinalar apenas uma quadricula) Educação: <input checked="" type="checkbox"/> 1, <input type="checkbox"/> 2 Outra: <input type="checkbox"/> 2	25-ÁREA TOTAL CONSTRUIDA (m²) 15010	26-ÁREA OCUPADA NO TERRENO (m²) 15010	27-SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO (Assinalar apenas uma quadricula) Ocupado: <input checked="" type="checkbox"/> 1, <input type="checkbox"/> 2 Desocupado: <input type="checkbox"/> 1, <input checked="" type="checkbox"/> 2	28-EXISTÊNCIA DE Instalação Elétrica: <input checked="" type="checkbox"/> 1, <input checked="" type="checkbox"/> 2 Água Encanada: <input type="checkbox"/> 1, <input checked="" type="checkbox"/> 2 Controle: <input type="checkbox"/> 1, <input type="checkbox"/> 2
29-COBERTURA (Assinalar apenas uma quadricula) Telha de: Amianto <input checked="" type="checkbox"/> 1, Barro <input type="checkbox"/> 2, Metal <input type="checkbox"/> 3, Madeira <input type="checkbox"/> 4, Palha <input type="checkbox"/> 5, Outro <input type="checkbox"/> 6		30-PAREDES (Assinalar apenas uma quadricula) Estuque ou Tijolo: <input checked="" type="checkbox"/> 1, Madeira <input type="checkbox"/> 2, Adobe <input type="checkbox"/> 3, Palha <input type="checkbox"/> 4, Outro <input type="checkbox"/> 5		31-PISO (Assinalar apenas uma quadricula) Ladrilho ou Cerâmica: Cimento <input type="checkbox"/> 1, Madeira <input type="checkbox"/> 2, Vinílico <input type="checkbox"/> 3, <input checked="" type="checkbox"/> 4, Terra <input type="checkbox"/> 5, Outro <input type="checkbox"/> 6 SALTO <input type="checkbox"/>		

**BLOCO 4 - DADOS DAS EDIFICAÇÕES**

3

22-Nº DE PAVIMENTOS	23-ANO DE TÉRMINO DA CONSTRUÇÃO	24-FINALIDADE ORIGINAL (Assinalar apenas uma quadricula)	25-ÁREA TOTAL CONSTRUIDA (m²)	26-ÁREA OCUPADA NO TERRENO (m²)	27-SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO (Assinalar apenas uma quadricula)	28-EXISTÊNCIA DE
						Instalação Elétrica, Água Encanada, Controle
29-COBERTURA (Assinalar apenas uma quadricula)		30-PAREDES (Assinalar apenas uma quadricula)		31-PISO (Assinalar apenas uma quadricula)		
Telha de: Amianto, Barro, Metal, Madeira, Palha, Outro		Estuque ou Tijolo: Tijolo, Madeira, Adobe, Palha, Outro		Ladrilho ou Cerâmica: Cimento, Madeira, Vinílico, râmica, Terra, Outro, SALTO		

## ANEXO J – Discurso de Roberto Carlos Scardino Justo Marcondi

No dia 01.02.1939, era criado o "Grupo Escolar Henrique Coutinho", resultado da união das escolas masculinas e femininas da Vila de Rio Pardo, por iniciativa da Profª TERPISCHORE FELISBERTO LACERDA, Dª Terpinha, como é conhecida, e que foi nomeada na mesma data, como a 1ª Diretora do novo estabelecimento de ensino.

Lendo num jornal da Capital, sobre a concessão de verbas da parte do Governo Federal, Dª Terpinha imediatamente escreveu ao Governo solicitando fosse, uma das concessões remetidas a Rio Pardo. Pediu ainda ao seu irmão, Dr. Ivo Felisberto de Souza que intercedesse junto a suas relações no Rio de Janeiro, para que nossa cidade fosse agraciada com um prédio escolar.

Em 1.940 era confirmada a verba federal para a construção do "Grupo". Em fevereiro de 1.941, já as aulas se iniciam no novo prédio, moderno para a época, e devidamente equipado. A Diretora, Dª Terpinha, dirigia a Escola e lecionava também, ao lado das professoras Dalila Castro Rios, Elza de Castro Scardini, Ormenzinda Miranda Mariano, Paulina, Priama Rios Vieira de Souza, e outras que se sucederam nestes cinquenta anos.

Comemoramos em 1989 as "Bodas de Ouro" do Henrique Coutinho, muito nos alegra, termos ainda conosco sua fundadora, Dª Terpinha, que mesmo residindo em Castelo desde 1948, ano em que deixou a direção da Escola, continua presente em todas as festividades e acontecimentos desta terra, que a tornou "Cidadã lunense" na década de 70 e "Pioneira da Educação", em 1987.

Falar em H.Coutinho, se torna obrigatório citar o nome de Dª Helena Moraes, Dª Julieta Padilha, Terezinha Castro Gonçalves, Seu Faé, Seu Teotônio Apolinário, Dª Philomena Scardini Justo, e deze -



citando apenas esses, levamos aos outros nosso carinho e aos que já se foram, a nossa saudade. Dizemos que a semente por vocês plantada, cultivada por outras mãos, tornou-se árvore forte e robusta, que hoje sob os olhares e ação forte e correta de D<sup>a</sup> Dorinha, a atual diretora, se projeta no cenário, municipal, estadual, nacional e mundial.

Poderíamos citar muitos nomes importantes, que hoje fazem a história de nosso município, mas para não cometer omissões, deixamos cada leitor imaginar a quantidade de professores, advogados, médicos, políticos (de vereador a embaixador), pastores, padres, enfim, o Henrique Coutinho está presente, onde estiver um ex-aluno, um ex-professor ou ex-diretor.

A todos, nossa gratidão, nosso respeito e admiração. Em especial à D<sup>a</sup> TERPINHA, idealizadora, fundadora e principal coluna sustentadora de nosso H.C., não temos palavras para traduzir o amor que Iúna, o seu antigo RIO PARDO, tem por essa "professora" que pediu carona com versos escritos na porteira, que foi indicada para ser prefeita de nossa cidade, e que transmite tanta ternura e tanto amor a esta terra, e a seus habitantes.

Com a profunda gratidão particular do amigo, eterno admirador.

ROBERTO C. SCARDINI JUSTO MARCONDI  
Professor no H. Coutinho

Iúna, 01.01.1989

**ANEXO K** – Abaixo-assinado encabeçado pelo presidente da câmara municipal,  
seguido pelos demais vereadores, prefeito e outros cidadãos  
do município solicitando uma escola mista para o distrito de Sant'anna.

Câmara Municipal do Rio Pardo, em 16 de Novembro de 1916

Ilm° e Exm° Sr. Dr. Presidente do Estado do Espírito Santo.

Nós, abaixo-assinados, membros da Câmara e Prefeitura deste Município, tendo em vista o grande interesse que V. Ex° manifestou na última mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo, mostrado pela discriminação do ensino primário neste Estado, e muito principalmente pela atenção voltada às populações do interior, por isso vimos, animados por esse sentimento nobre e patriótico de V. Exa, pedir a V. Exa para se interessar junto ao Poder competente pela criação de uma escola mista no distrito de Sant'Anna, deste Município, pois podemos asseverar a V. Ex que dentro do perímetro do povoado daquela localidade e nas suas redondezas existe perto de cem crianças privadas de instrução primária, devido tão-somente a falta de uma escola. Assim sendo, e tratando-se de um dos problemas que mais devem interessar a vida e a honra de um povo de um Estado, estamos certos de que V. Ex há de trabalhar para que sejamos atendidos na nossa muito justa e patriótica aspiração.

Valendo-nos do ensejo, apresentamos a V. Ex nossos protestos de alta estima e consideração.

Saudações cordiais.

Nicolão Debiase

José Antônio Lofêgo

Polydoro Rodrigues da Trindade

Nominato Fidélis de Miranda

**ANEXO L** – Esboço da planta do edifício do Grupo Escolar Henrique Coutinho em 1941